

Como ficar sozinho

Jonathan Franzen

ensaios



Do autor de
Liberdade

COMPANHIA DAS LETRAS

DADOS DE COPYRIGHT

Sobre a obra:

A presente obra é disponibilizada pela equipe [X Livros](#) e seus diversos parceiros, com o objetivo de disponibilizar conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura.

É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo

Sobre nós:

O [X Livros](#) e seus parceiros disponibilizam conteúdo de domínio público e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: xlivros.com ou em qualquer um dos sites parceiros apresentados neste link.

Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não lutando por dinheiro e poder, então nossa sociedade enfim evoluirá a um novo nível.

JONATHAN FRANZEN

Como ficar sozinho

Ensaio

Tradução
Oscar Pilagallo



Sumário

PARTE I. A DOR NÃO NOS MATARÁ

1. A dor não nos matará (2011)
2. Só liguei para dizer que te amo (2008)
3. Examinando as cinzas (1996)

PARTE II. COMO ESTAR SÓ

4. O cérebro do meu pai (2001)
5. Unidades de controle (1995)
6. Suíte imperial (1998)
7. O fradinho chinês (2008)

PARTE III. QUAL É A IMPORTÂNCIA?

8. Qual é a importância? (1996)
9. Mais distante (2011)
10. Sobre ficção autobiográfica (2009)
11. Encontre-me em St. Louis (2001)
12. De onde vem essa certeza de que você mesmo não é o Mal? (2004)

PARTE I

A DOR NÃO NOS MATARÁ

1. A dor não nos matará¹

Bom dia, turma de 2011. Bom dia, parentes e professores. É com grande honra e satisfação que estou aqui hoje.

Vou começar partindo do princípio de que vocês sabiam onde estavam se metendo quando escolheram um escritor para fazer este discurso. Vou fazer o que escritores fazem, que é falar sobre si mesmos, na esperança de que minha experiência tenha alguma ressonância em vocês. Gostaria de abordar o tema do amor e sua relação com minha vida e com o estranho mundo tecnocapitalista que vocês estão herdando.

Há duas semanas, troquei meu BlackBerry Pearl, que já tinha três anos, por um BlackBerry Bold muito mais potente, com uma câmera de cinco megapixels e tecnologia 3G. Nem preciso dizer como fiquei impressionado em verificar quanto a tecnologia avançou em três anos. Mesmo que eu não precisasse telefonar ou mandar e-mail para alguém, queria continuar manuseando meu novo Bold e curtir a maravilhosa nitidez da tela, o toque macio do pequeno *trackpad*, a incrível velocidade de resposta, a sedutora elegância dos ícones. Em resumo, estava apaixonado por meu novo aparelho. É claro que também adorava meu velho celular; mas, com o passar dos anos, nosso relacionamento perdeu a graça. Surgiram problemas de confiança em minha relação com o Pearl; questões de responsabilidade e de compatibilidade e também, já no fim da nossa história, algumas dúvidas em relação à própria sanidade do meu Pearl, até que finalmente fui obrigado a reconhecer que tinha perdido o interesse naquele relacionamento.

Será que preciso dizer — na falta de uma projeção licenciada e antropomorfizante segundo a qual meu antigo BlackBerry teria ficado triste

com o fim do amor que eu sentia por ele — como nosso relacionamento era absolutamente unilateral? Mas vou dizer mesmo assim. Reparem como a palavra *sexy* é sempre usada para descrever os modelos mais recentes dos aparelhos eletrônicos; e como as coisas tão legais que hoje podemos fazer com esses aparelhos — ativá-los por meio de comandos de voz ou ampliar a imagem da tela do iPhone usando dois dedos, por exemplo — teriam parecido, para as pessoas de cem anos atrás, verdadeiros truques de magia; e como falamos em *magia* quando queremos descrever um relacionamento erótico que esteja funcionando perfeitamente. Deixem-me propor a ideia de que, segundo a lógica do tecnoconsumismo, pela qual os mercados descobrem e respondem àquilo que os consumidores mais desejam, nossa tecnologia se tornou extremamente eficiente para criar produtos que correspondam à nossa fantasia de um relacionamento erótico ideal, no qual o objeto amado se entrega por completo sem exigir nada em troca, instantaneamente, fazendo com que nos sintamos todo-poderosos, e não apronta cenas constrangedoras quando, substituído por um objeto ainda mais sexy, vai parar no fundo de uma gaveta; a ideia de que (para falar de modo mais geral) o objetivo definitivo da tecnologia, a teleologia da *techné*, seja substituir um mundo natural indiferente a nossos desejos — um mundo de furacões e dificuldades e corações vulneráveis, um mundo de *resistance* — por outro mundo que responda tão bem a nossos desejos que é como se fosse mera extensão do ser. Deixem-me, finalmente, sugerir que o mundo do tecnoconsumismo é portanto perturbado pelo amor real, o que lhe deixa como única opção de resposta perturbar o amor.

A primeira linha de defesa do mundo tecnoconsumista é transformar seu inimigo em mercadoria. Todos temos um exemplo favorito e sabemos citar os casos mais nauseabundos de mercantilização do amor. Eu mencionaria a indústria do casamento, os comerciais de tv com lindas criancinhas e a prática de dar automóveis como presente de Natal, além da particularmente grotesca equação que compara diamantes a devoção eterna. A mensagem,

em cada um dos casos, é que, se amamos alguém, deveríamos comprar alguma coisa.

Um fenômeno relacionado a esse é a transformação, graças ao Facebook, do verbo *curtir*, que deixa de descrever um estado de espírito e passa a designar um ato que desempenhamos com o mouse: deixa de ser um sentimento e vira uma opção de consumo. E curtir é, no geral, o substituto da cultura comercial para amar. A característica mais notável de todos os produtos de consumo — sobretudo dos aparelhos eletrônicos e aplicativos — é o fato de terem sido projetados para ser bem curtíveis. Essa é, na verdade, a *definição* de um produto de consumo — em contraste com o produto, que é apenas aquilo que é e cujos fabricantes não estão preocupados se vamos ou não curti-lo. Estou pensando nos motores de aviões a jato, nos equipamentos de laboratório, na arte e na literatura em suas manifestações mais sérias.

Mas, se pensarmos nisso em termos humanos e imaginarmos uma pessoa definida pela ansiedade de ser curtida, o que temos aí? Temos uma pessoa sem integridade, sem um centro. Em casos mais patológicos, temos um narcisista — alguém incapaz de tolerar que sua autoimagem seja manchada pela possibilidade de não ser curtido e que portanto ou se afasta do contato humano ou se dedica a sacrifícios cada vez mais extremos da própria integridade com o intuito de ser curtido.

Se uma pessoa, no entanto, dedica sua existência a ser curtível e passa a encarnar um personagem bacana qualquer para atingir tal fim, isso sugere que perdeu a esperança de ser amado por aquilo que realmente é. E, se tiver êxito na tentativa de manipular os outros para que seja curtido, será difícil que, em algum nível, não sinta verdadeiro desprezo por aqueles que caíram em seu embuste. Tais pessoas existem para que nos sintamos bem em relação a nós mesmos, mas que bem podem nos fazer se não as respeitamos? Podemos ficar deprimidos, descambar para o alcoolismo ou, no caso de Donald Trump, concorrer à presidência (e depois desistir).

Os produtos tecnológicos de consumo nunca fariam algo tão desestimulante, pois não são pessoas. São, no entanto, grandes aliados dos narcisistas, a quem facilitam a vida. Além de saírem da fábrica com a ansiedade de ser curtidos, têm incorporada a ansiedade de nos causar boa impressão. Nossas vidas parecem muito mais interessantes quando filtradas pela interface sexy do Facebook. Estrelamos nossos próprios filmes, fotografamos incessantemente a nós mesmos, clicamos o mouse e uma máquina confirma a sensação de que estamos no comando. E, já que nossa tecnologia é apenas uma extensão de nós mesmos, não precisamos desprezar suas manipulações, como faríamos no caso de pessoas de verdade. É um movimento circular sem fim. Curtimos o espelho e o espelho nos curte. Ser amigo de uma pessoa significa apenas incluí-la em nossa lista particular de espelhos elogiosos.

Talvez eu esteja exagerando um pouco. Provavelmente vocês estão cansados de ver as mídias sociais desrespeitadas por cinquentões rabugentos. Meu objetivo aqui é estabelecer um contraste entre as tendências narcisistas da tecnologia e o problema do amor verdadeiro. Minha amiga Alice Sebold gosta de falar em “cair no fosso e chafurdar no amor”. Ela tem em mente a sujeira que o amor inevitavelmente espirra no espelho do nosso respeito próprio. O fato é que a tentativa de ser perfeitamente curtível é incompatível com relações amorosas. Mais cedo ou mais tarde, por exemplo, você se verá envolvido numa briga horrível, aos berros, e ouvirá saindo da sua boca palavras de que não gosta, coisas que estilhaçam sua autoimagem de pessoa justa, gentil, bacana, atraente, controlada, divertida e *curtível*. De repente, surge algo mais real que a curtibilidade e você se vê levando uma vida real. De repente, existe uma escolha verdadeira a ser feita, não uma falsa escolha de consumidor entre BlackBerry e iPhone, mas uma pergunta: Eu amo esta pessoa? E para a outra pessoa: Ela me ama?. Não existe a possibilidade de *curtir* todas as partículas de uma pessoa real. É por isso que um mundo de curtição é, no limite, uma mentira. Mas é possível *amar* cada partícula de uma pessoa real. É por isso

que o amor representa tamanha ameaça existencial à ordem tecnoconsumista: ele denuncia a mentira.

Um dos alentos da praga dos celulares na minha vizinhança em Manhattan é que, entre zumbis enviando torpedos e imbecis combinando festas nas calçadas, às vezes caminho ao lado de alguém que está discutindo de peito aberto com a pessoa que ama. Tenho certeza de que eles prefeririam não discutir em público, mas de qualquer maneira é isso o que está acontecendo e o comportamento deles não é nada legal. Gritam, trocam acusações, protestam, se insultam. Esse é o tipo de coisa que me dá esperança no mundo.

Isso não quer dizer que o amor envolva apenas brigas, ou que pessoas muito autocentradas não sejam capazes de se acusar e se insultar. O amor é uma questão de empatia infinita, nascida de uma revelação do coração de que a outra pessoa é tão real quanto nós. É por isso que o amor, como eu o vejo, é sempre específico. Tentar amar toda a humanidade pode ser um esforço digno, mas ironicamente mantém o foco em nossa individualidade, em nosso próprio bem-estar moral ou espiritual. Ao passo que, para amar uma pessoa específica e identificar-se com suas lutas e alegrias como se fossem suas, é preciso abrir mão de parte de si.

Quando estava quase terminando a faculdade, participei do primeiro seminário da universidade sobre teoria literária, e me apaixonei pela estudante mais brilhante do curso. Adoramos a maneira como instantaneamente a teoria literária nos fez sentir poderosos — nesse aspecto a sensação é similar à proporcionada pela moderna tecnologia de consumo — e nos sentimos envaidecidos porque éramos mais sofisticados do que a molecada que ainda estava debruçada nas tediosas análises de texto. Por várias razões teóricas, achamos que seria legal nos casarmos. Minha mãe, que tinha passado vinte anos tentando me tornar uma pessoa totalmente comprometida com o amor, deu uma guinada e começou a achar que eu deveria aproveitar meus vinte anos “livre e solto”, como ela dizia. Naturalmente, como para mim ela estava sempre errada, parti do princípio

de que dessa vez também não fosse diferente. Tive que descobrir da maneira mais difícil como esse negócio de compromisso é uma confusão.

A primeira coisa que fizemos foi deixar de lado a teoria. Numa lamentável cena na cama, minha futura mulher me disse algo memorável: “Você não pode me desconstruir e tirar minha roupa ao mesmo tempo”. Passamos um ano em continentes diferentes e logo descobrimos que, embora fosse divertido inserir uns toques teóricos em nossas cartas, não era tão divertido assim lê-las. Mas o que para mim realmente matou a teoria — e começou a me curar, mais genericamente, da minha obsessão pela imagem que eu projetava — foi minha paixão pela ficção. Pode haver uma semelhança superficial entre revisar um texto de ficção e revisar um perfil no Facebook; mas uma página de prosa dispensa aquelas imagens vistosas que favorecem nossa autoimagem. Quem se animar a retribuir o presente que representa a ficção de outra pessoa não poderá ignorar o que há de fraudulento e de segunda mão em sua própria página. Essas páginas também são um espelho, e, se realmente amamos a ficção, descobriremos que as únicas páginas que valem a pena ser guardadas são aquelas que nos refletem como realmente somos.

Há aqui, claro, o risco da rejeição. Podemos de vez em quando suportar o fato de que nem sempre somos curtidos, pois existe uma gama infinita de pessoas que, potencialmente, podem nos curtir. Mas nos expomos por inteiro em nossa individualidade, e não apenas a superfície curtível, e sermos rejeitados, é algo que pode ser insuportavelmente doloroso. Em geral, a perspectiva da dor, da dor da perda, da separação, da morte, é o que torna tão tentadora a ideia de evitar o amor e permanecer em segurança no mundo do curtir. Minha mulher e eu, tendo nos casado jovens demais, abrimos mão de nós mesmos de tal maneira e nos causamos tantos sofrimentos que tínhamos motivos para nos arrependermos de ter embarcado nessa relação.

E no entanto nunca me arrependi. Em primeiro lugar, a luta para honrar nosso compromisso nos tornou o que somos como pessoas; não éramos

moléculas de hélio flutuando indolentemente pela vida; nós nos unimos e mudamos. Em segundo lugar — e essa pode ser a principal mensagem para vocês hoje —, a dor fere, mas não mata. Quando levamos em conta a alternativa — um sonho anestesiado de autossuficiência, incentivado pela tecnologia —, a dor emerge como produto natural e indicador natural de que estamos vivos num mundo resistente. Passar pela vida e não sofrer é não viver. Dizer a si mesmo “Ah, vou deixar para mais tarde essa história de amor e dor, talvez para depois dos trinta” é como se resignar a passar dez anos simplesmente ocupando espaço no planeta e consumindo seus recursos. Resignar-se a ser (e emprego a palavra em seu sentido mais pejorativo) um consumidor.

O que disse antes, sobre como o compromisso com algo que amamos nos obriga a encarar quem realmente somos, pode se aplicar particularmente à atividade de escrever ficção, mas é verdade também em relação a qualquer trabalho que façamos com amor. Gostaria de concluir falando sobre um outro amor que tive.

Quando estava na faculdade, e por muitos anos depois, eu curtia o mundo natural. Não amava, mas sem dúvida curtia. A natureza pode mesmo ser algo muito belo. E como a teoria literária havia me instigado, e eu estava em busca de coisas no mundo que me parecessem erradas, querendo achar razões para odiar as pessoas responsáveis por tais erros, gravitei naturalmente em direção ao ambientalismo, porque sem dúvida havia muitas coisas erradas com o meio ambiente. E quanto mais eu percebia o que estava errado — a população mundial em explosão, o exagerado consumo de recursos naturais, o aumento da temperatura global, a contaminação dos oceanos, o corte das últimas matas virgens —, mais me enfurecia e odiava as pessoas. Finalmente, mais ou menos na época em que meu casamento estava acabando e eu resolvi que dor era algo bem diferente do que passar o resto da vida me sentindo cada vez mais furioso e infeliz, tomei conscientemente a decisão de parar de me preocupar com o meio ambiente. Não havia nada de significativo que eu pudesse fazer,

pessoalmente, para salvar o planeta, e, além disso, queria continuar me dedicando às coisas que amava. Continuei me esforçando para manter baixa minha emissão de carbono, mas esse parecia ser meu limite, se não quisesse de novo sentir raiva e desespero.

Foi então que algo engraçado me aconteceu. É uma longa história, mas, basicamente, apaixonei-me pelos pássaros. Isso não ocorreu sem uma resistência considerável, pois não há nada menos *cool* que ser um observador de pássaros, e qualquer indício que revele uma paixão verdadeira não é, por definição, *cool*. Mas, aos poucos, mesmo relutando, fometei essa paixão, e, se metade de uma paixão é obsessão, a outra metade é amor. Sim, admito que mantive meticulosamente uma lista das espécies de pássaros que já tinha visto e me esforcei para conhecer novas espécies. Mas, o que é igualmente importante, sempre que olhava um pássaro, qualquer pássaro, mesmo uma pomba ou um pardal, sentia meu coração se encher de amor. E o amor, como venho tentando dizer a vocês, é onde nossos problemas começam.

Pois agora, não apenas curtindo a natureza, mas amando uma parte específica e vital dela, eu não tinha escolha a não ser voltar a me preocupar com o meio ambiente. As notícias nesse front não tinham melhorado desde a época em que decidi parar de me importar com isso — na realidade, eram bem piores —, mas agora aquelas florestas e pântanos e oceanos ameaçados não eram mais cenários bonitos que eu podia apreciar. Eram o lar dos animais que eu amava. E foi então que veio à tona um curioso paradoxo. A raiva e a dor que eu sentia diante da situação do planeta só aumentaram por causa da minha preocupação com os pássaros silvestres, e no entanto, à medida que me envolvia com a preservação dos pássaros e aprendia sobre as muitas ameaças que eles sofrem, tornou-se estranhamente mais fácil, e não mais difícil, conviver com a raiva, o desespero e a dor.

Como pode acontecer algo assim? Acho que, para começar, meu amor pelos pássaros se tornou um portal para uma parte importante e menos autocentrada de mim, que eu nem sabia existir. Em vez de continuar

viajando por aí como cidadão do mundo, curtindo algumas coisas, descurtando outras e guardando envolvimento para o futuro, fui obrigado a confrontar uma parte de mim que eu tinha que aceitar na íntegra ou rejeitar absolutamente. É isso que o amor faz com uma pessoa. Pois a questão fundamental para todos nós é o fato de que vivemos por algum tempo, mas um dia vamos morrer. Esse fato é a verdadeira causa fundamental de toda a nossa raiva, dor e desespero. E podemos optar por fugir desse fato ou, por meio do amor, aprender a aceitá-lo.

Como disse, esse envolvimento com os pássaros foi algo inesperado para mim. Durante a maior parte da minha vida, praticamente nem liguei para animais. Talvez tenha tido azar de me aproximar dos pássaros tão tarde em minha vida, ou talvez tenha tido sorte de que esse envolvimento simplesmente tenha acontecido. Mas, uma vez que sentimos um amor assim, não importa se cedo ou tarde, mudamos nossa relação com o mundo. Eu, por exemplo, tinha abandonado o jornalismo depois de algumas primeiras tentativas, porque o universo dos fatos não me estimulava da mesma maneira que o universo da ficção. Mas depois que minha experiência com os pássaros me ensinou a ir ao encontro da dor, da raiva e da desesperança, e não a me afastar delas, passei a aceitar um novo tipo de trabalho jornalístico. Aquilo que eu mais odiava, em determinado momento, se transformou em algo sobre o que eu queria escrever. Fui a Washington no verão de 2003, quando os republicanos estavam fazendo coisas que me deixavam furioso. Fui à China uns anos atrás porque o que os chineses estavam fazendo com o meio ambiente me tirava o sono. Fui ao Mediterrâneo entrevistar caçadores que estavam matando pássaros migratórios. Em cada um desses casos, ao me encontrar com o inimigo, descobri pessoas que realmente passei a curtir — em alguns casos até a amar. Assessores republicanos engraçados, generosos, brilhantes e alegres. Jovens chineses amantes da natureza, maravilhosos e destemidos. Um legislador italiano louco por armas, de olhos suaves e que citava o defensor

dos direitos dos animais, Peter Singer. Em cada caso, a antipatia que sentia facilmente por eles já não tinha mais nada de fácil.

Quando ficamos trancados em nossos quartos, bufando, caçoando ou nos sentindo indiferentes, como fiz durante tantos anos, o mundo e seus problemas parecem desafios impossíveis. Mas quando saímos às ruas e temos relacionamentos reais com seres reais, ou mesmo animais reais, há o perigo bastante real de amarmos alguns deles. E então quem saberá dizer que rumo a vida tomará?

Obrigado.

[2011]

¹ Discurso de abertura, Kenyon College, maio de 2011.

2. Só liguei para dizer que te amo

Quando alguma nova invenção torna minha vida perceptivelmente pior e não para de me atormentar, só tenho tempo para me queixar por um ou dois anos antes que os novidadeiros de plantão comecem a me dizer “aê, tio, isso já era” — assim é a vida hoje. Esse é um dos aspectos mais irritantes da tecnologia moderna.

Não tenho nada contra novidades tecnológicas. A secretária eletrônica e o identificador de chamadas, que juntos acabaram com a tirania do telefone tocando, me parecem duas verdadeiras grandes invenções do final do século xx. Adoro meu BlackBerry, que me permite responder àqueles longos e importunos e-mails em poucas linhas telegráficas que fazem o destinatário se sentir grato, já que digitei com meus polegares. E meu fone de ouvido, que elimina o barulho externo com a emissão de um ruído branco em frequência variável, tornando imperceptível até o mais audível latido na televisão do vizinho. E o mundo maravilhoso da tecnologia do DVD e das telas de alta definição, que já me pouparam de ter que enfrentar pisos grudentos de salas de cinemas, onde pessoas sem educação conversam e comem pipoca.

Privacidade, para mim, não significa manter minha vida pessoal longe dos outros. Significa me manter longe da vida pessoal dos outros. Portanto, embora meus aparelhos favoritos aumentem a privacidade, aprecio qualquer nova engenhoca que não me force a interagir com ela. Se você quiser passar uma hora por dia mexendo em seu perfil do Facebook, ou não vir diferença nenhuma entre ler Jane Austen no Kindle ou em livro, ou acreditar que o videogame *Grand Theft Auto IV* é a maior *Gesamtkunstwerk* desde Wagner,

fico feliz por você, desde que me deixe fora disso. O que não suporto são as tecnologias que me agridem e provocam transtornos. A tv em aeroportos, por exemplo: é assistida talvez por uma em cada dez pessoas (a não ser que esteja passando futebol) e acaba incomodando as outras nove. Ano após ano, um aeroporto depois do outro; uma pequena, mas, ao que parece permanente redução na média da qualidade de vida do viajante. Ou, outro exemplo, a planejada obsolescência de excelentes softwares e sua substituição por programas inferiores. Até hoje não aceito o fato de que o melhor processador de texto já produzido, o WordPerfect 5.0 para DOS, não possa ser executado em nenhum computador que esteja à venda. Ah, claro, na teoria é possível usá-lo no emulador de DOS do Windows, mas seu tamanho diminuto e seu visual grosseiro são como um insulto deliberado da Microsoft àqueles de nós que preferiríamos não utilizar um pesado mastodonte.

Pode ser que o WordPerfect 5.0 fosse irremediavelmente primitivo para os computadores de mesa em editoras, mas era insuperável para escritores que queriam apenas escrever. Elegante, à prova de vírus, pequeno, ele foi aposentado pelo Word, um programa pesado, intrusivo, monopolista e dado a panes. Se eu não tivesse guardado antigos computadores rejeitados no armário, hoje não teria como executar o WordPerfect. Já estou usando o último dos meus computadores sobressalentes. Ainda assim, as pessoas têm a coragem de se irritar comigo porque envio textos num formato ininteligível para o todo-poderoso Word. Vivemos no mundo do Word, tio. Hora de tomar a pílula da superação.

Mas essas são apenas chateações. O aparelho que realmente causou um prejuízo de forte impacto social — e que, apesar do mal que provoca, expõe ao ridículo quem reclama dele publicamente — é o celular.

Apenas dez anos atrás, ainda havia em Nova York (onde moro) muitos espaços públicos mantidos coletivamente, nos quais cidadãos

demonstravam respeito pela comunidade ao poupá-la das suas intimidades banais. Há dez anos, o mundo não havia sido totalmente conquistado por essas pessoas que não param de tagarelar no celular. Nokias ainda eram usados como sinal de ostentação ou para macaquear gente afluyente. Ou, para tentar ser mais tolerante, indicavam uma ansiedade, uma deficiência ou uma muleta. Afinal, a Nova York do final dos anos 1990 testemunhava a transição inconsútil da cultura da nicotina para a cultura do celular. Num dia, o volume no bolso da camisa era o maço de Marlboro; no dia seguinte era um Motorola. Num dia, a garota bonitinha, vulnerável e desacompanhada ocupava as mãos, a boca e a atenção com um cigarro; no dia seguinte, ela as ocupava com uma conversa importante com uma pessoa que não era você. Num dia, a molecada fazia roda em torno do bambambã da turma que tinha comprado um maço de cigarros mentolados; no dia seguinte, o grupo rodeava o primeiro menino que tinha aparecido com uma tela colorida. Num dia, viajantes acendiam o isqueiro assim que saíam do avião; no dia seguinte, eles logo acionavam o celular. O custo de um maço de cigarros por dia se transformou em contas mensais de centenas de dólares na operadora Verizon. A poluição atmosférica se transformou em poluição sonora. Embora o motivo da irritação tenha mudado de uma hora para outra, o sofrimento da maioria contida, provocado por uma minoria compulsiva em restaurantes, aeroportos e outros espaços públicos, continuou estranhamente constante. Em 1998, não muito tempo depois que deixei de fumar, observava, sentado no metrô, as pessoas abrindo e fechando nervosamente seus celulares, mordiscando as anteninhas, que lembravam mamilos e que todos os aparelhos tinham. Ou apenas os segurando como se fossem a mão de uma mãe, e eu quase sentia pena delas. Para mim, era difícil prever até onde chegaria essa tendência: Nova York queria verdadeiramente se tornar uma cidade de viciados em celulares deslizando pelas calçadas sob desagradáveis nuvenzinhas de vida privada, ou de alguma maneira iria prevalecer a noção de que deveria haver um pouco de autocontrole em público?

Nem é preciso dizer, não houve debate algum. O celular não era uma dessas modas, como tomar Ritalina ou usar guarda-chuvas grandes, às quais se contrapõem com disposição significativos bolsões de resistência civil. Seu triunfo foi imediato e total. Os abusos foram objeto de lamentações e maledicências em artigos, colunas e cartas às redações de jornais e revistas, e então, quando as coisas pioraram, houve ainda mais lamentações e maledicências, mas não passou disso. As reclamações foram registradas, alguns pequenos ajustes foram feitos (o “carro silencioso” nos trens da Amtrak; discretos avisos solicitando encarecidamente alguma moderação em restaurantes e academias de ginástica), e o celular então estava livre para continuar fazendo estragos sem medo de sofrer mais críticas, pois elas seriam antiquadas e nada *cool*. Aê, tio.

Mas não é porque o problema hoje nos é familiar que isso deixa de irritar o motorista preso atrás de alguém batendo papo no celular na via expressa, emparelhado com os carros que circulam na faixa de menor velocidade. E, no entanto, tudo em nossa cultura comercial nos diz que o motorista com o celular está certo e os outros estão errados — que não estamos aproveitando os planos que nos oferecem, por preços competitivos, liberdade, mobilidade e minutos ilimitados para conversar. A cultura comercial nos diz que se ficamos exasperados com o motorista grudado no celular só pode ser porque não estamos aproveitando o tempo tão bem quanto ele. Mas afinal, *o que há de errado com a gente?* Por que não podemos relaxar um pouco e usar nossos celulares, com aqueles planos especiais para falar com Amigos e Família, e aproveitar melhor nosso tempo, bem lá no meio da via expressa?

Pessoas que enfrentam problemas para socializar não passam a se comportar repentinamente como adultos quando a pressão social de seus pares as constrange ao silêncio. Apenas se tornam mais rudes. Uma praga nacional que se alastra é o cliente que, no supermercado, não larga o celular nem na hora de pagar a conta. A combinação típica na minha vizinhança, em Manhattan, envolve uma jovem branca, formada recentemente em alguma universidade cara, e uma negra ou hispânica da mesma idade, mas

que não teve as mesmas vantagens da vida. Não passa de veleidade liberal, claro, esperar que a moça do caixa interaja com o cliente ou, pelo menos, aprecie sua disposição escrupulosa de interagir com ela. Como seu trabalho é repetitivo e paga mal, damos um desconto se ela nos tratar com enfado ou indiferença; no máximo, registramos sua falta de profissionalismo. Mas isso não nos exige da obrigação moral de reconhecer sua existência como pessoa. Embora seja verdade que algumas atendentes não ligam para o fato de serem ignoradas, grande parte delas fica visivelmente irritada, brava ou chateada quando um cliente não é capaz de largar por dois segundos o celular para trocar umas palavras com quem o está servindo. Não preciso nem dizer que aquela jovem cliente, da mesma maneira que o motorista tagarela da via expressa, não tem a menor consciência de que esteja desrespeitando alguém. Conforme minha experiência, quanto maior a fila no caixa, maior a chance de ela pagar a conta de 1,98 dólar com cartão de crédito. E não aquele cartão com chip, que é só inserir na máquina e está tudo resolvido, mas aquele outro, o tipo é-preciso-esperar-pela-cópia-do-recibo-e-claro-que-a-operação-só-é-realizada-depois-(só-depois)-que-ela-com-aquele-ar-de-zumbi-desajeitado-começar-a-passar-o-celular-de-um-ouvido-para-o-outro-enquanto-assina-o-recibo-e-continua-a-expressar-dúvidas-sobre-se-quer-mesmo-se-encontrar-com-o-Zachary-do-Morgan-Stanley-no-bar-États-Unis-hoje-à-noite.

Há, claro, uma consequência social positiva dessa deterioração de comportamento. A noção abstrata de espaços públicos civilizados, como reservas raras que vale a pena defender, praticamente não existe mais, mas ainda se pode encontrar consolo na formação de microcomunidades de vítimas, que surgem em decorrência do mau comportamento. Baixar o vidro do carro e se solidarizar com o motorista furioso, ou olhar nos olhos da moça que está passando raiva no caixa e sinalizar com um movimento de cabeça que você a compreende — são gestos que nos fazem sentir menos sozinhos. E é por isso que, de todas as variações de mau comportamento no uso do celular, aquela que mais me incomoda é a que, por não ter vítimas

ostensivas, não incomoda mais ninguém. Refiro-me ao hábito, incomum dez anos atrás, e hoje disseminado, de encerrar a conversa no celular com um “TE AMO!”. Ou, o que é ainda mais opressivo: “EU TE AMO!”. Cada vez que escuto isso tenho vontade de ir morar na China, pelo menos lá eu não entendo o que eles falam.

O motivo da minha irritação é fácil de entender. Simplesmente, enquanto estou comprando meias na Gap, ou perdido em meus pensamentos na fila para comprar ingressos, ou tentando ler um romance antes de o avião decolar, não quero ser atraído, na imaginação, pelo mundo meloso da vida particular do ser humano ao meu lado. A essência do que é abominável no celular, como fenômeno social — a má notícia que permanece má notícia —, é que capacita e encoraja o pessoal e o individual de se imiscuir com o público e o comunitário. E não há declaração de calibre mais grosso que “Eu te amo” — não existe nada pior que um indivíduo possa impor ao espaço público comunitário. Até o “Foda-se, seu imbecil” é menos invasivo, uma vez que é o tipo de coisa que às vezes pessoas iradas dizem em público, e pode muito bem ser dirigida a um estranho.

Minha amiga Elisabeth me garante que essa nova praga nacional de eu-te-amos é algo bom: uma reação saudável à dinâmica da família repressora da nossa infância protestante de algumas décadas atrás. O que haveria de errado, pergunta Elisabeth, em alguém dizer à sua mãe que a ama, ou ouvi-la dizer que o ama? E se um dos dois morrer antes que possam se falar de novo? Não é bom que hoje a gente possa falar essas coisas uns aos outros de maneira tão livre?

Admito que, comparado às outras pessoas no saguão do aeroporto, talvez eu seja extraordinariamente frio e distante; que a repentina e avassaladora sensação de *amar* alguém (um amigo, mulher, pai, mãe, irmão), o que para mim é uma sensação tão importante e extraordinária que reluto em não expressá-la da melhor maneira, seja para outras pessoas tão comum e rotineira e facilmente alcançada que pode ser experimentada e expressada várias vezes no mesmo dia sem perda significativa de intensidade.

É possível também, no entanto, que a repetição habitual e muito frequente da frase a esvazie. Joni Mitchell, no último verso de “Both sides now”, faz referência ao espanto solene de dizer eu te amo “em alto e bom som”; de fazer emergir na voz um sentimento de tamanha intensidade. Stevie Wonder, numa letra escrita dezessete anos depois, canta ter ligado para uma pessoa, numa tarde qualquer, só para lhe dizer “eu te amo” e, em se tratando de Stevie Wonder (que provavelmente é uma pessoa mais afetuosa que eu), ele já tem meio caminho andado para me fazer acreditar em sua sinceridade — pelo menos até o final do refrão, quando acha necessário acrescentar: “*And I mean it from the bottom of my heart*” [E digo isso do fundo do meu coração]. Declarar sinceridade é mais ou menos um atestado de insinceridade.

E assim, quando lá estou eu comprando minhas meias na Gap e a mãe atrás de mim na fila solta um “eu te amo!” no aparelhinho, não tenho como evitar o pensamento de que é impossível não pensar que há alguma representação naquilo; uma representação até meio exagerada; uma representação pública; imposta em tom desafiador. Sim, muitos assuntos domésticos são tratados em público, embora não sejam para consumo público; sim, as pessoas perdem o controle. Mas a frase “eu te amo” é relevante e intensa, e dita assim, como se fosse um anúncio, de forma demasiadamente autoconsciente, me leva a crer que o fato de eu ouvi-la não é algo accidental. Se a declaração de amor daquela mãe fosse genuína e tivesse um peso emocional, por que ela não teria pelo menos um pouco de cuidado para que outras pessoas não a ouvissem? Se realmente estivesse sendo sincera, do fundo do seu coração, será que não iria preferir dizer isso em *voz baixa*? Ao ouvi-la involuntariamente, como um estranho, tive a sensação de que ela queria que eu fosse cúmplice daquela declaração agressiva de direito adquirido. No mínimo, a pessoa parecia dizer a mim e a quem mais estivesse por perto: “*Minhas* emoções e *minha* família são mais importantes para mim do que o seu conforto social”. E suspeito que quisesse dizer também: “Quero que todos vocês saibam que, ao contrário de muita

gente, inclusive o puto do meu pai, *eu* sou do tipo de pessoa que sempre digo aos meus que os amo”.

Ou será que sou eu, nessa admitida irritação que pode soar meio lunática, que estou simplesmente projetando tudo isso?

O celular atingiu sua maturidade no Onze de Setembro de 2001. Está impregnada em nossa consciência coletiva a imagem dos celulares como canais para a expressão de intimidades entre os desesperados. Em cada eu-te-amo gritado que ouço hoje, em meio à orgia nacional de conectividade — a obrigação de pais e filhos se falarem por celular uma ou duas ou cinco ou dez vezes ao dia —, é difícil não ouvir o eco daqueles terríveis e totalmente apropriados eu-te-amos proferidos de dentro dos quatro aviões e das duas torres condenados. E é precisamente esse eco, o fato de que isso é um eco, que me irrita tanto.

Minha própria experiência do Onze de Setembro foi anômala porque não havia uma televisão por perto. Às nove da manhã, recebi um telefonema do meu editor, que, do seu escritório, tinha acabado de ver o segundo avião atingir as torres. Imediatamente procurei a televisão mais próxima, na sala de reuniões do escritório imobiliário abaixo do meu apartamento, e assisti com um grupo de corretores à primeira e depois à outra torre virem abaixo. Mas aí minha namorada veio para casa e nós passamos o resto do dia ouvindo rádio, procurando na internet, tranquilizando nossas famílias e olhando do teto do prédio na Lexington Avenue (que estava cheia de pedestres a caminho do norte da cidade) o pó e a fumaça ao sul de Manhattan se disseminando numa chocante mortalha. À noite, caminhamos até a rua 42, encontramos um amigo de fora da cidade e achamos um restaurante italiano sem nada de especial, na rua 40, a oeste da Quinta Avenida, que por acaso estava servindo jantar. Todas as mesas estavam tomadas por pessoas que bebiam muito; o clima era de guerra. Dei mais uma olhada na tela da TV, agora mostrando o rosto de George W. Bush,

quando saíamos pelo bar do restaurante. “Parece um rato assustado”, alguém disse. Sentado no trem 6 na Grand Central, aguardando a partida, ouvimos um nova-iorquino reclamar com o condutor porque não havia serviço na linha expressa para o Bronx.

Três dias mais tarde, das onze da noite às três da manhã, fiquei sentado numa sala refrigerada da rede de TV ABC, em que podia, ao lado do meu colega David Halberstam, também de Nova York, falar por vídeo com Maya Angelou e dois outros escritores de fora da cidade, enquanto aguardávamos para oferecer a Ted Koppel uma perspectiva literária sobre os ataques da terça-feira de manhã. A espera não foi breve. Cenas dos ataques, das torres desmoronando, da fumaça, eram mostradas sem parar, intercaladas por longos segmentos sobre o custo emocional para cidadãos comuns e seus filhos impressionados com tudo aquilo. De vez em quando, um ou dois de nós tínhamos sessenta segundos para dizer algo como escritores antes de a cobertura voltar para as sofridas entrevistas sobre a carnificina, dadas por familiares e amigos de pessoas mortas ou desaparecidas. Falei quatro vezes em três horas e meia. Na segunda vez, me pediram para confirmar relatos generalizados de que os ataques tinham mudado profundamente a personalidade dos nova-iorquinos. Eu não tinha como confirmar isso. Disse que vi rostos sombrios e não raivosos, e falei sobre pessoas em minha vizinhança comprando roupas para o outono quarta-feira à tarde. Ted Koppel, em sua resposta, deixou claro que eu tinha fracassado em desempenhar a tarefa pela qual esperei metade da noite. franzindo as sobrancelhas, disse que sua impressão era bem diferente: para ele, os ataques tinham mesmo mudado profundamente a personalidade de Nova York.

Naturalmente, supus que eu falava a verdade enquanto Koppel estava apenas retransmitindo uma opinião corrente. Mas Koppel passara os últimos dias assistindo à TV, e eu não. Eu não compreendia, por não ter uma TV, que o maior dano ao país não era infligido por um agente patogênico, mas pela imensa e desproporcional resposta do nosso sistema imunológico. Estava mentalmente comparando o número de mortos na terça-feira com

outras mortes violentas — 3 mil americanos mortos em acidentes de trânsito nos trinta dias anteriores ao Onze de Setembro — porque, não tendo visto as imagens, imaginei que os números tinham importância. Concentrava energia em imaginar, ou em resistir a imaginar, o horror de estar sentado na poltrona da janela enquanto o avião voava baixo sobre a rodovia West Side, ou de estar preso acima do nonagésimo andar e ouvir a estrutura de aço começar a ranger e a ruir, enquanto o restante do país vivia um *trauma em tempo real* assistindo às mesmas imagens sem parar. E portanto eu não tinha necessidade — e por um tempo nem estava ciente — da sessão de terapia em grupo televisionada em rede nacional, um tele-mega-abraço, que ocorreu nos dias, semanas e meses que se seguiram aos atentados, em resposta ao trauma provocado pela exposição às imagens mostradas na TV.

O que eu *podia* perceber era a repentina, misteriosa, desastrosa sentimentalização do discurso público americano. E, assim como não consigo evitar culpar a tecnologia do celular por pais e filhos despejarem em seus aparelhos manifestações de afeto ao alcance do ouvido de qualquer estranho, culpo a mídia por colocar o pessoal em primeiro plano nacional. Ao contrário do que aconteceu, por exemplo, em 1941, quando os Estados Unidos responderam ao terrível ataque com firmeza, disciplina e sacrifício coletivos, em 2001 tivemos imagens espetaculares. Gravações amadoras que foram exibidas quadro a quadro. Nas telas da TV, cenas de violência em estado cru eram mostradas em cada quarto do país, ouviam-se mensagens desesperadas em secretárias eletrônicas deixadas por pessoas condenadas, e psicólogos tentavam explicar e curar nosso trauma. Mas, em relação ao que os ataques significavam e qual seria a resposta sensata a eles, as opiniões variavam. Aí estava algo maravilhoso a respeito da tecnologia digital: não havia mais aquela censura lesiva às opiniões de quem quer que fosse! Todos tinham direito de dizer o que estavam achando! Se Saddam Hussein tinha ou não comprado pessoalmente as passagens dos sequestradores, era assunto aberto a um debate acalorado. O que todos tinham concordado em concordar, isso sim, era que as famílias das vítimas do Onze de Setembro

tinham o direito de aprovar ou vetar os planos para o memorial do Marco Zero. E todos podiam compartilhar a dor das famílias dos guardas e bombeiros mortos. E todos concordaram que não havia espaço para ironia. Aquela ironia perversa e vazia dos anos 1990 simplesmente “não era mais possível” depois do Onze de Setembro; tínhamos adentrado uma nova era de sinceridade.

O lado positivo disso foi que em 2001 os americanos estavam se saindo melhor que seus pais e avós ao dizer “eu te amo” a seus filhos. Mas tínhamos uma economia competitiva? Reagíamos como uma nação? Derrotávamos nossos inimigos? Formávamos fortes alianças internacionais? Nesses quesitos, o balanço talvez tenha sido mais negativo.

Meus pais se conheceram dois anos depois de Pearl Harbor, no outono de 1943, e em poucos meses estavam trocando cartas. Meu pai trabalhava para a Great Northern Railway e estava sempre em viagem, em pequenas cidades, inspecionando ou consertando pontes, enquanto minha mãe ficava em Minneapolis, onde trabalhava como recepcionista. Das cartas que escreveu para ela, a mais antiga que guardo comigo é a do Valentine’s Day de 1944. Ele estava em Fairview, Montana, e minha mãe lhe enviara um cartão semelhante aos outros que escreveria no ano em que se casaram, com ternos desenhos de bebês, crianças e bichinhos expressando ternos sentimentos. Aquele cartão (que meu pai também guardou) mostrava uma menina com rabo de cavalo e um menino ruborizado, um do lado do outro, envergonhados, evitando se olharem e com as mãos escondidas atrás do corpo.

*Queria ser uma pedrinha,
Assim talvez um dia
Quando eu crescesse
Uma pedrinha grande seria.*

Dentro do cartão há um desenho das mesmas crianças, mas agora de mãos dadas, com uma assinatura da minha mãe em letra cursiva (“Irene”) embaixo da menina. O segundo verso diz:

*Eu me amarraria a um bilhete
E, como quem não quer nada,
Bateria à sua janela para dizer:
“Quer ser minha namorada?”.*

A carta do meu pai em resposta foi enviada pelo correio de Fairview, Montana, em 14 de fevereiro.

Terça-feira à noite

Querida Irene,

Desculpe-me tê-la desapontado no Valentine’s Day; eu me lembrei mas, depois de não ter conseguido um cartão na venda, me senti meio bobo de perguntar se tinha na mercearia ou na loja. Tenho certeza de que por aqui eles já ouviram falar do Valentine’s Day. Seu cartão correspondeu perfeitamente à situação que estou vivendo, e não sei se foi intencional ou acidental, mas acho que comentei meus problemas com pedras por aqui. Hoje as pedras acabaram e estou atrás de pedras pequenas, grandes, pedras de todos os tamanhos, porque sem elas não temos como trabalhar. Já não tinha muita coisa para fazer enquanto a construtora realizava o serviço, e agora não há nada mesmo para fazer. Hoje dei um pulo até a ponte em que estamos trabalhando só para passar o tempo e fazer algum exercício; são mais de seis quilômetros, o que é uma boa distância, ainda mais considerando que venta muito. A menos que até amanhã de manhã a gente consiga mais pedras, vou ficar sentado aqui lendo filosofia; não parece certo eu ser pago para passar o dia assim. O outro único passatempo por aqui é sentar no lobby do hotel e ficar ouvindo as fofocas da cidade, e as pessoas que vêm sempre aqui certamente sabem de tudo. Até nos divertimos porque tem gente de todo tipo — do doutor local ao bêbado da cidade. E este aí é provavelmente o mais interessante de todos; ouvi dizer que ele já deu aula na Universidade de Notre Dame, e parece ser um homem muito inteligente, mesmo quando bêbado. Normalmente a conversa é bem grosseira, do tipo que o Steinbeck deve

ter usado como modelo, mas esta noite apareceu lá uma mulher grande e gorda que parecia se sentir em casa. Tudo isso me faz pensar como nós na cidade levamos uma vida meio enclausurada. Eu cresci numa cidadezinha e me sinto bem à vontade aqui, mas de alguma maneira parece que agora vejo as coisas de outro jeito. Depois te conto mais sobre isso.

Espero voltar para St. Paul no sábado à noite, mas não posso dizer com certeza agora. Telefone quando chegar.

Com todo o meu amor,

Earl

Meu pai tinha acabado de completar 29 anos. É impossível saber como minha mãe, em sua inocência e otimismo, recebeu a carta na época, mas no geral, considerando a mulher que conheci, posso dizer que aquele não era absolutamente o tipo de carta que, dado seu viés romântico, ela gostaria de ter recebido. Toda aquela metáfora amorosa de pedrinhas tomada literalmente como referência para o *cascalho do lastro da ferrovia*? E ela, que passou a vida tentando se livrar da imagem do bar de hotel onde seu pai trabalhava como atendente, ia *se divertir* ouvindo “grosserias” do *bêbado da cidade*? Cadê as palavras carinhosas? Cadê as menções aos sonhos de amor? Era óbvio que meu pai ainda tinha muito a aprender sobre ela.

No entanto, eu achei a carta repleta de amor. Amor por minha mãe, certamente: ele tentou enviar um cartão de Valentine’s Day, leu atentamente o cartão que ela lhe enviou, desejou que estivessem juntos, teve ideias que quis compartilhar, despediu-se declarando todo o seu amor, disse que ligaria assim que chegasse. Mas amor também por um mundo de outras coisas: pela diversidade humana, por pequenas e grandes cidades, pela filosofia e literatura, pelo trabalho duro e pela remuneração justa, pela conversa, pela reflexão, por longas caminhadas ao vento, por palavras cuidadosamente escolhidas e pela ortografia perfeita. A carta me lembra das muitas coisas que eu amava em meu pai, a decência, a inteligência, o humor inesperado, a curiosidade, a consciência, a reserva e a dignidade. Apenas quando ponho a carta ao lado do cartão da minha mãe, com seus bebês de olhos grandes e

sua preocupação com o sentimento puro, penso nas décadas de desapontamento mútuo que se seguiram aos primeiros anos de felicidade quase cega que tiveram.

Mais tarde, minha mãe se queixaria para mim que meu pai nunca havia dito que a amava. E pode bem ser verdade que literalmente ele nunca tenha dito as três palavras mágicas a ela — eu certamente nunca o ouvi dizendo isso. Mas não é verdade que nunca tenha escrito tais palavras. Uma razão pela qual demorei anos para ter coragem de ler a antiga correspondência deles é que a primeira carta do meu pai que olhei, depois da morte da minha mãe, começa carinhosamente com “Irenie” (em 35 anos, nunca o ouvi chamá-la assim) e termina com uma declaração (“Eu te amo, Irene”) que era mais do que pude suportar ver. Aquele não era o pai que eu conhecia, e decidi guardar todas as cartas num baú no sótão da casa do meu irmão. Mais recentemente, quando fui buscar as cartas e dei conta de lê-las todas, descobri que meu pai tinha de fato declarado seu amor dezenas de vezes, usando as três palavras mágicas, antes e depois de ter se casado. Mas talvez, mesmo assim, tenha sido incapaz de dizê-las em voz alta, e provavelmente seja por isso que, na memória da minha mãe, ele nunca as “dissera”. É possível também que suas declarações escritas tenham soado tão falsas e estranhas ao seu estilo nos anos 1940 quanto agora soam para mim, e que minha mãe, em suas queixas, estivesse se lembrando de uma verdade mais profunda, agora escondida pelas palavras aparentemente afetuosas. É possível que, sentindo-se culpado pela investida sentimental que recebia dos bilhetes que ela lhe deixava (“Eu te amo com todo o meu coração”, “Com ah tanto amor” etc.), ele tenha se sentido obrigado a responder com romantismo, ou pelo menos a tentar ser romântico, da maneira como ele fez (mais ou menos) ao tentar comprar um cartão de Valentine’s Day em Fairview, Montana.

“Both sides now”, na versão de Judy Collins, foi a primeira música pop que grudou na minha cabeça. Tocava direto nas rádios quando eu tinha oito ou nove anos, e sua referência a declarar o amor “em alto e bom som”, combinada com a queda que eu tinha pela voz de Judy Collins, ajudou a fazer com que, para mim, o sentido primário de “eu te amo” fosse sexual. Atravessei os anos 1970 e me tornei capaz, em raros acessos de emoção, de dizer a meus irmãos e a muitos dos meus amigos que os amava. Mas em meu tempo de colégio as palavras só tinham um significado para mim. “Eu te amo” era a frase que eu gostaria que a menina mais bonita da classe me escrevesse num bilhete, ou que queria ouvir sussurrada num bosque durante o piquenique da escola. Aconteceu apenas duas vezes, naqueles anos, de uma menina de quem eu gostava de verdade me escrever ou dizer isso para mim. Mas quando aconteceu foi uma injeção de pura adrenalina. Mesmo quando estava na faculdade e comecei a ler Wallace Stevens e percebi como ele caçoava, em “Le Monocle de Mon Oncle”, de pessoas como eu, que buscam o amor indiscriminadamente:

Se sexo fosse tudo, cada mão trêmula

Nos faria gemer, como bonecos, as desejadas palavras.

Tais desejadas palavras continuavam a significar o abrir de uma boca, a insinuação de um corpo, a promessa de uma intimidade inebriante. Assim, era muito estranho que a pessoa de quem eu mais escutava constantemente essas palavras fosse minha mãe. Era a única mulher numa casa onde só havia homens, e convivia com tantos sentimentos sem reciprocidade que era impelida a buscar expressões românticas. As cartas e as palavras de carinho que me dirigia eram idênticas em espírito às que, no passado, dirigira a meu pai. Muito antes de eu ter nascido, meu pai já achava sua maneira derramada de se expressar insuportavelmente infantil. A mim, no entanto, suas expressões não eram suficientemente infantis. Esforcei-me bastante para evitar a reciprocidade. Sobrevivi muitos períodos da minha infância, as

longas semanas em que nós dois ficávamos sozinhos em casa, me fixando nas distinções cruciais de intensidade entre as frases “Eu te amo”, “Eu também te amo” e “Te amo”. O mais importante era nunca, jamais dizer “Eu te amo” ou “Eu te amo, mãe”. A alternativa mais aceitável era murmurar um “Te amo” de maneira quase inaudível. Mas “Eu te amo também”, se pronunciado com rapidez e ênfase suficiente no “também”, como se fosse uma reciprocidade obrigatória, foi uma frase que me poupou muitos constrangimentos. Não lembro se ela chegou a me repreender ou me dar uma dura (como às vezes acontecia) por qualquer resposta evasiva. Mas também nunca me falou que dizia “Eu te amo” só porque era algo que adorava fazer, pois seu coração transbordava de amor e que, portanto, eu não precisava me sentir obrigado a responder sempre “Eu te amo”. Assim, até hoje, quando sou agredido por alguém gritando “Eu te amo” no celular, associo a frase com coerção.

Meu pai, apesar de escrever cartas cheias de amor e curiosidade, não viu nada de errado em deixar minha mãe fechada em casa por quatro décadas, cozinhando e faxinando, enquanto ele se distraía com seu trabalho no mundo dos homens. Parece ser regra, tanto no mundinho do casamento como no universo da vida americana, que aqueles sem trabalho sejam dados a sentimentalismos, e vice-versa. As várias histerias pós-Onze de Setembro, tanto a praga dos eu-te-amos quanto o medo e o ódio disseminados contra os cabeças de turbante, foram histerias dos que não tinham poder, dos que se sentiam dominados. Se minha mãe tivesse tido mais chances de se realizar, talvez tivesse calibrado seus sentimentos, adequando-os de forma mais realista aos objetos de seu amor.

Por mais frio, reprimido ou sexista que meu pai pudesse parecer pelos padrões contemporâneos, sou-lhe grato por nunca me ter dito com todas as letras que me amava. Meu pai adorava a privacidade, o que significa: ele respeitava a esfera pública. Acreditava em reserva, protocolo e razão, pois, sem tais predicados, ele achava que seria impossível à sociedade debater e tomar decisões que melhor atendessem a seus interesses. Teria sido bom,

sobretudo para mim, se ele tivesse aprendido a demonstrar mais seu afeto por minha mãe. Mas cada vez que ouço pais e filhos gritando seus eu-te-amos no celular, sinto-me um homem de sorte por ter tido o pai que tive. Ele amava os filhos mais que tudo. E saber que ele sentia isso mas não conseguia expressar em palavras; saber que ele podia confiar que eu sabia disso e não tinha expectativa de que ele declarasse seu amor: aí estão a essência e a substância do amor que eu sentia por ele. Um amor que eu também, da minha parte, tive o cuidado de nunca lhe declarar.

E no entanto essa foi a parte fácil. Entre mim e o lugar onde meu pai está agora — ele está morto — nada pode ser transmitido, a não ser o silêncio. Ninguém tem mais privacidade que os mortos. Meu pai e eu hoje não dizemos um ao outro muito menos do que fazíamos durante os anos em que ele estava vivo. A pessoa de quem me pego tendo mais saudades — de quem sinto falta dos argumentos, de lhe mostrar meu trabalho, de convidá-la para conhecer meu apartamento, de zombar dela, de sentir remorso em relação a ela — é minha mãe. A parte de mim que se irrita com a intromissão dos celulares vem do meu pai. A parte de mim que ama meu BlackBerry e quer ser mais leve e se integrar ao mundo vem da minha mãe. Ela era a mais moderna dos dois, e embora tenha sido ele que trabalhava fora, foi ela que ficou do lado vencedor. Se estivesse viva e morando em St. Louis, e se por acaso você estivesse sentado ao meu lado no aeroporto Lambert, aguardando um voo para Nova York, talvez tivesse que me aguentar, ouvindo-me dizer que a amava. Mas eu falaria em voz baixa.

[2008]

3. Examinando as cinzas

Cigarros são a última coisa no mundo sobre a qual quero pensar. Não me considero um fumante nem me identifico com os 46 milhões de americanos que têm o vício. Não gosto do cheiro da fumaça e da invasão da privacidade nasal que ela representa. Bares e restaurantes moderninhos — com uma clientela cuja exclusividade depende em parte das nuvens tóxicas usadas como escudo — começaram a me desagradar. Senti-me asfixiado em quartos de hotéis em que fumantes ficaram na noite anterior e em banheiros públicos onde homens fumam Winston, um cigarro asqueroso e fedido, como se fosse um laxante. (“Winston empesteia o ar/ Como o que acabei de dar”, diz a paródia gramaticalmente irrepreensível da minha infância.) Em Nova York, parece que em alguns dias dois terços das pessoas nas calçadas, envoltas pelas emissões dos canos de escapamento dos carros, estão com cigarros acesos; eu me posiciono constantemente para ficar contra o vento. Para conter a fumaça que sobe dos vizinhos de baixo, usei uma pistola de calefação que veda os vãos entre o assoalho e o rodapé. A primeira vez em que entrei num cassino, em Nevada, tive uma antevisão do inferno: filas e filas de mulheres de meia-idade de rosto alongado fumando alongados Kents e alimentando compulsivamente as máquinas com moedas de prata. Quando ouço que cigarro é sexy, penso em Nevada. Quando vejo uma atriz ou um ator dar uma baforada profunda na tela, imagino os pirenos e os fenóis devastando as delicadas células epiteliais e dando muito trabalho aos cílios dos brônquios; o monóxido e o cianeto aderindo à hemoglobina; o esforço violento e excessivo dos seus quimicamente sobressaltados corações. Cigarros são uma destilação da paranoia mais geral que envolve nossa

cultura, o horrível conhecimento das fragilidades do nosso corpo num mundo de riscos moleculares. Eles me apavoram.

Por ser capaz de odiar quase todos os atributos dos cigarros (e não vamos nem falar dos charutos) e porque devo ter fumado meu último cigarro há cinco anos e nunca tive um cinzeiro, é fácil para mim pensar que estou livre da nicotina. Mas se o homem que tem meu nome não é um fumante, o que estará fazendo de novo aquele exaustor na janela da sua sala de estar? Por que, ao fim de cada dia de trabalho, há uma pequena coleção de bitucas no pires sobre a mesa ao lado do exaustor?

Cigarros eram o maior tabu na família culturalmente conservadora em que cresci — maiores até que o tabu do sexo e das drogas. No ano anterior ao meu nascimento, o pai da minha mãe morreu de câncer no pulmão. Tinha começado a fumar como soldado durante a Primeira Guerra Mundial e durante toda a vida consumiu uma quantidade industrial de cigarros. Todos os que conheceram meu avô aparentemente gostavam muito dele, e por mais que eu despreze a obsessão pela saúde que tomou conta do nosso país — a elevação do corpo sarado à condição divina e a pura longevidade como a marca de um favor de Deus —, o fato é que, se meu avô não tivesse fumado, eu poderia ter tido a chance de conhecê-lo.

Minha mãe ainda não tem disposição para falar de cigarros. Comecei a fumar escondido quando estava na faculdade, talvez em parte porque ela odiasse cigarros, e à medida que os anos passavam comecei a temer que fosse descoberto, um medo semelhante, tenho certeza, àquele que os homossexuais sentem ao se abrir com seus pais. Minha mãe crioua meu corpo a partir do dela, afinal. Que rejeição aos pais poderia ser mais extrema do que deliberadamente envenenar aquele corpo? Abrir-se com os pais é anunciar: este é quem eu sou, esta é minha identidade. O curioso em relação a “fumante” como etiqueta de identidade, porém, é sua mutabilidade. Poderia decidir amanhã que deixaria de sê-lo. Assim, por que não fingir ser fumante hoje? Para assumir o controle das suas vidas, as pessoas contam a si próprias histórias sobre quem gostariam de ser. É um privilégio especial do

fumante — que às vezes decide parar de fumar de forma tão resoluta que é como se já tivesse parado — ter acesso à evidência irrefutável de que essas histórias não são necessariamente verdadeiras: aí estão as bitucas no cinzeiro, aqui está o cheiro no cabelo.

Como fumante, portanto, desconfio não apenas das minhas histórias sobre mim mesmo, mas de *todas* as narrativas que pretendem ter uma significação moral sem ambiguidade. E o fato é que nos últimos meses os americanos foram submetidos a tal narrativa na imprensa diária, por conta de uma série de notícias: documentos “secretos” jogaram luz sobre as maquinações do Grande Tabaco, cientistas do setor vieram a público para acusar ex-empregadores, nove estados e um consórcio de sessenta escritórios de advocacia abriram enorme quantidade de processos de responsabilidade civil, e a Food and Drug Administration [FDA, Administração Federal de Alimentos e Medicamentos] começou a regulamentar os cigarros como produtos liberadores de nicotina. A prevalecente perspectiva liberal de que o Grande Tabaco é o Mal com *M* maiúsculo é resumida numa resenha no *New York Times* sobre o excelente *Ashes to Ashes*, de Richard Kluger, que conta uma nova história da indústria do tabaco. Reprendendo Kluger (entre todas as coisas) por sua “objetividade” e “imparcialidade”, Christopher Lehmann-Haupt sugere que o negócio do cigarro está no mesmo nível moral da escravidão e do Holocausto. O próprio Kluger, imparcial ou não, associa repetidamente a palavra “anjos” ao se referir a militantes antitabagistas. Na introdução do seu livro, ele não deixa espaço para nuances: ou os produtores de cigarro são “basicamente empresários como quaisquer outros” ou são “lazarentos morais vitimando os ignorantes, os miseráveis, os emocionalmente vulneráveis e geneticamente suscetíveis”.

Meu desconforto com essas dicotomias pode refletir o fato de que, ao contrário de Lehmann-Haupt, ainda não larguei o vício. Mas em nenhum outro debate nacional me sinto mais fora de sintonia com a opinião corrente. Por mais que não confie na indústria americana, sobretudo numa

indústria metida até o pescoço na compra de congressistas, uma parte de mim insiste em torcer pelo tabaco. Fico perplexo ao ler a última notícia sobre saúde: FUMANTES TÊM MAIOR PROBABILIDADE DE GERAR BEBÊS RETARDADOS, DIZ ESTUDO. Ataco particularmente a escolha de colisões de metáfora e melodrama, como nesta notícia do *Times*: “As declarações juramentadas são o último de uma série de reveses que minam a aparência de invencibilidade que no passado acobertava um setor que fatura 45 bilhões de dólares como a indústria do tabaco, e que agora enfrenta uma avalanche de processos”. Minha solidariedade com os grupos que fumam desbragadamente — operários, afro-americanos, escritores e artistas, adolescentes alienados, pessoas com distúrbios mentais — se expande às empresas que fornecem cigarros a eles. Penso: somos todos uns pobres-diabos agora. Tempo de guerra é tempo de mentiras, digo a mim mesmo, e a maior mentira da guerra aos cigarros é que a equação moral pode ser reduzida a uns e zeros. Ou será que eu também fui corrompido pelo tabaco?

* * *

Comecei a fumar como estudante na Alemanha, nos tempos sombrios do início dos anos 1980. Ronald Reagan tinha feito recentemente seu discurso sobre o “império do mal” e Jonathan Schell estava lançando *O destino da Terra*. O que se dizia em Berlim era que se acordássemos num mundo não destruído no sábado de manhã estávamos seguros por mais uma semana; o que se supunha era que a OTAN ficava mais desatenta que nunca na sexta-feira à noite, que as forças do Pacto de Varsóvia escolheriam esse momento para atravessar o Passo de Fulda, e que a OTAN teria que partir para cima delas a fim de repelir o avanço. Como eu achava que minha chance de sobreviver à década era de 50%, o risco adicional provocado pelo fumo parecia negligenciável. Na realidade, havia algo convidativamente apocalíptico nos cigarros. O pesadelo da proliferação nuclear tinha uma correlação com a maneira como os cigarros — anônimos, portadores da

morte, cilíndricos como os mísseis — proliferaram em minha vida. Cigarros são um acessório da guerra moderna, o melhor amigo do soldado, e, numa época em que um provável teatro de guerra era minha própria sala de estar, fumar se tornou um símbolo da minha impotente participação civil na Guerra Fria.

Entre as angústias que são mais refreadas pelo cigarro está, paradoxalmente, o medo de morrer. Que fumante inveterado não sentiu um princípio de pânico ao pensar em câncer de pulmão e em seguida acendeu um cigarro para combater o pânico? (É a lógica da Guerra Fria: temos medo de armas nucleares, então vamos construir outras mais.) A morte é um rompimento da conexão entre a individualidade e o mundo, e, uma vez que a individualidade não pode imaginar não existir, talvez o que seja realmente assustador sobre a perspectiva de morrer não seja a extinção da minha consciência, mas a extinção do mundo. O temor de um holocausto nuclear global era, portanto, funcionalmente idêntico ao meu medo particular da morte. E o potencial fatídico dos cigarros era reconfortante por permitir, com efeito, que eu me familiarizasse com o apocalipse, que me relacionasse com os contornos do seu terror, de modo que o potencial de morte do mundo fosse menos estranho e, portanto, um pouco menos ameaçador. O tempo para enquanto dura um cigarro: quando fumamos nos fazemos presentes a nós mesmos; saímos da roda-viva cotidiana. É por isso que se permite aos condenados um último cigarro, é por isso (ou pelo menos é assim que a história é contada) que os cavalheiros vestidos a rigor fumavam em pé ao lado da amurada do *Titanic* enquanto o navio afundava: é muito mais fácil deixar o mundo quando temos certeza de que estivemos nele. Como Goethe escreve em *Fausto*: “Estar presente é nosso dever, nem que seja apenas por um momento”.

O cigarro é reconhecidamente o arauto da modernidade, o jovial companheiro do capitalismo industrial e do urbanismo de alta densidade. Multidões, hiperagitação, produção em massa, trabalhos aborrecidos e entorpecedores e revolução social, tudo isso tem correlação com o cigarro.

O simples número de unidades consumidas certamente deixa no chinelo outros produtos manufaturados de consumo. “Pequeno, instantâneo, tentador, acaba rápido ou pode ser facilmente descartado antes de acabar”, escreveu o *Times* num editorial de 1925 citado por Richard Kluger, “o cigarro é o símbolo da era das máquinas na qual as definitivas rodas, engrenagens e alavancas são os nervos humanos.” Sendo ele próprio produto de um enrolador mecânico, a máquina Bonsack, o cigarro serviu como ópio aos operários das fábricas, dividindo o longo dia de trabalho maçante e rotineiro em períodos suportáveis. Para as mulheres, a *Atlantic Monthly* notou em 1916, o cigarro foi “o símbolo da emancipação, o substituto temporário do voto”. É totalmente impossível imaginar o século xx sem cigarros. Eles estão presentes com a ubiquidade de um Zelig em antigas fotografias e filmes, tão destituídos de individualidade que dificilmente são notados, e, mesmo quando isso acontece, são completamente estranhos.

Em seu livro, Kluger aborda a indústria do cigarro como qualquer outro ramo empresarial americano. Uma indústria que em 1880 estava pulverizada em centenas de pequenos negócios de natureza familiar e que em 1900 passou a ser controlada por um homem, James Buchanan Duke, pioneiro no uso do enrolador Bonsack, que reinvestia grande parte do faturamento em publicidade e, alternando o chicote da guerra de preços e a cenoura de ofertas tentadoras aos pequenos fabricantes, fez da American Tobacco Company algo equivalente à Standard Oil ou à Carnagie Steel. Como seus colegas monopolistas, Duke entrou em rota de colisão com os críticos dos trustes, e em 1911 a Suprema Corte determinou o desmembramento da American. O resultado foi um oligopólio formado por novas marcas — Camel, Lucky Strike, Chesterfield e Marlborough — que desde então vêm disputando o mercado. Para os varejistas americanos, o cigarro era a mercadoria perfeita, o produto que gerava grandes lucros e exigia pequeno investimento em termos de lugar nas prateleiras e nos estoques; cigarros, Kluger observa, “eram leves, duravam muito tempo nas embalagens, raramente estragavam, dificilmente eram roubados, pois eram guardados

atrás do balcão, tiveram poucos aumentos de preços e praticamente não requeriam esforço de venda”.

Uma vez que todas as marcas tinham basicamente o mesmo sabor, as empresas do setor desde cedo se tornaram um dos maiores anunciantes. Nos anos 1920, a American Tobacco oferecia cinco pacotes de Lucky Strike (“é torrado”) a qualquer médico que endossasse a marca, e depois lançou uma campanha afirmando que “20.679 Médicos Dizem que o Lucky Irrita Menos a Garganta”; a American também foi a primeira empresa a se dirigir às mulheres que queriam emagrecer (“Em vez de cair em tentação, acenda um Lucky”). O setor foi pioneiro em divulgar o endosso de celebridades (o famoso tenista Bill Tilden disse: “Fumo Camel há anos, e nunca enjoei do seu rico e suave sabor”), em patrocinar programas de rádio (Arthur Godfrey: “Fumei dois ou três maços desses aí [Chesterfields] todos os dias — e me sinto muito bem”), em investir em outdoors (o mais famoso foi o cartaz na Times Square com os dizeres “Eu Caminharia um Quilômetro por um Camel”, e que durante 25 anos soltava círculos de fumaça) e, finalmente, em patrocinar programas de televisão como *Candid Camera* e *I Love Lucy*. Havia brilhantes comerciais de tv, como aquele dos cigarros Benson & Hedges, da Philip Morris, que tinham cem milímetros e eram esmagados pela porta de um elevador, ou aquele outro, em que um filme falsamente antigo mostra arrumadeiras exalando fumaça furtivamente ao som de “You’ve got your own cigarette now, baby”, e todos eles foram entretenimentos vitais na minha infância. Recordo-me também das palavras entoadas “Silva Thins, Silva Thins”, o mantra de um produto fugaz da American Tobacco que visava o público feminino com anúncios estarecedores, como o que dizia “Cigarros são como garotas, as melhores marcas são finas e ricas”.

A campanha de maior sucesso, claro, foi a do Marlboro, um cigarro para mulheres com maior poder aquisitivo que a Philip Morris relançou em 1954 numa versão com filtro para todos os consumidores. Como todos os produtos modernos, o novo Marlboro resultou de intenso trabalho de

design. A mistura de tabaco ficou mais forte para compensar o efeito do filtro, a expressão “*flip-top*” entrou para o léxico americano, a cor vermelha foi escolhida por sugerir um sabor intenso, e a parte gráfica passou por inúmeras mudanças, inclusive o falso brasão com as palavras *Veni, vidi, vici*; houve até um teste de mercado em quatro cidades para decidir a cor do filtro. O verdadeiro lance de gênio, porém, foi a campanha publicitária de Leo Burnett. A chave do sucesso foi sua transparência. Mostre uma fazenda isolada tendo ao fundo encostas escarpadas no pôr do sol, e praticamente todas as associações positivas com o cigarro caberão nessa imagem: enérgico individualismo, sexualidade masculina, fuga da modernidade urbana, sabores fortes, vida vivida com intensidade. O Marlboro marca uma transição em nossa cultura comercial, de uma era de promessas para uma era de sonhos agradáveis e vazios.

Não surpreende que uma empresa inteligente a ponto de fazer esse tipo de publicidade tenha conquistado, em apenas três décadas, uma posição hegemônica no setor. O relato de Kluger sobre o triunfo da Philip Morris é o tipo de material que as escolas de administração obrigam os estudantes a ler como exemplo e fonte de inspiração: a lição é que, para ter êxito, uma empresa americana deve fazer exatamente como a Philip Morris. Concentrar-se em produtos com maior margem de lucro. Projetar novos produtos com cuidado, e depois lhes dar todo o apoio necessário, inclusive *forçando* sua comercialização. Usar a sobra de caixa para diversificação em negócios estruturalmente semelhantes. Implantar a meritocracia. Antecipar-se às dificuldades. Evitar se atolar em dívidas. Construir pacientemente seus mercados no exterior. Não hesitar em sondar os clientes sempre que tiver oportunidade. Deixar os ataques aos críticos para seus advogados. Ter classe — patrocine o *Mahabharata*. Desafiar a moralidade convencional. Não esquecer jamais que sua lealdade é devida, em primeiro lugar, aos acionistas.

Enquanto seu principal concorrente, a R. J. Reynolds, se expandia lentamente e não saía de Winston-Salem — apostando em produtos baratos com pequena margem de lucro, diversificando de maneira desastrosa e

quase se afundando em dívidas depois de se alavancar para comprar a Kohlberg Kravis Roberts & Company —, a Philip Morris se tornava um líder global da indústria de cigarros e uma das corporações mais lucrativas do mundo. No início dos anos 1990, sua participação no mercado, excluídas as marcas cuja venda depende de preços baixos, era de 80%. O valor das ações da Philip Morris foi multiplicado por um fator de 192 entre 1966 e 1989. É saudável, rico e sábio o homem que parou de fumar em 1964 e aplicou o dinheiro que deixou de gastar com cigarro nos papéis da Philip Morris.

O espetacular sucesso da empresa é ainda mais notável por ter acontecido nas décadas em que as acusações contra a indústria, com base em estudos científicos, estavam se tornando avassaladoras. Com a possível exceção da bomba de hidrogênio, nada na modernidade gera mais paradoxos que os cigarros. Assim, em 1955, quando a Comissão Federal de Comércio tentou evitar a publicidade enganosa ao proibir a divulgação dos níveis de nicotina e alcatrão, a decisão acabou sendo uma dádiva para o setor, que passou a anunciar cigarros com filtro por sua implícita segurança, apesar de o novo produto ser mais tóxico para compensar o filtro. Da mesma forma, a lei que, em 1965, exigiu a divulgação de uma advertência nos maços teve o efeito de esvaziar a ação de estados e órgãos reguladores locais potencialmente mais severos, e significou valiosa proteção contra futuros processos. Também da mesma maneira, a proibição da veiculação de anúncios em rádio e tv, imposta pelo Congresso em 1971, serviu para o setor economizar milhões de dólares e para barrar a entrada de novos concorrentes, o que pôs fim aos devastadores anúncios antitabagistas veiculados em nome da doutrina da justiça. Mesmo a canhestra decisão de 1982, de elevar os impostos federais sobre os cigarros, beneficiou o setor, que aproveitou para promover uma série de aumentos dissimulados de preços, o valor do maço dobrando em uma década, e para investir em diversificação o dinheiro que caiu do céu. Cada passo dado pelo governo para regulamentar o fumo — a proibição do acesso ao rádio e à tv, a proibição de fumar dentro dos aviões, a confusão em relação às proibições locais de fumar em lugares públicos — contribuiu

para afastar ainda mais os cigarros das preocupações dos eleitores não fumantes. O resultado, dado o poder político dos estados que cultivam tabaco, foi a exclusão dos cigarros da Lei de Pacotes e Etiquetas Lícitos, de 1966, da Lei de Substâncias Controladas, de 1970, da Lei de Segurança de Produtos de Consumo, de 1972, e da Lei de Substâncias Tóxicas, de 1976. Na defesa da indústria em casos de processos, o paradoxo emerge em sua forma mais pura: uma vez que o autor da queixa-crime não pode afirmar que ignora os riscos do tabaco — exatamente *porque* o cigarro é o produto mais notoriamente letal da América —, seus fabricantes não podem ser considerados negligentes por vendê-lo. Não admira que, antes de o grupo Liggett fazer um acordo nesta primavera, nenhum outro fabricante de cigarros tivesse desembolsado um centavo para pagar danos civis.

Agora, no entanto, a era do paradoxo pode estar chegando ao fim. À medida que o país desmantela seus mísseis, as atenções se voltam para o cigarro. O muro de sigilo que protegeu a indústria está desabando da mesma maneira que o Muro de Berlim. A Terceira Onda está sobre nós, ameaçando extinguir a quintessência do mundo moderno. Difícil acreditar que seja por acaso que os Estados Unidos, líderes da era da informação, estejam também na linha de frente da guerra ao cigarro. Ao contrário de nações europeias, que optaram por uma abordagem mais pragmática do problema do fumo, taxando cigarros com impostos que chegam a cinco dólares por maço, as forças antitabagistas neste país preferiram levar a batalha para o campo puritano. Precisamos de um novo Império do Mal, e o Grande Tabaco se presta bem ao papel.

O argumento que põe a indústria do tabaco em pé de igualdade com o tráfico de escravos e o Terceiro Reich é o seguinte: uma vez que quase meio milhão de americanos morrem prematuramente todos os anos em decorrência direta do fumo, os fabricantes de cigarros são culpados de assassinato em massa. A fragilidade óbvia desse argumento é que a indústria

do tabaco nunca forçou fisicamente ninguém a fumar um cigarro. A referência a “assassinato”, portanto, pressupõe a existência de formas mais sutis de coerção. Há três categorias. Primeira, ao negar publicamente uma verdade bem conhecida por pesquisadores, de que os fumantes enfrentam risco de morrer, a indústria conspirou para perpetrar uma fraude enorme e fatal. Segunda, ao seduzir crianças impressionáveis a adquirir um vício muito difícil de largar, a indústria está efetivamente “impondo” seus produtos a pessoas que ainda não desenvolveram completamente o poder de resistência dos adultos. Finalmente, ao tornar disponível e atraente um produto que a indústria não ignora que vicia e ao manipular os níveis de nicotina, ela conscientemente expõe o público a uma força (o vício) com capacidade de matar.

Uma “chocante” coleção de documentos “secretos” da indústria, divulgada por um descontente funcionário da Brown & Williamson e agora publicada no livro *The Cigarette Papers*, deixa claro que o Grande Tabaco soube durante décadas que o cigarro é letal e vicia, e fez tudo o que estava a seu alcance para ocultar e negar esse conhecimento. *The Cigarette Papers* e outras revelações recentes levaram o Departamento de Justiça a prosseguir com as acusações de falso testemunho contra vários executivos do setor, e podem fornecer, aos autores de queixa-crime que processam a indústria, provas positivas de fraude lesiva. De maneira alguma, porém, as revelações são chocantes. Como é possível que alguém, depois de notar que marcas diferentes apresentam níveis diversos (mas consistentes) de nicotina, tenha deixado de concluir que a indústria é capaz de controlar a dosagem, e realmente faz isso? Que pessoa razoável poderia ter acreditado que as admissões públicas de “dúvida” do setor sobre a letalidade do cigarro fossem apenas mentiras protocolares e obrigatórias? Se os pesquisadores desenterrassem um documento secreto provando que Bill Clinton trago, ficaríamos chocados? Quando porta-vozes da indústria contestam a integridade do Surgeon General [autoridade máxima de saúde pública dos Estados Unidos] e continuam a negar o inegável, não estão sendo nem

fraudulentos, e sim (para tomar emprestada a palavra de um executivo citado por Kluger) “neandertais”.

“A verdade simples”, escreve Kluger, “era que os fabricantes de cigarros estavam se tornando cada vez mais ricos enquanto as pilhas de relatórios com as descobertas científicas contra eles ficavam cada vez mais altas, e, antes que alguém pudesse ter compreendido totalmente a situação, as opções aparentemente se reduziram à abjeta confissão de culpa e à capitulação diante dos defensores da saúde pública ou à inflexível negação e racionalização.” No início dos anos 1950, quando estudos epidemiológicos mostraram pela primeira vez a associação entre o fumo e o câncer de pulmão, executivos da indústria do cigarro tiveram a opção de simplesmente dar um fim no negócio e achar outro tipo de trabalho. Mas grande parte desses executivos vinha de famílias que durante décadas comercializaram tabaco, e muitos deles aparentemente eram fumantes inveterados; ao contrário do grande traficante de heroína, eles de bom grado corriam os mesmos riscos impostos aos clientes. Se simplesmente ter se mantido no negócio constitui culpa, então o círculo dos culpados deve ser aumentado para incluir cada indivíduo que comprou ações dessas empresas depois de 1964, diretamente ou por meio de fundo de pensão, ou fundo mútuo ou uma dotação para universidade. Podemos acrescentar também lojas e supermercados que venderam cigarros, assim como todas as publicações que veicularam seus anúncios; a advertência do Surgeon General nos maços de cigarro, afinal, estava lá para todo mundo ver.

Uma vez que as empresas tomaram a decisão de manter o negócio, foi apenas uma questão de tempo até que os advogados assumissem o controle da situação. Nada emerge mais claramente em *Ashes to Ashes* que a influência deturpadora dos consultores jurídicos na condução dos processos contra a indústria. Aparentemente, muitos cientistas e alguns executivos da indústria desejavam genuinamente produzir cigarros mais seguros e reconhecer com franqueza os riscos sabidamente associados ao fumo. Mas as tentativas de atuar de modo consciente impunham uma derrota à

indústria, que paradoxalmente não era menor que a provocada pelas tentativas de regulamentação do governo. Quando executivos nos departamentos de pesquisa e desenvolvimento propuseram que se anunciasse que cigarros com filtro e reduzidos teores de nicotina e alcatrão representavam um benefício em potencial para a saúde pública, os advogados das empresas argumentaram que chamar uma marca de “segura” ou “mais segura” seria como admitir que as outras marcas implicariam riscos e, portanto, exporiam o fabricante a processos. Da mesma maneira, depois que a Liggett gastou milhões de dólares nos anos 1970 para desenvolver uma mistura substancialmente menos cancerígena, esse produto, o “cigarro paládio”, foi considerado um vírus por advogados da empresa. Anunciá-lo não seria bom da perspectiva de responsabilidade do fabricante, mas, depois de tanta pesquisa, *não* anunciá-lo seria ainda pior, porque a empresa poderia ser processada por negligenciar sua introdução no mercado. O Epic, como esse cigarro foi chamado, definitivamente virou fumaça devido à ação dos advogados.

Kluger descreve um ramo industrial em que a paranoia advocatícia rapidamente entrou em processo de metástase, espalhando-se por todos os órgãos vitais das empresas. Advogados treinavam executivos prestes a dar depoimentos perante comitês do Congresso, supervisionavam as lamentáveis pesquisas “independentes” patrocinadas pelas empresas e que só atendiam a interesses próprios, e se certificavam de que toda a documentação relativa a estudos sobre vício ou câncer fosse canalizada para escritórios externos, de modo que pudesse ficar protegida pelo privilégio da relação advogado-cliente. O resultado é uma estranha reprodução das narrativas contraditórias com as quais eu, como fumante, explico minha vida: uma história verdadeira submersa na ficção utilitária. Um antigo executivo da Philip Morris citado por Kluger faz o seguinte resumo:

Havia um conflito na companhia entre os departamentos de pesquisa e o jurídico que nunca foi resolvido [...] e assim estávamos sempre nesse vaivém — o que pode e o que não pode ser “verificado”, o que é causal e o que é apenas uma associação —, e a resposta

dos advogados era: “Vamos obstruir”. [...] Se Helmut Wakeham [chefe do setor de P&D] estivesse dando as cartas, acredito que admitiríamos algumas coisas. Mas ele foi passado para trás pelos advogados [...] que [...], com efeito, estavam dizendo: “Meu Deus, você não pode admitir tal fato” sem correr o risco de gerar processos de responsabilidade civil contra a empresa. Assim, não havia um plano coeso — quando os críticos do setor falam em “conspiração”, estão dando crédito demais às empresas.

No universo moral invertido do julgamento de um processo contra a indústria do tabaco, cada depoimento honesto ou angustiado de um executivo é usado para provar a culpa do réu, enquanto cada artimanha calculada é usada para corroborar sua inocência. Há algo muito errado aqui; mas, além da demonstração de que os americanos engolem as mentiras da indústria, não está nada claro que esse algo justifique a acusação de assassinato.

Mais incriminadores são os recentes relatórios sobre a arregimentação de fumantes menores de idade. Representantes da Lorillard foram pegos distribuindo maços de Newport de graça a crianças em Washington; Philip J. Hilts, no livro *Smoke Screen*, apresenta evidências de que a R. J. Reynolds deliberadamente afixou cartazes promocionais especiais em lojas e quiosques frequentados por grupos de colegiais; e o carinhoso Joe Camel, com aquela cara de pênis, deve ser um dos personagens mais repugnantes já surgidos em nossa paisagem cultural. As indústrias de tabaco dizem que estão apenas disputando um mercado vital, de pessoas entre dezoito e 24 anos, mas documentos internos da indústria apresentados por Hilts sugerem que pelo menos uma companhia canadense analisou de fato como se dirigir a crianças de doze anos. (De acordo com Hilts, estudos mostraram que 89% dos adultos fumantes adquiriram o hábito antes dos dezenove anos.) Na opinião de militantes antitabagistas, anúncios de cigarros fisgam adolescentes ao apresentar imagens de alegres e atraentes adultos fumantes, sem sugerir o estrago que o fumo provoca. Quando os jovens fumantes atingem idade suficiente para compreender que o cigarro é letal, já estão desamparadamente viciados.

Embora a ideia de que um fabricante possa voluntariamente enfatizar os aspectos negativos do seu produto seja absurda, não duvido que a indústria dirija seus anúncios aos jovens americanos. O que duvido, porém, é se esses anúncios fazem com que um número significativo de crianças comece a fumar. O adolescente inseguro ou alienado que acende um cigarro pela primeira vez está respondendo à pressão dos colegas ou seguindo o exemplo de adultos que servem de modelo — vilões do cinema, astros do rock, supermodelos. No máximo, os anúncios de cigarros funcionam como demonstração de que fumar é uma atividade socialmente aceitável dos adultos. Por essa única razão, eles provavelmente deveriam ser proibidos ou mais rigidamente controlados, da mesma maneira que máquinas de vender cigarros deveriam ser banidas. A maioria das pessoas que começa a fumar acaba se arrependendo, e por isso qualquer decisão que reduza o número daqueles que se iniciam no fumo é louvável.

Que o cigarro, no entanto, tenha um apelo natural ao adolescente dificilmente é culpa dos fabricantes. Nas últimas semanas, notei em vários jornais antitabagistas anúncios feitos para chocar, com imagens de pré-adolescentes segurando um cigarro. As meninas obviamente não são fumantes reais, mas apesar de a cena parecer falsa elas são totalmente sexualizadas pelos cigarros. O horror do fumo entre menores de idade revela o horror da sexualidade de adolescentes e pré-adolescentes, e um dos sonhos agradáveis e vazios que estão sendo vendidos hoje na Madison Avenue é que uma criança é inocente até completar dezoito anos. A verdade é que, sem uma firme orientação dos pais, os adolescentes tomam todo tipo de decisões irrevogáveis antes que tenham idade para poder avaliar suas consequências — abandonam a escola, engravidam, especializam-se em sociologia. O que eles mais querem é experimentar os prazeres da maturidade, como sexo, bebidas ou cigarros. Atribuir aos anúncios de cigarros um poder “predatório” é admitir que os pais têm menos controle sobre a educação moral dos seus filhos que a cultura comercial. Suspeito que a indústria do tabaco esteja sendo o bode expiatório — está aguentando o

rojão de uma fúria mais geral da sociedade provocada pela substituição da família pela corporação.

O último argumento da culpabilidade moral do Grande Tabaco é que o vício é uma forma de coerção. A nicotina é uma substância tóxica cuja ingestão provoca alterações na química do cérebro, uma reação de defesa do organismo. Uma vez que tais alterações ocorreram, o fumante precisa continuar a consumir nicotina em bases regulares para manter o novo equilíbrio químico. Os fabricantes de tabaco estão cientes de tudo isso, e um promotor público citado por Kluger resume o caso legal de coerção da seguinte maneira: “Você fez com que eu me viciasse e sabia que estava me induzindo ao vício, e agora diz que a culpa é minha”. Como Kluger comenta, no entanto, o argumento tem muitas falhas. Sabe-se há muito tempo que o fumo causa câncer, mas sabe-se há mais tempo ainda que fumar está associado ao intervalo nas atividades cotidianas. Além disso, a tolerância humana à nicotina varia muito e há tempos a indústria oferece um leque de marcas com doses ultrabaixas. Finalmente, nenhum vício é invencível: milhões de americanos deixam de fumar todos os anos. Quando um fumante diz que quer parar de fumar e não consegue, o que está querendo dizer é: “Eu quero parar, mas quero ainda mais não sofrer a agonia da abstinência”. Argumentar o contrário é abrir mão de qualquer noção remanescente de responsabilidade pessoal.

Se o vício da nicotina fosse apenas físico, parar de fumar seria relativamente simples, porque os sintomas agudos da abstinência, aquela fissura para dar uma tragada, raramente duram mais que poucas semanas. Quando deixei de fumar, seis anos atrás, conseguia passar sem nicotina durante semanas, e mesmo quando estava trabalhando raras vezes fumei mais que alguns *ultralights* por dia. Mas no dia em que decidi que o cigarro que tinha fumado no dia anterior era o meu último, fiquei absolutamente arrasado. No mês seguinte fiquei tão agitado que não conseguia ler um livro, não tinha cabeça nem para acompanhar o noticiário. Só depois de um mês consegui me concentrar o suficiente para escrever uma carta informal a um

amigo. Se na época eu tivesse um emprego ou uma família para cuidar, talvez mal notasse o efeito psicológico da abstinência. Mas a verdade é que não estava acontecendo quase nada em minha vida. “Você fuma?”, lady Bracknell pergunta a Jack Worthing em *A importância de ser prudente*, e, quando ele diz que sim, ela responde: “Fico feliz de ouvir isso. Um homem sempre deve ter algum tipo de ocupação”.

Não há uma razão simples e universal que explique por que as pessoas fumam, mas de uma coisa tenho certeza: elas não fumam porque são escravas da nicotina. Meu palpite a respeito da minha própria atração pelo cigarro é que pertença àquela classe de pessoas cujas vidas são insuficientemente estruturadas. Os doentes mentais e os indigentes também são membros dessa classe. Adotamos uma toxina tão letal quanto a nicotina, suspensa num aerossol de hidrocarbonetos e nitrosaminas, porque ainda não encontramos prazeres ou rotinas que possam substituir a reconfortante sequência de necessidade e gratificação, que proporciona um sentido de estrutura, e que só o cigarro pode oferecer. Uma expressão para esse sentido de estrutura pode ser “automedicação”; outra seria “lidar com as dificuldades”. Mas há poucos fumantes inveterados com mais de trinta anos, talvez nenhum, que não se sintam culpados pelo dano que causam a si próprios. Mesmo Rose Cipollone, a mulher de New Jersey cujos herdeiros no início dos anos 1980 quase tiveram êxito num julgamento contra a indústria, teve que ser recrutada por um militante. Os sessenta escritórios de advocacia que se uniram para processar o setor em nome de todos os fumantes americanos não me parecem substancialmente menos predatórios que os réus das corporações. Nunca encontrei um fumante que culpasse alguém por seu vício.

Os Estados Unidos como um todo parecem um indivíduo viciado, com o ID corporativo fazendo negócios escusos enquanto o conflitado ego político chora e range os dentes. O que fica evidente é que a indústria do tabaco não estaria ainda se expandindo, trinta anos depois do relatório do Surgeon General, se nossos congressistas não fossem subornáveis, se os conceitos de

honra e responsabilidade social não tivessem em grande parte cedido ao poder judicial e ao dólar, e se o país não tivesse endossado genericamente a ideia de que, no limite, a responsabilidade da empresa não é com a sociedade, mas com o lucro. Não há dúvida de que alguns executivos da indústria do tabaco se comportaram de maneira desprezível, e é natural que os defensores da saúde pública os odeiem, da mesma maneira que os viciados em nicotina odeiam os cigarros. Mas considerá-los monstros morais — uma fonte do mal — é apenas outra forma de entretenimento em horário nobre.

* * *

Ao vender sua alma aos consultores jurídicos, o Grande Tabaco deixou claro, muito tempo atrás, que sua expectativa em relação ao problema do fumo no país é que um dia ele seria resolvido nos tribunais. O setor poderá em breve sofrer prejuízos tão devastadores em processos de responsabilidade civil que só fabricantes estrangeiros poderiam continuar a vender cigarros aqui. Ou talvez um tribunal federal apresente uma solução para um problema em que o processo político é desproporcional, e a Corte Suprema dê uma sentença que faça, em relação ao fumo, o que o caso *Brown vs. Conselho de Educação* fez pela segregação racial e o caso *Roe vs. Wade* fez pelo aborto.

Apesar da recente traição da Liggett, é improvável que os processos do Medicare abertos em cinco estados mudem a maneira de atuar do setor. Kluger observa que se pode argumentar que esses casos equivalem a “disfarçadas reivindicações por danos pessoais”, e que a Corte Suprema decidiu que as leis que obrigam a divulgação de advertências em maços são um escudo contra tais reivindicações. Logicamente, em outras palavras, os estados deveriam processar os fumantes, não os fabricantes de cigarros. E talvez os fumantes, por sua vez, devessem processar a Seguridade Social e os fundos privados de pensões devido à economia que terão com sua morte

prematura. As melhores estimativas do “custo” em dólar de fumar, incluindo o que se deixa de gastar com a morte prematura e o que se arrecada em impostos, são números negativos. Se a saúde do país fosse avaliada em termos fiscais, então “fumar cigarros deveria ser uma atividade subsidiada, e não taxada”, como brinca um economista citado por Kluger.

O processo gigante aberto dois anos atrás em New Orleans representa uma ameaça mais séria ao Grande Tabaco. Se um juiz concluir que fumar constitui uma calamidade social equivalente à segregação racial, é improvável que considere que a ação da “classe” de 46 milhões de membros representada pelo consórcio de escritórios não tenha legitimidade processual e, uma vez obtida tal decisão, é quase certo que os autores da queixa-crime ganhem o processo. O caso sobre a regulamentação do tabaco pela FDA também é excelente. O cigarro moderno resulta de muito trabalho de engenharia e da mistura de uma longa lista de aditivos, e o nível de nicotina pode ser manipulado à vontade. As companhias de tabaco enfatizam que cigarros — pois nenhuma reivindicação relativa à saúde é feita para eles pelas empresas — não deveriam ser considerados uma droga. Porém, se o fato de que a nicotina vicia é reconhecido universalmente — o que é algo central na linha de defesa da indústria —, então a ausência de reivindicações explícitas relativas à saúde não tem relevância. Se o Congresso, de onde já saiu muita bobagem, quer em primeiro lugar que os cigarros fiquem imunes à regulamentação da FDA, isso é mais uma vez assunto que será decidido nos tribunais, mas uma história demonstrável de mentiras e distorções certamente enfraquecerá a defesa da indústria.

No limite, a ideia de que o secular caso de amor do país com o cigarro pode terminar em termos racionais e amigáveis parece tão otimista quanto a crença de que há uma maneira indolor de se livrar da nicotina. A primeira vez que deixei de fumar, não pus um cigarro na boca por quase três anos. Achei que tinha *augmentado* minha capacidade produtiva sem a distração e os dissabores cumulativos do cigarro, e me sentia bem pelo fato de corresponder à expectativa da minha família. No fim, entretanto, depois de

um período de grandes fracassos pessoais, eu me resenti por ter largado o cigarro por outras pessoas e não por mim mesmo. Eu andava com fumantes, e voltei ao vício. Fumar talvez não pareça mais sexy para mim, mas a *sensação* é sedutora. É totalmente libertino o prazer de carregar a droga, de capitular diante dos seus imperativos e relaxar atrás daquele véu de fumaça. Se a longevidade fosse o maior bem que eu pudesse imaginar, poderia agora mesmo me apavorar a ponto de parar de fumar. Mas para o fatalista que valoriza o presente mais do que o futuro, a voz rabugenta da consciência — da sociedade, da família — se torna apenas mais um fator no equilíbrio mental que sustenta o vício.

“Talvez”, Richard Klein escreve em *Cigarros são sublimes*, “um fumante só pare de fumar quando começar a amar os cigarros, quando se encantar tanto com seu charme e se sentir tão grato por seus benefícios que enfim perceberá quanto perderá se abandoná-los, e quão urgente será encontrar substitutos para a sedução e o poder que os cigarros combinam magnificamente”. Viver com pulmões não contaminados e com o coração não acelerado é um prazer que espero preferir ao prazer de fumar, em breve. Quanto a mim, portanto, sou cautelosamente otimista. Quanto ao organismo político, dilacerado pela retórica da condenação estridente e da negação neandertal, e habituado ao veneno do dinheiro do tabaco no sistema jurídico, no Congresso, nos mercados financeiros e no comércio exterior, sou consideravelmente menos otimista.

Há poucas semanas, em Tribeca, num crepúsculo digno de Magritte, vi uma mulher numa janela iluminada de um apartamento de um andar alto. Ela estava em pé sobre uma cadeira baixando a parte de cima da janela de guilhotina. Com um meneio de cabeça, jogou o cabelo para trás e fez um movimento com os braços, típico de quem acende um cigarro. Então apoiou um cotovelo e o queixo na janela e exalou a fumaça no ar úmido do entardecer. Apaixonei-me à primeira vista enquanto ela permanecia lá, meio debruçada, inalando contradição e exalando ambivalência.

[1996]

PARTE II
COMO ESTAR SÓ

4. O cérebro do meu pai

Eis aqui uma recordação. Numa nublada manhã de fevereiro de 1996, recebi pelo correio um pacote de Valentine's Day enviado por minha mãe, de St. Louis, que continha um romântico cartão cor-de-rosa, duas barras grandes de Mr. Goodbar, um coraçãozinho vermelho e barato pendurado num cordão e uma cópia do relatório do neuropatologista sobre a autópsia do cérebro do meu pai.

Lembro-me do brilho da luz daquela acinzentada manhã de inverno. Deixei o chocolate, o cartão e o enfeite na sala e levei o relatório para meu quarto. Sentei para lê-lo. *O cérebro* (começava assim) *pesava 1.255 gramas e mostrava atrofia parassagital com alargamento sulcal*. Lembro-me de ter convertido gramas em libras e libras num pedaço de carne embrulhado naquelas embalagens de supermercado. Lembro-me de enfiar o relatório no envelope sem lê-lo até o fim.

Alguns anos antes de morrer, meu pai participara de uma pesquisa sobre memória e envelhecimento patrocinada pela Universidade Washington, que dava de presente, como uma das vantagens, uma autópsia do cérebro. Suspeito que o estudo oferecesse outros benefícios de tratamento e monitoração, o que levou minha mãe, que adora todo tipo de promoção, a insistir que meu pai se apresentasse como voluntário. Também foi provavelmente para economizar que ela aproveitou o pacote do Valentine's Day para me mandar o resultado da autópsia. Com isso ela não precisou gastar 32 centavos de dólar com selos.

Minhas lembranças mais nítidas daquela manhã de fevereiro são visuais e espaciais: o papel amarelo do Mr. Goodbar, meu deslocamento da sala para

o quarto, a luminosidade do final da manhã de uma estação tão distante do solstício de inverno quanto da primavera. Mas estou ciente de que mesmo essas memórias não são confiáveis. De acordo com as mais recentes teorias, baseadas em muitas pesquisas psicológicas e neurológicas das últimas décadas, o cérebro não é um álbum no qual memórias são guardadas discretamente como fotografias imutáveis. Uma memória é, em vez disso, de acordo com uma frase do psicólogo Daniel L. Schacter, uma “constelação temporária” de atividade — uma certa excitação dos circuitos neurais que aglutina um conjunto de imagens sensoriais e informações semânticas numa sensação momentânea de um todo lembrado. Essas imagens e informações raras vezes são propriedade exclusiva de uma memória particular. Na realidade, mesmo enquanto minha experiência se desdobrava naquela manhã, meu cérebro se fiava em categorias preexistentes de “vermelho”, “coração” e “Mr. Goodbar”; o céu cinzento em minha janela era familiar de milhares de outras manhãs de inverno; e eu tinha milhões de neurônios dedicados a formar uma imagem de minha mãe — a sovinice com o correio, a ligação sentimental com os filhos, a irritação remanescente em relação a meu pai, a fantástica falta de tato etc. Minha memória daquela manhã consiste, portanto, em um conjunto de conexões neurais entre as regiões apropriadas do cérebro e uma predisposição da constelação para acender — química e eletricamente — quando qualquer parte do circuito é estimulada. Diga “Mr. Goodbar” e me peça para fazer uma livre associação, e, se eu não disser “Diane Keaton”, certamente direi “autópsia do cérebro”.

Minha memória do Valentine’s Day funcionaria dessa maneira mesmo se estivesse vindo à tona pela primeira vez. Mas o fato é que eu tenho lembrado aquela manhã de fevereiro incontáveis vezes. Relatei a história a meus irmãos. Contei o Incidente da Mãe Escandalosa para meus amigos que gostam desse tipo de coisa. Falei disso até, tenho vergonha de dizer, com pessoas que mal conheço. Cada sucessiva recordação e relato reforçam a constelação de imagens e conhecimentos que constituem a memória. No nível celular, segundo neurocientistas, estou fixando cada vez mais a

memória, fortalecendo as conexões dendríticas entre seus componentes, estimulando a ignição daquele conjunto específico de sinapses. Uma das grandes virtudes adaptativas do nosso cérebro, a característica que faz nossa massa cinzenta muito mais inteligente que qualquer máquina já inventada (o confuso HD do meu laptop ou uma World Wide Web que insiste em me lembrar, nos mínimos detalhes, de um site da série *Beverly Hills 90210* atualizado pela última vez em 20 de novembro de 1998), é nossa capacidade de esquecer quase tudo o que acontece conosco. Guardo memórias basicamente genéricas do passado (um ano na Espanha; várias idas a restaurantes indianos na rua East Sixth) mas relativamente poucas lembranças de episódios específicos. Tendo a revisitar essas lembranças retidas e, portanto, fortalecê-las. Elas se tornam literalmente — morfológica e eletroquimicamente — parte da arquitetura do meu cérebro.

Esse modelo de memória, que esbocei aqui num resumo de leigo, estimula o cientista amador que há em mim. Ele parece verdadeiro para a imprecisão e a riqueza das minhas próprias memórias, e inspira admiração com sua imagem de redes neurais que se coordenam sem esforço, de maneira maciçamente paralela, para criar minha percepção espectral e meu extraordinariamente vigoroso sentido de individualidade. Eu o acho adorável e pós-moderno. O cérebro humano é uma rede de centenas de bilhões de neurônios, talvez até 2 trilhões, com trilhões de áxones e dendritos trocando quatrilhões de mensagens em pelo menos cinquenta diferentes transmissores químicos. O órgão com o qual observamos e apreendemos o universo é, sem dúvida, o mais complexo objeto que conhecemos neste universo.

E ainda assim é também uma massa informe de carne. Em algum momento, talvez mais tarde naquele mesmo Valentine's Day, forcei-me a ler até o fim o relatório patológico. Havia uma “Descrição Microscópica” do cérebro do meu pai:

Seções dos córtices cerebrais frontal, parietal, occipital e temporal revelaram várias placas senis, de um tipo proeminentemente difuso, com mínima quantidade de emaranhados neurofibrilares. Corpos de Lewy foram facilmente detectados no material corado com H&E.¹ A amígdala demonstrou placas, emaranhados ocasionais e discreta perda de neurônios.

Na nota que havíamos publicado na imprensa local nove meses antes, minha mãe insistiu que disséssemos que meu pai tinha morrido “depois de uma longa doença”. Ela gostava da formalidade e das reticências da frase, mas era difícil não perceber também sua queixa, a ênfase em *longa*. A identificação de placas senis no cérebro do meu pai serviu para confirmar, como só uma autópsia poderia fazer, o fato com o qual ela lutou diariamente por muitos anos: como milhões de outros americanos, meu pai tivera o mal de Alzheimer.

Era essa a sua doença. Era essa também, poderíamos argumentar, a sua história. Mas deixe-me contá-la.

Alzheimer é um caso clássico de doença com “início traiçoeiro”. Uma vez que até pessoas saudáveis se tornam mais esquecidas à medida que envelhecem, não há como identificar a primeira memória vitimada pela doença. O problema foi especialmente exasperante no caso do meu pai, que não apenas era depressivo, reservado e ligeiramente surdo, mas também tomava remédios fortes para outras enfermidades. Por muito tempo foi possível superar uma série de dificuldades, de seus *non sequiturs* à deficiência auditiva, do esquecimento à depressão, das alucinações aos seus remédios; e nós as superamos.

Minhas memórias dos anos iniciais do declínio de meu pai são vívidas, mas não sobre ele. Na realidade, espanta-me que eu seja tão vultoso em minhas próprias memórias, e que meus pais ocupem uma posição periférica nelas. Mas eu vivia longe de casa naqueles anos. Minha informação vinha sobretudo das queixas da minha mãe sobre meu pai, e eu ouvia essas

reclamações com ceticismo; ela se lamentou comigo durante quase toda a minha vida.

O casamento dos meus pais, digo sem medo de errar, não chegou a ser feliz. Eles ficaram juntos em nome das crianças e por não acreditar na esperança ilusória de que o divórcio os faria mais felizes. Enquanto meu pai trabalhou, eles desfrutaram autonomia em seus respectivos domínios da casa e do local de trabalho, mas depois que ele se aposentou, em 1981, aos 66 anos, os dois começaram a encenar, 24 horas por dia, *Entre quatro paredes*, na casa confortavelmente mobiliada de subúrbio. Eu chegava para breves visitas como se fosse uma força de paz da ONU à qual cada lado apresentava ardentemente seu argumento contra o outro.

Ao contrário de minha mãe, que foi hospitalizada umas trinta vezes na vida, meu pai gozou de uma saúde perfeita até se aposentar. Seus pais e tios tinham vivido até os oitenta, noventa anos, e ele, Earl Franzen, tinha a expectativa de chegar aos noventa “para ver”, como gostava de dizer, “como as coisas iriam ficar”. (Lear, anagrama de seu nome, imaginou seus últimos anos em termos semelhantes: ficaria ouvindo as “notícias da corte” com Cordélia, para saber “quem perde e quem ganha, quem está dentro e quem está fora”.) Meu pai não tinha hobbies e seus poucos prazeres se limitavam às refeições, aos filhos e ao jogo de bridge, mas tinha um interesse *narrativo* na vida. Assistia a quantidades inacreditáveis de noticiários de TV. Sua ambição para quando envelhecesse era acompanhar, por quanto tempo fosse possível, os desdobramentos das histórias da nação e de seus filhos.

A passividade da sua ambição, a mesmice dos seus dias, tendia a torná-lo invisível para mim. Desde os primeiros anos de seu declínio mental uma cena ficou gravada em minha memória: o esforço em vão que ele fazia para calcular a gorjeta nos restaurantes.

Felizmente, minha mãe escrevia cartas muito bem. A passividade de meu pai, que eu considerava lamentável mas não da minha conta, era fonte de decepção para ela. No outono de 1989 — uma época em que, de acordo com suas cartas, meu pai ainda jogava golfe e fazia concertos de alguma

envergadura em casa — os termos de suas queixas continuavam estritamente pessoais:

É extremamente difícil viver com alguém tão infeliz quando a gente sabe que é sua causa principal da infelicidade. *Décadas* atrás, quando Papai me disse que não acreditava no amor (que sexo é uma “armadilha”) e que não tinha nascido para ser “feliz”, eu deveria ter sido esperta o bastante para perceber que não havia esperança de uma relação satisfatória para *mim*. Mas eu estava atarefada e envolvida com meus filhos e amigos, e acho que disse a mim mesma, como Scarlett O’Hara, que iria “me preocupar com isso amanhã”.

Essa carta data de um período durante o qual o teatro de guerra dos meus pais se fixara no tema da deficiência auditiva de meu pai. Minha mãe argumentava que era falta de consideração ele não usar um aparelho para surdez; meu pai reclamava que era falta de consideração as pessoas não “falarem mais alto”. A batalha terminou com uma vitória de Pirro de minha mãe: ele comprou um aparelho, mas se recusava a usá-lo. Mais uma vez, minha mãe construiu uma história moral sobre sua “teimosia”, “ vaidade” e “derrotismo”; mas é difícil não suspeitar, em retrospecto, que seu distúrbio auditivo já estivesse servindo para camuflar um transtorno mais sério.

Uma carta de janeiro de 1990 traz o primeiro registro escrito de minha mãe sobre esse problema:

Na semana passada, um dia ele não tomou o remédio do café da manhã para poder fazer o teste de capacidade motora na Universidade Washington, onde participa da pesquisa sobre Memória e Envelhecimento. Naquela noite eu acordei com o barulho do barbeador elétrico, olhei o relógio e ele estava no banheiro se barbeando às duas e meia da madrugada.

Em poucos meses meu pai estava cometendo tantos erros que minha mãe teve que pensar em outras explicações:

Ou ele está estressado ou não está se concentrando ou está tendo alguma deterioração mental, mas o fato é que alguns incidentes nos últimos tempos realmente me preocuparam. Ele sempre deixa o carro com a porta aberta e as luzes acesas, e por duas vezes em uma semana tivemos que chamar a seguradora para recarregar a bateria (agora afixei uns avisos na garagem que aparentemente estão ajudando) [...] Realmente não gosto da ideia de deixá-lo sozinho em casa por muito tempo.

O temor de minha mãe de deixá-lo sozinho aumentou ao longo daquele ano. O joelho direito dela estava desgastado e, como já pusera um pino de aço na perna devido a uma fratura anterior, ela se defrontava com a perspectiva de se submeter a uma cirurgia complicada seguida de um prolongado período de recuperação e reabilitação. Suas cartas do final de 1990 e início de 1991 removem a dúvida angustiante sobre ir adiante com a cirurgia e, em caso afirmativo, como lidar com meu pai.

Se ele passasse a noite sozinho em casa enquanto eu estivesse no hospital, eu ficaria muito nervosa por não estar por perto quando ele deixasse as torneiras abertas, esquecesse o forno ligado, as luzes acesas etc. [...] Eu confirmo e reconfirmo a maioria das coisas o máximo que posso, mas mesmo assim nossa vida está uma bagunça, e o pior é seu ressentimento por causa da minha intrusão — “não se meta em meus negócios!!!”. Ele não aceita ou não percebe que eu só *quero ajudar*, e isso é o pior de tudo para mim.

Naquela ocasião, eu tinha acabado de terminar meu segundo romance, e então me ofereci para ficar com meu pai enquanto minha mãe fosse operada. Para não ferir o orgulho dele, nós dois combinamos fazer de conta que eu estaria lá por ela, e não por ele. O esquisito, no entanto, é que isso tinha um fundo de verdade. A caracterização que minha mãe fazia da incapacidade de meu pai era constrangedora, mas não menos do que a imagem de alarmista rabugenta que meu pai pintava dela. Fui para St. Louis porque, para ela, a incapacidade dele era absolutamente real; uma vez lá, me comportei como se, para mim, não fosse absolutamente dessa forma.

Bem como minha mãe temia, ela ficou hospitalizada por quase cinco semanas. É estranho que, embora nunca tivesse morado sozinho com meu pai por tanto tempo e nunca mais fosse morar, não me lembro de quase nada específico sobre a estada com ele; fiquei com a impressão genérica de que talvez ele estivesse meio quieto, mas, fora isso, completamente normal. Aqui, poderíamos pensar que há uma contradição com os relatos anteriores de minha mãe. E no entanto não tenho lembrança de ter ficado incomodado com a contradição. Tenho a cópia de uma carta que escrevi de St. Louis para um amigo. Nela, menciono que a medicação de meu pai tinha sido ajustada e que agora estava tudo bem.

Talvez eu quisesse que isso fosse verdade? Sim, de certa maneira. Mas uma das características básicas do cérebro é sua capacidade de construir um todo a partir de fragmentos. Embora tenhamos um ponto cego literal em nosso campo de visão, onde o nervo ótico se liga à retina, o cérebro inexoravelmente registra um mundo inconsútil ao nosso redor. Captamos um começo de palavra e a ouvimos inteira. Vemos rostos expressivos em tapeçarias com motivos florais; estamos constantemente preenchendo lacunas. Da mesma maneira, acho que eu estava inclinado a dar algum sentido aos silêncios e às ausências mentais de meu pai, insistindo em vê-lo como o velho e bom Earl Franzen. Ainda precisava que ele fosse um personagem em minha história de mim mesmo. Na carta ao meu amigo, descrevi um ensaio matinal da Sinfonia de St. Louis, ao qual minha mãe insistiu para que meu pai e eu fôssemos só para ela não desperdiçar as entradas gratuitas que conseguira. Depois da primeira metade da sessão, na qual o muito jovem Midori *martelou* o concerto para violino de Sibelius, meu pai ficou irrequieto na poltrona com uma aflita agitação geriátrica. “Então”, disse, “vamos embora.” Eu sabia que de nada adiantaria sugerir que ficássemos para ouvir na sequência uma sinfonia de Charles Ives, mas eu o odiava pelo filistinismo que identificava nele. Na volta para casa, ele fez um comentário sobre Midori e Sibelius. “Não entendo essa música”, disse. “O que eles fazem — decoram?”

* * *

Mais tarde naquela primavera, meu pai teve o diagnóstico de câncer de próstata, um tumor pequeno e de crescimento vagaroso. Os médicos recomendaram que não fizesse tratamento, mas ele insistiu em se submeter a sessões de radiação. Mais ou menos ciente do seu próprio estado mental, meu pai ficou apavorado que algo estivesse terrivelmente errado com ele: que, afinal, não chegaria aos noventa anos. Minha mãe, cujo joelho continuava a apresentar sangramentos internos seis meses depois da operação, não tinha muita paciência para o que considerava sua hipocondria. Em setembro de 1991 ela escreveu:

Estou aliviada que Papai tenha começado a terapia de radiação. Com isso, ele é forçado a sair de casa *todos os dias* [inserir, aqui, um sorriso de satisfação] — um grande avanço. Ele chegou a um ponto em que estava *tão nervoso, tão preocupado*, tão deprimido que eu sabia que ele tinha que tomar uma decisão. Na verdade, está tão sedentário (fica feliz por não fazer nada) que tem tempo de sobra para se preocupar e pensar nele mesmo — ele **PRECISA** se distrair!... Cada vez mais estou convencida de que as maiores qualidades que se pode ter são (1) uma atitude positiva e (2) senso de humor — queria tanto que Papai fosse assim.

Seguiram-se alguns meses de relativo otimismo. O câncer foi erradicado, o joelho da minha mãe finalmente melhorou e sua confiança natural voltou a se manifestar nas cartas. Contou que meu pai tinha obtido o primeiro lugar num concurso de bridge: “Depois que passou aquele estado confuso, e com um pouco mais de arrojo no jogo, ele até que está indo bem, e isso é a única coisa que realmente o distrai (a única coisa que o deixa acordado!)”. Mas a ansiedade do meu pai sobre sua saúde não diminuiu; tinha dores de estômago e estava convencido de que eram causadas por câncer. Aos poucos, o foco da história que minha mãe estava me contando migrou do aspecto pessoal e moral para o psiquiátrico. “Nos últimos seis meses

perdemos tantos amigos que ficamos abalados — e isso, tenho certeza, se deveu em parte à ansiedade e à depressão do Papai”, escreveu em fevereiro de 1992. A carta continuava:

O médico do Papai, o dr. Rouse, concluiu o que eu já tinha percebido sobre a dor de estômago do Papai (ele descartou todas as possibilidades clínicas). Papai é (1) ansioso demais, (2) está muito deprimido e eu espero que o dr. Rouse dê a ele um antidepressivo. Eu *sei* que o caso dele requer uma ajuda... Houve coisas perturbadoras e estressantes em nossas vidas no último ano, sei disso muito bem, mas a condição mental do Papai o está afetando fisicamente, e se ele não procurar uma terapia (sugerida pelo dr. Weiss) talvez aceite as pílulas, ou o que quer que seja, para ansiedade e depressão.

Durante um tempo, as palavras “ansiedade e depressão” estavam sempre presentes nas cartas. Por um curto período, o Prozac pareceu animar um pouco meu pai, mas os efeitos não duraram muito. Finalmente, em julho de 1992, para minha surpresa, ele concordou em se consultar com um psiquiatra.

Meu pai sempre foi extremamente cético em relação à psiquiatria. Encarava a terapia como uma invasão de privacidade, a saúde mental como questão de autodisciplina, e a insistência da minha mãe para que “falasse com alguém” como um ato de agressão — pequenas granadas de culpa pela infelicidade deles como casal. O fato de ter voluntariamente ido ao psiquiatra dava a medida do seu desespero.

Em outubro, quando passei por St. Louis a caminho da Itália, perguntei-lhe sobre as sessões com o médico. Ele fez um gesto com as mãos indicando que eram inúteis. “Ele é muito competente”, disse. “Mas acho que desistiu de mim.”

A ideia de que alguém desistisse do meu pai era algo que eu não podia suportar. Da Itália enviei ao psiquiatra uma carta de três páginas pedindo para que reconsiderasse a decisão, mas enquanto eu escrevia a situação em casa se deteriorava. “Odeio ter que te contar isso”, minha mãe escreveu numa carta enviada por fax para a Itália, “mas Papai piorou muito. Um

remédio receitado por um urologista para um problema urinário em combinação com o medicamento para depressão e ansiedade provocou alucinações etc. e foi horrível.” Num fim de semana com meu tio Erv, em Indiana, meu pai, fora do seu ambiente, viveu uma noite insana que culminou com meu tio gritando com ele: “*Earl, pelo amor de Deus, sou seu irmão, Erv, nós dormíamos na mesma cama!*”. De volta a St. Louis, meu pai começou a destratar uma senhora aposentada, a sra. Pryble, que minha mãe contratara para ficar com ele duas manhãs por semana enquanto ela se desincumbia de pequenos afazeres. Ele não atinava por que alguém deveria cuidar dele, e mesmo que achasse que precisasse de cuidados entendia que essa não seria a tarefa de uma estranha, mas da sua mulher. Tinha se tornado uma figura que lembrava aqueles andarilhos que cochilam de dia e causam tumulto durante a madrugada.

O que se seguiu foi uma melancólica visita de férias em que minha mulher e eu finalmente intercedemos e pusemos minha mãe em contato com uma assistente social geriátrica, e minha mãe pediu encarecidamente que arranjassemos atividades para meu pai durante o dia a fim de que ele conseguisse dormir à noite sem incidentes psicóticos, e meu pai tinha o olhar perdido diante da lareira ou contava histórias sinistras da sua infância, enquanto minha mãe choramingava a respeito da despesa, uma despesa proibitiva, das sessões com a assistente social. Mas mesmo nessa época, até onde me lembro, ninguém nunca falou em “demência”. Em todas as cartas que minha mãe me escreveu, a palavra “Alzheimer” apareceu uma única vez, em referência a uma alemã idosa para quem eu trabalhei quando adolescente.

Lembro-me da minha desconfiança e aborrecimento, quinze anos atrás, quando o termo “mal de Alzheimer” começou a ser popularizado. Parecia-me mais um exemplo da medicalização da experiência humana, o mais recente verbete do infundável glossário da vitimização. Quando minha mãe

me escreveu sobre aquela antiga empregadora, respondi: “Você está descrevendo uma pessoa que se parece com a velha Erika, só que um pouco pior, e isso não é exatamente o mal de Alzheimer, certo? Está na moda falar em Alzheimer. Todo mês perco uns minutos me lamentando pelo fato de uma doença mental comum ser diagnosticada equivocadamente como mal de Alzheimer”.

Olhando em retrospecto, hoje, quando perco uns minutos todo mês me lamentando pelo hipócrita de 32 anos que eu era, percebo minha relutância em usar a expressão Alzheimer para meu pai como forma de proteger a especificidade de Earl Franzen da generalidade da moléstia assim chamada. Doenças têm sintomas; sintomas remetem às bases orgânicas de tudo o que somos. Remetem ao cérebro como um pedaço de carne. E, em vez de reconhecer isso, que, sim, o cérebro é carne, tenho a visão obliterada por um ponto cego onde insiro histórias que enfatizam aspectos espirituais da individualidade. Ver meu atormentado pai como um conjunto de sintomas orgânicos seria também um convite para compreender o *saudável* Earl Franzen (e o meu saudável eu) em termos sintomáticos — reduzindo nossas tão caras personalidades a um conjunto finito de coordenadas neuroquímicas. Quem iria querer uma história de vida assim?

Mesmo agora, fico um pouco incomodado quando reúno informações sobre o mal de Alzheimer. Por exemplo, a leitura do livro *The Forgetting: Alzheimer's: Portrait of an Epidemic*, de David Shenk, é um lembrete de que quando meu pai se perdia na própria vizinhança, ou se esquecia de dar a descarga no banheiro, ele apresentava sintomas idênticos aos daqueles milhões de pessoas igualmente atormentadas. É possível que tal companhia represente algum conforto, mas lamento que certos erros do meu pai fossem esvaziados de significado pessoal, como a confusão entre minha mãe e a mãe dela, que na época me chamava a atenção como algo singular e órfico do qual eu derivava toda sorte de novos insights relevantes sobre o casamento dos meus pais. Minha noção sobre individualidade particular se mostrou ilusória.

A demência senil existe desde que se desenvolveram os meios de registrá-la. Enquanto as pessoas viviam, na média, pouco tempo, e a velhice era algo raro, a senilidade era considerada um subproduto do envelhecimento — talvez resultado da esclerose das artérias cerebrais. O jovem neuropatologista alemão Alois Alzheimer acreditava estar testemunhando uma variedade inteiramente nova de doenças mentais quando, em 1901, passou a atender em sua clínica uma mulher de 51 anos, Auguste D., que apresentava bizarra variação de humor e grave perda de memória e que, nos exames iniciais de Alzheimer, deu respostas problemáticas a estas questões:

- Qual o seu nome?
- Auguste.
- Sobrenome?
- Auguste.
- Qual o nome do seu marido?
- Auguste.

Quando Auguste morreu numa instituição, quatro anos mais tarde, Alzheimer se valeu dos avanços então recentes em microscopia e coloração de tecidos e descobriu, em imagens do tecido do seu cérebro, a incrível dupla patologia da doença: incontáveis bolas de aparência grudenta, as “placas”, e inúmeros neurônios mergulhados em “emaranhados” neurofibrilares. Os achados de Alzheimer despertaram o interesse de seu protetor e decano da psiquiatria alemã, Emil Kraepelin, que estava engajado numa feroz disputa científica com Sigmund Freud sobre as teorias psicoliterárias deste último em relação às doenças mentais. Para Kraepelin, as placas de Alzheimer e os emaranhados davam sustentação clínica à sua alegação de que a doença mental é fundamentalmente orgânica. Em seu *Handbook of Psychiatry*, chamou a moléstia de Auguste D. de *Morbus Alzheimer*.

Seis décadas depois da autópsia de Auguste D. realizada por Alois Alzheimer, mesmo com os avanços da medicina preventiva nos países

desenvolvidos, que aumentaram a expectativa de vida em quinze anos, o mal de Alzheimer ainda era visto como algo tão raro na medicina quanto o mal de Huntington. David Shenk conta a história de uma neuropatologista americana chamada Meta Naumann que, no início dos anos 1950, realizou autópsias nos cérebros de 210 vítimas de demência senil e encontrou poucas artérias esclerosadas e muitas placas e emaranhados. Aí estava a evidência pétrea de que o mal de Alzheimer era muito mais comum do que se imaginava; mas o trabalho de Naumann aparentemente não sensibilizou ninguém. “Acharam que ela estava falando bobagem”, disse seu marido.

A comunidade científica simplesmente não estava pronta para considerar que a demência senil pudesse ser mais que uma consequência natural do envelhecimento. No início dos anos 1950 não havia a categoria “idosos”, as comunidades de aposentados do Cinturão do Sol do sul dos Estados Unidos, a Associação dos Aposentados Americanos, a tradição dos restaurantes baratos de servir o jantar mais cedo; e o pensamento científico refletia essas realidades sociais. Só nos anos 1970 as condições se tornariam maduras para a reinterpretação da demência senil. Nessa época, como diz Shenk, “tantas pessoas estavam vivendo mais tempo que a senilidade não parecia mais algo normal ou aceitável”. O Congresso aprovou a lei de pesquisa sobre envelhecimento em 1974 e criou o Instituto Nacional do Envelhecimento, cujos recursos logo se multiplicaram. No final dos anos 1980, no auge da minha implicância com o termo clínico e sua repentina ubiquidade, o mal de Alzheimer já era considerado tão importante, em termos médicos e sociais, quanto as doenças coronarianas ou o câncer — e os fundos de financiamento para as pesquisas demonstravam isso.

O que aconteceu com o mal de Alzheimer nos anos 1970 e 1980 foi simplesmente uma mudança paradigmática do diagnóstico. O número de novos casos realmente disparava. Enquanto cada vez menos pessoas morriam de ataque cardíaco ou de infecções, mais e mais indivíduos sobreviviam para desenvolver alguma demência. Pacientes de Alzheimer em casas de repouso vivem tanto quanto outros pacientes, a um custo individual

de pelo menos 40 mil dólares por ano; até serem internados, eles causam desarranjos na vida dos familiares encarregados de cuidar deles. O número de americanos com a doença já é de 5 milhões e pode aumentar para 15 milhões em 2050.

Uma vez que muito dinheiro é despendido em doenças crônicas, os laboratórios médicos investem pesadamente em pesquisas próprias para obter drogas para o mal de Alzheimer, e também financiam pesquisas de cientistas. Mas, uma vez que o conhecimento sobre a doença ainda é obscuro (o cérebro não é um local muito mais acessível do que o centro da Terra ou os limites do universo), ninguém tem certeza sobre quais caminhos levariam a um tratamento efetivo da doença. O aparecimento precoce do mal de Alzheimer em geral está associado à genética, mas a doença em idosos não apresenta um único fator. E no entanto a etiologia da doença é óbvia — tem a aparência de uma inflamação do cérebro e parece ser também um desequilíbrio neuroquímico, além de uma doença relacionada com uma deposição anormal de proteína, que às vezes ataca o coração e os rins.

Os tratamentos que estão sendo pesquisados atualmente visam todos esses aspectos. Pessoas que tomam medicamentos para reduzir o colesterol ou anti-inflamatórios não esteroides (como aspirina e Celebra) podem ter menor risco de desenvolver o mal de Alzheimer. Aqueles que já têm a doença às vezes podem se beneficiar, durante um tempo, de remédios que elevam o nível de acetilcolina ou de antioxidantes como a vitamina E. Há uma intensa disputa entre os laboratórios pela primazia na obtenção de inibidores de enzimas que eliminem as proteínas anômalas. No front imunológico, pesquisadores da Elan Pharmaceuticals apresentaram há pouco tempo a ideia aparentemente estranha de uma vacina para o mal de Alzheimer — que ensina o sistema imunológico a produzir anticorpos que atacam e destroem as placas amiloides no cérebro —, e descobriram que a vacina não apenas previne a formação de placas em camundongos transgênicos mas também reverte a deterioração mental dos animais já

afetados por elas. No geral, a sensação é de que, se temos menos de cinquenta anos, podemos ter uma chance razoável de contar com um medicamento eficiente quando precisarmos dele. Mas nunca se sabe: vinte anos atrás, muitos cientistas que pesquisavam o câncer previam a cura da doença em vinte anos.

David Shenk, que com menos de cinquenta anos está numa posição confortável, argumenta em *The Forgetting* que a cura da demência senil pode não ser uma bênção completa. Afirma, por exemplo, que uma notável peculiaridade da doença é que suas vítimas em geral sofrem cada vez menos com o passar do tempo. Lidar com um paciente de Alzheimer exige repetições estafantes exatamente porque ele perdeu o equipamento cerebral para experimentar qualquer coisa como repetição. Shenk cita pacientes que falam em “delícias do esquecimento” e que relatam ganhos em prazeres sensoriais porque não têm passado e vivem num eterno Agora. Se nossa memória imediata está comprometida, não nos lembramos, ao nos inclinarmos para sentir o perfume de uma rosa, que nos inclinamos para sentir o perfume da mesma rosa a manhã inteira.

Como o psiquiatra Barry Reisberg observou pela primeira vez há vinte anos, o declínio de um paciente de Alzheimer espelha o avesso do desenvolvimento neurológico de uma criança. As primeiras habilidades que uma criança desenvolve — levantar a cabeça (entre um e três meses), sorrir (dois a quatro meses), sentar-se sem ajuda (seis a dez meses) — são as últimas habilidades que um paciente de Alzheimer perde. O desenvolvimento do cérebro na criança é consolidado pelo processo chamado de mielinização, em que as conexões axônicas entre os neurônios são gradualmente fortalecidas pelos revestimentos da substância gordurosa mielina. Aparentemente, uma vez que as últimas regiões do cérebro da criança que amadurecem são as menos mielinizadas, elas são as regiões mais vulneráveis ao mal de Alzheimer. O hipocampo, que processa as memórias imediatas em memórias remotas, é muito lento em mielinizar. É por isso que somos incapazes de formar memórias episódicas permanentes antes de três

ou quatro anos de idade, e é por isso que o hipocampo é onde as placas e os emaranhados de Alzheimer surgem em primeiro lugar. Daí a aparição espectral de pacientes em estágios intermediários que continuam capazes de andar e se alimentar mesmo que esqueçam tudo a cada hora. A criança interior se exterioriza. Neurologicamente, estamos diante de uma criança de um ano.

Embora Shenk tente corajosamente ver uma dádiva no infantilismo dos pacientes de Alzheimer, livres que estão de responsabilidades e focados no Agora, tenho certeza de que a última coisa que meu pai queria era tornar-se criança. As histórias que ele me contava da sua infância, no norte de Minnesota, eram sobretudo (condizentes com as lembranças de um depressivo) terríveis: pai violento, mãe injusta, tarefas infundáveis, ambientes de pobreza, traições familiares, acidentes medonhos. Ele me disse mais de uma vez, depois de se aposentar, que seu grande prazer na vida tinha sido trabalhar, já adulto, na companhia de homens que valorizavam suas habilidades. Meu pai levava uma vida totalmente privada, e para ele privacidade queria dizer manter o vergonhoso conteúdo da sua vida interior longe das vistas do público. Poderia ter havido pior doença para ele que o mal de Alzheimer? Em seus estágios iniciais, a doença dissolvia as conexões pessoais que o haviam resgatado do fundo do poço do seu isolamento depressivo. Nos últimos estágios, tirou dele a proteção da maturidade, os meios de esconder a criança dentro de si. Eu preferiria que ele tivesse tido um ataque cardíaco.

Ainda assim, por mais frágil que seja a defesa de Shenk dos aspectos mais auspiciosos do mal de Alzheimer, é difícil descartar o ponto central de seu argumento: a senilidade não apenas apaga o significado das coisas, como também é fonte de significado. Para minha mãe, os danos do Alzheimer amplificaram e reverteram os duradouros padrões de seu casamento. Meu pai sempre se recusara a se abrir com ela, e agora, cada vez mais, ele *não podia* mais se abrir. Para minha mãe, ele continuou a ser o mesmo Earl Franzen que cochilava no escritório sem ouvi-la. Ela, paradoxalmente, foi

quem aos poucos perdeu sua individualidade; morava com um homem que a confundia com sua mãe, esquecido de tudo o que um dia soube sobre ela, e que finalmente deixou de pronunciar seu nome. Ele, que sempre insistira em ser o cabeça do casal, o tomador de decisões, o adulto protetor da mulher infantilizada, não podia evitar se comportar como uma criança. Agora, as explosões inconvenientes eram dele, e não de minha mãe. Agora, ela o levava pela cidade da mesma maneira que um dia fez comigo e meus irmãos. Tarefa por tarefa, ela assumiu o controle da vida deles. E portanto, embora a “longa doença” de meu pai fosse um pesado fardo e um desapontamento, era também uma oportunidade para que ela aos poucos conquistasse uma autonomia que nunca teve e ajustasse as contas com o passado.

Quanto a mim, uma vez que aceitei o alcance da doença, a simples duração do Alzheimer me forçou a um contato mais próximo com minha mãe, que foi inesperadamente bem-vindo. Aprendi, e isso talvez não tivesse acontecido se a situação fosse outra, que podia contar de verdade com meus irmãos e que eles podiam contar comigo. E, o que é estranho, embora sempre tivesse prezado minha inteligência, sanidade e consciência, descobri que observar meu pai perder os três atributos me fez ter menos medo de que eu mesmo um dia venha a perdê-los. Tornei-me no geral um pouco menos medroso. Uma porta ruim se abriu, e descobri que era capaz de atravessá-la.

A porta em questão estava no quarto andar do Barnes Hospital, em St. Louis. Cerca de seis semanas depois que minha mulher e eu pusemos minha mãe em contato com a assistente social e voltamos para a Costa Leste, meu irmão mais velho e os médicos do meu pai o convenceram a ir ao hospital para fazer testes. A ideia era limpar sua corrente sanguínea de todos os remédios para saber com o que realmente estavam lidando. Minha mãe o ajudou a dar entrada no hospital e passou a tarde inteira com ele, acomodando-o no quarto. Ele estava do mesmo jeito de sempre, meio

ausente, quando ela saiu para jantar, mas naquela noite, em casa, ela começou a receber telefonemas do hospital, primeiro do meu pai, que exigia a presença dela para retirá-lo “deste hotel”, e depois das enfermeiras, que relataram que ele estava ficando agressivo. Quando voltou ao hospital pela manhã, ela o encontrou fora de si — delirando e profundamente desorientado.

Viajei de novo para St. Louis uma semana mais tarde. Minha mãe me levou direto do aeroporto para o hospital. Enquanto ela conversava com as enfermeiras, fui ao quarto do meu pai e o vi na cama, bem desperto. Disse oi. Ele fez um gesto frenético para que eu me calasse e me chamou para perto, indicando o travesseiro. Inclinei-me em sua direção e ele me pediu, num sussurro, para falar baixo porque “eles” estavam “escutando”. Perguntei quem eram “eles”. Ele não disse nada, mas seus olhos esquadriharam o quarto com medo, como se tivesse visto “eles” em todo lugar e estivesse perplexo porque “eles” tinham desaparecido. Quando minha mãe apareceu na porta, confidenciou-me, numa voz ainda mais baixa: “Acho que eles pegaram sua mãe”.

Minhas lembranças da semana seguinte são embaçadas, salvo por dois episódios, daqueles que mudam uma vida. Ia ao hospital todos os dias e ficava sentado com meu pai por quantas horas aguentasse. Em nenhum momento ele encadeou duas sentenças com coerência. Em retrospecto, a lembrança que me parece mais significativa é bastante peculiar. Ela é iluminada por uma luzinha artificial de efeito onírico, se passa num quarto de hospital cuja disposição dos móveis amontoados não me é familiar, e me volta sempre sem as referências cronológicas que em geral caracterizam minhas memórias. Não tenho nem certeza de que essa lembrança data da primeira semana em que vi meu pai no hospital. E no entanto sei que não estou me lembrando de um sonho. Todas as memórias, dizem os neurocientistas, são memórias de memórias, embora em geral não se tenha essa sensação. Pois aqui está uma exceção. Lembro-me da lembrança: meu pai na cama, minha mãe a seu lado, eu em pé perto da porta. Estávamos

tendo uma difícil conversa em família, provavelmente sobre para onde levar meu pai depois que ele saísse do hospital. Uma conversa que meu pai, mesmo sem entender quase nada, está odiando. Finalmente, como se estivesse cheio daquele absurdo, ele grita exaltado: “Eu *sempre* amei sua mãe. *Sempre*”. E minha mãe cobre o rosto com as mãos e chora.

Essa foi a única vez que ouvi meu pai dizer que a amava. Tenho certeza de que a memória é legítima porque o episódio me pareceu imensamente significativo mesmo na época, e então eu o descrevi para minha mulher e meus irmãos e incorporei a narrativa na história que contava a mim mesmo sobre meus pais. Anos mais tarde, quando minha mãe insistiu que meu pai nunca dissera que a amava, nem uma única vez, perguntei se ela se lembrava daquele dia no hospital. Repeti o que ele havia dito, e ela meneou a cabeça em dúvida. “Talvez”, disse. “Talvez ele tenha dito que me amava. Não me lembro.”

Meus irmãos e eu nos revezamos em ir a St. Louis a cada poucos meses. Meu pai sempre me recebeu como alguém que ele estava feliz em ver. Sua vida na clínica parecia um interminável e complicado sonho habitado por fantasias do seu passado e por outros internos deformados e com danos no cérebro; as enfermeiras eram mais invasoras do sonho que personagens. Ao contrário dos pacientes, que às vezes choramingavam como bebês e em seguida sorriam quando lhes davam sorvetes, nunca vi meu pai chorar, e ele tomava sorvete com o prazer de um adulto. Ele me fez vários acenos significativos com a cabeça e sorria com melancolia enquanto me contava fragmentos de uma história sem sentido, que eu ouvia em silêncio, concordando, como se estivesse entendendo. O assunto que consistentemente se aproximava de um discurso coerente era seu desejo de ser levado “deste hotel” e sua incapacidade de compreender por que não podia viver num pequeno apartamento e deixar que minha mãe cuidasse dele.

No Dia de Ação de Graças daquele ano, minha mãe, minha mulher e eu o tiramos da clínica e o levamos para casa numa cadeira de rodas em minha

caminhonete Volvo. Ele não estivera mais lá desde que deixou de morar na casa, dez meses antes. Se minha mãe esperava que ele demonstrasse um prazer gratificante, ficou desapontada; a essa altura, uma mudança de endereço não fazia mais diferença para meu pai do que para uma criança de um ano de idade. Sentamo-nos em frente à lareira e, sem pensar, levados apenas por um lamentável hábito, fotografamos um homem que, se não soubesse mais nada, parecia saber que projetava uma figura triste demais para aparecer em fotografias. Hoje tais imagens me parecem horríveis: meu pai na cadeira de rodas como uma marionete sem cordas, o olhar fixo e alienado, a boca entreaberta, os óculos manchados pelo flash e quase caindo do nariz; o rosto da minha mãe, uma máscara de um desespero razoavelmente contido; e minha mulher e eu exibindo sorrisos grotescos ao nos aproximarmos para tocar meu pai. Durante o jantar minha mãe cobriu meu pai com uma toalha de banho e cortou sua porção de peru em pequenos pedaços. Ela não parava de lhe perguntar se ele estava feliz por jantar em casa no Dia de Ação de Graças. Ele respondia com silêncio, com um movimento de olhos, às vezes com um ligeiro arquear de ombros. Meus irmãos telefonaram para desejar um feliz Dia de Ação de Graças; e aí, repentinamente, ele sorriu e, com uma voz cordial, respondeu a perguntas simples e lhes agradeceu por terem ligado.

Essa parte da noite foi tipicamente de Alzheimer. Como as crianças aprendem habilidades sociais muito cedo, uma capacidade para gestos de cortesia e frases de uma delicadeza vaga sobrevivem em muitos pacientes de Alzheimer bem depois de já terem perdido a memória. Não foi assim tão digno de nota que meu pai tivesse sido (mais ou menos) capaz de trocar palavras com meus irmãos. Mas veja o que aconteceu em seguida, depois do jantar, do lado de fora da clínica. Enquanto minha mulher entrou para buscar uma cadeira geriátrica, meu pai sentou-se ao meu lado e observou o portal da instituição em que estava prestes a entrar. “Melhor não sair”, disse-me numa voz clara e forte, “do que ter que voltar.” Não era uma frase vaga; dizia respeito diretamente ao que estava acontecendo, e sugeria

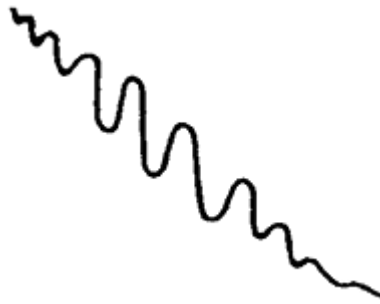
enfaticamente uma consciência de sua difícil situação e sua conexão com o passado e o futuro. Ele pedia para não ter que enfrentar a dor de ser de novo levado em direção à consciência e à memória. E, com certeza, na manhã seguinte ao Dia de Ação de Graças, e pelo restante de nossa visita, estava mais alienado que nunca, suas palavras eram uma embrulhada de sílabas aleatórias, seu corpo um grande mangual de agitação.

Para David Shenk, a mais importante das “janelas de significação” proporcionadas pelo mal de Alzheimer é o parcelamento da morte. Shenk equipara a doença a um prisma que refrata a morte num espectro de partes que, de outra maneira, seriam inseparáveis — morte da autonomia, morte da memória, morte da autoconsciência, morte da personalidade, morte do corpo — e endossa um dos mais comuns tropos do mal de Alzheimer: o de que a tristeza e o horror típicos da doença derivam da perda da individualidade, o que ocorre bem antes da morte do corpo.

Isso me parece correto. Quando o coração do meu pai parou de bater eu já estava em luto por ele havia anos. E, ainda assim, quando penso em sua história, me pergunto se as várias mortes podem ser realmente separadas, e se a memória e a consciência têm, afinal, importância garantida nos domínios da individualidade. Não paro de procurar algum sentido nos dois anos que se seguiram à perda do seu suposto “eu”, e estou sempre encontrando algo.

Impressiona-me, acima de tudo, a aparente persistência de sua *vontade*. É impossível, para mim, não acreditar que ele se empenhava em resgatar um pouco da autodisciplina remanescente, uma reserva de força sob os sustentáculos da consciência e da memória, quando se aprumava a ponto de falar o que falou em frente à clínica. Da mesma maneira, creio que seu colapso na manhã seguinte, como acontecera na primeira noite sozinho no hospital, tenha significado o abandono dessa vontade, uma desistência, uma aceitação da loucura diante de uma emoção insuportável. Embora possamos determinar o início de seu declínio (consciência plena e sanidade) e o fim (esquecimento e morte), seu cérebro não era apenas um computador

possuído de fúria assassina que o matava gradual e inexoravelmente. Onde o avanço do mal de Alzheimer projeta uma tendência declinante constante como esta:



o que eu via na decadência do meu pai era mais parecido com isto:



Ele conseguiu se manter bem por mais tempo, acho, do que indicavam seus recursos neurônicos. Então sofreu uma deterioração mais intensa do que sua patologia previa, e escolheu ficar lá embaixo 99% do tempo. O que ele *quis* (nos primeiros anos, lucidez; nos últimos, não resistir à doença) era essencial ao que ele *era*. E o que *eu* quero (histórias do cérebro de meu pai que não sejam sobre um pedaço de carne) é essencial ao que escolho lembrar e narrar.

Uma das histórias que vim a contar, enquanto tentava me perdoar por minha longa cegueira sobre sua condição, é que ele estava decidido a esconder a doença e, por muito tempo, conservou força de caráter para obter tal intento. Minha mãe jurava que ele fazia isso. Ele não podia enganar

a mulher com quem vivia, por mais que tentasse, mas era capaz de se dominar se algum filho estivesse na cidade ou diante das visitas em casa. A verdadeira solução para o enigma da minha estada com ele durante a operação de minha mãe provavelmente tem menos a ver com minha cegueira do que com o esforço extra que ele fez para camuflar sua condição.

Depois daquele lamentável Dia de Ação de Graças, quando soubemos que ele não voltaria para casa nunca mais, ajudei minha mãe a arrumar a escrivaninha dele. (É o tipo de liberdade que tomamos com escrivaninhas de crianças ou de mortos.) Numa das gavetas encontramos evidências de seu esforço para não esquecer. Havia um maço de tiras de papel, nas quais escreveu os endereços de seus filhos, um endereço em cada tira, o mesmo endereço em várias. Em outra estava anotada a data de nascimento de seus filhos mais velhos — “Bob 13/1/48” e “TOM 15/10/50” — e então, tentando se lembrar do dia em que nasci (17 de agosto de 1959), apagou o mês e o dia e tentou adivinhar, com base nas datas dos meus irmãos: “JON 13/10/49”.

Considere, também, o que acredito serem as últimas palavras que ele me dirigiu três meses antes de morrer. Por uns dois dias cumpri a obrigação de fazer visitas de uma hora e meia à clínica e o ouvi resmungar sobre minha mãe e especular sobre certos pequenos objetos que sempre via nas mangas de seu suéter e nos joelhos das calças. Ele não estava diferente da última manhã em que passei por lá ou quando o levei de cadeira de rodas para seu quarto e lhe disse que eu iria viajar de volta para casa. Mas quando ele elevou o rosto em direção ao meu — mais uma vez, subitamente, sua voz era clara e forte —, disse: “Obrigado por ter vindo. Gostei muito que você arranjou um tempo para me ver”.

Frases feitas? Uma abertura para sua individualidade fundamental? Parece que eu não tinha muita escolha sobre em qual versão acreditar.

Ao contar com as cartas de minha mãe para reconstruir a desintegração de meu pai, fiquei sem documentação a partir de 1992, quando ela e eu

passamos a nos falar por telefone e, salvo por pequenas notas, paramos de nos escrever. A descrição da escrita como “muleta da memória”, de Platão, em *Fedro*, me parece totalmente acurada: eu não poderia contar uma história vívida de meu pai sem aquelas cartas. Mas, onde Platão lamenta o declínio da tradição oral e a atrofia da memória induzida pela escrita, eu, no outro extremo da Era da Palavra Escrita, fico impressionado com o vigor e a confiabilidade das palavras no papel. As cartas de minha mãe são mais verdadeiras e completas que minhas memórias autocentradas e tendenciosas; ela está mais viva para mim na frase escrita “ele PRECISA se distrair!” do que em horas de videoteipe ou pilhas de fotografias.

O desejo de tornar perenes as histórias, registrando-as em palavras indelévels, me parece aparentado da convicção de que somos maiores que nossa biologia. Pergunto-me se hoje nossa suscetibilidade cultural aos encantos do materialismo — nosso desejo cada vez maior de entender a psicologia como química, a identidade como genética e o comportamento como produto de exigências ultrapassadas do experimento humano — não está, no limite, relacionada ao ressurgimento pós-moderno da oralidade e ao eclipse da palavra escrita: nossos incessantes telefonemas, nossos e-mails efêmeros, nossa devoção inabalável à telinha.

Já disse que meu pai também escrevia cartas? Quase sempre datilografadas e precedidas de um pedido de desculpas por erros ortográficos, elas não eram tão frequentes quanto as da minha mãe. Uma das últimas data de dezembro de 1987:

Esta época do ano é sempre difícil para mim. Fico constrangido com todo mundo dando presentes, e eu adoraria encontrar coisas para as pessoas, mas a falta de imaginação me impede de achar as coisas certas. Tenho medo de comprar coisas do tamanho errado ou da cor errada ou coisas de que as pessoas não precisam, e fico imaginando a chateação de ter que voltar à loja e trocar. Gosto de comprar ferramentas, mas Bob me chamou a atenção em relação a essa categoria de presente quando numa ocasião eu dei a ele um belo martelo bem balanceado e ele comentou que esse era o segundo ou terceiro martelo e que ele não precisa de mais nenhum, muito obrigado. E tem também o problema do

presente da sua mãe. Ela é tão sentimental que fico condoído de não lhe dar algo refinado, mas ela tem acesso irrestrito à minha conta no banco. Falei para ela para comprar alguma coisa e dizer que fui eu que dei, assim ela poderia comentar depois do Natal: “Olha só o que eu ganhei do meu marido!”. Mas ela não quer saber dessa armação. Então eu sofro nessa época.

Em 1989, quando seu poder de concentração minguava com a crescente “ansiedade e depressão”, meu pai deixou de escrever cartas. Minha mãe e eu, portanto, ficamos surpresos por encontrar, na mesma gaveta onde deixara aquele maço de folhas com endereços e datas de nascimento, uma carta não enviada escrita em 22 de janeiro de 1993 — inacreditavelmente tardia, coisa de semanas antes do seu colapso final. A carta estava num envelope endereçado a meu sobrinho Nick, que, aos seis anos, tinha começado a escrever cartas. Possivelmente, meu pai ficou com vergonha de mandar uma carta sabendo que não era totalmente coerente; o mais provável, dado o estado do seu hipocampo, é que ele simplesmente tenha esquecido. A carta, que para mim se tornou um emblema do heroico e invisível esforço da vontade, foi redigida a lápis em letras miúdas que escapam das linhas horizontais:

Querido Nick,

Recebemos sua carta uns dois dias atrás e ficamos contentes de saber que você vai indo bem na escola, principalmente em matemática. É importante escrever bem, porque a capacidade de trocar ideias influenciará o uso que uma área do conhecimento pode fazer em relação às ideias de outra área. Seus parentes mais próximos são, na maioria, bons escritores, o que diminui minha responsabilidade. Eu devia ter aprendido a escrever melhor, mas é tão fácil dizer: Deixe isso com a Mamãe.

Sei que não é muito fácil decifrar minha letra, mas é que eu tenho um problema com os nervos nas minhas pernas e uns tremores nas mãos. Olhando para o que escrevi, acho que você vai ter dificuldade em entender, mas com um pouco de sorte eu posso chegar ao seu nível.

O tempo deu uma virada, estava frio e úmido, agora está seco com um céu bem azul. Espero que fique assim. Continue fazendo um bom trabalho.

Eu te amo, Vovô
P.S. Obrigado pelos presentes.

O coração e os pulmões do meu pai eram bem fortes, e minha mãe se preparava para continuar enfrentando a situação por mais uns dois ou três anos, quando um dia, em abril de 1995, ele parou de comer. Talvez estivesse tendo dificuldade para engolir, ou talvez, com o pouco que lhe sobrava de vontade própria, tivesse decidido acabar com aquela indesejável segunda infância.

Sua pressão arterial máxima estava em sete, tão baixa que mal dava para ser detectada, quando viajei a St. Louis. Mais uma vez, minha mãe me levou direto do aeroporto para a clínica. Eu o encontrei enfraquecido, deitado de lado debaixo de um lençol fino, com a respiração curta, os olhos semiabertos. Os músculos estavam debilitados, mas o rosto quase sem rugas aparentava calma e suavidade, e as mãos, que não haviam mudado em nada, pareciam grandes em comparação com o restante do corpo. Não há como saber se reconheceu minha voz, mas depois de alguns minutos que eu estava ali sua pressão subiu para doze por nove. Fiquei preocupado na época, e isso até hoje me incomoda, por ter tornado as coisas mais difíceis para ele com a minha presença: ele parecia pronto para morrer, mas tinha pudor de desempenhar um ato tão privado ou decepcionante na frente de um dos filhos.

Minha mãe e eu nada podíamos fazer a não ser olhar e esperar, um dormia enquanto o outro ficava sentado em vigília. Hora após hora meu pai permanecia imóvel, cada vez mais próximo da morte; mas quando bocejou, aquele era o *seu* bocejo. E, da mesma maneira, seu corpo, debilitado como estava, ainda era radiantemente *seu*. Apesar de as partes sobreviventes de sua individualidade serem cada vez menores e mais fragmentadas, eu continuava vendo um todo. Eu ainda amava, específica e individualmente, o homem que bocejava naquela cama. E como eu poderia não criar histórias a partir desse amor — histórias de um homem cujo desejo continuou intacto

o suficiente para desviar o rosto quando tentei limpar sua boca com um pedaço de algodão umedecido? Vou para o túmulo insistindo que meu pai estava determinado a morrer, e a morrer da melhor maneira que pudesse, em seus próprios termos.

De nossa parte, não queríamos que estivesse sozinho quando morresse. Talvez estivéssemos errados em pensar assim, talvez tudo o que ele estivesse esperando era ficar sozinho para morrer. Ainda assim, na sexta noite que passei em St. Louis, fiquei acordado a madrugada inteira lendo de ponta a ponta um romance, enquanto ele permanecia deitado, respirando e dando grandes bocejos. Entrou uma enfermeira, auscultou seus pulmões e comentou que ele provavelmente nunca tinha sido um fumante. Sugeri que eu fosse para casa descansar, e disse que mandaria uma enfermeira específica, do andar de baixo, para ficar com ele. Evidentemente, a clínica tinha uma enfermeira com um dom especial que, depois de os parentes voltarem para casa, persuadia os moribundos de que eles podiam morrer. Não aceitei a proposta e desempenhei eu mesmo esse papel. Inclinei-me sobre meu pai, que exalava um leve cheiro de ácido acético, mas estava asseado e aquecido. Eu me identifiquei e lhe disse que, o que quer que ele precisasse fazer, por mim estava bem, que ele não precisaria resistir, podia fazer o que fosse preciso.

No final daquela tarde, uma ventania de início de verão varreu St. Louis. Eu estava batendo uns ovos quando minha mãe ligou da clínica e disse para eu me apressar. Não sei por que achei que tinha tempo de sobra, e comi os ovos com torrada antes de sair de casa, e no estacionamento da clínica fiquei sentado no carro ouvindo tocar no rádio uma música do Blues Traveler que fazia sucesso. Nenhuma outra canção jamais me deixou tão feliz. Os grandes carvalhos brancos em torno da clínica balançavam e vergavam com o vento. Eu me sentia como se pudesse voar de felicidade.

Mas ele ainda não tinha morrido. A tempestade desabou sobre a clínica à noite, houve queda de energia, e minha mãe e eu ficamos sentados no escuro, distantes que estávamos das luzes de emergência. Não gosto de

lembrar como fiquei impaciente para que meu pai parasse de respirar, como estava pronto para me liberar dele. Não gosto de imaginar o que ele podia sentir deitado lá, que forma, pálida ou vívida, sensorial ou emocional, teria o esforço que devia estar fazendo em sua cabeça. Mas também não queria acreditar que não houvesse nada.

Por volta das dez horas, minha mãe e eu conversávamos com uma enfermeira na porta do quarto, pouco depois de as luzes terem voltado, quando notei que ele levou as mãos em direção à garganta. Eu disse: “Acho que está acontecendo alguma coisa”. Era a respiração agônica: o queixo se ergueu para tentar levar ar aos pulmões depois que o coração parou de bater. Ele parecia fazer com a cabeça, devagar e profundamente, um sinal afirmativo. E então, nada.

Depois que o beijamos em despedida e que assinamos os formulários que autorizavam a autópsia do cérebro, depois que andamos de carro pelas ruas alagadas, minha mãe sentou-se na nossa cozinha e, ela que não costuma beber, aceitou uma dose de Jack Daniel’s puro que lhe ofereci. “Agora eu percebo”, ela disse, “que quando a gente está morta a gente está realmente morta.” Não havia como discordar. Mas no ritmo arrastado do Alzheimer, meu pai não estava mais morto agora que há duas horas, ou duas semanas, ou dois meses. Simplesmente perdemos a última das partes com a qual podíamos imaginar um todo vivo. Não haverá novas memórias dele. As únicas histórias que podemos contar agora são aquelas que já tínhamos.

[2001]

¹ Abreviação para hematoxilina e eosina, uma das colorações mais usadas em histologia. (N. T.)

5. Unidades de controle

Observada a partir da Rota 67, no Colorado, a entrada do Complexo Correccional Federal parece o pavilhão de um parque de pessoas abastadas. Tem uma tonalidade cor de jade e é emoldurada por pedras rosadas. Quando me aproximo, avisto, ainda de dentro do meu carro, dois negros engravatados atrás de um vidro escuro. Um deles vem conferir minha identidade e pergunta se porto arma. Digo que tenho um horário marcado com o sr. Louis Winn às 13h.

“Quem?”, diz o guarda.

Digo de novo. Parecendo intrigado, ele volta ao pavilhão e o outro vem em minha direção. Tem a testa alta e lembra vagamente Langston Hughes. Está usando um elegante terno cinza risca de giz. “Louis Winn”, diz, sem sorrir, cumprimentando-me com um aperto de mão através da janela do carro.

“Ah, você é o senhor Winn”, respondo, sorrindo largo, por nós dois. Tenho certeza de que ele pensa que estou surpreso porque não é branco. Ele me diz para seguir seu carro ladeira acima. Sentindo-me tratado secamente pelo guarda, resolvo lhe dar uma cutucada: “O seu colega aí parecia não saber quem você era”.

O sr. Winn me lança um olhar fulminante de contrariedade e, sem uma palavra, caminha em direção ao carro.

Aqui em Florence, Colorado, os negócios relativos à lei e à ordem estão de vento em popa. O Complexo Correccional Federal é o novo produto que vem sendo exibido numa guerra às drogas que, embora tenha feito muito pouco para refrear o apetite pela contravenção em todo o país, ajudou a dobrar a

população carcerária nacional em menos de uma década. Os moradores de Florence queriam tanto desenvolver o negócio que compraram o terreno para o complexo e o deram de presente ao Bureau Federal de Prisões. Vim aqui ver como o negócio funciona, dentro e fora das grades.

A peça central do complexo de Florence é a penitenciária de segurança máxima, uma construção de 60 milhões de dólares com o que há de mais moderno no setor, destinada a manter detidos aqueles que a imprensa popular gosta de chamar de “os piores dos piores” entre os prisioneiros federais. É também chamada de ADX Florence, Alcatraz das Montanhas e Admax.¹ John Gotti² pode eventualmente ser mandado para cá, mas não Manuel Noriega. (Ele é cidadão panamenho e os protocolos das prisões de segurança máxima violam a Convenção de Genebra.) A penitenciária de Florence atualmente mantém 250 prisioneiros — pouco mais da metade da capacidade — que ficam trancados em suas celas por até 23 horas por dia, praticamente sem nenhum contato humano. A menos que a pena de morte se torne rotina, é improvável que a lógica e a tecnologia dos sistemas corretivos americanos se desenvolvam mais que os sistemas de controle das prisões de segurança máxima.

De acordo com o material para divulgação do Bureau Federal de Prisões, a missão do complexo de Florence “é ter um impacto no comportamento dos detentos, de maneira que aqueles que tiverem atitudes não violentas e participarem dos programas previstos possam ser transferidos para outras penitenciárias mais abertas”. A maioria dos detentos do complexo foi transferida de outras prisões menos seguras por problemas de comportamento. Dezoito por cento mataram outros detentos, 16% agrediram outros prisioneiros com armas, 15% escaparam ou tentaram escapar. E 10% atacaram funcionários das prisões com armas. Há também um punhado de detentos que, devido a ideias políticas subversivas, são considerados terroristas pelas autoridades federais. Solicitei entrevistas com dois prisioneiros políticos: Mutulu Shakur e Ray Luc Levasseur.

O complexo de Florence tem quatro instalações. A partir do portão de entrada, subindo a via, há uma prisão de segurança mínima sem grades (o “Club Fed”), um convidativo Instituto Correccional Federal de média segurança, uma severa prisão de segurança máxima e a fortaleza triangular de segurança supermáxima. Com o complexo penitenciário, as pradarias áridas se transformaram num campus irrigado. Quando morei em Colorado Springs, frequentemente passava pelo local da construção do complexo ao me dirigir às montanhas Sangre de Cristo, onde fazia caminhadas. A arquitetura é despojada e angular, com muitos marrecos e salmões. Até que instalassem a cerca de arame farpado, eu pensava que algum caubói do mercado imobiliário estivesse construindo um estranho e isolado conjunto de escritórios no meio de um parque com janelas projetadas para conservar energia.

No balcão da recepção, uma funcionária loira chamada Donna me deu uma ficha para assinar, posicionou-me contra uma parede de tijolos vermelhos e sacou uma Polaroid, com a qual tirou três fotos minhas. Enquanto cuidava da minha admissão, comunicava-se informalmente com alguém dentro do complexo e lhe dizia para “trazer o Shakur”. O volume e a força do sinal de rádio no complexo são calibrados para que as vozes sejam sempre transmitidas em tom de conversa, sem ruídos nem distorções; a pessoa que falava no outro aparelho parecia quase estar fisicamente presente. Donna recebe a informação de que foram buscar Shakur. Carimba meu antebraço com uma tinta invisível e o segura sob uma luz negra. A palavra ELO surge fluorescente.

“Deveria ser SELO”, diz Donna, e me carimba de novo. Verificamos sob a luz negra, e a segunda palavra é também ELO. Ela me carimba pela terceira vez e faz a maior confusão. O sr. Winn intercede com um muxoxo de impaciência, e acho ótimo que outra pessoa além de mim o tenha contrariado.

Embora esse complexo seja a primeira prisão projetada especificamente para isolar totalmente os detentos, a instituição do confinamento solitário é

quase tão antiga quanto a república. Em 1823, a Comunidade da Pensilvânia inaugurou a Penitenciária Estadual Eastern na Filadélfia, e o que ficou conhecido como “sistema Pensilvânia” foi copiado por construtores de prisões no mundo todo. Os quakers que a projetaram acreditavam que celas ocupadas por vários detentos dariam ensejo à depravação, e por isso cada preso tinha uma cela individual, além de um pequeno pátio onde pudesse fazer exercícios sozinho. O prisioneiro nunca saía desse espaço, mas, se por acaso tivesse que ser removido, enfiavam-lhe um capuz preto na cabeça, para que não visse cenas de depravação. Muitas vezes, prisioneiros mantidos permanentemente em confinamento solitário se enforcavam ou se debatiam até morrer, o que era atribuído à insanidade induzida pela masturbação.

Com o passar das décadas, à medida que as prisões precisavam de mais espaço e evoluía a concepção do sistema de penas, a rotina de confinamento solitário caiu em desuso. Na metade do século xx, decisões de tribunais impuseram limites rígidos ao isolamento como meio de atingir a disciplina. No início dos anos 1970, no entanto, a ideia da solitária perpétua ressuscitou como “segregação” para fins “administrativos”. Isolamento como meio de controlar detentos, e não de puni-los, era considerado uma medida “administrativa” e, portanto, aceitável.

As penitenciárias de segurança supermáxima, que hoje existem em 25 estados, representam um endurecimento da batalha entre a sociedade e o mundo do crime. A mais conhecida é a da Califórnia, onde a confluência de um conservadorismo vingativo e o surgimento da violência entre gangues levaram à construção de uma enorme e tecnologicamente moderna “unidade de controle” em Pelican Bay, ao sul da fronteira com o Oregon. Em janeiro de 1995, cinco anos depois que a penitenciária entrou em funcionamento, várias punições aplicadas lá foram consideradas cruéis e incomuns por um juiz federal, Thelton Henderson, para quem o desejo dos californianos de “trancar os detentos e jogar fora as chaves” criara um pesadelo. Os prisioneiros em Pelican Bay não tinham acesso a cuidados médicos e a tratamentos de saúde mental, sofriam violência gratuita dos

guardas e mostravam sinais de desarranjos psicológicos — insônia, incapacidade de concentração, pensamentos suicidas, a intensificação do ódio da sociedade — quase certamente provocados pelo isolamento prolongado. Mas o juiz Henderson não chegou a ponto de determinar o fechamento da penitenciária, o que levou as autoridades carcerárias a considerar a sentença uma vitória.

A primeira coisa que notei na penitenciária de Florence foram os pisos. Predominavam as lâminas de linóleo dispostas em padrões quadriculares, nas cores vermelho-argila e um cinza-semente-de-papoula, que, enceradas e polidas, tinham um brilho de chamar a atenção. Parece até que pediam para ser notadas. O mesmo pode ser dito da limpeza da prisão, da solidez das peças de aço, do uniforme impecável dos guardas, com suas camisas brancas e gravatas vermelhas cuidadas com esmero, do desorientador layout não retilíneo, do protocolo discreto mas eficiente: tudo isso estava lá para ser visto. Na realidade, é possível ler na aparência do local um esforço consciente para combater a imagem negativa que o conceito de “unidade de controle” herdara da experiência da penitenciária de Pelican Bay e de sua própria antecessora como prisão de segurança supermáxima em Marion, Illinois — cuja reputação a Anistia Internacional sujava periodicamente.

Mesmo tendo admirado o brilho da penitenciária de Florence, há coisas que só fui notar depois de ter saído. Por exemplo, só quando voltei para meu carro, que estava um forno, e quase queimei a boca ao tomar um gole de água da garrafa que tinha deixado lá, é que me dei conta de que a temperatura dentro da prisão era perfeita. O mesmo aconteceu com o cheiro do local, na realidade uma ausência total de cheiro, exceto por um corredor, onde senti um perfume agradável, algo entre o orgânico e o inorgânico — talvez vindo de alguma massa que tivesse acabado de ser aplicada nas paredes. A iluminação é ideal: não é exagerada, boa para leitura. Os sons: não há barulhos de ferragens batendo, nem gritos distantes, nem gente berrando nos rádios. As portas automáticas emitem um leve zunido quando

estão sendo abertas e fazem um clique seco ao fechar. O sr. Winn fala em voz baixa:

SR. WINN (dirigindo-se a um oficial que passou por ele): Como estão as coisas?

OFICIAL (preocupado, aproximando-se): *Desculpe, não entendi...*

SR. WINN (chateado, desapontado): Perguntei como estão as coisas.

OFICIAL (obviamente aliviado): Ah, tudo bem.

Entretanto, posso ouvi-lo sem me esforçar. Fico tentado a dizer que o ambiente da penitenciária é de privação sensorial. Mas a impressão que dá ao visitante é de paz, não de privação. Na realidade, durante a visita me peguei mais de uma vez pensando que esse seria *um excelente lugar para ler e escrever*. No entanto, desconfio o suficiente de grandes sistemas de controle para acreditar que a prisão seja exatamente aquilo que o sr. Winn gostaria que eu achasse.

Cada vez que nos deparamos com um controle, ele passa uma das fotos que Donna fez de mim através de uma gaveta de aço para um guarda atrás de vidros grossos, e o homem devolve pela mesma abertura uma lanterna de luz negra para conferir meu selo. Aparentemente basta que alguma coisa brilhe em meu antebraço.

Vou contar como um prisioneiro entra na sala de visita de “contato” da penitenciária. O sr. Winn e eu estamos em pé do lado do mundo livre da sala dividida por uma mesa de concreto e cuja porta foi fechada pelo lado de fora. Através da pequena janela da porta na parede oposta ouço um tilintar de metal e vislumbro cabeças e ombros. A porta se abre e Mutulu Shakur entra na sala, as mãos algemadas nas costas. Com uma expressão facial complexa, de indiferença, raiva e dignidade, ele fica de costas para a porta e se curva para que o guarda do lado de fora possa lhe tirar as algemas através de uma pequena abertura na porta. As algemas desaparecem, a portinhola é fechada e trancada.

O sr. Winn se posta ao lado da parede atrás de mim. Durante a entrevista não olho para ele nenhuma vez, mas posso sentir que não para de consultar

seu relógio.

Shakur está usando um gorro de tricô e óculos escuros baratos, de plástico. Há fios de cabelo branco em seus *dreadlocks*. Pergunta-me como cheguei até ele, como consegui seu nome e seu número de prisioneiro. Respondo: de um grupo em Boulder que defende os direitos de detentos e que acompanha de perto a situação dos prisioneiros políticos. Shakur é militante do movimento República da Nova África e foi condenado, entre outros delitos, por cumplicidade num assalto à mão armada em 1984 que resultou na morte de dois policiais; a promotoria o considerou culpado com base nos estatutos da Lei de Combate a Organizações Corruptas e Influenciadas pelo Crime Organizado porque os assaltantes fizeram reuniões em sua clínica de acupuntura.

Shakur explica que acabou numa penitenciária de segurança supermáxima, primeiro em Marion e depois em Florence, porque as autoridades carcerárias de Lewisburg, Pensilvânia, onde cumpriu o início da pena, avaliaram que ele tinha influência excessiva sobre jovens negros e contatos demais fora da prisão. A mensagem que Shakur quis me passar, em nossa bem curta entrevista, é que os negros que tiveram problemas com a lei são líderes em suas comunidades, e o sistema os trancafia nas penitenciárias para manter essas comunidades sem orientação. “As prisões estão espalhadas em locais isolados por todo o país”, diz. “Pessoas como eu, que cresceram em comunidades, sofrem para se manter conectadas com o mundo. Imagine um garoto que pegue 25 anos por causa de uma pedra de crack: ele está isolado. A possibilidade de sofrer um dano mental é enorme.”

Depois de se levantar para sair, Shakur pede para que eu mande uma cópia do meu texto a seu filho. “Tupac Shakur”, diz. “Você sabe quem é.”

Prometi enviar uma cópia a Tupac.

Quando o sr. Winn e eu estamos sozinhos de novo, ele vem com um discurso. Diz que a penitenciária está sendo “completamente aberta” com a imprensa, e que ele não tem controle sobre as conclusões que eu possa tirar da visita. (Cita, com um risinho de satisfação, o título da reportagem que o

Times de Londres fez sobre a penitenciária: “americanos selvagens são presos em ‘túmulos’.”) No entanto, ele gostaria de ter ficado sabendo que eu tivera contato com o grupo de direitos humanos em Boulder. “Bastava mencionar isso”, diz. “Teria me ajudado a entender o que você está fazendo.”

Expliquei ter procurado o grupo só porque precisava do nome de detentos dispostos a falar. Mas nessa altura a contrariedade que ele demonstrava comigo havia se transformado em julgamento.

Na sequência, o sr. Winn anuncia que a visita deve terminar às 15h30. Agora são 14h15, a visita mal começou e ainda tenho uma segunda entrevista para fazer. Que pena, diz ele, que eu não tivesse vindo de manhã. Nesse caso, teríamos tido o dia inteiro.

“Mas eu poderia ter vindo à hora que você quisesse”, digo. “Você me pediu para escolher um horário. Falei uma hora da tarde por falar.”

Ele meneia a cabeça, lamentando. Tinha tido a impressão de que eu só poderia vir depois das 13h. Ele mesmo até prefere as manhãs. Se ao menos soubesse...

Ray Luc Levasseur é um operário franco-canadense do Maine. É forte e tem muitas tatuagens. Demonstra a ansiedade controlada de um homem que poderia fumar meio cigarro numa única tragada. Tem bigode e sobrancelhas tão espessas e escuras que é como se tivesse três bigodes.

De 1974 a 1984, Levasseur viveu na clandestinidade e trabalhou para uma organização conhecida como Unidade Sam Melville-Jonathan Jackson, que depois passou a se chamar Frente da Liberdade Unida, especializada em ataques a bomba contra alvos militares e corporativos, inimigos universais da classe trabalhadora. Depois de ser incluído por um tempo na lista dos Dez Mais Procurados do FBI, foi capturado em 1984.

“Quase não assisto à TV, praticamente só o noticiário e algum jogo”, diz. “Quando o rádio está funcionando — e não está, já há algumas semanas — às vezes escuto a NPR.” Só se encontra com outros detentos três vezes por semana, na hora em que tem permissão para recreação ao ar livre. Tem

mulher e três filhas, com as quais teve contato físico pela última vez em 1989.

Todo prisioneiro de uma penitenciária federal deve participar de algum “programa” de reabilitação — tratamento para dependentes de álcool ou drogas, treinamento vocacional, trabalho nas fábricas. Para sair da penitenciária de Florence, um prisioneiro deve não apenas ter bom comportamento, mas participar desses “programas”. Levasseur é considerado um “político” por se recusar a tomar parte nessas atividades. Em Marion, recusou-se a trabalhar numa fábrica que produzia cabos coaxiais para o exército. “Eles podem passar por cima de mim e me manter preso aqui pelo tempo que for”, ele me diz, “mas não vou fabricar equipamento para o exército ou para a polícia, ponto final. Nunca.” Quanto ao trabalho numa fábrica de móveis que abriu recentemente em Florence: “Acho que usar prisioneiros como servos colonizados ou escravos é fundamentalmente errado”.

Pergunto-lhe sobre os agentes carcerários em Florence.

“Não encontrei nenhum que fosse desta região”, diz. “São todos de fora. A vantagem é que, ao contrário do que acontece em Marion, não há panelinhas aqui. Em Marion era terrível, todo mundo trabalhava para um primo, sabe como é, e eles faziam coisas cruéis, realmente terríveis, porque sabiam que sairiam impunes. Aqui não é tão ruim porque são todos novos. Meu palpite é que, com o tempo, vão acabar formando uma rede entre eles. A prisão é o tipo de lugar que estimula esse tipo de coisa.”

O sr. Winn, em pé logo atrás de mim, solta um suspiro a cada cinco minutos cronometrados.

Pergunto a Levasseur se ele se considera o pior do pior.

“Pessoas como Robert McNamara”, diz, “mataram muito mais gente que eu. Esse é o problema. Você pode querer definir que criminoso é o sujeito com um cachimbo de crack, ou pode usar qualquer outro critério, mas no fundo os criminosos sempre vão ser os muito pretos e os muito pobres. Certo? Mas aí temos esses crimes monstruosos cometidos por gente como

McNamara. E a Union Carbide, que matou 8 mil pobres coitados na Índia.” Ele baixa o tom e fala de maneira refletida. “Claro, fui condenado por jogar uma bomba na Union Carbide.” Aponta o dedo para o sr. Winn. “Ele provavelmente idolatra alguém como Robert McNamara. Não entende o que eles fazem como um crime.”

O sr. Winn aproveita a oportunidade para me dizer calmamente: “Você tem alguma última pergunta que gostaria de fazer?”

Dou de ombros.

Levasseur também.

Digo a ele que irei lhe escrever.

Depois que ele sai, um guarda abre a porta do nosso lado da sala de visitas de contato. Ainda temos 25 minutos dentro da penitenciária. Tempo suficiente para caminhar por muitos corredores de temperatura controlada; para inspecionar as instalações indestrutíveis de concreto de uma cela vazia (a cela é cinza, mede cerca de dois metros por quatro e tem um conjunto integrado de pia-vaso-bebedouro, uma cama e uma mesa de concreto, um acendedor elétrico de cigarro embutido e uma janela estreita por onde se pode ver o céu azul); para dar uma passada por uma das bibliotecas onde há livros de direito e de entretenimento (apenas romances populares; muitos de Louis L’Amour e de Robert Heinlein); e para ter uma breve conversa que beira o agradável. Pergunto ao sr. Winn como o complexo penitenciário conseguiu atrair a atenção da CBS, ABC, NBC, CNN, NPR, BBC, da televisão francesa, da televisão de Yorkshire, do *Der Spiegel*, do *New York Times*, do *Times* de Londres e, claro, da revista *Details*. Ele responde que em parte a atração se deve à tecnologia de última geração das instalações, mas o fator principal é “a mística de Alcatraz” — a lenda que inevitavelmente remete a qualquer prisão para onde são mandados os piores dos piores.

Ainda tentando cativá-lo, arrisco a opinião de que romantizar prisões é algo doentio. Ele concorda. “Trabalhe aqui um dia para ver como é”, diz. “Prisões não são lugares felizes.”

Fico tocado por sua moderação, mas apenas momentaneamente. A violenta guerra política que estremeceu a América nos anos 1960 e 1970 e que voltou a mostrar a cara recentemente — no caso do Unabomber, em Oklahoma City, na Filadélfia de Mumia Abu-Jamal — é mais vigorosa nas cadeias do país, onde há 1,5 milhão de pessoas, quase todas pobres. Que a grande maioria dessas pessoas não seja politizada não diminui o estado de guerra. Raras são as guerras travadas por questões de princípio; detentos e carcerários são apenas inimigos de sangue. E as diferenças aqui são profundas. O sr. Winn foi educado em bases militares, enquanto Shakur cresceu no bairro de Jamaica, no Queens, e Levasseur numa cidade decadente do Maine. A guerra entre eles está oculta das vistas do público por marrecos e salmões e expressões como “os piores dos piores”. Os que estão perdendo são quase sempre sociopatas. Os que estão vencendo usam ternos elegantes e falam sobre tristezas.

Gostaria de acreditar que não estou metido nessa guerra.

Para o condado de Fremont, Colorado, as prisões significam apenas uma coisa e nada mais: dólares. O centro administrativo do condado, Cañon City, pode ter sido a primeira comunidade na América a reconhecer que as penitenciárias são um negócio em expansão. Em 1868, ao apoiar Denver em sua candidatura vencedora para se tornar a capital permanente do estado, Cañon pôde escolher uma recompensa: ter uma prisão estadual ou uma universidade estadual. Ficou com a prisão.

Passado mais de um século, a cidade e toda a região têm o controle das instituições correcionais do estado. Nove das dezoito prisões do Colorado estão localizadas num raio de oito quilômetros do Wal-Mart de Cañon City. O Museu da Prisão Territorial do Colorado, instalado numa cadeia desativada no extremo oeste da cidade, é um ponto de encontro da alta sociedade de Cañon. No jardim do museu há mesas para piqueniques, uma enferrujada câmara de gás octogonal e duas celas nas quais turistas

britânicos queimados de sol imitam detentos desesperados. Os mais proeminentes membros da sociedade local contribuem para a Fundação Museu no nível Diretor (5 mil a 10 mil dólares); os que estão na parte de baixo da escala social podem escolher, por exemplo, o nível Sargento (cem a quinhentos dólares). Para levantar mais recursos, há um torneio anual de golfe e de vez em quando a Big House Bash — uma festa a fantasia na qual, até poucos anos atrás, os doadores, ao chegarem, depositavam os convites numa câmara de gás em miniatura.

Poucos quilômetros a leste de Cañon, às margens do rio Arkansas, fica a cidadezinha de Florence. Associações como Elks, Eagles e Legionnaires fazem bingo aqui três noites por semana. Na esquina da estrada que leva ao complexo penitenciário há um novo restaurante Hardee's, do qual todos na cidade se orgulham. Na rua principal há um banco, uma farmácia, uma mercearia com um painel permanente de boas-vindas à penitenciária, e uma profusão de placas de “Vende-se” e de quartos para alugar. A prefeita de Florence, Merle Strickland, uma texana de 72 anos com brincos de diamante e uma caminhonete Ford branca, fechou a loja de móveis porque podia ganhar mais dinheiro em Wall Street, e (ela faz graça) ações são mais fáceis de carregar.

Valas de irrigação revestidas de concreto se estendem ao longo das ruas de Florence, garantindo um gramado verde sob os álamos defronte de casas simples de estuque e poucas construções em estilo vitoriano. A rua Cyanide, no extremo oeste da cidade, termina num desolador estacionamento de trailers chamado Last Mile Estates. O Arkansas, correndo e corcoveando logo adiante, tem a cor de alcachofras cozidas no vapor.

Florence chegou a ser uma cidade com 30 mil habitantes e o centro de uma vigorosa economia extrativa. Carvão, petróleo, ouro, calcário, gipsita, argila e alabastro, todos esses produtos eram minerados ou processados aqui. O mais antigo poço de petróleo ainda em atividade em Florence, o nº 42, produz quatro barris por dia. Por volta de 1980, no entanto, a maioria da riqueza mineral de Fremont estava exaurida. Colinas recortadas e o solo

rasgado por escavações pareciam cicatrizes na paisagem local, e a população de Florence tinha despencado para 3 mil pessoas.

“Isso aqui parecia um fundo de lago vazio, um lugar enlameado e cheio de crateras”, diz Skip Dyer, ex-diretor executivo da Comissão pelo Desenvolvimento Econômico do Condado de Fremont. “O dinheiro vinha da água, e a água tinha simplesmente desaparecido. Foi um período terrível para muitas, muitas pessoas e muitos, muitos negócios.”

Para o economicamente devastado condado de Fremont, um complexo correcional federal representava a estação terminal de um duto através do qual recursos federais, na forma de folha de pagamentos, poderiam chegar a 50 mil dólares por dia. Também haveria injeções esporádicas de dinheiro quando o complexo fosse construído ou reformado. Entusiastas da penitenciária previam o reaquecimento dos negócios e o aumento da população, criando uma massa crítica que geraria novos empregos na área.

Os novos recursos federais começaram a ser drenados para o condado de Fremont em 1986, quando um vendedor local de lápis chamado Tom Schryver viu sua grande chance de tirar o pé da lama. Seu irmão trabalhava para o Bureau Federal de Prisões e mencionou a Schryver que o órgão estava procurando colégios, mosteiros e conventos em dificuldades, que pudessem ser convertidos em prisões de segurança mínima. Cañon City tinha um imóvel desse tipo: a abadia da Cruz Sagrada. O templo ficava numa área de 220 acres fora do perímetro urbano de Cañon City, perto do Wal-Mart, e contava com dormitórios e um salão de jantar com espaço para acomodar trezentas pessoas. Boatos davam conta de que a abadia estava em situação financeiramente precária.

Havia, além disso, evidência abundante de que o condado de Fremont não se incomodava de ter detentos em sua vizinhança. No domingo de manhã depois da minha visita à penitenciária, encontrei-me com um conselheiro municipal de Florence, Jimmie Lloyd, que prometera me apresentar a Schryver. Lloyd, um tenente-coronel da Força Aérea aposentado, resume a atitude da população local em relação à penitenciária

da seguinte maneira: “Fugitivos não ficam dando sopa nas imediações da prisão, e de qualquer maneira quem iria pensar em assaltar uma casa que, potencialmente, poderia ser do guarda da prisão? Você é pego e vai para a cadeia, onde a vítima da casa assaltada será seu agente carcerário. Você também se arrisca a levar uma bala na cabeça. Provavelmente há mais armas nesta região do que em metade do estado”.

Guiando pelas ruas da vilazinha de Penrose, Lloyd e eu passamos por uma casa com avestruzes no quintal, e ele opina que fazendas de avestruzes praticam a fraude financeira conhecida como esquema Ponzi. Numa rua empoeirada, em que a numeração das casas não segue nenhuma lógica aparente, conseguimos encontrar a modesta casa térrea onde Tom Schryver mora.

Schryver é simpático, tem uma expressão aberta e suave. É barrigudo, não gordo, mas seu porte é elegante. Ele nos recebe na porta de casa, usando sandálias e uma calça de poliéster cor de chocolate. “Sou só um caipira”, ele me diz, rindo. “Estava vendendo lápis quando encontrei Steve Stewart.”

Steve Stewart chega logo em seguida. É um corretor de imóveis, e sua aparência não nega. Está um pouco acima do peso, tem um rosto confiável, mostra-se à vontade na roupa de fim de semana. Tinha viajado de carro desde Colorado Springs, de onde trouxe três relógios comemorativos para dar aos treinadores do time infantil em que seu filho joga. Tom Schryver gravou o nome deles nos relógios. “Isso é uma coisa que ele sabe fazer”, diz Stewart.

Tom Schryver conheceu Stewart quando vendia lápis e outros souvenirs personalizados para a agência de Stewart. Em fins de 1986, Schryver obteve a licença de corretor de imóveis e imediatamente foi visitar a abadia da Cruz Sagrada. O administrador da igreja confirmou que os monges estavam dispostos a vendê-la. Os dois concordaram que o preço de oferta seria 12,75 milhões de dólares, e Schryver obteve direito exclusivo sobre a propriedade por 75 dias. Ele entrou em contato com o chefe da divisão de aquisições do Bureau Federal de Prisões, um homem chamado Jim Jones.

O que finalmente balançou Jones foi um vídeo de doze minutos que Schryver fez. Na sala de estar de Schryver, bebendo um refrigerante diet, nós quatro assistimos ao vídeo. Schryver mal consegue esconder seu orgulho pelos zooms, panorâmicas e trilha sonora. “Não é tão fácil quanto parece fazer com que aquilo que você está falando coincida com as imagens”, diz. “Quando não estava falando, eu aumentava o som do estéreo, e depois diminuía o volume para falar de novo.”

A música lembrava Mantovani.

“É um disco da Reader’s Digest”, diz Schryver.

O vídeo é uma apresentação genérica da abadia para qualquer comprador em potencial. Mas Schryver subitamente se dirige ao Departamento de Justiça. “Eu faço uma piada sobre prisões”, diz. “Veja se você percebe. É uma piada entre mim e minha mente.”

“Entre você e sua mente”, Steve Stewart repete em tom cômico, como se estivesse admirado.

Há, de fato, várias piadas. No áudio, Schryver descreve o ginásio do templo como “um lugar muito agradável para passar o tempo”. (Ele nos olha com um sorriso: “Entenderam? *Passar o tempo?*”) Menciona que as construções da igreja estão próximas da rodovia 50, proporcionando portanto uma “zona de segurança para o lado de fora” (“Zona de segurança! He-he!”) e nota que a única entrada da abadia “pode facilmente ter um portão instalado para restringir o acesso”.

“Esta cidade toda tem muito em comum com Dachau”, Stewart comenta com malícia.

“A última panorâmica foi especialmente difícil porque tive que filmar de um carro”, Schryver diz. “Ficou bem legal. Você viu que tem um caminhão saindo bem na hora em que aparece a entrada? Isso é bem mais difícil de fazer do que você imagina.”

“E agora vamos dar uma olhada no crematório”, diz Stewart na narração.

Em fevereiro de 1987, Jim Jones viajou até Florence e considerou a abadia a melhor propriedade que já tinha visto até então. Mais de mil moradores de

Cañon enviaram cópias de uma carta solicitando ao Bureau Federal de Prisões que comprasse o imóvel. Segundo Stewart, Jones ficou impressionado com essa atitude. Ele anunciou publicamente que o Bureau estava adquirindo uma propriedade no Colorado.

“Eu já estava contando com minha comissão de 375 mil dólares”, diz Schryver. “Estava até me preparando para comprar uma Mercedes-Benz.”

“O negócio estava fechado”, diz Stewart. “E aí, uma semana depois daquela avaliação final, acordei num sábado de manhã e a manchete do jornal dizia: SUSPENSO O NEGÓCIO DA ABADIA. Foi assim que os agentes exclusivos para vender a propriedade ficaram sabendo que não haveria mais negócio.”

Os monges tinham feito mais uma votação sobre a venda e decidiram mudar de ideia.

“Trabalhei duro naquela porcaria”, diz Schryver. “Podia ter dito cobras e lagartos para eles quando o negócio não deu certo. Mas deixei o Steve fazer isso.”

Steve Stewart achava que, como sua agência tinha direito exclusivo de venda, e como encontrara um comprador disposto a fechar o negócio, a abadia lhe devia o valor da comissão de corretagem. Escreveu ao delegado apostólico em Roma e entrou com uma solicitação de penhora da abadia. Mas ninguém no Departamento de Justiça confirmou que o Bureau Federal de Prisões tinha intenção de comprar a propriedade.

“Está todo mundo querendo ter seus vinte minutos de fama”, me diz Jimmie Lloyd no caminho de volta para Florence. “Como tantas outras pessoas, Tom Schryver não conseguiu.”

Entrei pela segunda vez no Complexo Correccional Federal para visitar a Instituição Correccional Federal, uma prisão de segurança média. Como a penitenciária de segurança supermáxima, a instituição é também uma prisão modelo. Entre outras coisas notáveis à disposição dos detentos, e que

ajudam no relacionamento humano, há uma sala onde americanos nativos podem praticar seus ritos, seis mesas oficiais de bilhar, um estúdio de pintura e uma biblioteca que tem em seu acervo obras como *O arco-íris da gravidade* em capa dura e um estudo de Walter Kauffmann sobre Hegel. Pequenos caminhos cortam o amplo jardim central, cuja área verde é cuidada por prisioneiros em uniforme cáqui que operam aparadores de grama. Quase metade dos prisioneiros cometeu delitos relacionados a drogas.

Minha guia, Denise Snider, coordenadora da Gestão de Processos, me acompanha numa exaustiva visita à fábrica de móveis UNICOR, que é uma corporação federal semiautônoma, como os correios. Produz cadeiras e sofás confortáveis e sem personalidade. Os detentos que trabalham na fábrica ganham entre quarenta centavos e 1,25 dólar por hora. Vejo pilhas de espuma de borracha, furadeiras elétricas e grampeadores pendurados numa tubulação espiral amarela, uma curiosa sala de colagem e muitos homens em uniforme cáqui.

A UNICOR treina prisioneiros para trabalhos manuais — um dos objetivos declarados do programa é lhes proporcionar “habilidades que tenham valor no mercado de trabalho” —, mas para pleitear uma ocupação no admirável escritório de última geração é preciso ter tido experiência prévia. Em cada escrivaninha, onde os olhos modernos esperariam ver mocinhas bem penteadas, usando bijuterias e trajando tailleurs, um homem barbudo e cabeludo vestindo cáqui está datilografando rapidamente. O efeito é paródico ou surreal.

Durante a maior parte da minha visita, a coordenadora de Gestão de Processos, Snider, se mantém totalmente indiferente às minhas tentativas de me aproximar e cativá-la. Sua roupa e o corte de cabelo revelam uma sensibilidade assertiva, e ela não disfarça que conta os minutos para se livrar de mim. Na despedida, porém, pequenas brechas se abrem em seu profissionalismo.

“Eu me especializei em psicologia na faculdade”, diz, explicando-me como obteve dois estágios na justiça criminal. “Uma professora me disse que eu seria perfeita para criminologia. Combina com meu jeito. Gosto de descobrir coisas sobre as pessoas sem que elas saibam que estou fazendo isso.”

Pergunto-lhe quantos funcionários da penitenciária moram em Florence ou nas redondezas. Lembro que o sr. Winn não mora na área.

“Somos encorajados a morar por perto”, diz Snider. “Mas o lugar mais próximo onde conseguimos uma creche foi em Pueblo. Os funcionários negros que gostariam de morar por aqui não se sentem bem-vindos em Florence ou Cañon City, então acabam morando em Pueblo ou Colorado Springs, o que dá uma hora de viagem. Nosso diretor é negro, por exemplo. Ele não pode morar por aqui.”

Em junho de 1987, depois de o negócio da abadia ter gorado, a Comissão pelo Desenvolvimento Econômico do Condado de Fremont soube por Jim Jones que o Bureau Federal de Prisões decidira construir um novo complexo penitenciário no Oeste dos Estados Unidos. A comissão apressou-se em apresentar quatro opções de locais em potencial no condado de Fremont, e Jones ficou particularmente entusiasmado com um terreno pertencente ao Departamento de Correções de Colorado, localizado entre Cañon City e Florence. A comissão lhe garantiu que o terreno seria cedido gratuitamente.

Em maio de 1988, Jim Jones perguntou a Skip Dyer, diretor executivo da comissão, qual seria a reação da comunidade se lá fosse construído um complexo maior, talvez com até três instalações. “As pessoas lhe dariam uma abraço ainda mais apertado”, Dyer respondeu.

Embora o Bureau Federal de Prisões tivesse recebido propostas de várias comunidades decadentes do Oeste e analisasse pelo menos outros cinco locais, o condado de Fremont tinha uma posição privilegiada. Quando parecia que estava tudo certo, porém, o poder legislativo estadual do

Colorado se recusou a autorizar a cessão do terreno para um órgão do governo federal. “Tínhamos razoável confiança de que poderíamos contar com aquele terreno do estado”, diz Dyer. “Quando sofremos esse revés, percebemos que deveríamos ter moldado o ferro enquanto ele ainda estava quente.”

O ferro seria moldado pelo proprietário da loja Jim’s Clothing em Florence. Jim Provenzano é um homem encorpado com suaves olhos castanhos e pele escura. Seu pai, um alfaiate italiano, veio para Florence em 1916 e começou o negócio fazendo ternos para mineiros; ia até as minas para lhes tirar as medidas, confeccionava a roupa enquanto eles trabalhavam e fazia a entrega no fim do turno. Jim Provenzano era membro do comitê geral dos trabalhos na prisão em todo o condado, e sabia que havia um local alternativo ao sul de Florence que Jim Jones considerava adequado. Estava em oferta por 100 mil dólares. Provenzano disse a um amigo do Rocky Mountain Bank & Trust que daria mil dólares para comprar o terreno se o banco desse outro tanto.

“Era mais fácil eu mandar um homem para a Lua do que dispor de mil dólares”, diz Provenzano. “Mas tínhamos só duas semanas, e eu sabia que o Bureau Federal de Prisões estava interessado na propriedade. Então eu disse: vamos comprar isso. Minha maior preocupação era fazer com que a loja chegasse aos 75 anos. Eu tinha esperança de que a gente podia proporcionar emprego às pessoas e dar aos nossos filhos um lugar para eles trabalharem, se quisessem.”

Com a iniciativa de Provenzano, a comissão pelo desenvolvimento de Fremont rapidamente organizou um plano para arrecadar fundos. “Foi como um vírus que todos pegaram”, diz Provenzano. “Foi como um leilão. Todo mundo dava um lance, você se sentia obrigado a dar um lance também.” Em duas semanas, a comissão tinha 80 mil dólares no banco, e a promessa de receber outros 60 mil. No verão de 1988, conseguiu enviar ao Bureau a escritura de posse do terreno de trezentos acres no deserto — cumprindo assim a promessa de ceder gratuitamente o local.

O início dos trabalhos se deu em 14 de julho de 1990. Dignitários de fora da cidade compareceram a um churrasco no parque municipal. Uma picareta usada no evento foi guardada como lembrança comemorativa e hoje está exposta na Câmara de Comércio de Florence. Também nas paredes há guaches das quatro prisões do complexo. Duas grinaldas de aço idênticas estão atarraxadas num painel de madeira compensada acima das pinturas. Um cartão com letras caligrafadas identifica as grinaldas como sendo ARAME FARPADO DA PRISÃO FEDERAL.

Segundo a imprensa nacional e internacional, a penitenciária de segurança supermáxima é um modelo para o novo milênio, mas um pouco a leste de Cañon City há a nova Penitenciária Estadual do Colorado que foi inaugurada quinze meses antes que a de Florence, tem princípios idênticos e foi cuidadosamente projetada. É preciso tirar o chapéu para o Bureau Federal de Prisões por ter persuadido os jornalistas de que a penitenciária de Florence é notícia.

Meu guia na prisão estadual do Colorado, Dennis Burbank, funcionário administrativo, não poderia ser mais diferente de Louis Winn. O sr. Winn tinha sido transferido para a área; Dennis é da região. O sr. Winn é tranquilo e bem-falante, um mestre na arte de aproveitar as oportunidades mais óbvias para passar as informações que lhe interessam. Dennis expressa sentimentos, opiniões. É um indivíduo que usa palavras como “utiliza” e “indivíduo” com tanta naturalidade que faz com que elas quase pareçam gíria. Fica todo exaltado ao falar das penitenciárias de segurança supermáxima (“*Adoro* o isolamento das celas”) e no entanto se mostra horrorizado com o que se faz nas prisões de Oklahoma (“um modelo de como não fazer as coisas”). Quando o encontrei, estava usando uma gravata vermelha, branca e azul consideravelmente chocante. Na gravata estava inscrita uma única palavra: LIBERDADE.

Nas palavras de Dennis, a penitenciária estadual do Colorado foi projetada para proporcionar um tipo de amor inflexível: pretende ser o pai duro e orientador que a maioria dos detentos possivelmente nunca teve. Se o prisioneiro segue as regras e aprende a controlar os impulsos antissociais, é transferido do bem desagradável Nível I (não há privilégios, dois guardas o acompanham até na hora do banho) para o menos desagradável Nível III (mais dinheiro para gastar, mais liberdade pessoal) e, finalmente, depois de seis meses ou um ano, ele pode voltar à prisão onde é possível interagir com outros detentos. É a teoria do *in loco parentis*. O que a penitenciária se propõe a fazer é inculcar no prisioneiro a noção de que o mundo ao seu redor é real e que há responsabilidades a ser cumpridas em relação a ele.

Os funcionários da penitenciária do Colorado são consideravelmente criativos para fazer “planos de administração de comportamento” sob medida para delitos específicos. A punição por jogar fezes num guarda, por exemplo, é ficar sem a comida comum da prisão. O agressor é deixado sob uma “dieta de administração especial”: uma gororoba rica em proteína que Dennis descreve como “não muito saborosa”. Da maneira mais delicada possível, pergunto se a dieta de administração especial muda a constituição das fezes de quem a consome. Não, diz Dennis. A dieta é apenas uma mensagem: comporte-se, e voltaremos a lhe dar comida de verdade.

Quando manifesto apreensão sobre a possibilidade de distúrbios decorrentes da privação sensorial na penitenciária, Dennis chama um especialista, o assistente social Gene Espinoza, que me explica que, de fato, os prisioneiros não estão tão isolados assim. Além do intenso contato diário com os funcionários, podem falar com outros detentos a partir de suas celas e, quando acham que ninguém está observando, improvisam uns “caminhos de rato” — cordas feitas com roupas de cama que são empurradas pelo vão embaixo da porta e que, com um movimento de chicotada, às vezes alcançam portas de outras celas. Para quem consegue “abrigar” um tabaco (a expressão deliciosa é de Dennis; significa “esconder fumo no reto de modo a não ser visto numa revista básica, em que o detento é obrigado a abrir as

nádegas”) e quer vendê-lo a um vizinho, o caminho de rato é o meio preferido de conduzir a transação.

Minha relação com Dennis tem um momento de embaraço quando observo que os contatos que Espinoza considera benéficos para a saúde mental são na verdade contra os regulamentos e costumam ser punidos. Dennis resolve o paradoxo da seguinte maneira: “Não é permitido aos detentos se comunicarem uns com os outros. No entanto, eles se comunicam”.

A penitenciária do Colorado está com a lotação esgotada. Em junho, 486 homens e treze mulheres estavam presos lá. Cada uma das suas quatro “unidades” tem sua própria sala de exames médicos e um barbeiro (sendo que esse espaço também serve como área de aconselhamento psicológico); a ideia é minimizar o tempo que um detento passa fora de sua unidade. No centro da unidade há uma área de controle de dois andares, tangenciada por oito corredores. O andar superior é protegido por vidros, atrás dos quais dois guardas supervisionam grandes monitores coloridos, controlando portas, luzes, intercomunicações, fluxo de água e coisas do gênero. Dennis diz que originalmente os comandos eram *touch-screen*, mas houve casos de portas abertas com o esbarrar de uma manga ou um espirro. Agora eles têm que usar o teclado ou o mouse.

Cada corredor tem dezesseis celas dispostas em duas fileiras que dão para um hall permanentemente iluminado com um chão de concreto encerado. O primeiro princípio de uma unidade de controle é que nenhum detento tenha contato direto com outro detento, e os aparelhos eletrônicos são úteis para elaborar uma coreografia de idas e vindas. Prisioneiros dos níveis disciplinares I e II devem ser algemados e acompanhados por dois guardas cada vez que deixam suas celas; a cereja do bolo do nível III é a permissão para caminhar quinze metros até o chuveiro, a sala de ginástica ou o telefone sem estar acompanhado. Prisioneiros de diferentes níveis são alojados na mesma unidade, de modo que os privilégios do Nível III fiquem visíveis para todos.

Oito ou dez celas estão sempre vazias. Silenciosamente, atrás de uma parede de vidro, um prisioneiro loiro e barbudo está se exercitando no andar inferior da sala de ginástica, cujo equipamento consiste basicamente em uma barra de flexão. No andar superior, um detento com cabelo afro pressiona o rosto na janela enquanto olha para o vazio do entardecer. (A penitenciária não tem área de recreação.) Um ou dois prisioneiros têm o rosto contra as janelas das portas das celas. Outro está tomando banho. Através da porta de vidro do pequeno box com chuveiro apenas vislumbro, sob a luz amarelada, sua cabeça e seu tronco. A água vai correr por não mais de dez minutos antes de ser desligada automaticamente pelo computador da sala de controle. Se ele precisar de uma lâmina de barbear, o guarda a providenciará antes do banho, e depois a levará de volta.

“Ainda é difícil para mim me acostumar com o silêncio desta unidade”, diz Dennis.

As celas raramente estão silenciosas. Televisão é importante na prisão — tão importante que, se um detento chega sem seu aparelho, logo lhe dão um assim que sai do Nível 1. A penitenciária do Colorado tem sua própria estação, com programação voltada para autoajuda e treinamento vocacional (Dennis menciona “serviço de zeladoria” como uma vocação), além de filmes e instrução religiosa. Nos sábados à noite há um bingo. O responsável pela terapia ocupacional, Jim Gentile, foca a câmera do circuito fechado no globo giratório de onde retira bolas numeradas. Ele faz seis jogos, e os detentos com cartões vencedores lhe enviam uma tira de papel com uma Solicitação de Entrevista. No dia seguinte, ao passar pelas unidades, ele dá um doce para os vencedores. Gentile diz que quando folga sábado à noite recebe correspondência com broncas durante três dias.

O subsolo da penitenciária abriga o que é chamado de Entrada. É o lugar aonde chegam e de onde partem os detentos, sempre usando os macacões cor de laranja. Quando Dennis e eu visitamos o local, havia um rosto pressionado contra o vidro de cada cela. Recém-chegados. Todos parecem ter cerca de 28 anos. Brancos, hispânicos, negros; todos com macacões. Um

deles grita para ninguém: “Ei! Quantos telefonemas por mês a gente recebe no Nível I?”.

Sinto que me olham e tenho o cuidado de não estabelecer contato visual. Para que não... não o quê? Para que alguma vertigem não me leve até eles? Para que não percebam meu medo? Para que não me envolvam em sua guerra? Para que eu não tenha que registrar emocionalmente o fato de que sou livre e logo estarei pegando a estrada através de zimbros e pinheiros a caminho de um jantar em Florence? No colegial, aprendi que se evitasse encarar alguns meninos no corredor às vezes conseguia não ser notado, ou pelo menos escapava de apanhar. Baixar os olhos é um sinal de deferência — aprendi isso bem cedo. Mas também é, claro, uma maneira de não ver.

Uma das celas da Entrada tem uma janela de tamanho normal, não apenas uma pequena abertura na porta. O negro com a cabeça raspada que está lá dentro me pega olhando para ele. Desvio os olhos, olho de novo, e ele me dá um sorriso estranho e afetado — o que entendo como um sorriso zombeteiro a ser compartilhado por dois seres humanos, mas que ao mesmo tempo também é um gesto de confiança: ele confia que eu vou compreender a zombaria e dela compartilhar. Sorrio também, um sorriso aberto demais. Não o sustento, e desvio o olhar.

Para os entusiastas da penitenciária de Florence, que imaginavam a cidade florescendo com a chuva de dólares do governo federal, houve algumas surpresas. Todos os maiores contratos de construção foram para grandes empresas de fora do condado de Fremont, e muitos homens da região, esperançosos de trabalhar nas obras, não foram aprovados nos testes físicos. Em vez de emprego, a cidade ganhou tráfego, poeira e um agitado comércio de barras. Quando chegou a hora de contratar funcionários, o Bureau Federal de Prisões, querendo maximizar o profissionalismo de sua instalação-modelo, levou guardas e pessoal administrativo de outras regiões do país. A maioria dos trabalhos de zeladoria, de lavagem de roupa e de

cozinha é feita pelos prisioneiros do complexo; os cargos ocupados por pessoas da comunidade local exigem que o candidato tenha no máximo 37 anos. Numa cidade de aposentados, a notícia foi muito mal recebida; na prefeitura, as pessoas se referiam à limitação de idade como “o escândalo”.

Jim Provenzano tinha esperança de que os funcionários da penitenciária fossem comprar uniformes em sua loja. Infelizmente, diz, “eles queriam que eu vendesse botas por dez dólares abaixo do meu custo; caso contrário, ficariam com o suprimento regular do governo. Como é que vou competir com o governo?”. Alguns trabalhadores do serviço de manutenção estão comprando uniformes de Provenzano, mas nada que tenha aquecido muito a demanda por seu estoque de jeans.

Quando Provenzano avalia o retorno da sua aposta de mil dólares, as elipses das frases traem sua preocupação. “Não quero parecer negativo, mas...” Embora acredite que Florence ainda irá prosperar, ele admite que a Jim’s Clothing não vai tão bem quanto esperava. “Não sei se em dois anos a loja ainda estará funcionando.”

“Eu me solidarizo com nossos comerciantes”, diz Merle Strickland, a prefeita de Florence que estimula a economia de mercado. “Estão tentando sobreviver naquilo que é basicamente uma economia de serviços. Adoraria ver uma comunidade empresarial próspera, mas eles terão o mesmo problema que eu tive com minha loja de móveis: as pessoas vão comprar onde é mais barato. Quem quiser ter êxito aqui terá que se dedicar aos serviços.”

Strickland me leva para conhecer o campo de golfe Bear Paw, de nove buracos; a partir do trajeto e do gramado é possível avistar o perímetro norte do complexo penitenciário. Bear Paw foi construído em parte para atender à demanda dos burocratas da prisão, que tinham fama de golfistas fanáticos, e em parte como âncora de um projeto residencial. No fim de uma estrada de cascalho marcada por sulcos, várias grandes unidades-modelo proporcionam uma bela vista de cercas elétricas.

De acordo com Strickland, Florence tem infraestrutura para fornecer água a uma população de 20 mil habitantes. A água é uma grande fonte de recursos para a cidade, que cobra taxa de 50% para clientes de fora; o ganho bruto das vendas para o complexo penitenciário é de cerca de 5 mil dólares por mês. “Alguns dos nossos conselheiros gostam de dizer que o maior bem da cidade são seus cidadãos”, ela diz. “Pois eu acredito que o bem mais valioso de que nossos eleitores dispõem é a água.”

Digo a Strickland que não percebo exatamente como a prisão estimulou o desenvolvimento de projetos residenciais na região.

Ela faz um gesto de desdém. “O crescimento não vem da prisão. Vem das amenidades, como este campo de golfe. É parte da expansão em todo o Front Range. Guardas que ganham doze dólares por hora não vão achar lugar para morar aqui. E já ouvi muitos comentários do pessoal administrativo, de que eles pessoalmente não têm interesse em morar perto do trabalho.”

Sobre os entusiastas da penitenciária, Strickland diz: “Eles acham que Papai Noel está a caminho. Mas Papai Noel não existe”.

Jim Provenzano parece ter se dado conta disso. Diz compreender agora que, uma vez encerrado o dia de trabalho, os funcionários do complexo carcerário querem ir direto para casa, e não dar uma parada e fazer compras em Florence. Brinca que os empresários locais deveriam pagar pela instalação de radares escondidos nas estradas para Pueblo e Springs, para as pessoas não chegarem tão depressa aos shoppings dessas cidades.

“As pessoas pressupõem que, por ser o único comerciante de uma cidade pequena, meus preços devem ser mais altos”, diz Provenzano. “Não é verdade. Mas há uma nova geração que só conhece o Wal-Mart e os shopping centers.”

Provenzano, que inicialmente concordou em conversar comigo “por uns minutos”, acabou falando durante uma hora. Quando eu já estava de saída, ao demonstrar interesse por uma calça Levi’s 501, ele confirma o que vendedores de cadeias de lojas negavam veementemente quando eu era

adolescente: que as calças Levi's de mesma numeração variam muito de tamanho. Ele não tem o número 42/44 pré-encolhido que eu quero — seu estoque não é grande — mas, tirando medidas e fazendo comparações, acha uma calça 43/44 de tamanho menor que fica perfeita em mim.

“Estou tendo problemas com a Levi's”, diz, enquanto confirma por telefone dados do meu cartão. (O preço é o mesmo do de uma cadeia de lojas.) “Eles dizem que não peço grande quantidade. Vendo calças Levi's há sessenta anos, e agora eles vêm me dizer que não peço grande quantidade.”

Depois de fazer um gracejo amigável sobre minha cintura cada vez maior e de perguntar meu tamanho de camisa, Provenzano me dá de presente uma camiseta para eu usar com meu novo jeans. Ela tem um desenho do conjunto penitenciário federal.

Se Ricardo II de Shakespeare tivesse vivido na Alcatraz dos anos 1930, talvez houvesse notado a singularidade de seu projeto e cenário, o esplendor da paisagem e a fantasia de sua segurança imperfeita. No presídio de segurança supermáxima de Florence, Ricardo II veria instalações perfeitas e anônimas em meio a um ambiente árido. Comparando a prisão em que estive com o mundo de 1995, ele não sentiria falta do dinheiro. É dólar pra lá, dólar pra cá.

O que é futurista em relação às penitenciárias de Florence e Colorado não é a parafernália high-tech de última geração (não vemos estruturas mecânicas sobre uniformes desempenhando funções humanas, e revólveres que emitem zumbidos como nos filmes de ficção científica), mas o contexto social em que os equipamentos são utilizados. Não é difícil extrapolar a lógica da nossa solução da política econômica para o problema do crime. Em muitos aspectos, o futuro pode ser vislumbrado em nosso não totalmente desagradável presente. A taxa de assassinatos está declinando substancialmente na cidade de Nova York, por exemplo, enquanto a população carcerária do estado de Nova York dispara. Três quartos dos

detentos no sistema estadual vêm de apenas sete áreas pobres da cidade de Nova York. Aparentemente, é genuinamente factível apenas isolar o problema. Em todo o país, programas educacionais de prisioneiros estão em refluxo, há mais execuções, e cada vez mais legisladores querem reduzir a recreação dos prisioneiros e fazer com que se obtenha mais renda com o trabalho nas penitenciárias.

O jovem negro ou latino, cujo pai está na prisão e cuja vizinhança não oferece emprego melhor que o de empacotador de mercearia, comete um crime, é condenado e depois mandado em cana numa comunidade rural branca. Entre os pontos um e três há um cálculo cínico: o jovem prisioneiro sai da penitenciária com rancor e sem condições de obter emprego; inevitavelmente, comete outro crime; inevitavelmente, há mais vítimas inocentes. Crimes residuais são o custo de se fazer negócios neste país, e mesmo estes pagam o dividendo de manter o medo do crime sempre renovado na sociedade.

O darwinista social poderia considerar aqui as maravilhas da nossa evolução econômica. A imprensa cobre crimes (especialmente os crimes relativamente raros de violência aleatória contra brancos) porque crimes vendem — porque o público branco adora se informar sobre isso. Aí essa cobertura intensa, descontextualizada e de interesse altamente comercial se transforma em evidência de uma epidemia do crime; o público fica “enjoado e cansado” desse tipo de coisa (embora qualquer um na profissão saiba que, na verdade, ele nunca se enjoa e cansa desse assunto) e permite que seus representantes eleitos endureçam. O criminoso, portanto, é demonizado. A distância entre Nós e Ele aumenta cada vez mais, garantindo que aqui, no país que inventou o Velho Oeste, programas sobre crimes, o noticiário *News at Eleven*, no país que celebrou os irmãos James³ e Bonnie e Clyde, sempre seremos capazes de ouvir o que menos queremos ouvir, que é o que mais queremos ouvir. Ao apreciarmos e punirmos nossos assassinos, estamos continuamente exorcizando as contradições que nos fazem americanos.

Nossa relação de amor e ódio com o crime é a epopeia do dólar dominante em guerra com as fronteiras selvagens.

Finalmente, quando o jovem negro ou latino sopra a terceira bolinha de papel, ele volta de vez para um sistema que mantém a ordem interna e ganha dinheiro forçando os detentos a fazer, por um dólar ou menos por hora, o trabalho servil que como homens livres eles não fariam por um salário mínimo. Para aqueles que se recusam a cooperar, sempre há a privação em penitenciárias de disciplina benevolente, como as de Florence e Colorado. A primeira impressão que se tem da descrição de Ray Levasseur sobre a penitenciária de Florence, como “um sonho erótico de uma arquitetura proto-tecno-fascista”, é que se trata de uma velha imagem hiperbólica de um agitador. Mas pense em fascismo em seu sentido original (italiano) de fazer o governo trabalhar com a eficiência de uma corporação; de fazer os trens saírem no horário. A essência real do fascismo é um corporativismo patriótico que se apresenta como benfeitor e eficiente. À luz do futuro que estamos construindo no condado de Fremont, Ray Levasseur e Mutulu Shakur, tidos como anômalos pelo fato de se considerarem “políticos”, são na verdade os mais típicos prisioneiros do sistema. Pode ser verdade que cada um dos indivíduos nas penitenciárias do país represente uma história de irresponsabilidade pessoal. Mas o conjunto de 1,5 milhão dessas histórias é maior que a soma das suas partes. O conjunto é político, e Levasseur e Shakur são as vozes das estatísticas. Eles estão dizendo: Vamos pensar sobre qual é a implicação, para nossa maneira de fazer negócios, de ter 1,5 milhão de homens presos.

E tenho que dizer o seguinte: os funcionários das prisões federais não são amigáveis comigo, eles nunca baixam a guarda. Ao passo que as pessoas do Colorado com quem converso têm esperanças, sonhos e medos visíveis. Em uma hora já fico gostando delas. Não que sejam perfeitas ou coisa do gênero. Parecem ao mesmo tempo mais livres e cativas que os empregados da penitenciária, que de dia estão isolados no complexo e ao anoitecer viajam de volta para Pueblo West. Livres para ser confusos e desconfiados, e cativos

dos mecanismos de controle e de fluxo de caixa perpetuamente aprimorados, que ameaçam as últimas comunidades tradicionais americanas. Cativos da agência federal que permite que uma cidade tenha uma esperança nunca materializada na criação de empregos, que promete três prisões e depois, como se tivesse pensado melhor, impõe uma Alcatraz, que insinua que fará negócios com os comerciantes locais e depois acaba se valendo de acertos feitos anteriormente com outros fornecedores; cativos da inescapável eficiência dos shopping centers dos conjuntos habitacionais. Não há conspiração aqui, não há intenção consciente de enganar, não há grandes ironias. Há apenas, neste vale de terrenos erodidos e minas exauridas, o gradual definhamento de uma inocência. Quando Merle Strickland diz que o maior patrimônio da sua comunidade são os direitos sobre a água e não as pessoas, ela está rigorosamente certa e rigorosamente errada.

À noite, as prisões brilham no deserto como um reator, uma plataforma de lançamento, uma coisa federal latente. A quilômetros de distância não se vê movimento algum do lado de dentro do arame farpado.

[1995]

1 ADX e Admax são siglas para Administrative Maximum Facility, penitenciária de segurança máxima, também chamada de penitenciária de segurança supermáxima. (N. T.)

2 Mafioso de Nova York. Condenado à prisão perpétua, morreu em 2002, sete anos depois de este ensaio ter sido originalmente publicado. (N. T.)

3 Jesse e Frank James, foras da lei do século XIX, sobre quem se criou uma lenda abordada em vários filmes. (N. T.)

6. Suíte imperial

Privacidade, privacidade, a nova obsessão americana: defendida como o mais fundamental dos direitos, anunciada como a mais desejável das mercadorias, e declarada morta duas vezes por semana.

Mesmo antes que Linda Tripp¹ pressionasse a tecla “gravar” da sua secretária eletrônica, articulistas nos advertiam de que “a privacidade está sitiada”, “a privacidade está numa situação pavorosa”, “a privacidade como a conhecemos poderá não mais existir no ano 2000”. Dizem que o Big Brother e seu irmãozinho, o cidadão comum, estão projetando sua sombra sobre nós nas redes de computadores. Dizem que câmeras de segurança do tamanho de aranhas nos olham de todos os cantos, que feministas inflexíveis monitoram comportamentos nos quartos e conversas nos corredores das empresas, que investigações genéticas podem chegar ao âmago do nosso ser a partir de uma gota de saliva, e que um voyeur pode instalar, numa filmadora, um filtro que lhe permite *ver através da roupa das pessoas*. E então vem aquele mar de lama do Conselho Independente dos Estados Unidos, destilado em canais oficiais e comerciais, para saturar de vez a consciência nacional. O escândalo Lewinsky marca, nas palavras do filósofo Thomas Nagel, “o ponto culminante de uma erosão desastrosa” da privacidade; equivale, nas palavras do escritor Wendy Kaminer, ao “mais absoluto descaso pela privacidade e pela autonomia individual existente nos regimes totalitários”. Na pessoa de Kenneth Starr, a “esfera pública” finalmente esmagou — esfrangalhou, lesionou, atropelou, invadiu, pisoteou — a “esfera privada”.

O alarme sobre a privacidade tem a faina acusatória e paranoica de um bom e velho pânico americano, mas falta um ingrediente vital: um público genuinamente assustado. Os americanos se preocupam com privacidade sobretudo em termos abstratos. Às vezes uma comunidade bem informada se une para se defender, como os usuários da internet que bombardearam a Casa Branca com e-mails contra o “clipper chip”;² outras vezes uma notícia especialmente escandalosa provoca um protesto nacional, como quando a Lotus Development Corporation tentou comercializar um CD-ROM contendo informações financeiras de quase metade da população do país. Em geral, no entanto, mesmo diante de infrações em grande escala, como no caso da guerra contra as drogas, os americanos permaneceram curiosamente passivos. Não sou exceção. Leio os editoriais e tento me exaltar, mas não consigo. Frequentemente, me pego sentindo o oposto do que os especialistas em privacidade querem de mim. Aconteceu duas vezes só no mês passado.

No sábado cedo, quando o *New York Times* publicou o relatório completo de Starr, o que senti ao sentar sozinho em meu apartamento e tentar tomar café da manhã era que minha própria privacidade — não a de Clinton, não a de Lewinsky — estava sendo violada. Adoro o ritual distante da vida pública. Adoro ambos, o ritual e a distância. Agora um presidente enfrentava a possibilidade de impeachment e eu, como bom cidadão, precisava estar informado sobre a prova, mas ela consistia no fato de que duas pessoas se agarraram e se autoenganaram mutuamente. O que senti, quando essa prova aterrissou ao lado da minha torrada e do meu café, não foi uma suposta repulsão para camuflar um interesse secreto pelos detalhes sórdidos; não me incomodou o sexo pelo sexo; não fiquei preocupado com a futura erosão em potencial dos meus direitos; não senti o sofrimento do presidente da maneira enfática como ele um dia disse ter sentido o meu; não me repugnou a revelação de que funcionários públicos fazem coisas feias; e, embora seja filiado ao Partido Democrata, meu desgosto era de natureza diferente do meu aborrecimento de torcedor quando os Giants desperdiçaram uma

enorme vantagem. O que senti foi em nível pessoal. Eu estava sendo um intruso.

Uns dois dias mais tarde, recebi um telefonema da operadora do meu cartão de crédito, solicitando que eu confirmasse duas despesas recentes no posto de gasolina e uma compra numa loja de ferramentas. Perguntas desse tipo são frequentes hoje em dia, mas essa foi a primeira vez que aconteceu comigo, e por um momento me senti exposto. Ao mesmo tempo, fiquei irredutivelmente lisonjeado que alguém, em algum lugar, tivesse interesse em mim e se desse ao trabalho de me ligar. Não que o jovem do outro lado da linha parecesse se preocupar comigo pessoalmente. Falava como se estivesse lendo uma ficha. O esforço de dar duro num emprego que certamente não o agradava parecia enrolar sua língua. Tentava se livrar das palavras, pronunciá-las de uma vez como se estivesse constrangido ou aflito por serem tão inúteis, mas elas insistiam em se amontoar em sua boca e ele tinha que parar e extraí-las dos lábios, uma por uma. Foi o computador, ele disse, o computador que rotineiramente, ahn, monitora o, sabe como é, o padrão das despesas... e havia alguma coisa mais que ele pudesse fazer por mim naquela noite? Decidi que se esse jovem quisesse vasculhar meus gastos e avaliar a importância de eu ter enchido o tanque duas vezes e comprado uma lata de tinta látex, por mim estaria tudo bem.

O problema é o seguinte. Na manhã de sábado em que o relatório Starr foi divulgado, minha privacidade era, na perspectiva liberal clássica, absoluta. Estava sozinho em casa sem que ninguém me observasse, os vizinhos não me amolavam, o jornal não me citava, e eu me sentia perfeitamente livre para, se quisesse, ignorar o relatório e me dedicar às palavras cruzadas; no entanto, a mera existência do relatório agredia tanto meu senso de privacidade que eu mal podia tocar naquela coisa. Dois dias mais tarde, fui incomodado em casa por um telefonema; queriam saber o nome de solteira da minha mãe, e fui informado de que minúcias digitalizadas da minha vida cotidiana estavam sendo examinadas por estranhos; e em cinco minutos nem me lembrava mais daquilo. Sentia-me

usurpado quando estava ostensivamente seguro, e me sentia seguro quando era ostensivamente usurpado. E não sabia por quê.

O direito à privacidade — definido por Louis Brandeis e Samuel Warren em 1890 como “o direito de estar só” — parece à primeira vista um princípio elementar da vida americana. É a campanha de ativistas em defesa dos direitos de reprodução, contra o assédio, pelo direito de morrer, contra uma base de dados do sistema nacional de saúde, contra os paparazzi, a favor da inviolabilidade do e-mail dos empregados e contra os testes para detectar drogas. Pensando bem, no entanto, a privacidade demonstra ser o gato de Cheshire dos valores: pouca substância e um sorriso sedutor.

Legalmente, o conceito é uma barafunda. A violação da privacidade está no núcleo emocional de muitos crimes, do assédio e estupro ao voyeurismo e violação de propriedade alheia, mas nenhum estatuto criminal determina proibições em termos abstratos. A legislação civil varia de estado para estado, mas em geral segue a interpretação, de quarenta anos atrás, do especialista em direito Dean William Prosser, que dividiu a invasão da privacidade em quatro delitos: *intrusão* em meu isolamento, *publicação* de fatos privados sobre mim que não constituam legítimo interesse público, publicidade que *distorça* minha reputação e *apropriação* do meu nome ou imagem sem meu consentimento. Esse é um conjunto fragmentado de delitos. Intrusão parece muito com invasão criminal, distorção lembra difamação e apropriação não difere de roubo; e o dano que subsiste quando esses outros crimes são deduzidos é tão admiravelmente capturado pela frase “imposição de dor emocional” que o delito de invasão de privacidade se converte em algo quase supérfluo. O que realmente fortalece a privacidade é o conceito liberal clássico de autonomia pessoal. Nas últimas décadas, muitos juízes e acadêmicos vêm preferindo falar em “zona de privacidade”, e não em “esfera de liberdade”, mas essa é uma mudança de ênfase, não de substância: não se trata da elaboração de uma nova doutrina,

mas do reempacotamento e da mudança de marketing de uma doutrina antiga.

O que quer que você queira vender, pouco importa se um imóvel de luxo ou aulas de esperanto, seu negócio se beneficiará se a palavra “privado” estiver piscando para o cliente. No inverno passado, como tenho um cartão de crédito Visa Platinum do Bank One, ofereceram-me a participação num programa chamado PrivacyGuard®, que, de acordo com o folheto promocional, “*passa a você informações* sobre seus registros mais pessoais que estão disponíveis para seu empregador, empresas de seguro, companhias de cartão de crédito e agências governamentais”. Os primeiros três meses do PrivacyGuard® eram gratuitos, eu me inscrevi. Recebi pelo correio uma papelada: envelopes e formulários de requerimento para a Pesquisa de Registro sobre Crédito e outras pesquisas, e uma agendinha decepcionante na qual eu podia anotar o resultado das buscas. Percebi imediatamente que não me preocupava o bastante com, por exemplo, os registros em minha carteira de habilitação, a ponto de aguardar um mês pelo resultado; foi só quando liguei para o PrivacyGuard® para cancelar minha inscrição, e insistiram muito para que eu não fizesse isso, que percebi que o objetivo do “serviço” era usar meu tempo e energia para reduzir os prejuízos com fraudes do cartão de crédito do Bank One.

Mesmo questões legítimas para a privacidade raramente dizem respeito aos danos emocionais da exposição indesejada ou da intrusão. A Lei da Privacidade Genética, por exemplo, tem como premissa a ideia de que meu DNA revela mais sobre minha identidade e saúde futura do que qualquer outra informação médica. Na realidade, por enquanto a informação do DNA não é mais reveladora que um sopro do coração, um histórico familiar de diabetes ou uma predileção especial por asas de frango bem fritas. Como ocorre com qualquer registro médico, a possibilidade de que empregadores e seguradoras abusem de informações genéticas é algo que causa arrepio, mas essa é a única questão tangencial à privacidade; o dano primário consiste em coisas como discriminação no trabalho e prêmios mais caros na seguradora.

De maneira semelhante, o problema da segurança na internet diz respeito principalmente a detalhes. O que os ativistas americanos chamam de “privacidade eletrônica”, seus pares europeus chamam de “proteção de informações”. Nossa expressão é mais estimulante; a deles, mais precisa. Se alguém estiver disposto a descobrir o número e a data de validade do seu cartão Amex, ou se um ex-namorado mal-intencionado quiser saber seu novo endereço, então você precisa da proteção de um sistema de criptografia. Mas se você está apenas conversando com um amigo por telefone, você precisa *sentir* que tem privacidade.

O drama social da proteção de informações se desenvolve mais ou menos desta maneira: um hacker, uma companhia de seguros ou uma empresa de telemarketing tem acesso a um banco de dados com informações sensíveis, um defensor do interesse público faz barulho e são tomadas novas medidas para evitar o acesso não autorizado a computadores. Da mesma maneira que a maioria das pessoas tem medo dos germes mas deixa a virologia para os Centros de Controle da Doença, a maioria dos americanos tem algum interesse em questões sobre privacidade, mas deixa o trabalho mais sério a cargo dos especialistas. Nosso problema hoje é que os especialistas começaram a falar a linguagem do pânico e a tratar a privacidade não como um valor relativo, mas como um valor que se sobrepõe a todos os outros.

O romancista Richard Powers escreveu recentemente na página de opinião do *New York Times* que a privacidade é uma “ilusão evanescente” e que a discussão sobre a criptografia de comunicações digitais é portanto tão “intensa” quanto a Guerra Fria. Powers define “o privado” como “aquela parte da vida que não tem registro” e vê, nas pegadas digitais que deixamos sempre que entramos na rede, a aproximação “daquele momento em que todo o dia de cada pessoa se transformará num Bloomsday, gravado nos mínimos detalhes e reproduzível com hábeis toques no teclado”. É assustador, claro, imaginar que o mistério de nossas identidades pode se reduzir a uma sequência finita de informações. Que Powers compare seriamente fraudes em cartões de crédito e interceptações telefônicas

celulares à incineração termonuclear, no entanto, é revelador do contagioso pânico da privacidade. Onde, afinal, está “registrado” o que Powers ou qualquer um está pensando, vendo, dizendo, desejando, planejando, sonhando e se envergonhando? Um *Ulysses* digital que tivesse apenas uma lista de compras do herói de Joyce e o registro de outras transações ocuparia no máximo quatro páginas: é realmente a isso que se resume o dia de Bloom?

Quando os americanos sacrificam genuinamente a privacidade, eles o fazem por ganhos tangíveis em saúde ou segurança ou eficiência. A maioria das medidas permitidas por lei — notificação de HIV, raios X em aeroportos, Lei de Megan,³ exame de dosagem alcoólica em motoristas, teste para detectar uso de drogas em estudantes atletas, leis protetoras de fetos, leis protetoras da vida vegetativa, monitoramento remoto de emissões de automóveis, revistas em prisões que obrigam visitantes a ficar nus, e até a exposição da corrupção presidencial por Ken Starr — são essencialmente medidas de saúde pública. Ressinto-me das câmeras de segurança em Washington Square, mas não tenho nada contra as instaladas nas plataformas do metrô. O risco de que alguém esteja se aproveitando das informações contidas em meu bilhete eletrônico é confortavelmente baixo em comparação com meu ganho em conveniência. O mesmo vale para o risco de que alguém me faça uma vítima da Primeira Emenda da Constituição; com 270 milhões de pessoas no país, a probabilidade de eu ser nacionalmente exposto é praticamente nula.

O especialista em direito Lawrence Lessig caracterizou os americanos como “bovinos” por fazerem esse tipo de cálculo, condescendendo portanto com o que chama de “sovietização” da vida pessoal. O curioso sobre privacidade, porém, é que a simples expectativa de que possamos desfrutar dela geralmente faz com que a alcancemos. Uma das minhas vizinhas, no prédio do outro lado da rua, gasta um tempo enorme se olhando no espelho, examinando seus poros, e eu posso vê-la fazendo isso, da mesma maneira que, sem dúvida, ela às vezes também me vê. Mas nossas respectivas

privacidades continuam intactas enquanto nenhum de nós se *sentir* observado. Quando envio um cartão-postal pelo correio dos Estados Unidos, estou ciente, embora não pense nisso, de que os carteiros podem ler o que escrevi, podem ler em voz alta, podem até caçoar da mensagem, mas estou a salvo de qualquer dano, a menos que, por um azar incrível, o cartão caia na mão do único carteiro que eu conheço; aí ele dará um tapa na testa e dirá: “Caramba, eu conheço esse cara”.

Nosso pânico em relação à privacidade não é apenas exagerado. Ele está fundado numa falácia. Ellen Alderman e Caroline Kennedy, em *The Right to Privacy*, afirmam: “Há menos privacidade do que costumava haver”. A asserção tem sido feita ou insinuada tão frequentemente, em tantos livros, editoriais e talk shows, que os americanos, não importa quão passíveis sejam, agora zelosamente respondem a pesquisas dizendo estar muito preocupados em relação à privacidade. Praticamente de qualquer perspectiva histórica, no entanto, tal afirmação soa bizarra.

Em 1890, um americano típico vivia numa cidadezinha sob observação quase irrestrita. Cada uma das suas compras não era apenas “registrada”, mas registrada nos olhos e na memória dos comerciantes que o conheciam, dos seus pais, da sua mulher, dos seus filhos. Ele não podia sequer ir ao correio sem que seus movimentos não fossem rastreados e analisados por vizinhos. Provavelmente cresceu dormindo na mesma cama de seus irmãos e possivelmente de seus pais também. A menos que tivesse recursos, o transporte — trem, cavalo, caminhada — ou era coletivo ou o expunha à vista da comunidade.

Nos subúrbios e nas prósperas regiões afastadas das cidades, onde um americano típico vive hoje, pequenas famílias nucleares habitam casas enormes, nas quais cada pessoa tem seu próprio quarto e, às vezes, banheiro. Mesmo comparados com os subúrbios dos anos 1960 e 1970, quando eu estava crescendo, os condomínios contemporâneos proporcionam admirável

grau de anonimato. Ninguém mais espera que os vizinhos se conheçam. As comunidades tendem a ser cada vez mais virtuais, e seus participantes ou não têm rosto ou exercem firme controle sobre o rosto que querem projetar. O transporte em boa parte é particular; os novos modelos de utilitários esportivos são do tamanho de uma sala de estar e vêm equipados com telefones, CD players, telas de TV; por trás das janelas escurecidas de um desses carrões que equivalem a unidades móveis do PrivacyGuard, de onde eu-vejo-você-mas-você-não-me-vê, uma pessoa pode estar usando pijama ou biquíni, porque ninguém sabe ou se importa. Talvez o governo se intrometa na família mais do que fazia há cem anos (assistentes sociais visitam idosos e pobres, funcionários da área de saúde requerem inoculações, a polícia investiga a violência doméstica), mas essas intrusões não são nada quando comparadas à bisbilhotice das cidadezinhas que elas substituíram.

O “direito de estar só”? Muito ao contrário de estar desaparecendo, está crescendo exponencialmente. Está na *essência* da moderna arquitetura, paisagem, transporte, comunicação e filosofia política dominante nos Estados Unidos. O real motivo que leva os americanos a serem apáticos em relação à privacidade é tão grande que é quase invisível: estamos nos *afogando* em tanta privacidade.

O que está sob ameaça, portanto, não é a esfera privada. É a esfera pública. Muito se especulou sobre o efeito desencorajador que a investigação de Starr pode ter sobre futuros aspirantes à vida pública (apenas fanáticos e incapazes devem se candidatar), mas isso não é tudo. O mundo público de Washington, por ser público, pertence a todos. Somos todos convidados a participar com nossos votos, nosso patriotismo, nossas campanhas e nossas opiniões. O peso coletivo de uma população viabiliza nossa fé no mundo público como algo maior, mais duradouro e mais honroso do que qualquer indivíduo confuso pode ser em particular. Mas, assim como um atirador de tocaia na torre de uma igreja pode esvaziar as ruas da cidade, um escândalo realmente revoltante pode minar aquela fé.

Se a privacidade depende de uma expectativa de invisibilidade, a expectativa de *visibilidade* é o que define o espaço público. Meu “senso de privacidade” funciona de maneira a manter o público fora do privado e a manter o privado fora do público. Meu border collie mental late de aflição quando sinto que a linha entre os dois foi cruzada. É por isso que a violação do espaço público é tão semelhante, como experiência, à violação da privacidade. Vejo um homem urinando na calçada em plena luz do dia (motoristas de caminhões de entrega podem ser especialmente hipócritas com aquele “não dá pra segurar, não dá pra segurar” transformado em filosofia de administrar a bexiga) e, embora o homem com a braguilha escancarada seja ostensivamente aquele cuja privacidade está comprometida pela mijada, sou eu que fico constrangido. Exibicionistas, molestadores sexuais, praticantes de felação no píer e pessoas dadas a confissões em ônibus intermunicipais, todos eles, da mesma maneira, agredem nosso sentido de “público” com sua exposição.

Uma vez que hoje em dia se considera que exposição para valer é sinônimo de aparecer na televisão, a conclusão que se impõe é que o espaço televisivo é o espaço público por excelência. Muitas coisas que as pessoas me dizem na televisão, no entanto, não seriam toleradas num espaço público genuíno — numa bancada de jurados, por exemplo, ou mesmo na calçada. A tv é uma enorme e ramificada extensão dos bilhões de salas e quartos onde é vista. Raramente ouvimos uma pessoa no metrô falar em voz alta sobre, digamos, incontinência, mas na televisão isso acontece há anos. A tv é destituída de pudor, e sem pudor não pode haver distinção entre público e privado. No inverno passado, uma âncora de tv me olhou nos olhos e, como se fosse alguém da minha família, referiu-se a uma ninhada de bebês em Iowa como “os sete queridinhos da América”. Foi bem estranho, 25 anos atrás, ouvir as notícias de Dan Rather sobre Watergate em meio a comerciais de Geritol e aspirina Bayer, como se a iminente renúncia de Nixon estivesse de alguma maneira projetada em meu gabinete de remédios. Agora, disposta na prateleira entre anúncios de margarina Promise e cruzeiros marítimos da

Celebrity Cruises, a notícia é um vestido de festa manchado — a TV é exploradora de intimidades e nada mais.

A reserva, enquanto isso, tem se tornado uma virtude obsoleta. As pessoas agora estão sempre dispostas a falar sobre suas doenças, quanto pagam de aluguel e os antidepressivos que tomam. Casos sexuais são contados no primeiro encontro, sandálias abertas e shorts jeans são usados nos escritórios às sextas-feiras, laptops levam o ambiente de trabalho para o quarto, designs modernos transformam salas de diretoria em quartos de dormir, vendedores tratam clientes com a maior intimidade, garçons não me atendem enquanto não estabeleço uma relação pessoal com eles, gravações eletrônicas enfatizam o “eu” em frases como “Desculpe, mas *eu* não entendo o número que você digitou”, e entusiastas da cibernética, numa designação imprópria particularmente grotesca, chamam de “fórums públicos” aqueles fragmentos rascunhados no silício com os quais “participantes”, com a barba por fazer, podem se comunicar enquanto continuam sentados de pernas cruzadas sobre lençóis amarfanhados. O mundo em rede é mesmo uma ameaça à privacidade? Está mais para um espetáculo deprimente de uma privacidade triunfante.

O espaço público genuíno é um lugar onde todo cidadão é bem-vindo e onde o estritamente privado é excluído ou restringido. Uma razão para que o público de museus de arte tenha aumentado muito em anos recentes é que essas instituições ainda parecem públicas à sua maneira. Depois daqueles lençóis amarfanhados, que delícia o decoro e o silêncio obrigatórios, a ausência daquele consumismo afrontoso. Que agradável poder passear, ver e ser visto. Todos temos que passear de vez em quando — um lugar para ir quando queremos anunciar ao mundo (não ao mundinho dos amigos e da família, mas ao mundo grande, o mundo real) que estamos vestindo um terno novo, ou estamos apaixonados, ou de repente percebemos que crescemos uns centímetros quando esticamos as costas.

Infelizmente, o local totalmente público é uma categoria quase em extinção. Ainda temos salas de tribunais, bancadas de jurados, trens e

pontos de ônibus, aqui e ali uma rua comercial numa cidadezinha que faz jus ao nome e não é apenas uma pequena galeria, além de bares, cafés e calçadas em algumas cidades. Fora isso, para os americanos adultos, o único lugar mais ou menos público é o ambiente de trabalho. Aqui, especialmente nos escalões mais altos dos negócios, é normal haver códigos de trajes e comportamentos, confissões pessoais são punidas e a formalidade ainda é regra. Mas esses rituais são observados apenas pelos funcionários da empresa, e mesmo eles, quando envelhecem, se tornam incapacitados, obsoletos ou terceirizados, podem ser afastados e portanto relegados aos lençóis amarfanhados.

O último bastião da vida pública americana é Washington. Daí a violação particular que senti quando o relatório Starr foi divulgado. Daí o sentimento de ser um intruso. Aquilo era uma invasão de privacidade, não tenha dúvida: a vida privada invadindo brutalmente o mais público dos espaços públicos. Não quero saber de sexo no noticiário sobre Washington. Há sexo em todo lugar para onde se olhe — nas séries de TV, na internet, nas capas de livros, nos anúncios de automóveis, nos cartazes da Times Square. Será que não há uma única coisa na paisagem nacional que não seja sobre sexo? Todos sabemos que há sexo nos gabinetes do poder, sexo atrás da pompa e circunstância, sexo sob as togas da justiça; mas será que não podemos agir como adultos e fazer de conta que isso não acontece? Fazer de conta não que “ninguém está olhando”, mas que *todos* estão olhando?

Por duas décadas, lideranças empresariais e partidárias de todo o espectro político, dos republicanos de Gingrich aos democratas de Clinton, exaltaram as virtudes da privatização das instituições públicas. Mas que melhor palavra pode haver para o Lewinskygate e a decorrente irrupção de revelações (as infidelidades de Helen Chenoweth, de Dan Burton, de Henry Hyde) do que “privatização”? Qualquer um que se perguntasse como seria uma presidência privatizada pode agora, por cortesia do sr. Starr, ter uma ideia.

No conto “Beverly Home”, de Denis Johnson, o jovem narrador passa os dias trabalhando numa clínica para deficientes, onde há um infeliz paciente que ninguém visita:

Um espasmo perpétuo o forçava a se sentar de lado na cadeira de rodas, a cabeça inclinada para baixo, o olhar voltado para os dedos nodulados. Ficava assim de uma hora para outra. Ninguém o visitava. Sua mulher estava se divorciando. Ele tinha apenas trinta e três anos, acho que foi isso o que disse, mas era difícil adivinhar o que contava sobre ele porque não podia mais falar, e só fazia movimentos repetitivos com os lábios em torno da língua projetada para fora da boca enquanto emitia grunhidos.

Não havia mais fingimento para ele! Suas dificuldades eram totais e evidentes. Enquanto isso, continuávamos tentando nos enganar uns aos outros.

Numa suíte imperial acarpetada com desalinho de uma costa à outra, poderíamos todos ser esse paciente e nos pouparamos das aporrinhações de fingir. Mas quem quer viver num mundo de festa do pijama? A privacidade não tem valor, a não ser que possa ser definida em oposição a uma outra coisa. “Enquanto isso, continuávamos tentando nos enganar uns aos outros” — e uma coisa boa, também. A necessidade de vestir uma máscara pública é tão básica quanto desejar a privacidade na qual possamos retirá-la. Precisamos tanto de um lar que não seja um espaço público quanto de um espaço público que não seja um lar.

Caminhando pela Terceira Avenida num sábado à noite, senti-me destituído de tudo. À minha volta, jovens atraentes avançam encurvados sobre seus StarTacs e seus Nokias com expressões preocupadas, como se estivessem com dor de dente, ou ajustando um aparelho para surdez, ou pressionando um músculo distendido; a tecnologia pessoal começou a ficar parecida com uma deficiência pessoal. Tudo o que quero de um passeio é que as pessoas me vejam e se deixem ser vistas, mas mesmo esse modesto objetivo é ameaçado pelos usuários de celulares e o pouco-caso que fazem da sua privacidade. Dizem coisas como “Será que a gente come cuscuz com isso?” e “Estou a caminho da Blockbuster”. Não estão infringindo nenhuma

lei ao transmitirem em voz alta esse tipo de conversa. Não há *PublicityGuard* que eu possa comprar, nem retiro extravagante para onde eu possa fugir da vida pública. O isolamento, numa suíte do Plaza ou numa cabana nas montanhas de Catskills, é algo que se alcança sem esforço comparativamente. A privacidade é protegida como mercadoria e direito; os espaços públicos, não. Como as matas virgens, esses espaços são poucos e insubstituíveis e todos deveriam ser responsáveis por eles. O trabalho de mantê-los só aumenta, à medida que o setor privado se torna cada vez mais exigente, confuso e desanimador. Quem tem tempo e energia para defender a esfera pública? Que retórica pode competir com o amor americano pela “privacidade”?

Quando voltei ao meu apartamento depois de entardecer, não acendi as luzes imediatamente. Ao longo dos anos, me acostumei a tomar o cuidado de não assustar os vizinhos expondo-os à luz da minha sala, se bem que a única atividade que os vejo fazer é assistir TV.

Minha vizinha que tanto cuida da pele está em casa com o marido hoje à noite, e parece que estão se preparando para ir a uma festa. A mulher, uma faixa vertical visível entre a persiana e a moldura da janela, está usando um roupão, tem o cabelo preso com uma fivela e está sentada em frente a um espelho. O homem, de cabelo penteado com gel, vestindo a calça do terno e uma camiseta branca, está em pé ao lado do sofá no outro quarto e assiste TV numa posição que me parece descompromissado. Finalmente a mulher entra no banheiro. O homem veste uma camisa branca, dá um nó na gravata e senta no braço do sofá, ainda assistindo TV; mas agora mais entretido. A mulher volta com um vestido amarelo sem alça e parece outra pessoa. Que formidável a transformação! Que formidável a distância entre privado e público! Vejo uma rápida movimentação que envolve joias, paletós, uma bolsa de mão, e então o casal, vestido na maior estica, se lança ao mundo.

[1998]

1 Linda Tripp foi figura central no escândalo que envolveu Bill Clinton e Monica Lewinsky no final dos anos 1990. Ela gravou conversas telefônicas com Monica e a convenceu a não mandar lavar o vestido sujo com o esperma do então presidente dos Estados Unidos, usado como evidência no caso. (N. T.)

2 Trata-se de um sistema criptográfico desenvolvido para proteger comunicações particulares, mas que podia ser acessado por agentes do governo americano. Anunciado em 1993, foi extinto em 1996. (N. T.)

3 A Lei de Megan obriga as autoridades dos Estados Unidos a tornar disponíveis para a população os registros dos condenados por crimes sexuais. (N. T.)

7. O fradinho chinês

O fradinho foi um presente de Natal do meu irmão Bob. Chegou numa sacola de plástico comum e parecia um boneco ou um bicho de pelúcia. Tinha uma faixa de penugem raspada, um grande bico laranja que dava vontade de apertar e triângulos de pele preta no lugar dos olhos, que lhe davam uma expressão de sofrimento, de ansiedade ou de uma incipiente desaprovação. Adotei-o de cara. Imaginei para ele uma voz e uma personalidade divertidas e costumava usá-lo para entreter a californiana com quem eu vivia. Enviei a Bob um entusiasmado cartão de agradecimento, e ele respondeu me informando que o pássaro, também conhecido como papagaio-do-mar, não era um brinquedo, mas um acessório de golfe. Ele o comprara numa loja em Bandon Dunes, um resort de golfe no sudoeste do Oregon, para que eu lembrasse como é divertido jogar golfe e observar pássaros no Oregon, onde ele vive. O fradinho era uma capa para a cabeça do taco.

Minha dificuldade com golfe é que, embora eu jogue uma ou duas vezes por ano para ser sociável, não gosto de quase nada relacionado a esse esporte. O propósito do jogo parece ser permitir que homens brancos ricos matem boa parte do dia de trabalho. O golfe come terras, bebe água, desloca a vida selvagem, estimula a ocupação urbana. Não gosto da sua etiqueta autocongratatória nem da importância com que se revestem os analistas de tv, com seus silêncios. Não gosto sobretudo de jogar mal. De trás para a frente, *golf é flog*.¹

Tenho um conjunto de tacos baratos, mas de jeito nenhum iria empalar meu fradinho num deles. Para começar, a californiana se acostumara a ficar

com ele na cama antes de dormir. Rapidamente, o fradinho passou a ocupar o lugar de um personagem secundário da casa. No mundo natural, fradinhos de verdade (e outras aves marinhas) estavam sofrendo com a pesca excessiva nos oceanos e com a degradação de seu ambiente, mas a natureza era algo frio e abstrato para se amar a partir de Nova York. O fradinho era felpudo e estava ali do meu lado.

No excelente romance *The Greenlanders*, de Jane Smiley, há uma lenda sobre um fazendeiro nórdico que leva um filhote de urso-polar para sua casa e o cria como se fosse seu filho. Embora o urso aprenda a ler, não pode evitar continuar sendo um urso, com um imenso apetite de urso, e começa a comer as ovelhas do fazendeiro. O homem sabe que precisa se livrar do animal, mas nunca consegue fazer nada a respeito, por causa (de acordo com o bordão da história) do pelo tão macio e bonito e dos olhos escuros tão belos do urso. Metaforicamente, para Smiley, o urso representa uma paixão destrutiva, prazerosa demais para resistir. Mas a história também funciona como advertência contra a idolatria sentimental. O *Homo sapiens* é o animal que quer acreditar, a despeito da severa lei natural, que outros animais fazem parte da sua família. Poderia dar um bom argumento ético para nossa responsabilidade em relação a outras espécies, mas me pergunto se, lá no fundo, minha preocupação com a biodiversidade e com a saúde dos animais não é um tipo de regressão ao meu quarto de infância, com sua comunidade de bichos de pelúcia: uma fantasia de aconchego e de harmonia entre espécies. O encantado fazendeiro de Smiley finalmente é levado a oferecer a carne do seu próprio braço ao insaciável ursinho.

No final do outono passado, quando o *New York Times* publicava uma série sobre as crises de poluição, escassez de água, desertificação, desaparecimento de espécies e ameaça às florestas na China, e eu não conseguia ler mais de cinquenta palavras de cada artigo, um novo comercial espetacular do Jeep estava sendo veiculado durante os jogos de futebol americano. Você sabe: aquele em que um esquilo, um lobo, duas cotovias e o motorista do carro se juntam numa cantoria enquanto passam sozinhos por

uma estrada que corta uma floresta virgem.² Gostei especialmente do momento em que o lobo engole uma cotovia, recebe um olhar de reprovação do motorista, solta o pássaro e continua a cantar. Eu tinha plena consciência de que o veículo era ainda mais hostil à cotovia do que o lobo; sabia que meu desejo de comprar coisas era parte do mesmo monstro que devorava o mundo natural na China e em outros lugares da Ásia; e ainda assim adorava o anúncio do Jeep. Amava os olhos aflitos e a pele macia do meu acessório de golfe. Não queria saber que sabia. E, no entanto, também não podia suportar não saber. Uma tarde, sentindo um presságio sombrio, fui ao quarto, peguei o fradinho pelas asas, ajeitei-o sob uma luz forte, virei-o pelo avesso e lá estava, claro, a etiqueta: MANUFATURADO NA CHINA.

Decidi visitar essa parte do mundo de onde vinha o fradinho. O sistema industrial que criara o pássaro falso estava destruindo pássaros reais, e eu queria estar num lugar onde essa conexão não pudesse ser escondida. Basicamente, queria saber a que ponto as coisas tinham chegado.

Liguei para a empresa americana cujo nome aparecia na etiqueta — Daphne's Headcovers, de Phoenix, Arizona — e falei com a presidente, Jane Spicer. Receava que ela fosse reservada em relação a seus fornecedores na China, especialmente à luz dos recentes escândalos sobre brinquedos chineses, mas ela não se mostrou nada reticente. Em nossa primeira conversa por telefone, contou-me sobre seu golden retriever, Aspen, o gato Mango, achado na rua, a mãe já falecida, Daphne (com quem, aos dez anos, fundara a empresa), o marido, Steve, que cuidava da produção, e seu cliente mais famoso, Tiger Woods, cuja capa para tacos de golfe era um tigre felpudo, apelidado Frank, que participou como coadjuvante de uma série de anúncios da Nike para tv, em 2003 e 2004. Ela me disse que Daphne, uma imigrante inglesa, fazia questão de só contratar trabalhadores imigrantes para costurar as capas, e que ela, Jane, certa vez permitiu que alguns deles ajudassem uma mulher que produzia gatinhos de pelúcia e estava desesperada porque estava sem seus empregados e não dava conta de atender aos pedidos; anos mais tarde, pelos misteriosos caminhos do carma,

depois que a mulher enriquecera e que Jane praticamente a esquecera, ela lhe telefonou e disse: “Você se lembra de mim? Você salvou meu negócio. Sempre quis achar uma maneira de retribuir o favor, e queria que você conhecesse uns amigos meus da China”.

A Daphne é líder mundial em capas de tacos com animais. Quando visitei sua sede, em Phoenix, Jane me apresentou a trabalhadores a quem se referia como “a equipe do zoológico”, que inspecionava as capas e as separava por espécie em caixas de plástico. Ela me ajudou a encontrar os fradinhos, que, amontoados, pareciam tão graciosos e animados quanto um cesto de roupa suja. Na sala de amostras, mostrou-me caixas de cópias não autorizadas sobre as quais havia um punhado de documentos legais. “A grande maioria dos processos é contra empresas americanas”, ela disse. “Com frequência os fabricantes chineses nem sabem que estão cometendo uma infração.” Seus tigres e roedores geomídeos (que têm sua imagem associada à comédia *Clube dos pilantras*) são alvos especialmente populares da pirataria intelectual. Havia também uma capa com uma morsa feita com um denso couro marrom de algum animal de verdade. “Esse couro deveria estar no animal a quem pertencia”, disse Jane, com sarcasmo. “O carma irá pegar o cara que fez isso, mas nosso advogado o pegará antes.”

Quando perguntei se poderia me encontrar com seus fornecedores na China, ela disse que talvez. Queria que eu soubesse, de qualquer maneira, que os trabalhadores chineses das empresas que exportavam para a Daphne ganhavam, na média, duas vezes o salário mínimo local, ou quase isso. “Pagamos pela perfeição”, disse, “e queremos um bom carma lá — queremos trabalhadores alegres em fábricas alegres.” Ela e Steve ainda fazem um pouco do design, mas estão delegando cada vez mais trabalho para os parceiros chineses. Steve pode enviar um esboço por e-mail e receber um protótipo uma semana depois. Quando viaja para a China, a equipe apresenta um primeiro protótipo antes do almoço e no fim do dia já está com a versão final revisada. A língua não chega a ser um problema, embora Steve tenha tido dificuldade para explicar à equipe chinesa o que são as “cracas” da

baleia cinzenta, e uma vez um empregado lhe tenha feito uma pergunta estranha: “Você disse que quer que os animais sejam *bravos*. Por quê?”. Steve respondeu que, ao contrário, ele e Jane queriam que os animais parecessem felizes e que fizessem felizes as pessoas que tocassem neles. A palavra que tinha sido mal traduzida para *bravo* era *realista*.

“Primeiro o trabalho, *depois* a diversão”, David Xu me lembrou cordialmente em meu primeiro dia oficial na China. Xu era funcionário do escritório de relações exteriores em Ningbo, uma cidade em rápida expansão 150 quilômetros ao sul de Shanghai, e nosso “trabalho” consistia em correr de uma fábrica para outra numa van alugada. Observando a cidade do banco de trás da van, parecia-me que cada centímetro da região metropolitana de Ningbo estava simultaneamente em construção ou reforma. Meu hotel novíssimo havia sido construído num jardim atrás de outro hotel, apenas muito novo, que ficava a poucos metros dali. As estradas eram modernas, mas havia muita terra revolvida, como se estivesse subentendido que, mais cedo ou mais tarde, elas seriam reformadas. O interior fervilhava com o progresso; em algumas vilas, era difícil encontrar uma casa sem montes de areia ou de tijolos na frente. Fábricas brotavam nos campos enquanto, do lado de fora das indústrias menos novas, colunas de sustentação de futuros viadutos surgiam por detrás de andaimes. Eu me cansava só de olhar a taxa de crescimento — cerca de 14% ao ano — que Ningbo sustentou nos últimos anos.

Como para me reanimar, Xu se virou no banco dianteiro e enfatizou, com um largo sorriso, que “a China é um país em *desenvolvimento*”. Os dentes de Xu eram bonitos. Usava óculos modernos, tinha a agradável animação de um professor de literatura em início de carreira, era charmoso e franco em relação a qualquer assunto imaginável — as barbeiragens do nosso motorista na estrada, a longa e tumultuada história de homossexualidade na China, a excepcional rapidez com que antigos bairros de Ningbo eram

postos abaixo e reconstruídos, até a insensatez do projeto da hidrelétrica de Três Gargantas no rio Yangtze. Xu também foi delicado ao evitar me perguntar o que eu fizera na China entre minha chegada a Shanghai, sete dias antes, e minha chegada oficial a Ningbo na tarde do dia anterior. Para retribuir a gentileza, tentei mostrar interesse mesmo nas indústrias que obviamente não eram representativas, como a fábrica de carros Geely, que se orgulhava de ser pioneira em métodos verdes de produção, como a pintura com tinta dissolvida em água (“Verde’ significa amigável em relação ao ambiente”, disse Xu), e a produtora de equipamentos pesados Haitian, onde trabalhadores ganhavam 9 mil dólares por ano (Xu: “É o dobro do que eu ganho!”) e muitos deles iam para a fábrica com o próprio carro.

O ponto alto da visita depois do dia de trabalho, conforme Xu me prometera, era um tour VIP pela quase terminada ponte da baía Hangzhou — a mais extensa sobre o mar, com seus 36 quilômetros. Mas antes precisávamos acompanhar a pintura de quadriciclos com spray, o polimento de rodas de motocicletas, a perfilação de fibra de “algodão” acrílico, um material engenhosamente processado na próspera Cixi, cidade em que as exportações totalizaram 4 bilhões de dólares no ano passado, onde há 20 mil empresas particulares e apenas uma estatal, e onde tantas pessoas são donas de negócios ou os administram que a população residente é praticamente igual à população de trabalhadores migrantes que fazem trabalhos comuns. Eu tinha lido sobre trabalhadores migrantes e sabia que grande porcentagem deles era de adolescentes, mas ainda assim me espantei com a pouca idade que aparentavam. Na fábrica da fibra de acrílico, os quatro trabalhadores que operavam o centro de comando podiam ser egressos do primeiro ano do ensino médio. Tinham os olhos grudados nas telas planas com gráficos e números, dois meninos e duas meninas em roupas comuns de escola, que pareciam não querer muita conversa.

O sol estava se pondo quando chegamos à ponte da baía de Hangzhou. A maior parte do seu custo (cerca de 1,7 bilhão de dólares) havia sido coberta pelo governo de Ningbo, que projetava uma nova e vasta área industrial a

leste. A ponte reduzirá pela metade o tempo de viagem entre Shanghai e Ningbo; depois que for inaugurada, em maio [de 2008], a tocha olímpica será carregada em direção a Beijing e à Olimpíada Verde. Em nosso caminho de ida e volta, a única vida animal ou vegetal que vi foi um par de gaiivotas voando rapidamente para longe. A cada cinco quilômetros, para combater a monotonia, a cor da cerca muda. No meio da ponte, desci do carro e observei o mar cinza e encapelado batendo no píer de concreto sobre o qual um hotel e um restaurante estavam sendo construídos. Queria muito ver mais pássaros, quaisquer pássaros.

De acordo com meu pedido de visto, o propósito da minha viagem era explorar o tema da produção manufatureira chinesa para exportação ao mercado americano, mas tive o cuidado de mencionar a Xu que também tinha interesse em pássaros. Agora, para me agradar e fazer daquele um dia completo, ele orientou o motorista a tomar um caminho a oeste da ponte em direção a um sistema com vegetação em planícies aluviais e lagos, que o governo de Cixi preservou como área natural. Grande parte dessa área se incendiara recentemente, e a intenção das autoridades, disse Xu, era converter a área num “parque de mangue”.

Eu tinha visto um desses parques em Shanghai no início da semana. Fiz o melhor que pude para demonstrar entusiasmo.

“Grous de crista vermelha costumam ser vistos aqui”, Xu me garantiu do banco da frente. “O governo está plantando árvores para ajudar os pássaros a se abrigarem.”

Fiquei com a sensação de que ele estava improvisando um pouco, mas apreciei seu esforço. Passamos por áreas planas de tamanha aridez que pareciam anteriores ao aparecimento da vida multicelular. Cruzamos um canal largo no qual achei que tinha avistado quatro patos ou mergulhões, mas eram apenas garrafas de plástico. Finalmente, quando quase não havia mais luz natural, um bando de garças noturnas que estava numa vegetação densa levantou voo. Saímos do carro e ficamos observando-as circular perto

nós. David Xu não cabia em si de alegria. “Jonathan!”, gritou. “Elas sabem que você é um observador de pássaros! Estão lhe dando as boas-vindas!”

Uma semana antes, quando cheguei a Shanghai, tive uma primeira impressão de que a China era o lugar mais *adiantado* que eu já vira. A escala de Shanghai, que vista de cima parecia plana, com suas dezenas de milhares de casas alongadas e enfileiradas — as quais, olhadas de perto, eram na verdade grandes edifícios de apartamentos — e aí, do chão, os arranha-céus brutalmente novos e as ruas hostis aos pedestres e o lusco-fusco artificial do céu de inverno carregado de fumaça: tudo era vibrante. Era como se os deuses da história do mundo tivessem perguntado “Alguém quer se meter numa enrascada total e sem precedentes?” e esse lugar tivesse levantado a mão e dito: “Sim”.

Uma tarde, peguei uma estrada em direção ao norte de Shanghai num carro alugado com três chineses observadores de pássaros. O lusco-fusco artificial durava horas, mas a noite só caiu quando descemos do carro, em frente à Reserva Natural Nacional de Yancheng, e seguimos o guia de pássaros conhecido como M. Caribou por uma pequena estrada de fazenda. A temperatura estava abaixo de zero. As únicas cores eram tons de cinza-escuro azulados. Um pássaro completamente não identificado saiu de uma planta silvestre e voou, desaparecendo na escuridão.

“Algum tipo de tentilhão”, Caribou especulou.

“Está bem escuro”, eu disse, tremendo de frio.

“Queremos aproveitar a última luz”, disse a bonita jovem que adotara o nome Stinky.

Escureceu ainda mais. Bem na minha frente, o jovem chamado Shadow fez voar o que disse ser um faisão. Eu ouvi e olhei rapidamente em volta, tentando distinguir formas. Caribou nos conduziu além do carro, onde o motorista que tínhamos contratado estava sentado com o aquecimento

ligado no máximo. Descemos às cegas por uma encosta até alguns arvoredos cujas cascas esbranquiçadas faziam o chão parecer ainda mais escuro.

“E o que estamos fazendo aqui?”, perguntei.

“Podia ser uma galinhola”, Caribou disse. “Elas gostam de terra úmida onde as árvores não estão muito juntas.”

Agitamos a vegetação, na esperança de ver a galinhola. Logo acima, na estrada, a uns dez metros de onde estávamos, micro-ônibus e pequenos caminhões davam guinadas, buzonavam e levantavam uma poeira que eu não podia ver, mas da qual sentia o gosto. Paramos e escutamos atentamente um gorjeio que se revelou a corrente de uma bicicleta que se aproximava.

Stinky, Shadow e M. Caribou chamavam-se pelos nomes que usavam na internet quando se comunicavam em inglês. Stinky era mãe de uma criança de cinco anos e se dedicava a observar pássaros havia dois anos. Por e-mail, ela e eu combinamos de visitar Yancheng, a maior reserva natural da costa chinesa, e ela me convenceu a evitar um guia oficial e contratar seu amigo Caribou, que cobrava setenta dólares por dia para avistar pássaros. Perguntei a Stinky se ela realmente queria que eu a chamasse de Stinky, e ela disse sim.³ Ela tinha ido ao meu hotel usando um gorro preto de lã, jaqueta e calças de nylon apropriadas para andar no mato. Seu amigo Shadow, um estudante de biologia com tempo livre e equipado com uma câmera para fotografar a natureza, vestia um casacão impermeável e uma calça de tecido fino. A primeira metade da nossa viagem nos levou ao centro do delta do rio Yangtze, que recentemente passou a responder por 20% do PIB da China. Vastas planícies com indústrias e prédios de tamanho médio e campos isolados de agricultura se sucediam. Sempre, no horizonte ao sul, como uma miragem na luz de inverno, surgiam estruturas miticamente enormes — uma usina, um templo financeiro instalado numa torre de vidro, um anabolizado complexo restaurante-hotel, um... elevador de grãos?

Caribou, no assento da frente, esquadrihava o céu com uma vaga irritação. “A palavra ‘eco’ está muito popular na China hoje em dia, está em todo lugar”, comentou. “Mas não é ecologia para valer.”

“Não havia observação de pássaros na China até quatro ou cinco anos atrás”, disse Stinky.

“Não, faz mais tempo”, disse Shadow. “Dez anos!”

“Mas só quatro ou cinco em Shanghai”, disse Stinky.

Ao norte de Yangtze, na região conhecida como Subei, passamos de carro, durante um bom tempo, por uma periferia urbana superpopulosa e decadente, até eu perceber que aquilo não era periferia, mas a própria Subei. As casas eram umas caixas, sem pintura, barulhentas; apenas os telhados, que sempre terminavam com a cumeeira pontuda, no estilo asiático, é que davam um alívio estético à paisagem. Passamos ao longo de canais congelados com espessas camadas de detritos e, em ambas as margens, depósitos de lixo ainda maiores; branco e vermelho eram as cores predominantes dos detritos, mas havia também plásticos de todas as cores desbotados pelo sol. Era raro ver troncos de árvores com mais de vinte centímetros de diâmetro. Verduras eram plantadas em fileiras apertadas nas encostas ao lado das estradas, nos corredores entre galhos de árvores, em triângulos de trânsito, e até mesmo nas paredes dos edifícios.

Quando o próprio Caribou admitiu que anoitecera, deixamos a reserva e nos dirigimos à vila de Xinyanggang. Os prédios lá tinham dois andares e eram feitos de concreto ou tijolo sem nenhum ornamento. A luz consistia basicamente da claridade que escapava das lojas com portas abertas, onde estavam acesas lâmpadas de baixa voltagem. Durante o jantar, numa sala onde funcionava um aquecedor que soprava vento frio, Caribou me contou como se tornou um dos primeiros guias profissionais de pássaros da República Popular. Quando era criança, disse, gostava de animais, e durante o ensino médio às vezes esboçava pássaros e mandava suas observações sobre a natureza para os colegas de classe. Mas era impossível ser um observador de pássaros de verdade sem o completo e ilustrado guia de pássaros chineses, de John MacKinnon e Karen Phillips, que só foi publicado em 2000. Caribou comprou seu exemplar em 2001. Dois anos mais tarde, empregou-se como controlador de tráfego aéreo em Shanghai.

“Era um *ótimo* trabalho”, disse Stinky. Mas Caribou não pensava assim. Odiava as longas noites de trabalho e as discussões com pilotos e diretores de companhias aéreas; tinha que falar até com passageiros que ligavam no celular. Sua maior queixa, no entanto, era o fato de o trabalho ser incompatível com a dedicação total à atividade de observar pássaros. “Às vezes, por uma ou duas semanas”, disse, “eu não dormia nada, era só trabalho e observação de pássaros.”

“Mas você podia viajar de avião de graça!”, disse Stinky.

Isso era verdade, admitiu Caribou. Mas sua escala de trabalho nunca permitia que ficasse mais de um dia inteiro numa cidade, e então ele pediu demissão. Nos últimos dois anos e meio, ele tem se sustentado como guia e pesquisador de pássaros freelance. Stinky, que tinha recentemente descoberto o Facebook, estava tentando convencer Caribou a criar uma página para se anunciar no exterior. Muitos europeus e americanos, ela disse, não sabiam que havia observadores de pássaros na China, muito menos guias de pássaros. Quando perguntei a Caribou quantos dias tinha trabalhado em 2007, ele arqueou as sobrancelhas enquanto calculava. “Menos de quinze”, disse.

Às 6h30, depois de tomarmos café da manhã — cumbucas de arroz e *noodles* com uma saborosa salada —, Stinky, Shadow, Caribou e eu voltamos para a reserva. Como outras reservas chinesas, Yancheng é dividida entre uma “área central” bastante protegida e uma “área periférica”, maior, onde visitantes com binóculos são tolerados e a população local tem permissão para morar e trabalhar. Há pouquíssimo habitat natural virgem no leste da China, e certamente Yancheng não é uma exceção. A impressão que se tem é que cada hectare da área periférica da reserva está sendo usado para criação de peixes, plantação de arroz, abertura de estradas, escavação de valas, poda de caniço, reconstrução de casas e várias atividades envolvendo remoção de terra e uso de concreto. Caribou nos levou para ver o grou de crista vermelha (com sua cauda farta, imponente, ameaçado), o *Paradoxornis heudei* (pequeno, cara engraçada, ameaçado) e, pela minha conta, 74 outras

espécies de pássaros. Procuramos por tentilhões ao longo do canal que estava sendo alargado e revestido por uma brigada de trabalhadores circulando em motocicletas e que nos perguntaram se éramos caçadores de faisões. Essa é uma pergunta comum na China, onde observadores de pássaros se acostumaram a ser confundidos com fiscais, a ser informados de que “não há pássaros aqui”, e a ouvirem a pergunta: “Esse passarinho que você está procurando é caro?”.

Vimos um picanço cinza próximo a uma placa agourenta que dizia DESENVOLVA A TERRA, PRESERVE OS PÂNTANOS, CONTRIBUA COM A ECONOMIA, e um camponês que cavava a fundação de um barraco com uma pá. Invadimos o quintal de uma família que saíra de casa para olhar dois homens consertarem uma subestação elétrica enquanto, a pouco mais de cinco metros, perto de uma pilha de blocos de carvão, uma fantástica poupa, com o corpo listrado e aquela crista maluca, vasculhava a grama ressecada à procura de alimento. No lugar do reservatório, onde apenas dois meses antes Caribou avistara uma ave aquática, demos de cara com um homem elegante que, escarrapachado em sua motocicleta e com uma mulher ao lado, nos deu um sorriso implacável enquanto Caribou concluía que o reservatório tinha sido transformado à força numa fazenda para criação de peixes, e os pássaros tinham sumido. Terminamos o dia fazendo uma varredura através de árvores e arbustos perto do centro turístico da reserva. Aqui, de um lado da rua, era possível ver de graça um avestruz solitário, enquanto do outro lado, por quatro dólares, dava para observar alguns dóceis grou de crista vermelha, apáticos num cercado com grama amarela e água suja, e subir numa torre da qual se podia enxergar, à distância, o centro da reserva.

“Isso é uma terra arrasada, não um pântano”, disse Caribou com amargor, sobre o centro de visitantes. “O problema com as reservas naturais na China é que a população local não as apoia. Pessoas que vivem nas proximidades das reservas pensam: não podemos enriquecer, não podemos construir fábricas, não podemos construir usinas energéticas por causa das proteções. Elas não sabem o que é uma reserva, o que é um pantanal. Yancheng deveria

abrir parte da área central para o público, para que as pessoas se interessem. Para ajudá-las a conhecer o grou de crista vermelha. Aí elas poderiam apoiar as reservas.”

A multa por invadir a área central é de quarenta dólares, mas pode chegar a setecentos dólares, dependendo do humor do policial. Na teoria, a área central é fechada com o objetivo de minimizar os distúrbios que os seres humanos poderiam causar a raros pássaros migratórios, mas se, numa manhã de fins de fevereiro, você decidisse ir adiante e entrar de qualquer maneira, veria longos comboios de caminhões azuis barulhentos chacoalhando em estradas sujas envoltas em nuvens de poeira e de fumaça de óleo diesel. Os caminhões entram vazios e saem transportando pilhas de caniço da altura de uma casa e que ocupam toda a largura da estrada. Seria fácil encontrar espécies ameaçadas como o *Paradoxornis heudei*, porque sua população acaba se concentrando nas estreitas faixas de área verde ao lado de vastas planícies lamacentas — quilômetros quadrados de terreno assim, que se estendem até onde a vista alcança — que tiveram a cobertura vegetal dizimada. Se você tiver sorte, poderá ver um dos cerca de 2 mil remanescentes dos colhereiros de cara preta, alimentando-se em águas rasas junto com as ameaçadas cegonhas orientais e os ameaçados grous de crista vermelha, enquanto, numa faixa de terra logo atrás deles, trabalhadores carregam um caminhão com montanhas de caniço.

De acordo com um administrador da reserva, regulamentos locais permitem o corte do caniço antes e depois da passagem dos pássaros migratórios. Quando a reserva foi criada, nos anos 1980, o governo central não havia canalizado recursos suficientes para mantê-la, e cobrava dos camponeses uma taxa para permitir que eles colhessem o caniço; hoje, o corte é justificado como medida de prevenção de incêndio. “ONGs globais querem que a China administre a conservação da maneira ocidental, mas não querem que todos os chineses dirijam um carro”, disse-me o diretor de outra reserva na região costeira. “É por isso que temos que fazer as coisas da maneira chinesa.” Para mim, não era nada óbvio que o fogo representasse

uma ameaça aos grous de crista vermelha maior que o corte semestral do caniço na área central da reserva, mas eu sabia que a China ainda operava de acordo com uma palavra de ordem dos anos 1980: “Primeiro o desenvolvimento, depois o meio ambiente”. Perguntei a Caribou se, à medida que a economia chinesa continuasse se expandindo, as coisas simplesmente ficariam piores para os pássaros.

“Sem dúvida”, disse Caribou. Ele listou algumas espécies — pato do Baikal, merganso de flanco escamoso, zarro de Baer, íbis de cabeça negra, sanhaço japonês amarelo, grou de capuz — que se reproduziam ou passavam o inverno no leste da China e que estavam desaparecendo. “Há apenas dez anos, ainda dava para ver um número bem maior desses pássaros”, disse. “O problema não é apenas a caça. O maior problema é a perda do habitat.”

“É uma tendência, não há nada que a gente possa fazer a respeito”, disse Stinky.

A alguma distância do centro de visitantes, na penumbra, Shadow gritou para nos avisar que avistara quatro marrecos e uma narceja.

Stinky estava oficialmente procurando um emprego na área de marketing ou de relações públicas, mas não queria fazer horas extras, e o problema era que todos os empregos na China demandavam disponibilidade para trabalhar além do expediente normal. Ela e o marido haviam morado dois anos nos Estados Unidos. Embora tivessem achado a vida lá chata e previsível, comparada com a que levavam na China, agora se sentiam menos “flexíveis” que seus amigos que nunca moraram no exterior. “É um pouco mais difícil para nós dois abrirmos mão dos nossos princípios”, disse Stinky. “Por exemplo, tanto na China como nos Estados Unidos as pessoas dizem que a família é a prioridade número um. Mas nos Estados Unidos isso é levado a sério. Na China, só se pensa na carreira e em subir na vida.” Ela e o marido já haviam comprado um apartamento, para quando se aposentarem,

na cidade de Chengdu, província de Sichuan, onde as pessoas têm a reputação de saber relaxar e gozar a vida, mas no momento o marido trabalhava longas horas na cidade de Suzhou e ia para Shanghai apenas algumas noites por semana, e Stinky não estava menos atarefada ao se dedicar ao novo hobby. Nos dois últimos anos, desde que participara de uma caminhada patrocinada pela Sociedade de Pássaros Silvestres de Shanghai, ela se responsabilizou pelo balanço financeiro da instituição, dedicou-se a vários outros dos seus projetos, tornou-se ativa na atualização on-line do censo de pássaros e, no verão passado, na província de Fujian, observou uma das espécies mais raras do mundo, o trinta-réis chinês de crista.

Fui com ela, no domingo de manhã, à reunião anual da Sociedade de Pássaros Silvestres de Shanghai. Quarenta membros, entre os quais mais de dez mulheres, estavam reunidos numa sala no 19^o andar do edifício do Bureau Florestal. Foi fácil identificar os novos membros — eram inibidos e trocavam entre eles autoadesivos brilhantes de pássaros comuns. Stinky, com um jeans preto estiloso, o cabelo volumoso e solto sobre os ombros, afastou-se do grupo de amigos e fez uma apresentação clara e caprichada sobre as contas da entidade, usando folhas decoradas com desenhos de moedas sendo depositadas num banco representado por um porquinho de cara simpática. (Os recursos de 2007 consistiam basicamente em uma doação de novecentos dólares da Sociedade de Pássaros de Hong Kong para financiar o festival anual de pássaros de Shanghai.) Neste ano, pela primeira vez, os diretores da sociedade estavam sendo eleitos diretamente pelos membros, e não indicados pelo patrocinador governamental, o Bureau de Proteção aos Animais Silvestres de Shanghai. Um veterano se levantou para distribuir minibiografias bem-humoradas dos nove indicados, incluindo “uma supermodelo” (Stinky), “um estudante extremamente jovem” (Shadow), e “um cara legal, muito tranquilo” (o melhor observador de pássaros amador em Shanghai). Os associados sorriam para uma câmara enquanto cada um deles, com certa solenidade, depositava os votos numa urna.

O sistema político chinês não permite um movimento ambientalista nos moldes ocidentais, um *movimento* militante e integrado. A represa de Três Gargantas, em Yangtze, provocou algo próximo de uma resistência nacional organizada, mas isso se deu em parte porque o próprio governo estava dividido em relação ao projeto e a barragem se transformou no tema que aglutinava o descontentamento político em geral. O governo recentemente demonstrou embaraço ao abordar a questão da poluição do lago Tai, perto da cidade de Wuxi, mas não por causa dos espalhafatosos cidadãos (presos na sequência) que chamaram a atenção para o problema; e sim porque a proliferação de algas comprometeu o suprimento de água de Wuxi. A China tem vários conhecidos militantes ambientalistas, muitos deles ex-jornalistas, e cidadãos costumam fazer protestos específicos contra ameaças locais. Mas a dinâmica da relação entre ativistas e autoridades é menos importante que a tensão entre o governo em Beijing, que em princípio é comprometido com uma forte proteção ambiental, e os governos das províncias, que são sem dúvida pró-crescimento econômico. Organizações não governamentais, como a Sociedade de Pássaros Silvestres de Shanghai, não têm permissão para formar alianças ou se submeter à direção de um grupo nacional, e todas precisam de patrocinador governamental. Elas são um pouco como seriam nossas sucursais da Audubon se não houvesse instituições mais à esquerda — como se o Sierra Club não agitasse Washington.⁴ Quase todas têm menos de dez anos, e sua missão é prioritariamente educacional.

Protestos ambientalistas como os do Ocidente, quando ocorrem, em geral são específicos, locais e ineficientes. Até quatro anos atrás, o pântano de Jiangwan — oito quilômetros quadrados de vários habitats no local em que há um aeroporto militar abandonado — era o maior espaço natural na região central de Shanghai, e atraía observadores locais de pássaros. Quando eles souberam que ali seria construído um conjunto habitacional, juntaram-se a pesquisadores locais, enviaram petições ao governo defendendo que o projeto fosse abandonado ou modificado e engajaram jornalistas para dar publicidade à campanha. Em resposta, o governo rejeitou um selo postal do

pântano em que, nas palavras de desprezo de Caribou, “dava para ver alguns melros ou uma pequena garça-real”. Fora isso, o projeto foi em frente como o planejado.

Stinky liderou a eleição da diretoria, com seu nome escrito em 38 das quarenta cédulas. O extremamente jovem Shadow foi um dos dois que não se elegeram. Depois do almoço com serviço de bufê, assistimos a uma projeção de slides do melhor observador de pássaros de Shanghai, um cara legal e muito tranquilo que recentemente visitara a exuberante biodiversidade da província de Yunnan. (“Aqui”, disse, dando um clique, “fui atacado por uma sanguessuga.”) Stinky assistia extasiada à apresentação. Estava com viagem marcada para Yunnan, uma expedição de duas semanas que faria com Caribou, deixando para trás o marido e a filha, na esperança de observar pelo menos uma centena de espécies de aves que nunca vira antes. Perguntei-lhe o que seu marido achava do hobby. “Ele acha que estou me divertindo para valer”, disse.

Das janelas da escola, eu podia ver a metade superior da torre Jin Mao — a que abrigava o hotel onde eu estava hospedado. O Jin Mao era o quinto maior edifício do mundo até poucos meses atrás, quando foi inaugurado o World Financial Center de Shanghai, que é muito mais alto e que seria o maior da Ásia até o final do próximo ano, quando deverá ficar pronta uma torre ainda maior nas redondezas. No quarto do meu hotel, no 77º andar, com os olhos acostumados a observar e o céu na janela, esbranquiçado de névoa e fumaça de carvão, cada acessório reluzente me fazia pensar sobre a energia gasta para extrair suas matérias-primas, processá-las, trazê-las para Shanghai e içá-las a quase trezentos metros. O mármore cortado e polido, o vidro fundido, o aço cromado. Depois do frio e da escuridão em Subei, o quarto me parecia de um luxo escandaloso, exceto pela água da torneira, que os hóspedes eram aconselhados a não beber.

“As espécies que você não encontrar na floresta”, brincou o melhor observador de Shanghai, “poderá ver numa gaiola no mercado local.”

Dois jovens presentes à reunião, Yifei Zhang e Max Li, se ofereceram para me mostrar o estuário do Yangtze no dia seguinte. Yifei, magro e franzino, era um jornalista que trabalhava para o World Wildlife Fund de Shanghai. Max, nascido em Shanghai, estudara engenharia em Swarthmore,⁵ de onde voltou vegano, observador de pássaros e dedicado à carreira de ambientalista. (“Eu tento, mas não dá para ser vegano aqui”, disse Max, enquanto comprava para nosso café da manhã omeletes de um ambulante na rua.) Depois de passarmos a manhã na reserva natural da ilha de Chongming, Yifei e Max quiseram que eu fosse visitar um parque pantanoso na periferia de Shanghai. Para os conservacionistas chineses, a expressão *parque pantanoso* é mais ou menos o equivalente a *zoo de animais domésticos*. Esses parques, que não atraem pássaros, costumam ser formados por lagos artificiais e ilhas fotogênicas interligadas por amplas passagens de madeira. O parque em Shanghai era tão próximo de uma base militar que as salvas de tiros soavam como uma casa de jogos eletrônicos; vi um projétil luminoso cruzar o céu sobre nossas cabeças. Havia também spots de luzes coloridas, falsos penedos emitindo música pop chinesa e densas plantações retilíneas de violetas. Yifei olhou as violetas e disse: “Que bobagem”.

Cruzamos o Yangtze numa balsa velha e lenta. A água tinha cor de cimento úmido no misturador. À medida que nos aproximamos da margem, centenas de passageiros se pressionavam contra o anteparo da embarcação, tentando passar por pequenas portas que davam para uma plataforma estreita de onde se descia por minúsculas escadas de metal. Embora gostasse do ritmo do país — os chineses saem do avião com uma rapidez maravilhosa e as portas dos elevadores chineses mal esperam os usuários entrarem —, eu não queria ser empurrado até a beirada de uma escada íngreme. Estava acostumado com aglomerações em Nova York, mas nada como isso. Uma diferença era o entusiasmo com que se conquistava a mais infirma vantagem e se aproveitava da mais insignificante hesitação. O mais incrível, no entanto, era a maneira como as mulheres (na maioria eram mulheres) me empurravam com a cabeça, dispendo-a num ângulo que

tornava impossível enxergar para os lados. Era o ângulo que lhes permitia olhar para baixo, para saberem onde estava cada degrau, e o efeito não foi eu me sentir desafiado ou ofendido (o tipo da coisa que me tira do sério na linha do metrô da avenida Lexington), mas me deixar de certa maneira desanimado. Eu não era nada mais que um obstáculo vagamente percebido.

Perguntei a Max e Yifei sobre a aparente indiferença da maioria dos cidadãos chineses em relação à crise ambiental, especialmente no que diz respeito à natureza.

“Há uma longa tradição cultural aqui de viver ‘em harmonia com a natureza’”, disse Max. “Essas ideias resistiram por milhares de anos, e não podem simplesmente ter evaporado. Elas apenas foram temporariamente perdidas nesta geração. Sob Mao, todos os tipos de valores tradicionais foram subvertidos. E agora as pessoas só pensam em enriquecer. Quanto mais rica a pessoa for, mais respeitada será. Os primeiros que se tornaram realmente ricos foram os cantoneses. Aí pessoas de outras províncias começaram a copiar o estilo de vida dos cantoneses, que inclui comer muitos frutos do mar para mostrar que se tem muito dinheiro.”

“Não temos muitos pesquisadores para estudar o que está acontecendo com o meio ambiente”, disse Yifei. “E os poucos pesquisadores não têm coragem de fazer críticas. Em todas as entidades, mesmo na Academia de Ciência, todos só pensam em como dizer a coisa certa para agradar seu superior. Em vez de informação real, há muita informação falsa — sabe como é, ‘a China tem uma riqueza de recursos naturais’. A tendência geral do país é boa — em direção a maior liberdade intelectual —, mas ainda é muito limitada. Aí, cada um só se preocupa com o que pode obter para si próprio. O objetivo passa a ser a sobrevivência pessoal.”

Em Ningbo, eu tinha pedido para visitar uma fábrica de tacos de golfe, e o incansável David Xu, com seu belo sorriso, atendeu ao meu desejo. Xu estava ao telefone com o presidente da companhia até o último minuto antes

de chegarmos à fábrica, tranquilizando-o quanto ao fato de que eu realmente era um escritor e que ele, Xu, trabalhava para o escritório de relações exteriores. Um ano antes, um dos seus concorrentes havia infiltrado espiões na empresa disfarçados de jornalistas.

Tacos de golfe modernos podem parecer ultra-high-tech, mas no fundo são produtos de mão de obra intensiva. A fábrica em Ningbo emprega cerca de quinhentos trabalhadores, a maioria das regiões central e oeste da China. Eles vivem no dormitório da fábrica, comem no refeitório da fábrica e, segundo o jovem gerente de vendas da companhia, Lawyrence Luo, em geral não entendem muito dos itens que produzem. Luo disse que ele mesmo só jogava golfe poucas vezes por ano, quando a empresa precisava testar algum produto. A maioria dos tacos lá produzidos era vendida como parte de um conjunto, dentro de um saco de golfe, em grandes lojas de varejo da América. O concreto sem revestimento da fábrica e a iluminação básica poderiam ter um ano ou cinquenta anos. O mesmo se pode dizer das máquinas sujas de óleo, operadas por homens cujo trabalho consistia em enfiar tubos de aço cru num cilindro e pressionar os anéis frisados, processo que resultava no taco. Quanto às mulheres, passavam cola nas faixas de grafite, que eram então transportadas por uma esteira até os tacos, nos quais eram coladas a quente. Uma máquina pesada prensava lâminas de aço na cabeça côncava do taco; em cada lado de máquinas diferentes, dois homens usavam pinças para inserir e remover a cara dos tacos, nos quais uma máquina fazia ranhuras horizontais. Depois de prensadas, as cabeças dos tacos eram polidas num galpão com pouca luminosidade equipado com máquinas retificadoras resfriadas a água e operadas por trabalhadores musculosos com máscaras; Luo me garantiu que a água era reciclada e a que a ventilação tinha melhorado, mas aquilo ainda parecia um inferno. No andar de cima, num salão empestado de cheiro de tinta, jovens robustas com longos cabelos e botas reforçadas inspecionavam o acabamento dos tacos e reparavam pequenas falhas. Outras jovens lixavam as cabeças dos tacos, aplicavam-lhes adesivos, pintavam logotipos à mão e injetavam cola nas

cabeças dos tacos para evitar que os resíduos granulados chacoalhassem. Num galpão abarrotado de produtos empilhados, florestas de cabeças de tacos reluzentes avultavam sobre montanhas de sacos coloridos e campos de caniços, nos quais os caules eram tacos e as folhas, cabos almofadados.

Como as reservas naturais da China, essa fábrica estava cercada de dificuldades. A folha de pagamentos da empresa, atualmente na média de cerca de duzentos dólares por mês por trabalhador, aumentava todos os anos, e havia uma nova lei federal que, pelo menos em teoria, elevava o salário mínimo e obrigava as empresas a dar seguro e pagar multa rescisória aos trabalhadores que não fossem temporários. Uma vez que o governo central também se inclinava a promover o desenvolvimento no interior do país, os empregadores nas cidades costeiras como Ningbo tinham que oferecer mais incentivos para atrair e manter empregados daquela região. Enquanto isso, a taxa de crédito para exportação ficou menos generosa, os custos das matérias-primas subiram mensalmente, a economia americana desacelerou, o dólar não ajudou, e apesar de tudo isso a fábrica não podia repassar o aumento de custos para os clientes — os importadores americanos simplesmente encontrariam outro fornecedor.

“Nossa margem de lucro se tornou muito, muito pequena”, disse Luo. “É a mesma coisa que aconteceu dez anos atrás, quando empresas de Taiwan vieram para cá. Agora cada vez mais fábricas estão se mudando para o Vietnã.”

“O Vietnã é muito pequeno”, comentou David Xu com um largo sorriso.

Na porta da frente, quando estávamos de saída, nos deparamos com um enorme saco de golfe com tacos embrulhados em plástico.

“Esses são os melhores tacos que fazemos”, Luo me disse. “São top de linha. É uma cortesia do presidente, porque ele sabe do seu interesse por golfe.”

Olhei para Xu e para minha tradutora, a srta. Wang, mas nenhum dos dois me deu uma clara indicação sobre o que eu deveria fazer. Como num sonho, vi os tacos serem enfiados na parte de trás da van. Vi a porta se

fechar. Certamente alguma conhecida ética jornalística deve se aplicar neste caso?

“Ah, não sei”, eu disse. “Não tenho certeza.”

Só sei que, quando dei por mim, Luo estava se despedindo com um aceno de mão enquanto o carro partia em meio ao nevoeiro do final da manhã. Um vento quente, forte, carregado de fumaça tinha começado a soprar; de repente o ar estava muito ruim. Pensei que poderia ter recusado o presente se tivesse mais domínio sobre a etiqueta dos negócios na China. Admito, no entanto, que, num momento crítico, me senti paralisado pela frase “top de linha” e pelo pensamento de manusear um daqueles reluzentes e sedutores tacos de golfe de última geração; a extensa visita à fábrica abriu meu apetite por tacos novos. Só agora me ocorreu que muitos produtos são levados de Ningbo para Nova York. Mais: depois de aceitar um presente tão valioso, não seria indelicado da minha parte escrever sobre um ambiente de trabalho que exalava cheiro de tinta? Mais: o golfe não me desagradava?

“Estou pensando em voltar e devolver os tacos”, disse. “Podemos fazer isso? O presidente ficaria ofendido?”

“Jonathan, fique com os tacos”, disse Xu. Mas ele não parecia totalmente convencido. Expliquei que seria um transtorno viajar com excesso de bagagem, e a srta. Wang, que não era muito maior que o saco de golfe, ofereceu-se para levá-los para Shanghai e guardá-los até o dia em que eu embarcasse de volta.

“Os tacos vão ser uma recordação da sua viagem”, disse Xu.

“Você deveria ficar com eles, definitivamente”, a srta. Wang concordou.

Estava pensando na viagem que fizera para o Oregon um mês antes. Por ocasião do aniversário do meu irmão, eu tinha finalmente ido com ele a Bandon Dunes. Tinha visto, na loja de artigos de golfe, cestas cheias de fradinhos com expressão de ansiedade, e matara, cada vez mais impaciente, os dezoito maravilhosos buracos, enquanto Bob caprichava em tacadas de curta distância que pareciam cruzar a fronteira entre dois condados. Para chegar a Bandon, saindo da casa de Bob, pegamos um trem em Portland

com destino ao aeroporto. Se quiser parecer um branco feliz e desocupado, não há nada melhor a fazer do que atrapalhar a vida de uma multidão de trabalhadores de várias etnias, fazendo-os desviar do seu saco de tacos de golfe durante a hora do rush matinal.

Disse a David Xu que queria lhe dar os tacos de presente. Ele protestou: “Nunca em minha vida passei nem perto do portão de um campo de golfe!”. No fim, porém, ele não teve alternativa a não ser aceitar. “Vai me ajudar a lembrar de você”, disse, filosoficamente. “Isso dará um tempero especial à minha vida.”

Entre os milhares de posts recentes no site da Sociedade de Pássaros Silvestres de Jiangsu — baseada em Nanjing, a capital da província de Jiangsu, vizinha de Shanghai — há muitos que reagem à iniciativa de um novato no grupo, Xiaoxiaoge, que divulgou fotos feitas no zoológico, sendo repreendido pelos demais. Xiaoxiaoge deu o troco:

Nunca ouvi nenhuma organização de proteção aos animais expressar uma opinião negativa sobre zoológicos. [...] Esses locais, autointitulados de “preservação de vida selvagem”, não são apenas lugares onde animais são “aprisionados” para ser protegidos?

Ele continuou:

Os zoológicos não são os únicos lugares onde é possível fazer fotos em close de pássaros com câmeras simples? Caso contrário, é preciso gastar muito dinheiro (em equipamento) para fotografar pássaros, e isso não é uma atividade elitista? [...] Essas pessoas ficam seduzidas pelo prazer de observar a beleza dos pássaros e não conseguem se livrar disso; ficam seduzidas pelo prazer de encontrar novas espécies em algum lugar e não conseguem sair disso.

Se os observadores realmente se preocupassem com pássaros, escreveu Xiaoxiaoge, gastariam menos energia em fazer imagens bonitas e mais

tempo defendendo a natureza contra as ameaças humanas.

Em resposta a Xiaoxiaoge, um dos membros do grupo argumentou, num post, que o primeiro observador de Nanjing tinha usado

um tipo de binóculo comum, de duzentos iuanes, para observar pássaros, e se tornara nacionalmente reconhecido como especialista. Ele insistiu em usar esse binóculo por cinco anos, até finalmente trocá-lo neste ano por outro novo.

Outro post aproveitou a oportunidade para lamentar a busca do lucro nos zoológicos chineses:

Visite zoológicos ocidentais e você vai perceber que os animais em zoológicos de verdade têm uma vida muito melhor que na natureza. Recentemente, conversei com pessoas que voltaram do exterior ou com amigos que moram em outros países, e fiquei com a impressão ainda mais forte de que o problema na China é: nós nunca fazemos nada do jeito que deve ser feito. É tudo uma transação, uma transação autocentrada.

E outro membro escreveu um post sobre seus conflitos:

Pessoalmente, não gosto de zoológicos e não gosto que seres humanos aprisionem animais. No fundo, quero quebrar as jaulas, mas não tenho coragem. Quebrar jaulas definitivamente é um crime.

A maior, mais paciente e articulada resposta às provocações de Xiaoxiaoge veio do autor de um post autodenominado asroma13 (uma referência ao futebol italiano). Asroma13 reconheceu que os zoológicos podem ser úteis, especialmente para os iniciantes, se forem bem administrados. Explicou a diferença entre zoológicos e reservas: que uma reserva protege prioritariamente um *lugar*. Disse a Xiaoxiaoge que ele, asroma13, tinha pessoalmente postado muitas fotografias de “destruição ambiental, armadilhas para pássaros e outras coisas prejudiciais”, mas que esse não podia ser o único foco do site. Quanto à acusação de Xiaoxiaoge, de

que os observadores seriam comodistas, asroma13 reconheceu que poucas pessoas observavam e fotografavam pássaros por um impulso conservacionista, mas disse que ainda assim o hobby favorecia a proteção da natureza. Mais que isso, escreveu:

Se os observadores e os fotógrafos não puderem se entregar ao prazer de contemplar a beleza dos pássaros e de encontrar novas espécies — se nós não pudermos nos emocionar com sua beleza —, então onde encontraremos motivação e paixão para protegê-los?

Foi asroma13 quem, dois anos antes, aos vinte, criara a Sociedade de Pássaros Silvestres de Jiangsu. Em inglês, ele se autodenominava Shrike. Encontrei-me com ele em Nanjing numa manhã de domingo e, enquanto íamos de táxi ao Jardim Botânico, na região de densas florestas da Montanha Púrpura, o rádio do carro estava transmitindo, por acaso, uma reportagem sobre um bando de cisnes migratórios que a sociedade tinha observado num lago ao sul de Nanjing. Nos dois últimos anos, Shrike vinha passando informações sobre pássaros aos editores locais. “Se a gente consegue que uma estação ou jornal conte a história, os outros também irão se interessar”, disse.

Alto, com aparência muito jovem, as maçãs do rosto salientes, Shrike estudava engenharia biomédica. Disse conhecer todos os detalhes de todas as espécies de pássaros em Nanjing, e acreditei nele. Num dia frio e cinzento, durante duas voltas sem pressa em torno do Jardim Botânico — ficamos lá por seis horas —, ele conseguiu identificar, num parque urbano, 35 espécies. (Também topamos com três felinos silvestres perto de uma lata de lixo, os únicos mamíferos que vi à solta em minhas semanas de China.) Carregando uma câmera num tripé como uma pequena cruz que usava para fotografar a natureza, Shrike me conduziu sob arbustos até que pudéssemos observar calmamente o *huà-méi*, nome chinês de um dos canários mais carismáticos e amados do país. A plumagem do *huà-méi* é de um marrom vistoso, exceto pelos espalhafatosos óculos brancos que lhe valeram o nome (*huà-méi*

significa “sobrancelhas pintadas”). Ele bica uma folha nervosamente, como se fosse um pardal, alerta à nossa presença. Em outros lugares da Montanha Púrpura, disse Shrike, as pessoas instalavam armadilhas para pegar o *huàméi*, mas a cerca em torno do Jardim Botânico mantinha os caçadores à distância.

Shrike tinha crescido em Nanjing, filho único de um professor de engenharia e de uma operária. Quando fez dezesseis anos, comprou um par de binóculos e disse a si mesmo: “Vou sair por aí e observar criaturas”. Escreveu “REGISTROS AMBIENTAIS” na tampa de um notebook e o levou para o Jardim Botânico. O primeiro pássaro que observou foi o chapim-real (um pássaro colorido da família dos passeriformes). Seis meses mais tarde, no mesmo computador, riscou a palavra “AMBIENTAIS” e escreveu “PÁSSARÍDEOS”. Em 2005, através da internet, encontrou outro observador de pássaros, um cadete da academia de polícia, e eles se juntaram para criar um fórum que viria a se transformar na Sociedade de Pássaros Silvestres de Jiangsu. O grupo tinha agora cerca de duzentos membros, inclusive os vinte que Shrike descreveu como “muito ativos”, mas, ao contrário da associação de Shanghai, não existia oficialmente. “Brincamos que somos uma organização clandestina que está exposta em todos os lugares”, disse Shrike. “Cada vez mais pessoas sabem sobre nós na cidade, por causa da cobertura da imprensa. Às vezes, quando saímos para observar pássaros, passam pessoas por perto e as escutamos dizerem umas às outras: “Oh, eles estão observando pássaros”.

Além da poluição e da perda do habitat, a maior ameaça aos pássaros na China é a captura ilegal ou o envenenamento, muito difundidos e praticados como forma de alimentação. Em certas cidades antigas, inclusive Nanjing, muitas vezes pássaros silvestres também são vendidos como animais de estimação ou para ser soltos durante festivais por budistas que acreditam que libertar animais atrai bom carma. (Uma religiosa num mosteiro perto de Nanjing me disse que os monges não se importam com o tipo de animal usado na festividade; o que interessa é a quantidade.) De acordo com Shrike,

as leis que proíbem a venda de pássaros não podem ser aplicadas sem o risco de “instabilidade social” e, portanto, ele e seu grupo estão tentando educar os compradores. “Nossa mensagem nos folhetos é: ‘Se você ama os pássaros, não os prenda — deixe que voem livres no céu’”, disse. “Também advertimos sobre parasitas e vírus que as pessoas podem pegar. Tentamos persuadi-las, mas também as ameaçamos.”

Shrike concordou, embora a contragosto, em me levar ao mercado de aves de Nanjing. Lá, num labirinto de ruelas ao norte do rio Qinhuai, vimos cotovias apanhadas recentemente se debatendo contra as grades das gaiolas. Vimos um menino acariciando a cabeça de um pardal na coleira, para domesticá-lo. Vimos cones altos de cocô de passarinho. O que menos me incomodava eram as gaiolas de periquitos e *manons* que talvez tivessem nascido já no cativeiro. Também não me incomodavam muito as aves coloridas e exóticas — *fulvettas*, pássaros folha, *yuhinas* — que tinham sido capturadas em alguma floresta cercada do sul do país e contrabandeadas para Nanjing. Odiava vê-las aqui, mas elas me pareciam vagamente reais porque não as conhecia em seu habitat. Era tão diferente quanto ver um estranho num filme pornô e ver seu melhor amigo: os pássaros nas gaiolas que me deixavam mais triste eram os mais familiares — os pardais, os sabiás, os pintassilgos. Fiquei chocado que parecessem tão menores e mais desgrehados nas gaiolas do que no Jardim Botânico. Era exatamente como Shrike dissera a Xiaoxiaoge: uma reserva natural protegida era um lugar. Quase tanto quanto o animal estava no lugar, o lugar estava no animal.

As duas aves silvestres mais populares de Nanjing, ambas cantantes, eram o miúdo olho-branco japonês, que parece uma pedra preciosa, e o infeliz *huà-méi*. Pássaros cantoros recém-apanhados eram vendidos por uma ninharia, até 1,50 dólar cada um, mas, depois de treinado, um único pássaro pode ser arrematado por até trezentos dólares. Os olhos-brancos ficavam em gaiolas elegantes e razoavelmente espaçosas, o que permitia imaginar que as aves sentissem o cativeiro como uma prisão domiciliar, ou ao menos ter esperança de que assim fosse. A maioria dos *huà-méi* que vi, no entanto,

estava em soturnas gaiolas de madeira sem aberturas laterais, tão pequenas que mal dava para o animal girar o corpo. Havia uma grade na frente através da qual os *huà-méi* olhavam para fora com seus óculos brancos, em silêncio, enquanto seu preço aumentava.

A primeira coisa que David Xu fez com seus novos tacos de golfe foi emprestá-los a mim. Estávamos terminando mais um longo dia (“primeiro o trabalho, *depois* a diversão”) com uma visita ao mais antigo dos dois campos de golfe de Ningbo. Embora o ar piorasse a cada hora, enfim estávamos numa parte bonita da cidade. De repente, as ruas ficaram menos congestionadas, a agricultura podia até ser apreciada, os detritos das construções estavam discretamente escondidos e não mais jogados nas calçadas, os cartazes prometiam projetos com nomes como Vale do Lago de Toscana. No geral, a China, com sua impetuosa busca pelo dinheiro, com seus milionários fabulosos e uma vasta classe empobrecida, com uma rede de ajuda social desmantelada, com um governo central obcecado pela questão da segurança e especializado em explorar o nacionalismo para calar seus críticos, e com regulamentações econômicas e ambientais influenciadas pelas relações incestuosas entre empresários e autoridades locais, já me chamava a atenção como o lugar mais republicano onde eu já estivera. E aqui, alojado entre uma floresta alpina protegida e a água azul-cintilante do extenso Dong Qian Hu — literalmente, lago do Dinheiro do Leste —, estava o Delson Green World Golf Club de Ningbo.

O campo fora construído por um empresário aposentado que, em 1995, viajou de cidade em cidade na China à procura de algo a fazer com sua riqueza. Num avião com destino a Ningbo, ele deixou os óculos caírem no chão; o homem que os pegou e os devolveu era o prefeito de Ningbo. As autoridades locais tinham acabado de decidir que a cidade precisava de um campo de golfe e estavam dispostas a vender um pedaço de floresta protegida, por um preço convidativo, para ter um clube.

A diretora-geral do clube, uma mulher elegante chamada Grace Peng, nos mostrou a área a bordo de um carro elétrico. A parte lisa do campo era estreita e verde e cercada por uma grama esmeralda que, no inverno, ficava quase branca. Colinas claras desapareciam em ondulações sob o nevoeiro como dunas de areia no deserto; os caddies [carregadores], meninas em sua maioria, usavam um turbante branco sobre o chapéu e em volta do pescoço, à moda de T. E. Lawrence. Vimos três grupos de jogadores nos primeiros nove buracos e nenhum nos últimos nove. “Jogar golfe na China ainda é para pessoas ricas e empresários — é algo muito exclusivo”, disse Peng. Tornar-se sócio vitalício do clube custava 60 mil dólares; por 1 milhão a mais era possível comprar uma casa adjacente ao campo, com entrada particular. Peng me disse que a maioria dos 250 sócios vitalícios, inclusive o dono da fábrica que me deu os tacos, frequentava pouco ou nada o clube. Um pequeno grupo, no entanto, aparecia no campo até cinco vezes por semana e tinha um handicap inferior a dez. Do ponto mais elevado do campo, subindo pela reserva florestal, vimos três jogadores no ponto inicial, dando tacadas em direção ao primeiro buraco, um trajeto longo e implacável. Um deles mandou a bola para uma área com arbustos, e Peng brincou com ele: “Há-há! Essa não foi muito boa!”

Tinha pensado em levar David Xu para a parte do campo destinada ao treino de tacadas de longa distância e lhe dar uma aula com seus novos tacos, mas bastou Peng sugerir que eu mesmo jogasse um pouco para eu perder qualquer interesse pedagógico. Uma caddie tirou o plástico que embrulhava os tacos, enquanto um funcionário do balcão de locação arranjava um par de sapatos de golfe que me servisse. Peng me mostrou a nova sede em construção ao lado da atual, de dez anos e muito confortável. “Os ricos em Ningbo são bem jovens”, ela explicou. “Não é como nos Estados Unidos, onde os ricos tendem a ser mais velhos. As coisas na China mudam muito de uma hora para outra, por isso temos que construir rapidamente. Precisamos renovar as coisas numa velocidade enorme para agradar aos mais novos.”

Xu, a srta. Wang e eu seguimos a caddie até o buraco dez. Era um par cinco que exigia uma tacada arriscada para fazer a bola passar sobre a água.⁶ Observei as colinas lisas como dunas e, além delas, a margem irregular do lago — um escuro recorte de terra. O taco que a caddie me passou era de um vermelho-vivo e parecia tão leve quanto o ar. Senti que isso é que era golfe de verdade: um cenário exótico, tacos top de linha novinhos em folha, nem uma alma no buraco nove, a não ser eu mesmo e um séquito que consistia em duas pessoas que eu pagava diretamente e uma terceira paga pelo governo para ser agradável comigo. Xu, a srta. Wang e a caddie ficaram por perto, a uma distância respeitosa. Podia sentir a torcida deles para que eu me superasse, e fui dominado pela sensação de *responsabilidade* de me superar. De — por uma vez na vida — não fazer o movimento errado. De deixar que o taco fizesse o trabalho. De manter a cabeça baixa e fazer o movimento de rotação do quadril. Treinei o movimento umas duas vezes com o taco vermelho virgem. Aí dei uma bela tacada que jogou a bola longe, no meio do campo de grama mais baixa.

“Boa!”, disse a caddie.

“Jonathan, você é bom mesmo!”, disse Xu.

Depois de um drive consistente, eu tinha o costume de arrancar a grama do chão nas oito ou dez tacadas seguintes, e realmente foram desastrosas minhas próximas duas tacadas com o taco de madeira número três no Delson Green World Golf Club de Ningbo. Em minha quarta tacada, porém, a bolinha andou mais de setenta metros e foi parar perto da bandeira.

“Boa, hein!”, disse a caddie.

Os tacos de ferro que eu ganhara tinham um equilíbrio fantástico. Pareciam instrumentos cirúrgicos. No 11º buraco, tive que dar três tacadas de curta distância até embocar; foram duas tacadas acima do par, mas até que achei que não fiz feio. Já estava profundamente arrependido de ter dado os tacos a Xu. Minha tacada inicial em direção ao buraco doze desviou para a direita — “foi mal”, comentou a caddie —, mas a grama ajudou e consegui

fechar tranquilamente em quatro tacadas. Aí eu já estava, literalmente, pensando no buraco treze.

“Jonathan”, Xu disse gentilmente, “acho que já está na hora de a gente ir.”

Olhei-o com desânimo. Sabia que tínhamos marcado um jantar com seu chefe, mas não podia acreditar que as melhores jogadas da minha vida estavam terminando depois de apenas três buracos. Estendi o taco a Xu e sugeri que ele tentasse embocar a bola, tentasse jogar golfe. Ele ajeitou as mãos no punho do taco e começou a rir alto feito criança. Joguei a bola a três metros da bandeira. Xu fez uns movimentos estabados, empurrando a bola, levou o taco ao rosto e riu mais um pouco. Sugeri que deixasse o taco mais perto da bola. Ele bateu de novo, como se a bola fosse um animalzinho que quisesse assustar, mas não matar. A bola andou alguns centímetros. Xu cobriu o rosto e desandou a rir. Aí se recompôs e bateu mais firme. A bola foi direto para o buraco, e entrou. Xu soltou uns gritinhos ardidados e riu histericamente.

Não conversamos muito no caminho de volta enquanto pegávamos o trânsito pesado do centro de Ningbo. Olhava pela janela, entediado, o longo lusco-fusco, as coisas no nível do chão já obscurecidas, o sol ainda alto no céu, de um damasco que não feria os olhos. Com a construção, o tráfego e o comércio se espalhando em todas as direções — todos na China se envolvendo com admirável empenho, se não exatamente com otimismo —, fui fisgado pela mesma sensação que tive na minha primeira noite em Shanghai. Mas o que queria então descrever como *adiantado* era, decidi agora, simplesmente tardio: a melancolia da modernidade, o período prolongado de iluminação instável antes do anoitecer.

O fabricante do fradinho, Ji, cresceu em Subei, local próximo da reserva natural de Yancheng. Seus pais haviam se conhecido ainda adolescentes em Nanjing pouco antes da Revolução Cultural. Como muitos jovens cidadãos da sua geração, foram enviados ao campo para aprender com os camponeses

o valor do trabalho. Em Subei, construíram uma choupana de barro e palha, deixando abertura para as janelas. Ji nasceu em 1969, foi criado por seus avós em Nanjing por dois anos, mas a mãe sentia sua falta e o levou de volta a Subei. A cada ano, no início da primavera, depois que tinha abatido e comido o porco que criava, a família passava tanta fome que às vezes ficava deitada por semanas, subsistindo à base de uma papa de arroz enquanto aguardava a safra de trigo.

Quando tinha catorze anos, ele se inscreveu num dos trezentos cursos do ensino intermediário e se classificou em 302º lugar, numa lista de 1500 candidatos. Três estudantes com melhor avaliação foram desqualificados, e ele conseguiu uma vaga. Um ano mais tarde, teve a nota mínima para ser transferido a uma escola melhor e dois anos depois disso, sempre raspando, entrou na faculdade de Chengdu. Havia um clima de ebulição estudantil, passeatas nas ruas, protestos contra a corrupção, e ele teve a sorte — mais uma vez — de não estar no massacre da praça da Paz Celestial em junho de 1989. Como muitos outros estudantes talentosos da sua geração, desviou a atenção da política para os negócios e acabou trabalhando na divisão de brinquedos de uma companhia da província que importava e exportava. Em 2001, ele e sua mulher tomaram dinheiro emprestado de amigos, obtiveram uma carta de crédito da Hallmark Cards e deram início ao próprio negócio. Hoje a fábrica deles emprega 2 mil pessoas. Entre seus clientes, estão Hallmark, Gund e Russ Berrie — líderes de mercado —, e Ji foi recentemente nomeado cidadão-modelo pelo governo local na categoria Indústria de Mão de Obra Intensiva.

“Sou um cara de sorte”, disse Ji. Ele tinha concordado em me mostrar a sede da empresa, desde que eu não revelasse sua identidade. (“Por que eu iria querer publicidade?”, disse. “Se eu quiser expandir o negócio, basta mencionar que sou fornecedor da Hallmark Cards.”) Os escritórios ficavam num agradável subúrbio no leste da China, ao lado de um rio que corria em meio a árvores alinhadas e tinha o fundo recoberto de concreto. Havia uma alegria na maneira de Ji caminhar em meio à pequena unidade de produção

mantida ali. Nos últimos quatro anos, a maior parte da produção foi transferida mais para o interior, para a província de Anhui, onde, ele disse, os trabalhadores aceitam menores salários para ficar perto das suas famílias. Ji obviamente se beneficia financeiramente dos salários mais baixos e da menor quantidade de atritos trabalhistas, mas acredita que a sociedade também se beneficia — que os casamentos se fortalecem e as crianças são mais bem cuidadas quando os pais vivem perto de casa, e que levar as fábricas aos trabalhadores é um modelo mais sustentável economicamente para a China do que levar o trabalhador rural às fábricas.

Ji me mostrou uma máquina robótica, projetada por ele mesmo, que corta pele sintética com laser. Para itens pequenos, como o fradinho, o tecido é cortado à mão. Os trabalhadores no departamento de design revelaram como as peças são costuradas à máquina, pelo lado de dentro, como as hastes pontudas de plástico dos olhos dos animais são enfiadas através da pele e presas com arruela, e como o animal é então dramaticamente virado do avesso — um tecido sem graça transformado num amigo peludo. Um enchimento de poliéster é inserido na cabeça através de um buraco na parte de trás, o buraco é costurado à mão, a linha da sutura aparada, o pelo escovado e a etiqueta da Daphne pregada. Um operário comum leva cerca de vinte minutos para completar o processo. Ji me deu de presente três fradinhos, um deles com o nome do meu irmão bordado.

“Imagino que um panda seria uma capa para taco mais popular na China”, falei por falar.

“Na China?”, Ji riu e balançou a cabeça. “Talvez os chineses queiram uma águia careca como capa. Ou o rosto do George Bush.”

Uma certa culpa liberal estava fazendo com que eu me sentisse desapontado por não ter descoberto mais horror industrial na trilha que segui a partir do meu fradinho. O americano que o comercializava era louco por bichos e o chinês que o produzia, um cidadão-modelo. Mesmo a poluição não era obviamente terrível. Uma semana antes, em Nanjing, eu visitara duas fábricas pertencentes à Nice Gain, uma indústria líder no

mercado de peles artificiais (ou, como é conhecida no setor, “pele sintética”), e fiquei sabendo de certas vantagens que as fibras sintéticas têm em relação às fibras naturais. A pele sintética da Nice Gain começa com um fardo de fibra acrílica japonesa que parece algodão, da qual sai uma fieira macia que alimenta uma máquina de tecelagem computadorizada que, por sua vez, produz extensa metragem de um couro agradável ao tato. A matéria-prima da fibra acrílica é o petróleo — nada de sedentas plantações de algodão; nada de imobilizar vastas áreas de terra fértil; e um uso do petróleo que é mais nobre do que queimá-lo como combustível de utilitários —, e o processo de tintura é muito mais limpo com o acrílico do que com a lã ou o algodão, que são contaminados por uma série de proteínas. “Se o corante é poluidor, não podemos exportar o produto; isso significa que nunca se atinge o mercado externo com a tintura do tecido”, disse-me o presidente da Nice Gain, Tong Zheng. Uma vez que Zheng, como Ji, era líder de mercado e podia se dar ao luxo de ter uma produção limpa, ele comprava suas fibras naturais já colorizadas e não perguntava aos fornecedores sobre o processo de tintura. (“O que sei”, disse, “é que quem seguir estritamente as regras se tornará o concorrente menos competitivo do mercado. O bom cidadão é logo deixado para trás nos negócios.”) O pelo do meu fradinho é todo de acrílico, e se a fábrica de fibra de acrílico no Japão for parecida com a que vi em Cixi, onde adolescentes trabalhavam, então não há grandes horrores ambientais a ser registrados aí também. O fradinho é evidentemente um item mais luxuoso do que eu havia suposto.

Perguntei a Ji como ele se sentia, pessoalmente, em relação a animais, uma vez que seu negócio consistia em fazer imagens divertidas deles. A história que decidiu me contar foi sobre um dos porcos que sua família teve quando ele era criança. O porco, disse, tinha aprendido a escapar, cavando buracos no cercado de barro e palha. O pai de Ji certo dia se enfureceu e pôs três ou quatro argolas de ferro na boca dele; o animal nunca mais escapou. “Agora eu brinco com meus filhos”, Ji disse. “É melhor vocês não enfiarem

um piercing no nariz ou no umbigo, porque isso vai me fazer lembrar do meu porco!”

Piercings no nariz são uma preocupação porque seus filhos estão crescendo na América do Norte. Ji e sua mulher sempre quiseram que eles fossem educados, como ele disse, num “ambiente ocidental”, e a decisão de mandá-los para o outro hemisfério veio dois anos atrás, logo depois de Ji ter sido nomeado cidadão-modelo. Por causa da política populacional chinesa, uma coisa que o cidadão-modelo não pode fazer é ter mais que um filho. Ji já tinha um menino do primeiro casamento, e sua mulher tinha uma menina do primeiro casamento. Agora ela esperava o primeiro filho do casal, que seria o segundo de Ji. Uma noite, quando sua mulher estava grávida de seis meses, os dois decidiram que ela iria ao Canadá para ter o filho. O bebê nasceu em Vancouver depois de três meses; e Ji manteve o título de cidadão-modelo.

Há duas teorias concorrentes sobre a conexão entre crescimento econômico e proteção ambiental nas nações em desenvolvimento. Uma, que é muito conveniente para os interesses empresariais, é baseada no argumento de que, em geral, as sociedades só começam a se preocupar com o ambiente depois de serem autorizadas a poluir o caminho da classe média em direção ao bem-estar e à riqueza. De acordo com a outra teoria, a maturidade em termos de desenvolvimento não tem exatamente impedido as sociedades ocidentais de consumir recursos muito além das suas necessidades e de devolver as sobras para a natureza em forma de lixo; os proponentes dessa teoria, que tendem a ser cavaleiros do apocalipse, arrancam os cabelos só de pensar que China, Índia e Indonésia estão seguindo o modelo ocidental.

Os defensores da teoria do “crescimento primeiro, depois meio ambiente” podem se sentir encorajados com o fato de a explosão do PIB chinês ser seguida de perto pela aparição de amantes da natureza no estilo ocidental. O

problema, entretanto, é a China ter tão pouca terra fértil e estar se transformando tão rapidamente. Uma nova geração talvez esteja aprendendo a ser conservacionista, mas não tão depressa quanto o habitat está desaparecendo. Os parques nacionais da China já são adorados por uma classe média cada vez maior. Na América do Norte, ainda é possível lotar um ônibus de cada vez com alunos e levá-los a um centro de preservação da natureza, onde por um dia ou uma semana eles vão observar animais. Em Shanghai, onde a população chegará em breve a 20 milhões, só há uma reserva natural acessível — Chongming Dongtan, numa ilha aluvial no Yangtze. A reserva é bem administrada, embora sofra com os pescadores e com a poluição a montante do rio. O terço norte da reserva está dominado por uma gramínea de brejo invasora e hostil aos pássaros (de acordo com a lenda local, a grama foi introduzida a pedido do primeiro-ministro Zhou Enlai, que solicitou a especialistas que encontrassem uma planta que aumentasse o tamanho da China), e por um enorme parque em meio ao pantanal, contendo uma “zona de recreação” e um “campo de golfe”, que está sendo construído na fronteira ocidental. No início de 2010, um sistema de pontes e túneis ligará a ilha diretamente ao centro de Shanghai. Será possível levar todas as crianças de Shanghai de ônibus até Chongming Dongtan para uma excursão de um dia, mas os ônibus farão uma fila interminável ao longo do rio Yangtze.

As ações conservacionistas de êxito na China tendem hoje a deixar a população totalmente de fora e apelar diretamente ao interesse do governo. Em Shanghai, Yifei Zhang, o jornalista que passou a trabalhar para o WWF, está tentando fazer com que o governo da cidade reflita sobre qual seria a população máxima sustentável e sobre suas futuras fontes de água potável. A cidade atualmente planeja contar com o estuário do Yangtze, mas o aumento do nível da água do mar ameaça tornar a água do rio salgada demais para ser utilizada, e Yifei pressiona a cidade a desenvolver uma fonte alternativa, limpando o rio Huangpu, um afluente do Yangtze, e restaurando sua queda-d'água — o que teria o efeito colateral de criar um novo habitat. “Nunca nos

decepcionamos, porque não temos altas expectativas”, Yifei disse. Rio acima, a partir de Shanghai, onde centenas de lagos foram permanentemente isolados do Yangtze, o WWF estabeleceu em 2002 a meta de persuadir o governo de Hubei a reconectar pelo menos um deles ao rio. “Ninguém acreditava que isso fosse possível”, disse Yifei. “Era apenas um sonho — um castelo no ar. Mas criamos um site de demonstração, e depois de dois ou três anos convencemos o governo local a abrir as comportas durante algumas épocas do ano, de maneira que o lago pudesse voltar a abrigar peixes. E deu certo! Aí começamos a dar pequenas somas de dinheiro aos governos locais para a criação de programas piloto. Começamos com o objetivo de recuperar um lago. E agora, dezessete deles já foram reconectados.”

Em Beijing, encontrei-me com um militante excepcionalmente eficiente chamado Hai-xiang Zhou. Durante vinte anos, Zhou tinha levado a sério, embora como amador, a atividade de fotografar pássaros — ele se achava um pioneiro — e mais recentemente vinha se dedicando à militância ambiental. No outono de 2005, ele soube que a gripe aviária havia atacado a província de Liaoning, perto da sua cidade natal, e que as autoridades estavam dizendo que a doença era transmitida por pássaros silvestres. Temendo um extermínio desnecessário, Zhou obteve uma licença em seu trabalho e viajou depressa para Liaoning, onde descobriu que aves aquáticas e grouns migratórios estavam morrendo de causas comuns — eram caçadas, envenenadas ou morriam de fome.

Zhou usava óculos tão grandes que pareciam cobrir metade do seu rosto. “Se uma ONG quiser fazer qualquer coisa aqui, terá que ser em cooperação com o governo”, disse-me. “Observadores de pássaros e conservacionistas podem investigar, mas para fazer algo a respeito precisam de um plano. Os moradores locais sempre desejam mais desenvolvimento, enquanto o governo oficialmente quer desenvolvimento sustentável e proteção ao ambiente. Uma vez que os recursos são muito limitados, as autoridades ficam satisfeitas quando a gente pode ajudá-las a mostrar que estão de fato fazendo aquilo que oficialmente se comprometeram a fazer. Quando um

projeto ambiental é bem executado, os líderes da comunidade têm uma resposta positiva e ganham muita visibilidade.”

Num laptop, Zhou me mostrou fotografias de dignitários sorrindo numa plataforma de observação da natureza que construíram perto da sua cidade natal. Zhou agora está envolvido num novo projeto na Reserva Natural do Monte Laotie, na península de Liaodong. Todo outono, os pássaros migratórios do nordeste da China voam em direção ao sul e lá, em terras públicas, caçadores armam milhares de redes para capturá-los e abatê-los. As espécies mais visadas são os grandes predadores, a maioria ameaçada ou em perigo de extinção. Poucas aves servem de alimento para a população local, disse Zhou, mas a maioria é enviada para as províncias do sul, onde pássaros silvestres são considerados uma iguaria. Zhou e sua filha, que trabalha como voluntária na reserva, estão coletando informações para repassá-las ao governo central, de modo a ajudá-lo na coordenação da política local. Suas fotografias mostram fiscais da reserva coibindo a ação de caçadores à luz do dia ou sob faróis. Mostram árvores cortadas pelos caçadores para impedir a passagem dos caminhões dos fiscais. Mostram motocicletas confiscadas. Um quarto entupido de redes de todas as cores — o resultado de uma manhã de trabalho dos fiscais. Gaiolas de pequenos pássaros deixadas para trás como isca para pássaros maiores. Troncos de árvores amarrados verticalmente ao topo de outras árvores, elevando as redes à altura das águias. Armadilhas menores para águias penduradas nos galhos mais altos, arrumadas com o contrapeso de toras. Redes do tamanho de uma casa, com pombas, águias de cauda branca e falcões abatidos. Pássaros ainda vivos com asas fraturadas, ossos perfurando a pele em ângulos medonhos. Um saco de roupa de lavanderia confiscado, abarrotado de falcões e corujas, alguns mortos, outros não, todos misturados como roupa suja. Um caçador algemado, usando uma camisa bonita e tênis novos, o rosto borrado para não ser identificado. O suor escorrendo pela face de um fiscal que tenta livrar um falcão da rede. Uma pilha de 47 gaviões e águias, decapitados por caçadores para impedi-los de bicar, todos eles

confiscados numa única manhã. Uma pilha menor de cabeças ensanguentadas espalhadas no chão na mesma manhã.

“As pessoas que fazem isso não são pobres”, disse Zhou. “Não é subsistência — é costume. Meu objetivo é educar as pessoas e tentar mudar os costumes. Quero ensinar às pessoas que os pássaros são sua riqueza natural, e quero promover o ecoturismo como uma alternativa de trabalho.”

A maioria dos pássaros migratórios que passa incólume pelo monte Laotie voa em direção ao sudeste asiático: uma região de florestas devastadas e terrenos esburacados que está a caminho de se tornar um poço lamacento de mina, uma vez que a China tem poucos recursos naturais para suprir as fábricas que nos abastecem. Os chineses podem carregar o fardo da poluição chinesa, mas o trauma da biodiversidade está sendo exportado para o mundo todo. E, realmente, parece um exagero pedir aos chineses que, enquanto preservam o monte Laotie e garantem ar respirável e água potável e desenvolvimento sustentável, também prestem atenção à devastação no sudeste asiático, na Sibéria, na África central e na bacia amazônica. É notável que pessoas como Shrike e Hai-xiang Zhou e Yifei simplesmente existam.

“Ver algo ser destruído e não ser capaz de fazer nada a respeito às vezes é triste”, Shrike me disse. Estamos ao lado de um rio poluído perto de Nanjing, observando a paisagem com novas fábricas num local que dois anos antes era um pântano. Mas havia uma pequena área ainda preservada, e Shrike queria que eu fosse vê-la.

[2008]

1 Expressão gaiata comum entre golfistas ao final de um jogo. *Flog* significa perder por grande margem. O jogo de palavras se perderia na tradução. (N. T.)

2 O comercial, *The new all Jeep Liberty*, não exibido no Brasil, está disponível no YouTube. (N. T.)

3 “Stinky” significa fedorento em inglês. (N. T.)

4 A Sociedade Nacional Audubon, fundada em 1905, tem cerca de quinhentas sucursais independentes espalhadas pelos Estados Unidos. Instituição conservacionista focada em

aves, recebeu o nome em homenagem a John James Audubon (1785-1851), autor do popular *Birds of America*. O Sierra Club, fundado em 1892 a partir de uma ação para proteger a cadeia de montanhas Sierra Nevada, na Califórnia, é uma das organizações ambientalistas mais influentes dos Estados Unidos, com forte lobby no Congresso. Considerado radical, defende causas polêmicas. (N. T.)

5 Universidade particular na Pensilvânia, Estados Unidos. (N. T.)

6 O par do buraco é o número médio de tacadas entre um buraco e o seguinte. Há pares três, quatro e cinco. No par cinco, a distância entre os dois buracos é de pelo menos 430 metros. (N. T.)

PARTE III

QUAL É A IMPORTÂNCIA?

8. Qual é a importância?

Minha descrença no romance americano começou no inverno de 1991, quando viajei para Yaddo, o retiro de artistas no norte do estado de Nova York, para escrever os dois últimos capítulos do meu segundo livro. Minha mulher e eu tínhamos nos separado recentemente, eu vivia numa solidão meio compulsória na cidade de Nova York, trabalhando longas jornadas num quartinho branco, empacotando coisas que havia acumulado em dez anos de vida em comum e fazendo caminhadas à noite em avenidas onde se ouviam pessoas falando em russo, hindi, coreano e espanhol. Mas, mesmo sem deixar minha vizinhança do Queens, as notícias chegavam a mim pela tv e pelo *New York Times*, que assino. O país estava se preparando para uma guerra avassaladora, com uma retórica provida por George Bush. “Princípios vitais estão em jogo.” Com o índice de aprovação de Bush em 89%, e com a quase total ausência de ceticismo público sobre a guerra, os Estados Unidos me pareciam desconectados da realidade — sonhando com a glória no massacre de iraquianos sem rostos, sonhando com o petróleo infinito para gastar em viagens de uma hora entre casa e trabalho, sonhando em contornar as regras da história. E eu também estava sonhando em dar uma escapulida. Queria me esconder da América. Mas, quando cheguei a Yaddo e percebi que não havia refúgio — o *Times* também chegava ali diariamente e seus colunistas continuavam falando sobre mísseis Patriot e fitas amarelas¹ —, comecei a pensar que aquilo de que eu realmente precisava era um mosteiro.

Então, uma tarde, li um romance de Paula Fox, *Desesperados*, que peguei na biblioteca de Yaddo. “Ela quer escapar impune de qualquer coisa!” é a

esperança que domina a protagonista, Sophie Bentwood, uma moradora do Brooklyn, sem filhos e infeliz no casamento com um advogado conservador. Sophie costumava traduzir romances franceses; agora está tão deprimida que mal consegue lê-los. Contrariando o conselho do marido, Otto, resolve dar leite a um gato de rua, e ele retribui a gentileza lhe mordendo a mão. De imediato, Sophie se sente “como se tivesse sofrido um ferimento mortal” — foi mordida por “nenhuma razão”, da mesma maneira que Josef K. é preso sem “nenhuma razão” em *O processo* —, mas quando o inchaço da mão diminui ela é tomada pelo medo insano de ter contraído raiva.

Aquela “qualquer coisa” de que Sophie quer escapar impune, no entanto, vai além da condescendência liberal com o gato. Ela quer escapar impune das leituras dos romances laureados com o prêmio Goncourt, de comer *omelettes aux fines herbes* numa rua onde farrapos humanos estão caídos em meio ao próprio vômito e de um país que está envolvido numa guerra suja no Vietnã. Quer ser poupada do sofrimento de ser confrontada com um futuro além da sua vida com Otto. Quer continuar sonhando. Mas a lógica do livro não lhe dará essa chance. Ao contrário, ela é obrigada a equacionar sua vida pessoal e a social:

“*Meu Deus, se eu estiver com raiva, sou igual ao que existe lá fora*”, disse em voz alta, e sentiu um extraordinário alívio, como se, por fim, tivesse descoberto o que poderia criar um equilíbrio entre a tranquila, quase vazia progressão dos dias que passou naquela casa, e aqueles presságios que iluminavam a escuridão no limiar de sua própria existência.²

Desesperados, que foi publicado originalmente em 1970, termina com um ato de violência profética. Ao não suportar mais a pressão do colapso do seu casamento, Otto Bentwood pega o tinteiro do escritório de Sophie e o estilhaça contra a parede do quarto. A tinta usada na confecção de seus livros de direito e nas traduções de Sophie forma então uma mancha ilegível. As linhas pretas escorrendo pela parede são tanto a marca da ruína quanto o prenúncio de um alívio extraordinário e o fim de um isolamento febril.

Ao dispor na mesma equação a desintegração de um casamento e a desintegração da ordem social, *Desesperados* abordava diretamente as ambiguidades que eu vivenciava em Yaddo. Era bom ou ruim que meu casamento estivesse acabando? E a angústia que eu sentia derivava de alguma moléstia da alma ou me era imposta por uma moléstia da sociedade? Que alguém além de mim tivesse enfrentado essas ambiguidades e visto uma luz no fim do túnel — que o livro de Fox tivesse sido publicado e preservado; que eu encontrasse companhia, consolo e esperança num objeto que retirei quase por acaso da prateleira —, equivalia a um instante místico de estado de graça.

Ainda assim, enquanto era redimido por *Desesperados* como leitor, como romancista eu sucumbia sem esperança de conseguir associar o pessoal e o social. O leitor que se deparar hoje com *Desesperados* ficará atônito com seu exotismo e familiaridade. Um quarto de século apenas ampliou e confirmou o sentido da crise cultural que Fox estava registrando. Mas o que hoje parece o centro dessa crise — a ascendência banal da televisão, a fragmentação eletrônica do discurso público — não aparece no romance. Para os Bentwood, comunicação significava livros, um telefone, cartas. Presságios não eram transmitidos ininterruptamente através de cabos conversores ou de um modem; eram apenas vislumbrados nas margens da existência. Um tinteiro, que hoje parece tão antiquado, ainda era concebível como símbolo em 1970.

Num inverno em que todos os lares da nação eram assombrados pelas presenças espectrais, na tv, de Peter Arnett em Bagdá e Tom Brokaw na Arábia Saudita — um inverno em que os habitantes dessas casas pareciam menos indivíduos do que um algoritmo coletivo destinado a converter o chauvinismo em 89% de aprovação —, eu ficava pensando que, se um contemporâneo de Otto Bentwood surtasse, ele chutaria a televisão em seu quarto. Mas essa não seria a questão. Otto Bentwood, se vivesse nos anos 1990, não surtaria, porque estaria desligado do mundo. Como um elitista empedernido, um avatar da palavra impressa e um homem genuinamente

solitário, ele pertence a uma espécie tão em extinção que seria quase irrelevante numa era de democracia eletrônica. Por séculos, a tinta, na forma de romances impressos, fixou indivíduos discretos e subjetivos em narrativas plenas de significação. O que Sophie e Otto estavam testemunhando, na profética mancha negra na parede do quarto, era a desintegração da própria ideia de personagem literário. Não admira que estivessem angustiados. Ainda estavam nos anos 1960, e não tinham noção do que os abalaria.

Havia um cerco em curso: que vinha acontecendo há muito tempo, mas os próprios sitiados eram os últimos a levar a sério.³

Quando terminei a faculdade, em 1981, não tinha ouvido falar da morte do romance social. Não sabia que sua autópsia fora feita tempos antes por Philip Roth, que descreveu a “realidade americana” como algo que “entorpece [...] enfada [...] enfurece e finalmente [...] causa embaraço à nossa escassa imaginação. A realidade está continuamente superando nossos talentos”. Eu estava apaixonado por literatura e por uma mulher que me atraía em parte por ser uma leitora brilhante. Eu tinha até um modelo para um romance sem concessões que caíra no gosto do público: *Ardil 22*. Joseph Heller imaginou uma maneira de superar o real, usando a irracionalidade da guerra moderna como metáfora para modificar a realidade americana. Seu livro penetrara tão fundo na imaginação nacional que meu *Webster's Ninth Collegiate* dava nada menos que cinco significados para o título. Que nenhum outro romance desde *Ardil 22* tenha afetado tanto a cultura, da mesma maneira que nenhum assunto desde a Guerra do Vietnã tenha galvanizado tantos jovens americanos alienados, é algo a que não se dá a devida importância. Na universidade, passei a me interessar por marxismo, e acreditava que o “capitalismo monopolista” (era assim que dizíamos) gerava uma abundância de “momentos negativos” (era assim que dizíamos) que poderiam ser confrontados pelos americanos, se ao menos um

romancista soubesse inserir suas bombas subversivas numa narrativa suficientemente sedutora.

Comecei meu primeiro livro como um sonhador de 22 anos que queria mudar o mundo. Terminei-o seis anos mais velho. O único fiapo de esperança sobre o mundo a que então me apegava era aparecer na rádio KMOX, “a voz de St. Louis”, cujas longas e reflexivas entrevistas de autores eu me acostumara a ouvir desde criança na cozinha da minha mãe. Meu romance, *The Twenty-Seventh City*, era sobre a inocência de uma cidade do Meio-Oeste — sobre a pungência das ambições municipais de St. Louis numa era de apatia e perturbação —, e aguardei ansioso a tarde em que iria participar do talk show de 45 minutos, imaginando que um dos entrevistadores da KMOX me faria perguntas sobre temas que eu deixara latentes no livro. Aos ouvintes furiosos que quisessem saber por que eu odiava St. Louis, eu explicaria, com a voz valente de quem perdera a inocência, que o que a eles parecia ódio era na verdade amor. Entre os ouvintes estaria minha família: minha mãe, que considerava minha carreira de escritor socialmente irresponsável, e meu pai, que tinha esperança de um dia encontrar na revista *Time* uma resenha sobre meu livro.

Apenas quando *The Twenty-Seventh City* foi publicado, em 1988, é que percebi como ainda era inocente. O obsessivo interesse da mídia em minha juventude me surpreendeu. Da mesma maneira que o dinheiro. Ajudado pelo otimismo da editora, que imaginou que um livro essencialmente sombrio, o avesso do entretenimento, pudesse vender zilhões de exemplares, consegui recursos suficientes para financiar meu livro seguinte. Mas a maior surpresa — a verdadeira medida de como eu prestara pouca atenção a minha própria advertência em *The Twenty-Seventh City* — foi que um livro culturalmente comprometido não teve impacto na cultura. Eu queria provocar; mas tudo o que consegui foram sessenta resenhas que caíram no vazio.

A entrevista na KMOX foi um indicativo. O apresentador, com as bochechas coradas de uísque e o cabelo repartido quase na orelha para

disfarçar a calvície, evidentemente mal passara do capítulo dois. Embaixo do microfone pendurado, folheava as páginas do livro como se tivesse esperança de absorver epidermicamente o enredo. Perguntou-me o que todos me perguntavam: Como você se sentiu por receber uma crítica tão favorável? (Eu me senti muito bem, disse.) O romance é autobiográfico? (Não, disse.) Como se sentiu como um filho de St. Louis que volta à cidade para lançar um livro badalado? Sentia-me sombriamente desapontado. Mas não disse isso. Já havia percebido que o dinheiro, a publicidade, o passeio de limusine até o local onde seria fotografado pela *Vogue* não eram apenas benefícios complementares. Eram o prêmio principal, o consolo para quem não faz mais nenhuma diferença para a cultura.

Em que medida exata os romances de hoje importam menos para a cultura americana central que na época em que *Ardil 22* foi publicado é algo impossível de ser avaliado. Mas um jovem e ambicioso ficcionista não deixará de notar que, numa recente pesquisa do *USA Today* sobre 24 horas na vida da cultura americana, havia 21 referências à televisão, oito a filmes, sete à música popular, quatro à rádio e uma à ficção (*As pontes de Madison*). Ou que revistas como a *The Saturday Review*, que no auge de Joseph Heller ainda examinava cuidadosamente pilhas de livros, simplesmente não existem mais. Ou que hoje o *Times Book Review* publica semanalmente apenas duas resenhas de fôlego sobre livros de ficção (cinquenta anos atrás, a relação entre ficção e não ficção era de um para um).

O único lar americano tradicional que conheço realmente bem é aquele em que cresci, e posso afirmar que meu pai, apesar de não ser um leitor, sabia quem eram James Baldwin e John Cheever, porque a revista *Time* os mostrava na capa e a *Time*, para meu pai, era o suprassumo da autoridade cultural. A revista cuja margem vermelha serviu duas vezes de moldura para o rosto de James Joyce deu capa para Scott Turow e Stephen King, na última década. São escritores respeitáveis; mas ninguém duvida que foi o valor dos

seus contratos que os pôs lá. O dólar é hoje a régua da autoridade cultural, e uma publicação como a *Time*, que não muito tempo atrás tinha a veleidade de moldar o gosto nacional, hoje apenas reflete essa realidade.

A América literária na qual eu me encontrava depois da publicação de *The Twenty-Seventh City* guardava uma estranha semelhança com a St. Louis em que eu havia crescido: uma cidade magnífica que tinha sido arruinada e exaurida pelo êxodo da classe média em direção aos subúrbios e pelas grandes rodovias. Ao redor de um degradado miolo urbano de ficção circunspecta, havia um novo e próspero subúrbio do entretenimento de massa. Grande parte da vitalidade remanescente no centro da cidade se concentrava nas comunidades de negros, hispânicos, asiáticos, gays e mulheres, que haviam tomado as estruturas abandonadas pelos homens brancos e heterossexuais. Programas públicos de financiamento ofereciam moradia e treinamento profissional aos subempregados; alguns artistas excêntricos apaixonados pelo centro continuavam a se esconder em antigos galpões; e leitores de passagem pela cidade ainda podiam visitar, nos fins de semana, monumentos culturais bem policiados — o templo de Toni Morrison, a orquestra de John Updike, a Casa de Faulkner, o Museu Wharton e o Parque Mark Twain.

No início dos anos 1990, minha depressão não era menor que a do centro urbano da ficção. Meu segundo romance, *Tremor*, contava a longa e complicada história de uma família do Meio-Oeste num mundo em convulsão moral, e dessa vez, em lugar de lançar minhas bombas acondicionadas em pacotes de ironia e eufemismo, como fizera em *The Twenty-Seventh City*, eu preferira atirar coquetéis Molotov retóricos. Mas o resultado foi o mesmo: um boletim com muitas notas A e B dos resenhistas que haviam substituído os professores, cuja aprovação, quando era mais jovem, eu tanto desejava, mas não me satisfazia; um bom dinheiro; e o silêncio da irrelevância. Enquanto isso, minha mulher e eu nos encontramos na Filadélfia. Durante dois anos, rodamos por três fusos horários diferentes, em busca de um lugar agradável e barato onde não nos sentíssemos

estrangeiros. Finalmente, depois de exaustiva deliberação, acabamos alugando uma casa bem cara em outra cidade decadente. O fato de que a partir de então continuássemos sendo miseráveis parecia confirmar que não havia lugar *nenhum* no mundo para escritores de ficção.

Na Filadélfia, comecei a fazer cálculos que pouco ajudavam, como multiplicar o número de livros que tinha lido nos anos anteriores pelo número de anos que poderia esperar viver, e identificar no resultado de três dígitos não tanto uma intimação da mortalidade (embora as notícias nesse front não fossem animadoras), mas uma medida da incompatibilidade entre o moroso trabalho de ler e uma vida moderna superagitada. De repente, parecia que meus amigos que costumavam ler já não se desculpavam por ter perdido o hábito. Quando perguntei a uma jovem conhecida que se especializara em literatura inglesa o que andava lendo, ela respondeu: “Você quer dizer leitura *contínua*? Como quando a gente lê um livro do começo ao fim?”.

É longo o caso de amor entre literatura e mercado. A economia de consumo adora um produto que vende com boa margem de lucro, fica logo obsoleto ou é suscetível de melhoras constantes, e oferece a cada melhora um ganho marginal em utilidade. Para uma economia assim, a novidade que permanece novidade não é apenas um produto inferior; é um produto *antitético*. Uma obra clássica de literatura é barata, infinitamente reutilizável e, o pior de tudo, não pode ser melhorada.

Depois do colapso da União Soviética, a política econômica americana tratou de consolidar seus ganhos, ampliando mercados, garantindo lucros e desmoralizando os poucos críticos que sobraram. Em 1993, vi sinais dessa consolidação em todo canto. Nas minivans cada vez mais espaçosas e nas caminhonetes cheias de faróis que substituíram os automóveis como veículos preferenciais nos subúrbios — Rangers, Land Cruisers e Voyagers, verdadeiros espólios de uma guerra para manter a gasolina americana quase de graça, uma guerra anunciada em mil horas de propaganda sobre alta tecnologia, uma guerra pelo consumidor transmitida na televisão comercial.

Vi máquinas de varrer folhas com jatos de ar substituírem ancinhos. Vi a CNN manter passageiros como reféns em salas de aeroportos e consumidores em filas nos caixas de supermercados. Vi o processador 486 substituir o 386 e ser substituído pelo Pentium, de maneira que, apesar da nova economia de escala, um notebook nunca chegou a custar menos de mil dólares. Vi o Penn State vencer o Blockbuster Bowl.

Embora a leitura de literatura fosse algo religioso para mim, eu estava ficando tão desanimado que não fazia muita coisa depois do jantar, a não ser me afundar na poltrona em frente à TV. Não tínhamos TV a cabo, mas eu sempre achava algum programa delicioso: jogos de futebol americano e séries como *M*A*S*H**, *Cheers*, *Homicide*. Naturalmente, quanto mais TV assistia, pior me sentia. Se você é um romancista e nem mesmo *você* tem vontade de ler, como pode esperar que alguém leia seus livros? Acreditava que eu *tinha* que estar lendo, que *tinha* que estar escrevendo meu terceiro romance. E não qualquer terceiro romance. Sempre fui da opinião de que inserir os personagens do romance num cenário social dinâmico enriquecia a história que estava sendo narrada; que a glória do gênero consistia em reduzir o enorme espaço que há entre a experiência privada e o contexto público. E que contexto mais vital poderia haver que o curto-circuito dessa aproximação, provocado pela televisão?

Mas eu estava parado no terceiro livro. Torturava a história, esticando-a para acomodar mais daquelas coisas mundanas que colidem com a empresa de escrever ficção. A obra de transparência, de beleza e de caráter evasivo que eu queria escrever estava ficando inchada de temas. Já tinha pesquisado vocabulário de farmacologia contemporânea, TV, competições esportivas, vida na prisão e uma dúzia de outras áreas; como iria satirizar a Dow Jones e as campanhas de internet a favor disto ou daquilo, e ao mesmo tempo contemplar as complexidades dos personagens e cenários? O pânico cresce no hiato entre a duração cada vez maior do projeto e o tempo cada vez menor da mudança cultural: como projetar uma embarcação que possa flutuar na história por tanto tempo quanto é necessário para construí-la? O

escritor tem mais e mais coisas para dizer a leitores que têm menos e menos tempo para ler: onde encontrar energia para se comprometer com uma cultura em crise, quando a crise consiste na impossibilidade de comprometimento com essa cultura? Esses foram dias infelizes. Comecei a pensar que havia algo errado com o *modelo* de romance como forma de “engajamento cultural”.

No século XIX, quando Dickens, Darwin e Disraeli liam os trabalhos uns dos outros, o romance era o meio mais importante de instrução social. Um livro novo de Thackeray ou de William Dean Howells era aguardado com a mesma expectativa febril hoje provocada por um lançamento cinematográfico.

A grande, óbvia razão para o declínio do romance social é que as tecnologias modernas são mais eficientes para a instrução social. Televisão, rádio e fotografia são meios vívidos, instantâneos. O jornalismo impresso, também, na esteira de *A sangue frio*, se tornou uma alternativa criativa viável para o romance. Por terem grande público a TV e as revistas podem obter rapidamente grandes quantidades de informação. Poucos escritores sérios podem pagar viagens rápidas para Cingapura ou os serviços de consultores que dão a séries de TV como *Plantão médico* e *Nova York contra o crime* um verniz de autenticidade. O escritor de talento médio que queira escrever, por exemplo, sobre as dificuldades de imigrantes ilegais, seria ingênuo se escolhesse o romance como veículo. O mesmo pode ser dito do autor que quiser enfrentar as sensibilidades prevaletentes. *O complexo de Portnoy*, que até minha mãe conhece o suficiente para desaprovar, foi provavelmente o último romance que poderia ter aparecido no radar de Bob Dole como um pesadelo de depravação. Os Baudelaire de hoje são os artistas do hip-hop.

A essência da ficção é o trabalho solitário: o trabalho de escrever, o trabalho de ler. Sou capaz de conhecer profundamente Sophie Bentwood e

me referir a ela com intimidade, como se fosse uma boa amiga, porque deposito na construção da personagem meus próprios sentimentos de medo e alienação. Se a conhecesse apenas por intermédio do filme *Um casal desesperado* (Shirley MacLaine levou o romance ao cinema em 1971, num filme feito para que ela brilhasse), Sophie continuaria sendo um Outro, separado de mim pela tela na qual eu a veria, pela superficialidade do filme e pela presença de uma estrela. Na melhor das hipóteses, poderia sair do cinema com a impressão de que conhecia Shirley MacLaine um pouco mais.

Conhecer Shirley MacLaine um pouquinho mais, porém, é basicamente o que o país quer. Vivemos a tirania do literal. Histórias que se desdobram a cada dia, como as de O. J. Simpson, Timothy McVeigh e Bill Clinton, têm uma presença intensa e icônica que relega a um mundo de sombras nossas próprias vidas não televisionadas. Para justificar a atenção que exigem de nós, os órgãos de cultura e informação de massa são levados a oferecer algo “novo” a cada dia, ou, na realidade, a cada hora. Embora bons escritores não procurem deliberadamente seguir tendências, muitos deles acreditam ter a responsabilidade de tratar assuntos contemporâneos, e agora confrontam uma cultura na qual quase todos os temas são esgotados a quase todo instante. A escritora que quiser contar uma história que seja verdadeira não apenas em 1996, mas também em 1997, pode se sentir perdida, sem referências culturais sólidas. Tópicos relevantes enquanto ela planeja escrever o romance quase com certeza estarão ultrapassados quando o livro for escrito, reescrito, publicado, distribuído e lido.

Nada disso impede comentaristas culturais — sobretudo Tom Wolfe — de culpar escritores por terem abandonado a descrição social. A coisa mais notável sobre o manifesto de Wolfe, o “Novo romance social”, de 1989, mais que sua fantástica ignorância sobre tantos excelentes romances socialmente comprometidos publicados entre 1960 e 1989, é sua incapacidade de explicar por que seu Novo Romancista Social não deveria escrever roteiros para Hollywood. E vale a pena dizer mais uma coisa: da mesma maneira que o cinema enfiou uma estaca no coração da arte de compor perfis, a televisão

matou o romance de fundo social. Escritores verdadeiramente comprometidos com a abordagem social ainda encontraram fissuras no monólito, onde podem cravar seus grampos de alpinista. Estão conscientes, no entanto, de que não dependem do material que têm em mãos, como Howells, Sinclair e Stowe, mas apenas da sua própria sensibilidade, e não têm expectativa de que seus livros serão lidos pela informação nova que possam conter.

Pelo menos isso estava claro para Philip Roth em 1961. Ao notar que “para um ficcionista, sentir que não vive realmente em seu próprio país — como representado pela *Life* ou por sua experiência quando põe os pés fora de casa — deve ser um sério obstáculo ocupacional”, ele perguntou melancolicamente: “Qual será seu tema? Sua paisagem?”. Desde então, porém, o parafuso deu mais uma volta. Nossa obsolescência agora vai além do fato de a televisão ter usurpado nosso papel de apresentar novidades, e mais fundo que sua substituição do imaginado pelo literal. Flannery O’Connor, num texto escrito na mesma época em que Roth fez suas observações, insistiu que o “negócio da ficção” é “incorporar o mistério nos costumes”. Como a poética que Poe derivou de “O corvo”, a formulação de O’Connor incensa seu próprio trabalho, mas não há dúvida de que “mistério” (como o ser humano evita ou enfrenta o significado da existência) e “costumes” (as particularidades do comportamento humano) sempre foram interesses primários dos ficcionistas. O alarmante para um romancista hoje é como o consumismo tecnológico que governa o mundo objetiva especificamente tornar ambos os interesses discutíveis.

Para responder à questão levantada por Roth sobre o fato de haver muito pouco na cena midiática nacional que os romancistas sentem lhes *pertencer*, O’Connor insistiu que a melhor ficção americana sempre foi regional. Isso não deixa de ser estranho, uma vez que seu herói era o cosmopolita Henry James. Mas o que ela queria dizer é que a ficção se alimenta da

especificidade, e que os costumes de determinada região sempre proporcionaram solo especialmente fértil aos ficcionistas.

Na superfície, pelo menos, o regionalismo ainda é auspicioso. Na realidade, hoje em dia está na moda nas universidades dizer que não há mais América, só americanos; que as únicas coisas em comum entre uma lésbica negra de Nova York e um batista da Geórgia são a língua inglesa e o imposto de renda. A probabilidade, no entanto, é que tanto a nova-iorquina quanto o sulista assistam ao talk show de David Letterman todas as noites, estejam procurando um plano de saúde, tenham empregos ameaçados por imigrantes estrangeiros, frequentem liquidações de grandes lojas atrás de produtos licenciados da *Pocahontas* para seus filhos, ambos reajam com cinismo diante da propaganda comercial, ambos joguem na loteria, ambos sonhem com quinze minutos de fama, ambos tomem um inibidor de recaptção de serotonina e ambos se sintam culpados por terem uma queda por Uma Thurman. O mundo do presente é um mundo onde os ricos dramas laterais dos costumes locais foram substituídos por um único drama vertical, o drama da especificidade regional sucumbindo diante da generalidade comercial. O escritor americano hoje enfrenta um totalitarismo análogo àquele que ameaçou duas gerações de escritores do bloco oriental. Ignorar tal fato é cortejar a nostalgia. Comprometer-se com tal perspectiva, no entanto, é assumir o risco de produzir uma ficção que repita indefinidamente o mesmo ponto principal: o consumismo tecnológico é uma máquina infernal, o consumismo tecnológico é uma máquina infernal...

Igualmente desencorajador é o destino dos “costumes” num sentido mais comum. Grosseria, irresponsabilidade, má-fé e estupidez são marcas das relações humanas reais: o assunto de conversas, a causa de noites em branco. Mas, no mundo consumista da propaganda e das compras, nenhum mal é moral. Os males consistem em preços elevados, inconveniências, poucas opções, falta de privacidade, azia, queda de cabelo e estradas escorregadias. O que não é surpresa alguma, já que os únicos problemas para os quais vale

a pena buscar uma saída são aqueles cuja resolução implica gasto de dinheiro. Mas o dinheiro não nos livra dos que não têm modos — a pessoa que conversa no escuro do cinema, a cunhada que nos trata com condescendência, a namorada que só pensa nela mesma — a não ser que nos ofereça refúgio numa privacidade atomizada. E o Século Americano se inclina exatamente a tal privacidade. Primeiro houve uma fuga em massa em direção aos subúrbios, depois veio o entretenimento doméstico perfeito e finalmente a criação das comunidades virtuais, cuja característica mais notável é que a interação é totalmente opcional — passado o momento, a experiência deixa de ser gratificante ao usuário.

Que todas essas tendências infantilizem as pessoas, já foi amplamente notado. O menos observado é a maneira como elas mudam nossas expectativas de entretenimento (o livro deve nos trazer algo, e não nós que devemos levar algo ao livro) e nossa própria satisfação com o entretenimento. O problema para o romancista não é apenas que o homem e a mulher comuns gastem tão pouco tempo nas relações pessoais com seus amigos; afinal, há uma longa tradição de romances epistolares, e a condição de Robinson Crusóe se aproxima da solidão de um solteiro de hoje no subúrbio. O problema real é que a vida do homem e da mulher comuns está cada vez mais estruturada para evitar os conflitos a partir dos quais a ficção, preocupada com os costumes, sempre prosperou.

Aqui, de fato, estamos diante do que parece ser a obsolescência de toda arte séria. Imagine que a existência humana seja definida por uma Dor: a Dor de não sermos, cada um de nós, o centro do universo; de nossos desejos serem mais numerosos que os meios de satisfazê-los. Se vemos a religião e a arte como meios historicamente eletivos de acertarmos as contas com essa Dor, então o que acontecerá com a arte quando nossos sistemas tecnológicos e econômicos, e mesmo nossas religiões comerciais, se tornarem suficientemente sofisticados para fazer de cada um de nós o centro do nosso próprio universo de escolhas e gratificações? A resposta da ficção para o suplício causado pelos maus costumes, por exemplo, é rir deles. O leitor ri

com o escritor e se sente menos sozinho diante de tal tormento. Essa é uma transação delicada e requer algum esforço. Como se pode competir com um sistema — converse na tela; saia de casa com um modem; obtenha o dinheiro para fazer negócios só com o mundo privatizado, em que trabalhadores devem ser gentis para não perder os empregos — um sistema que, para começar, nos poupa do suplício?

A longo prazo, é provável que o colapso da vida em comunidade tenha todo tipo de consequências desagradáveis. A curto prazo, porém, neste século de incrível prosperidade e saúde, o colapso impõe um custo elevado aos antigos métodos de lidar com a Dor. Em relação à sensação de solidão, inutilidade e perda que a atomização pode provocar — coisas que cabem na mesma classificação genérica de mistério feita por O'Connor —, basta considerá-la uma doença. Uma doença tem causas: química anormal do cérebro, abuso sexual na infância, aproveitadores da seguridade social, o patriarcado, disfunção social. Também tem curas: Zoloft, terapia para recuperar a memória, o Contrato com a América, multiculturalismo, a internet. Uma cura parcial, ou, melhor ainda, uma sucessão infinita de curas parciais, ou, na ausência disso, pelo menos o consolo de saber que temos uma doença — qualquer coisa é melhor que o mistério. A ciência atacou o mistério da religião há muito tempo. Mas só depois que a ciência aplicada, na forma de tecnologia, mudou tanto a demanda por ficção quanto o contexto social no qual a ficção é escrita, que nós, romancistas, sentimos totalmente seus efeitos.

Mesmo agora, mesmo quando, com cuidado, situo minha desesperança no pretérito perfeito, acho difícil admitir todas essas dúvidas. No mundo das editoras, confissões de dúvida são vistas como “lamúria” — a ideia é que reclamações de ordem cultural são patéticas e interesseiras, no caso de escritores que não vendem, e indelicadas, no caso dos que vendem. Para pessoas tão cientes da sua privacidade e tão encarniçadamente competitivas

quanto os escritores, sofrer sem dar um pio pareceria a saída mais segura. Pois, por mais que seus pressentimentos o deixem abatido, é melhor irradiar confiança e esperar que ela seja contagiante. Quando um escritor diz publicamente que o romance está condenado, pode apostar que seu próximo livro terá problemas; em termos de reputação, é como sangrar em águas infestadas de tubarões.

Mais difícil ainda é admitir como eu estava deprimido. À medida que diminui o estigma social da depressão, aumenta o estigma estético. Não é apenas que a depressão tenha entrado tão na moda a ponto de se tornar banal. É a sensação de que fomos reduzidos a uma cultura binária: ou você é saudável ou doente, ou você funciona ou não. E se o achatamento do mundo das possibilidades é exatamente o que te deprime, sua tendência é resistir a tomar parte nesse achatamento, dizendo estar deprimido. Você decide que o mundo é que está doente e que a recusa em funcionar num mundo assim é saudável. Você acata o que os médicos chamam de “realismo depressivo”. É o que diz o coro de *Édipo Rei*: “Ah, homens de todas as idades, suas vidas são fugazes como as nuvens! Onde, onde está o mortal que recebe a dádiva da felicidade, e dela desfruta, apenas para depois ver-se dela privado?”. Afinal, você é apenas protoplasma, e um dia estará morto. O convite para deixar a depressão para trás, seja por meio de medicamento, terapia ou força de vontade, parece ser um convite para virar as costas a todos os seus insights sombrios sobre a corrupção e o infantilismo e o autoengano do Admirável Mundo McNovo. E esses insights são o único legado de um escritor engajado que queira representar o mundo não apenas em seus detalhes mas em sua essência, que deseje jogar luz na escuridão moral do turbilhão virtual, e que acredite que o ser humano merece algo além do futuro de maquinas eletrônicas a preços acessíveis que lhe querem reservar. Em vez de dizer *estou deprimido*, você quer dizer *estou bem!*

Mas todas as evidências disponíveis sugerem que você se tornou uma pessoa chata com a qual é impossível conviver. E como você sente cada vez mais que, como romancista, é um dos últimos depositários do realismo

depressivo e um crítico radical da sociedade terapêutica que ele representa, a cobrança por novidades em sua arte se torna pesada demais. Você se pergunta: por que me dou ao trabalho de escrever esses livros? Não posso fingir que o ambiente cultural dominante prestará atenção às novidades que abordo. Não preciso fingir que estou subvertendo algo, porque qualquer leitor capaz de decodificar minhas mensagens subversivas não teria necessidade de ouvi-las (e a cena da arte contemporânea é um lembrete constante de como as bobagens afloram quando artistas começam a querer ensinar o pai-nosso ao vigário). Não engulo a noção de que ficção séria é *boa para nós*, porque não acredito que para tudo o que há de errado no mundo haja uma cura, e, mesmo que acreditasse, que cura eu, que me sinto o doente da história, poderia oferecer? De qualquer maneira, é difícil considerar a literatura um remédio, quando sua leitura serve sobretudo para aprofundar nossa alienação depressiva da cultura central; cedo ou tarde, o leitor que raciocina em termos terapêuticos acabará considerando a própria leitura uma doença. Sophie Bentwood, por exemplo, tem, carimbada na testa, a expressão “candidata a Prozac”. Não importa quão brilhantes e cômicos sejam seus tormentos, um leitor que a adore irá se perguntar se o melhor para ela não seria um tratamento numa clínica de saúde mental.

Resisto, finalmente, a aceitar a noção de literatura como uma nobre convocação de instâncias superiores, porque o elitismo não combina com minha natureza americana, e porque, mesmo que minha convicção no mistério não me levasse a desconfiar dos sentimentos de superioridade, minha confiança nos costumes tornaria difícil para mim explicar a meu irmão, um fã de Michael Crichton, que meu trabalho é simplesmente *melhor* que o de Crichton. Nem mesmo os pós-estruturalistas franceses, com sua celebração filosoficamente incontestável do “prazer do texto”, podem me ajudar nesse caso, porque sei que, por mais rico que *Desesperados* seja em metáforas e por mais sofisticado que seja na linguagem, o que experimentei quando o li pela primeira vez não foi uma avalanche de infinitas associações, prazerosa de modo erótico, mas algo coerente e muito pertinente. Sei que há

uma razão por que eu adorava ler e adorava escrever. Mas cada desculpa e cada justificativa parecem se dissolver no copo de água com açúcar da cultura contemporânea, e muito antes de ter se tornado realmente difícil para mim sair da cama de manhã.

Duas rápidas generalizações sobre romancistas: não gostamos de nos envolver demais na questão do sucesso comercial, e não gostamos de ciências sociais. É estranho, portanto, que para mim o farol na escuridão — a pessoa que involuntariamente fez o máximo possível para me reconduzir aos trilhos da literatura — tenha sido uma cientista social que estudava o leitorado da ficção séria na América.

Shirley Brice Heath, pesquisadora da Fundação MacArthur, é estudiosa de antropologia linguística e professora de inglês e linguística da Universidade Stanford; é estilosa, esguia, grisalha e sem paciência para conversa fiada. Nos anos 1980, Heath rastreou o que chamava de “zonas de transição forçada” — lugares onde as pessoas não tinham acesso à televisão ou qualquer outro lazer. Usou transporte público em 27 cidades. Observou aeroportos (antes da chegada da CNN). Levou seu notebook a lojas e resorts à beira-mar. Sempre que flagrava alguém lendo ou comprando “importantes obras de ficção” (o que significava, basicamente, livros de bolso), pedia uma rápida entrevista. Foi a conferências de verão de escritores e cursos de escrita criativa para interrogar efebos. Entrevistou romancistas. Três anos atrás, ela me entrevistou, e no verão passado almoçamos em Palo Alto.

Quando nós, romancistas, pensamos no leitor, gostamos de imaginar um “público geral” — um grande e eclético grupo de pessoas que tiveram uma educação decente e que podem ser induzidas, por resenhas contundentes ou agressivas campanhas de marketing, a ler um livro bom e sério. Tentamos não notar que, entre adultos com educação semelhante e vidas semelhantemente complicadas, alguns leem muitos romances enquanto outros pouco ou nada leem.

Heath notou essa circunstância e, embora em nossa conversa tenha enfatizado que não entrevistou todo mundo na América, sua pesquisa efetivamente demole o mito do público geral. Para uma pessoa ter interesse em literatura, ela me disse, duas coisas são necessárias. Primeiro, o hábito da leitura de obras importantes deve ter sido “solidamente moldado” desde a infância. Em outras palavras, seria preciso que sua mãe ou seu pai, ou ambos, fossem leitores de livros sérios e tivessem encorajado a criança a fazer o mesmo. Na Costa Leste, Heath identificou um forte elemento de classe nisso. Nas classes privilegiadas, pais encorajavam a leitura devido a um sentimento que Louis Auchincloss chamou de “habilitação”: da mesma maneira que uma pessoa civilizada deve ser capaz de apreciar caviar e um bom Burgundy, deve também estar habilitada a desfrutar de um livro de Henry James. A questão de classe social interessa menos em outras regiões do país, sobretudo no Meio-Oeste protestante, onde a literatura é vista como uma maneira de exercitar a mente. Como diz Heath, “parte do exercício para ser uma boa pessoa é não usar o tempo livre de maneira frívola. Devemos seguir a ética do trabalho e usar com sabedoria o tempo dedicado ao lazer”. Durante um século depois da guerra civil, as cidadezinhas do Meio-Oeste viram florescer milhares de sociedades literárias nas quais, Heath descobriu, a mulher do zelador parecia ser tão ativa quanto a mulher do doutor.

Ter um pai leitor, no entanto, não é suficiente para que alguém se torne um leitor dedicado por toda a vida. Segundo Heath, jovens leitores precisam encontrar alguém com quem possam compartilhar seu interesse. “Uma criança que tenha o hábito começará a ler sob as cobertas com uma lanterna”, ela disse. “Se os pais forem espertos, proibirão a criança de fazer isso, o que só irá encorajá-la. Ela também encontrará um amigo que tenha o hábito de ler, e juntos manterão um segredo entre eles. Encontrar esse amigo é algo que às vezes só acontece na universidade. No ensino médio, especialmente, há uma multa social a ser paga por quem lê. Muitas crianças

que sempre leram sozinhas chegam à universidade e de repente descobrem seus pares: “Nossa! Tem mais gente que também gosta de ler”.

À medida que Heath falava sobre suas descobertas, eu me lembrava da minha alegria quando, no início do ensino médio, descobri dois amigos com quem podia falar sobre J. R. R. Tolkien. Também pensava que para mim, hoje, não há nada mais sedutor que um leitor. Mas então me ocorreu que eu não me encaixava na primeira precondição de Heath. Disse-lhe que não me recordava de ver meus pais lendo um livro quando eu era criança, a não ser em voz alta, para mim.

Sem pestanejar, Heath respondeu: “Sim, mas há um segundo tipo de leitor. Há o socialmente isolado — a criança que desde cedo se sente muito diferente de todos à sua volta. Isso é muito, muito difícil de descobrir numa entrevista. As pessoas não gostam de admitir que eram isoladas socialmente quando crianças. O que acontece é que transportamos esse sentimento de ser diferentes para um mundo imaginário. Mas não podemos dividir esse mundo com as pessoas à nossa volta — porque é imaginário. E então o diálogo importante em nossa vida é com os *autores* dos livros que lemos. Embora não estejam presentes, eles se tornam nossa comunidade”. Aqui, o orgulho me impele a estabelecer uma distinção entre o jovem leitor de ficção e o jovem nerd. A característica mais marcante do nerd clássico, que está à vontade com fatos, tecnologias ou números, não é uma sociabilidade deslocada, mas uma *antissociabilidade*. A leitura lembra atividades mais nerds por ser uma ocupação a que ambos se dedicam em busca de uma sensação de isolamento, que é então agravada. O simples fato de uma criança ser “isolada socialmente”, no entanto, não condena o adulto em que ela se transformará a ter mau hálito ou a não saber se comportar numa festa. Na realidade, isso pode torná-lo hipersocial. A única coisa é que em algum momento você começará a ser atormentado por uma espécie de remorso, uma necessidade de ficar sozinho para ler sossegado — e assim se reconectar àquela comunidade.

De acordo com Heath, leitores do tipo socialmente isolado (ela também os chama de leitores “resistentes”) têm muito mais chance de se tornar escritores do que aqueles que assimilaram desde cedo o hábito da leitura. Se a escrita era o meio de comunicação na comunidade durante a infância, faz sentido que, ao crescer, os escritores continuem achando a escrita vital para que haja uma sensação de vínculo. O que é percebido como natureza antissocial de autores “importantes”, seja James Joyce no exílio ou J. D. Salinger em reclusão, deriva em grande parte do isolamento social que é necessário para habitar um mundo imaginário. Olhando-me nos olhos, Heath disse: “Você é um indivíduo socialmente isolado que quer desesperadamente se comunicar com um mundo imaginário autônomo”.

Sabia que ela usava a palavra “você” no sentido impessoal. Ainda assim, senti como se lançasse um olhar penetrante em minha alma. E a satisfação que senti com sua descrição acidental de mim, em palavras formais e nada poéticas, confirmou a verdade daquela observação. Ser reconhecido simplesmente pelo que eu era, simplesmente não ser mal interpretado: de repente, estas se revelaram razões para escrever.

Na primavera de 1994, eu era um indivíduo socialmente isolado cujo aflito desejo era, acima de tudo, ganhar algum dinheiro. Depois que minha mulher e eu nos separamos pela última vez, arrumei aulas de redação criativa num pequeno colégio liberal de artes e, embora gastasse muito tempo com isso, adorava o trabalho. Estava animado com a habilidade e a ambição dos meus alunos, que não eram nem nascidos quando *Rowan & Martin's Laugh-In* foi ao ar pela primeira vez.⁴ Sentia-me abatido, no entanto, por saber que vários dos meus escritores favoritos tinham prometido nunca mais dar aula de literatura. Certa noite, um estudante me contou que sua classe de ficção contemporânea tinha sido encorajada a debater durante uma hora se Leslie Marmon Silko era homofóbica. Outra noite, quando cheguei ao colégio, três estudantes ridicularizavam o romance

feminista utópico que tinham sido obrigadas a ler por conta de um seminário sobre Mulheres e Ficção.

O otimismo terapêutico que agora domina os departamentos de literatura inglesa insiste que os romances devem ser dispostos em dois compartimentos: Sintomas do Mal (trabalhos canônicos da Idade das Trevas antes de 1950) e Remédio para um Mundo Mais Feliz e Saudável (obras de mulheres e de pessoas de cultura não branca e não hétero). Em geral, não se pode culpar os escritores de ficção pelo uso otimista que a academia faz das suas obras. O fato de o romance americano ainda ter autoridade cultural — um apelo além da academia, uma presença nas conversas em casa — se deve em grande parte às mulheres. Experientes vendedores de livros estimam que 70% de toda a ficção é comprada por mulheres, e portanto não chega a surpreender que em anos recentes tantos romances bons em termos literários e comerciais tenham sido escritos por mulheres: mães ficcionais lançam um olhar ajuizado sobre seus filhos na obra de Jane Smiley e Rosellen Brown; meninas ficcionais ouvem suas mães chinesas (Amy Tan) ou avós da tribo chippewa (Louise Erdrich); uma mulher ficcional que foi liberta conversa com o espírito da filha que ela matou para salvar da escravidão (Toni Morrison). O sombrio desses romances não é um sombrio político, passível de ser banido pelo esclarecimento da teoria crítica contemporânea; é o sombrio de aflições que não têm uma cura simples.

A atual prosperidade dos romances escritos por mulheres e por minorias culturais mostra o chauvinismo de se julgar a vitalidade das letras americanas pelos acertos do tradicional romance social. Na realidade, é possível argumentar que a cultura literária do país está *mais saudável* por ter se desconectado da cultura dominante; que a cultura universal “americana” era pouco mais que um instrumento para a perpetuação de uma elite branca, masculina e heterossexual, e que seu declínio é o deserto merecido de uma tradição exaurida. (O retrato das mulheres de Joseph Heller em *Ardil 22*, por exemplo, é tão embaraçoso que hesitei em recomendar o livro aos meus alunos.) É possível que a experiência americana tenha se tornado

tão difusa e difratada que nenhum “romance social”, à la Dickens ou Stendhal, possa ter a esperança de refleti-la; talvez agora sejam necessários dez romances de dez perspectivas culturais diferentes.

Infelizmente, também há evidências de que os jovens escritores de hoje se sentem aprisionados por sua identidade étnica ou de gênero — incapazes de cruzar fronteiras, desencorajados por uma cultura na qual a televisão nos condicionou a aceitar apenas o testemunho literal do Eu. E o problema é agravado quando escritores de ficção se refugiam em programas universitários de escrita criativa. Qualquer número de uma pequena revista literária típica, editada por candidatos ao curso de Master of Fine Arts (MFA) cientes de que candidatos ao MFA que submetem manuscritos precisam publicá-los para obter ou manter o trabalho como professores, certamente contém variações sobre três contos genéricos: “Minha Infância Interessante”, “Minha Vida Interessante na Faculdade da Cidade” e “Meu Interessante Ano no Exterior”. Autores de ficção na universidade têm a importante função de ensinar literatura em si, e alguns deles produzem trabalhos sólidos enquanto dão aulas, mas eu, como leitor, sinto falta dos dias em que mais romancistas viviam e trabalhavam nas grandes cidades. Lamento o retiro para dentro do Eu e o declínio do romance de grandes pinceladas, pela mesma razão que lamento a expansão dos subúrbios de classe média: gosto do máximo de diversidade e contraste embutidos numa única e estimulante experiência. Mesmo que o relato social seja mais um subproduto acidental que uma função definidora do romance — as observações de Shirley Heath confirmam que leitores autênticos não leem para se instruir —, ainda gosto de um romance que seja intenso e polivalente como uma cidade.

O valor da pesquisa de Heath, e a razão pela qual a estou citando deliberadamente, é que ela se deu ao trabalho de estudar empiricamente o que ninguém havia estudado, e tratou do problema da leitura com um vocabulário neutro o suficiente para sobreviver em nosso ambiente cultural

sem valores. Leitores não são “melhores” ou “mais saudáveis” ou, ao contrário, “mais doentios” que não leitores. Apenas pertencemos a um tipo bem estranho de comunidade.

Para Heath, uma característica definidora de “importantes obras de ficção” é a *imprevisibilidade*. Ela chegou a essa definição depois de descobrir que a maioria das centenas de leitores autênticos que entrevistou tivera que lidar, de um jeito ou de outro, com imprevisibilidade pessoal. Terapeutas e pastores que aconselham pessoas problemáticas tendem a ler material mais denso. É a mesma tendência observada em pessoas cujas vidas não seguiram o curso esperado: coreanos oriundos de famílias de comerciantes que não se tornaram comerciantes, crianças do gueto que foram para universidades, homens de famílias conservadoras que assumiram ser gays e mulheres cujas vidas tomaram um rumo radicalmente diferente do da vida de suas mães. Este último grupo é particularmente grande. Há hoje milhões de americanas cujas vidas não se parecem com as vidas que podem ter projetado a partir das vidas de suas mães, e todas elas, no modelo de Heath, são potencialmente suscetíveis à ficção relevante.

Nas entrevistas, Heath descobriu que os leitores autênticos têm opinião “praticamente unânime” de que a literatura “me torna uma pessoa melhor”. Ela se apressou em me assegurar que, ao contrário de endireitar os leitores pela autoajuda, “a literatura colide de tal maneira com as circunstâncias embutidas nas vidas das pessoas, que elas são levadas a lidar com tais circunstâncias. E, ao fazer isso, veem-se como pessoas mais profundas e capazes de lidar com sua inabilidade de ter uma vida totalmente previsível”. Os leitores repetiam a mesma coisa a Heath: “A leitura permite que eu mantenha uma sensação de algo *substantivo* — minha integridade ética, minha integridade intelectual. ‘Substância’ é mais que ‘este livro pesado’. *Eu* ganho substância com a leitura deste livro”. Essa substância, Heath acrescenta, costuma ser transmitida verbalmente, e a percepção é de algo que permanece. “É por isso”, ela disse, “que computadores não bastam para leitores.”

Com quase unanimidade, os entrevistados de Heath descreveram obras de ficção substantivas como, ela disse, “os únicos lugares onde há um pouco de esperança pública, cívica, de se ter um corpo a corpo com as dimensões éticas, filosóficas e sociopolíticas da vida, que, em outros lugares, são tratadas de maneira simplista. Desde Agamêmnon, por exemplo, temos que enfrentar o conflito entre a lealdade à família e a lealdade ao Estado. E as obras de ficção fortes são aquelas que se recusam a dar respostas fáceis ao conflito, a pintar um quadro sem nuances, a opor mocinhos e bandidos. Elas são tudo o que a psicologia pop não é”.

“E as próprias religiões são obras de ficção substantivas”, eu disse.

Ela assentiu com um meneio de cabeça. “É exatamente isto o que os leitores estão dizendo: que ler uma boa ficção é como ler um trecho particularmente rico de um texto religioso. O que a religião e a boa ficção têm em comum é que as respostas não estão lá, não há conclusão. A linguagem das obras literárias produz algo diferente a cada leitura. Mas a imprevisibilidade não significa relativismo total. Em vez disso, ela enfatiza a persistência com a qual escritores sempre voltam às questões fundamentais. Sua família *versus* seu país, sua mulher *versus* sua namorada.”

“Estar vivo *versus* ter que morrer”, eu disse.

“Exatamente”, disse Heath. “Claro que há certa previsibilidade na imprevisibilidade da literatura. Isso é algo que todas as obras de ficção relevantes têm em comum. E *essa* previsibilidade é o que, me dizem os leitores, os faz perseverar — uma sensação de ter companhia nesta grande aventura humana.”

“Um amigo meu vive me dizendo que ler e escrever têm a ver, no limite, com solidão. Estou começando a concordar.”

“Têm a ver com não estar só, sim”, Heath disse, “mas têm a ver também com não achar que não há saída — que não há razão na existência. A razão está na continuidade, na persistência dos grandes conflitos.”

Voltando de Palo Alto, numa zona de transição forçada com serviço de bordo dos funcionários-proprietários da TWA, não aceitei o fone de ouvido

para assistir à *Família Sol-Lá-Si-Dó* e a um especial de uma hora no canal de entretenimento *E!*, mas de qualquer maneira fiquei olhando para a tela. Sem som, o programa do *E!* teve escancarada a hidráulica dos sorrisos insinceros. Isso me proporcionou uma epifania de inautenticidade, me deixou sedento por aquela emoção natural de uma literatura que não está tentando vender algo. Tinha aberto no colo *Faces in the Water* [Rostos n'água], de Janet Frame, um romance que se passa num hospital psiquiátrico: sentenças sem brilho mas estranhamente pertinentes, nas quais meus olhos não se fixavam até que, duas horas e meia mais tarde, a tela silenciosa finalmente foi desligada.

Pobre Noeline, que esperava que o dr. Howell se declarasse para ela, embora as únicas palavras que ele lhe dirigira na vida tivessem sido: “Como vai?”, “Você sabe onde está?”, “Você sabe por que está aqui?” — frases que em geral dificilmente seriam interpretadas como evidências de afeto. Mas, quando se está doente, um novo campo de percepção se abre para muitas novas interpretações que fornecem ao paciente o pão de cada dia, seu único alimento. Portanto, quando o dr. Howell enfim se casou com a terapeuta ocupacional, Noeline foi levada para a ala dos pacientes com perturbações.

Esperar que um romance carregue o peso da nossa perturbada sociedade — que ajude a resolver problemas contemporâneos — me parece uma ilusão peculiarmente americana. Escrever sentenças com tal autenticidade que possam servir de refúgio: isso não é o suficiente? Não é bastante?

Recentemente, coisa de quarenta anos atrás, na época em que publicação de *O velho e o mar*, de Hemingway, era um evento nacional, filmes e programas de rádio ainda eram considerados formas “inferiores” de entretenimento. Nos anos 1950 e 1960, quando filmes se tornaram “cinema” e exigiram ser levados a sério, a TV passou a ser o novo entretenimento inferior. Finalmente, nos anos 1970, com o noticiário sobre Watergate e a série *Tudo em Família*, também a televisão se tornou parte essencial da

cultura literária. O nova-iorquino solteiro e com boa escolaridade, que em 1945 lia 25 romances respeitáveis por ano, hoje talvez tenha tempo para ler cinco. Conforme diminui o público que aprendeu a ler desde cedo, restam, sobretudo, os leitores resistentes, aqueles que leem porque precisam.

Esse grupo seletivo é um pequeno prêmio a ser dividido entre um grande número de romancistas em atividade. Para poder se sustentar, um escritor tem que estar na lista dos cinco livros mais vendidos para esses leitores moldados. A cada ano, na esperança de tirar a sorte grande, um punhado de bons romancistas consegue antecipações de centenas de milhares de dólares, até de milhões (o que dá munição às almas crentes de que “a literatura americana está deslanchando”), e alguns poucos realmente entram na lista dos mais vendidos. *Chegadas e partidas*, de E. Annie Proulx, vendeu quase 1 milhão de exemplares nos últimos dois anos; em 1994, *A travessia*, de Cormac McCarthy, ficou em 51º lugar na lista dos lançamentos literários mais vendidos do ano da revista *Publishers Weekly*. (No número cinquenta estava *Star Trek: All Good Things* [Guerra nas Estrelas: todas as coisas boas]).

Anthony Lane, em dois recentes ensaios na *New Yorker*, demonstrou que ao mesmo tempo que a maioria dos romances na lista de best-sellers é enfadonha, previsível, mal escrita, os best-sellers de cinquenta anos atrás também eram enfadonhos, previsíveis e mal escritos. Os ensaios de Lane são úteis por destruírem a noção de uma época de ouro pré-televisão, quando as massas americanas afundavam o nariz em obras-primas; ele deixa claro que o gosto popular deste país não piorou em meio século. O que *mudou* foi a situação econômica das editoras. O livro que encabeçava a lista de best-sellers de 1955, *Marjorie Morningstar*, vendeu 190 mil exemplares nas livrarias. Em 1994, *A câmara de gás*, de John Grisham, vendeu mais de 3 milhões. A editora de livros é hoje uma subsidiária de Hollywood, e o romance de sucesso é uma mercadoria a ser vendida às massas, um substituto portátil da tv.

A persistência de um mercado para a ficção literária impõe uma disciplina útil aos escritores, à medida que nos lembra da nossa tarefa de

entreter. Mas, se a universidade é uma rocha para romancistas ambiciosos, então a natureza do mercado americano moderno — com a triagem de artistas entre Superestrelas, Estrelas e Ninguéns; com seu sábio reconhecimento de que nada ajuda um produto como uma personalidade — é um lugar realmente difícil. É possível, se tivermos o temperamento certo, fazermos o próprio marketing com sucesso, ironizando o processo. Por exemplo, o tema da ficção do jovem escritor Mark Leyner é a autopromoção de Mark Leyner; ele apareceu três vezes no talk show de Letterman. Rick Moody, o jovem autor de *The Ice Storm* [Tempestade de Gelo], se promove com uma história em quadrinhos na revista *Details*, na qual um jovem narrador chamado Rick Moody contrata um dublê para promovê-lo nas livrarias. A maioria dos romancistas sente algum nível de desconforto por ter que fazer marketing de uma experiência privada por natureza como a leitura, através de uma *persona* pública — seja rodando o país em lançamentos, ou participando de talk shows, ou aparecendo em retratos estampados nas xícaras e sacolas da Barnes & Nobles. O escritor para quem a palavra impressa é algo superior é, *ipso facto*, uma personalidade não televisível, e é instrutivo lembrar quantos dos nossos mais velhos e respeitados romancistas escolheram, num país onde a publicidade é buscada como o Santo Graal, resguardar sua privacidade. Salinger, Roth, McCarthy, Don DeLillo, William Gaddis, Anne Tyler, Thomas Pynchon, Cynthia Ozick e Denis Johnson, todos concederam poucas ou nenhuma entrevista, praticamente não deram aulas ou participaram de lançamentos, se é que chegaram a fazer isso, e em alguns casos não quiseram nem ao menos ser fotografados. É certo que aqui podem ser identificadas algumas situações de isolamento social a que Heath se refere. Mas, para alguns desses escritores, a reserva é parte integral da sua crença artística.

No primeiro romance de Gaddis, *The Recognitions* [Os reconhecimentos] (1954), um personagem que fala com a voz do autor se lamenta: “O que eles querem do homem que não foram buscar em seu trabalho? O que esperam? O que restará quando ele terminar seu trabalho, o que é um artista além do

resíduo do seu trabalho, os restos humanos que o perseguem?”. Romancistas do pós-guerra como Gaddis e Pynchon e artistas do pós-guerra como Robert Frank responderam a essas questões de maneira diferente de Norman Mailer e Andy Warhol. Em 1954, antes que a televisão tivesse destronado o rádio como mídia dominante, Gaddis já dizia que não interessa quão sedutora e subversiva possa parecer a autopromoção a curto prazo, pois o artista que realmente leva a sério a resistência a uma cultura de imagens inautênticas destinadas ao mercado de massa deve resistir a se tornar ele mesmo uma imagem, mesmo que ao preço de certa obscuridade.

Por muito tempo, tentando seguir o exemplo de Gaddis, fui intransigente e quis que meu trabalho falasse por si próprio. Não que eu fosse exatamente bombardeado com convites; mas me recusei a dar aulas, a fazer resenhas para o *Times*, a escrever sobre a escrita, a ir a festas. Falar de forma extrarromanesca numa era de personalidades me parecia uma traição; implicava falta de fé na suficiência da ficção como meio de comunicação e autoexpressão, e portanto ajudaria, eu acreditava, a acelerar a debandada do público, que se afastaria do imaginado em direção ao literal. Eu tinha uma cosmologia de heróis silenciosos e traidores gregários.

O silêncio, no entanto, é eficiente apenas se em algum lugar alguém esperar que sua voz seja alta. O silêncio nos anos 1990 parecia apenas a garantia de que eu estaria só. E no fim percebi que minha desesperança no romance era menos resultado da minha obsolescência que do meu isolamento. A depressão se apresenta como um realismo em relação à podridão do mundo em geral e à podridão da sua vida em particular. Mas o realismo é apenas uma máscara para a verdadeira essência da depressão, que é uma dolorosa alienação da humanidade. Quanto mais convencido estiver de que você é o único com acesso à podridão, mais medo terá de se relacionar com o mundo; e quanto menos se relacionar com o mundo, mais traiçoeiro parecerá o resto da humanidade sorridente, que continua a se relacionar com ele.

Escritores e leitores sempre estiveram propensos a sentir essa alienação. Afinal, participar da comunidade virtual dos livros requer solidão. Mas a alienação se torna mais profunda, urgente e perigosa quando a comunidade virtual deixa de ser densamente populosa e muito frequentada; quando a própria continuidade da literatura está sob ataque dos meios eletrônicos e das universidades; quando a alienação individual se torna genérica, e as páginas de economia dos jornais parecem noticiar a conspiração mundial que exclui não só você mas todos os seus semelhantes, e o preço do silêncio parece não ser mais a obscuridade, mas o total esquecimento.

Reconheço que uma pessoa que escreve de forma confessional para uma revista de circulação nacional talvez não mereça um triplo A no quesito credibilidade, quando afirma que a genuína reclusão não é simplesmente uma questão de opção, seja em termos psicológicos ou financeiros, para escritores nascidos depois do *Sputnik*. Pode ser que eu tenha me tornado um traidor gregário. Mas, ao acompanhar com atraso os lançamentos dos meus livros, praticar algum jornalismo e frequentar poucas festas, sentia-me menos como se estivesse me apresentando ao mundo do que como se estivesse apresentando o mundo para mim mesmo. Uma vez que saí da minha bolha de desesperança, descobri que quase todas as pessoas que encontrava tinham muitos receios iguais aos meus, e que outros escritores compartilhavam *todos* os meus receios.

No passado, quando uma vida dedicada às letras significava cultura, a solidão era possível em cidades onde se podia sempre, dia e noite, encontrar o conforto da multidão nas ruas. Na era da vida em subúrbios, quando a maré montante da cultura eletrônica faz de cada leitor e de cada escritor uma ilha, talvez precisemos ser mais assertivos e dizer a nós mesmos que ainda existe uma comunidade. Eu não costumava confiar nos cursos de escrita criativa por me passarem a ideia de uma segurança artificial, da mesma maneira que desconfiava de sociedades literárias por tratarem a literatura como uma verdura que só precisa de uma colher de socialização para ser engolida. À medida que busco meu próprio sentido de comunidade,

desconfio um pouco menos de ambos. Entendo o prestígio do romance no século XIX e início do XX como um acidente da história — não havia concorrência. Hoje, a distância entre o autor e o leitor está encolhendo. Em vez de figuras olímpicas falando de cima para baixo com as massas, temos dispersões idênticas. Leitores e escritores estão juntos na necessidade de solidão, na busca de substância numa época de crescente desilusão: nos íntimos desígnios de encontrar, através da letra impressa, uma saída para a solidão.

Uma das noções mais caras aos cibervisionários é de que a cultura literária é antidemocrática — que a leitura de bons livros é sobretudo uma atividade do homem branco ocioso — e que portanto nossa república será mais saudável se a deixarmos para os computadores. Como fica claro na pesquisa de Shirley Heath (ou na visita casual a uma livraria), os cibervisionários estão mentindo. A leitura é uma atividade etnicamente diversa e socialmente cética. Os brancos ricos que hoje possuem poderosos notebooks são os que formam a mais notável elite do país. A palavra “elitista” é um bastão com que golpeiam aqueles para quem adquirir tecnologia não constitui um modo de vida.

Que a desconfiança ou o ódio total do que hoje chamamos “literatura” tenha sempre sido uma marca de visionários sociais, não importa se Platão, Stálin ou tecnocratas do livre mercado, pode nos levar a pensar que a literatura tem uma função, além de entreter, como forma de contestação social. Romances, afinal, às vezes são faíscas que provocam debates políticos ou com eles se confundem. E, uma vez que um dos menores favores que um escritor pede à sociedade é a liberdade de expressão, os poetas e romancistas de um país são frequentemente obrigados a servir como vozes da consciência em tempos de fanatismo religioso ou político. A aura de contestação da literatura é especialmente intensa na América, onde o baixo status da arte transforma crianças que foram leitores resistentes em

escritores adultos supremamente alienados. Além disso, desde que ganhar dinheiro sempre ocupou um espaço absolutamente central em nossa cultura, e desde que pessoas que ganham muito dinheiro raras vezes são muito interessantes, a maioria dos personagens mais memoráveis da ficção americana tende a ser socialmente marginal: Huck Finn e Janie Crawford, Hazel Motes e Tyrone Slothrop. Enfim, o sentimento de contestação é resgatado, numa época em que simplesmente pegar um livro depois do jantar tem o peso de um *je refuse!* cultural.

É muito fácil, portanto, esquecer quantas vezes ao longo do tempo bons artistas insistiram, como diz Auden, que “a arte não faz nada acontecer”. É muito fácil passar do reconhecimento de que um romance *pode* ter influência para a certeza de que ele *deve* ter influência. Nabokov sintetizou bem a plataforma política que todos os romancistas podem endossar: não à censura, boa educação universal, não aos retratos de governantes maiores que os selos. Se formos adiante, começaremos a divergir radicalmente. O que emerge como uma crença que nos une não é que um romance possa mudar algo, mas que possa *preservar* algo. A coisa a ser preservada depende do escritor; pode ser algo tão particular quanto “Minha Infância Interessante”. Mas, à medida que o país se torna cada vez mais perturbado e hipnotizado pela cultura popular, até o interesse por autores cuja maior ambição é obter um emprego de professor cresce. Quer pensem sobre isso ou não, os romancistas estão preservando uma tradição de linguagem precisa, expressiva; um hábito de olhar para o essencial além da superfície; talvez um entendimento de experiência privada e contexto público como coisas distintas, mas interpenetrantes; talvez o mistério, talvez os costumes. Acima de tudo, estão preservando uma comunidade de leitores e escritores, e a maneira pela qual os membros dessa comunidade se reconhecem é que para eles nada no mundo parece simples.

Shirley Heath usa uma palavra insípida, “imprevisibilidade”, para descrever essa certeza de complexidade; Flannery O’Connor fala em “mistério”. Em *Desesperados*, Fox captura a ideia desta maneira:

“Tiquetaqueando dentro da carapaça de vida normal e de seus acordos rudimentares estava a anarquia”. Para mim, a palavra que melhor descreve a perspectiva do romancista é *trágico*. No relato de Nietzsche sobre o “nascimento da tragédia”, que continua imbatível como teoria para explicar por que as pessoas gostam de narrativas tristes, um insight anárquico e “dionisíaco” sobre a obscuridade e a imprevisibilidade da vida ganha uma forma “apolínea”, bela e clara, para produzir uma experiência que é religiosa em sua intensidade. Mesmo para as pessoas que não acreditam em nada que não possam ver com os próprios olhos, a versão formal estética do compromisso humano pode ser (em que pese o fato de nós romancistas sermos caçados pelo abuso no emprego da palavra) redentora.

É possível identificar várias máximas em *Édipo Rei* — “Ouça os oráculos”, por exemplo, ou “Espere o inesperado”, ou “Case-se logo, não tenha pressa em se arrepender” —, e a existência delas nos dá a sensação de que há uma ordem universal subjacente. Mas o que torna Édipo humano, claro, é que ele não ouve o oráculo. E embora Sophie Bentwood, 2,5 mil anos mais tarde, “não devesse” tentar se isolar da sociedade raivosa em torno dela, claro que é isso o que ela tenta fazer. Mas então, como escreve Fox: “Com que rapidez a casca de vida adulta, a sua *importância*, era abalada pela pressão do que era, ao mesmo tempo, real, imperativo e absurdo”.

Espero que tenha ficado claro que por “trágica” entendo qualquer ficção que levanta mais questões do que oferece respostas: em que o conflito não se resolva com uma frase feita. (Na realidade, o indicador mais seguro da perspectiva trágica numa obra de ficção é a comédia. Há pouquíssima boa ficção que não seja engraçada, e menos ainda ficção *realmente* boa que não seja *realmente* engraçada.) A razão de chamar a ficção séria de trágica é enfatizar que ela nada tem a ver com a retórica do otimismo que tanto impregna nossa cultura. A mentira necessária de todo regime bem-sucedido, inclusive o otimista tecnocorporativismo sob o qual vivemos hoje, é que o regime fez do mundo um lugar melhor. O realismo trágico preserva o reconhecimento de que essa melhora sempre tem um custo; de que nada

dura para sempre; de que, se o que é bom no mundo supera o que é mau, a margem é mínima. Suspeito que a arte sempre tenha tido uma influência tênue, em particular sobre a imaginação americana, porque nada realmente terrível aconteceu contra o nosso país. A única tragédia genuína foi a escravidão, e não por acaso a tradição literária do Sul tem uma riqueza notável e produziu gênios. (Compare com a literatura da ensolarada, fértil e pacífica Costa Oeste.) Ao menos na superfície, para a grande maioria branca, a história deste país consiste em sucesso e mais sucesso. O realismo trágico preserva o acesso à sujeira que não se vê no sonho dos Escolhidos — às dificuldades humanas sob a eficiência tecnológica, à aflição por trás do torpor pop-cultural: a todos esses presságios nas margens da nossa existência.

Pessoas sem esperança não apenas não escrevem romances, mas, o que é mais significativo, não os leem. Não demoram o olhar em nada, porque não têm coragem. A maneira de desesperar é se recusar a ter qualquer tipo de experiência, e o romance, claro, é uma maneira de ter experiência.

Flannery O'Connor

A depressão, quando é clínica, não é uma metáfora. Atinge famílias, e sabe-se que responde à medicação e ao aconselhamento. Por mais que realmente acreditemos que há uma doença existencial passível de cura, se estamos deprimidos, cedo ou tarde iremos capitular e dizer: só não quero mais me sentir tão mal assim. A mudança do realismo depressivo para o realismo trágico — de estar imobilizado pela escuridão para ser por ela sustentado — parece requerer, embora estranhamente, a crença na possibilidade de cura. Mas essa “cura” é tudo menos fácil.

Passei o início dos anos 1990 preso a uma dupla singularidade. Não apenas me sentia diferente de todos à minha volta, mas sentia que a época em que vivia era totalmente diferente das precedentes. Para mim, portanto, o trabalho de obter novamente uma perspectiva trágica envolveu dois

esforços: a reconexão com a comunidade de leitores e escritores e a recuperação de um sentido de história.

É possível ter um sentido geral das sombras da história, uma convicção dionisíaca mística de que o jogo não termina antes do fim, sem alcançar um domínio apolíneo dos detalhes, suficiente para avaliar seus consolos. Até um ano atrás, por exemplo, nunca teria me ocorrido dizer que este país “sempre” foi dominado pelo comércio.⁵ Via apenas o horror do comércio atual e naturalmente vociferava contra a traição a uma América anterior, que eu supunha ter sido mais verdadeira, menos venal, menos hostil à ficção. Mas como é ridícula a autopiedade de um escritor no final do século xx à luz, por exemplo, da vida de Herman Melville. Sua vida é conhecida: o primeiro romance que fez sua reputação, a dolorosa descoberta de que sua visão tinha tão pouco apelo ao gosto popular dominante, a sensação cada vez maior de não ter lugar numa república sentimental, os terríveis problemas com dinheiro, o fato de ter sido abandonado por seu editor, o desastroso fracasso comercial da sua melhor e mais ambiciosa obra, a suposta doença mental (sua melancolia, sua *depressão*) e, por fim, o refúgio na escrita apenas para sua própria satisfação.

Lendo a biografia de Melville, desejei que ele tivesse podido contar com o exemplo de alguém como ele próprio, em um século anterior, para que se sentisse menos singularmente maldito. Desejei também que tivesse sido capaz de dizer a si mesmo, quando lutava para sustentar Lizzie e seus filhos: ei, se tudo o mais der errado, sempre posso me tornar professor de escrita. Durante sua vida, Melville ganhou cerca de 10500 dólares com seus livros. Mesmo hoje ele não teria frescos. Em sua primeira edição, o segundo volume das obras completas de Melville editado pela Library of America trazia na folha de rosto, em corpo 24, o nome HERMAN MEVILLE.

No verão passado, à medida que começava a me familiarizar com a história americana, conversava com leitores e escritores e refletia sobre o “isolamento social” de Heath, crescia em mim a percepção de que minha condição não era um mal mas uma natureza. Como poderia *não* me sentir

alienado? Eu era um *leitor*. Minha natureza havia esperado por mim todo esse tempo, e agora me dava as boas-vindas. De repente me conscientizei de como estava ansioso para construir e habitar um mundo imaginado. Esse desejo era como uma solidão que estava me matando. Como posso ter pensado que precisava me curar a fim de me enquadrar no mundo “real”? Não precisava de cura, tampouco o mundo; a única coisa da qual precisava me curar era minha compreensão do meu lugar no mundo. Sem esse entendimento — sem essa sensação de *pertencer* ao mundo real — era-me impossível prosperar num mundo imaginado.

No centro da minha desesperança sobre o romance havia um conflito entre o sentimento de que eu deveria Saudar a Arte e Levar Novidades para a Cultura Dominante e meu desejo de escrever sobre coisas mais próximas de mim, de me perder em personagens e locais que eu amava. Escrever, e também ler, havia se tornado uma tarefa penosa e, considerando que eu ganhava uma miséria, não havia uma boa razão para continuar fazendo aquilo sem me divertir. Assim que me liberei daquilo que entendia como minha obrigação para com a quimérica cultura dominante, meu terceiro livro desempacou. Estou espantado, agora, que tenha confiado tão pouco em mim por tanto tempo, que tenha sentido uma pressão esmagadora de lutar explicitamente contra todas as forças que violentavam meu prazer de ler e escrever: como se, povoando e organizando meu próprio mundinho alternativo, eu pudesse ignorar o painel social maior, mesmo que eu quisesse.

Enquanto refletia sobre isso, recebi uma carta de Don DeLillo, a quem eu escrevera quando estava angustiado. Isto é, em parte, o que ele disse:

O romance é o que quer que os romancistas estejam fazendo num determinado momento. Se não estivermos fazendo o grande romance social daqui a quinze anos, isso provavelmente significará que nossas sensibilidades terão mudado de tal maneira que esse trabalho já não fará muito sentido para nós — não vamos parar porque o mercado secou. O escritor lidera, ele não vai atrás. A dinâmica vive na mente do escritor, não no tamanho do público. E se o romance social está aí, apesar das dificuldades, sobrevivendo

nas fissuras e nos sulcos da cultura, talvez seja levado mais a sério, como um espetáculo em perigo de extinção. Um contexto reduzido, porém mais intenso.

Escrever é uma forma de liberdade pessoal. Liberta-nos da identidade de massa que vemos tomar corpo à nossa volta. No fim, escritores irão escrever não para ser heróis fora de lei de alguma subcultura, mas sobretudo para se salvar, para sobreviver como indivíduos.

DeLillo acrescentou um P.S.: “Se a leitura séria diminuir a ponto de desaparecer, isso provavelmente significará que aquilo sobre o que falamos quando usamos a palavra ‘identidade’ chegou ao fim”.

O que é estranho nesse P.S. é que não consigo lê-lo sem sentir uma onda de esperança. O realismo trágico tem o efeito perverso de transformar seus adeptos em otimistas moderados. “Eu tenho muito receio”, O’Connor escreveu certa vez, “que para o escritor de ficção o fato de estarmos sempre do lado do pobre seja uma fonte de satisfação, porque significa, essencialmente, que ele sempre será capaz de encontrar alguém como ele próprio. Sua preocupação com a pobreza é com uma pobreza fundamental ao homem.” Mesmo que o Vale do Silício conseguisse pôr um capacete de realidade virtual em cada casa americana, mesmo que a leitura séria diminuísse até quase desaparecer, um mundo faminto continuaria a existir além das nossas fronteiras, além de uma dívida nacional sobre a qual o governo-por-televisão pode fazer pouco mais que demonstrar desespero, os velhos e bons cavaleiros do apocalipse da guerra, da doença e da degradação ambiental. Se os salários continuarem caindo em termos reais, os subúrbios da “Minha Infância Interessante” não oferecerão muita proteção. E se o multiculturalismo tiver êxito em nos transformar numa nação de tribos independentes e poderosas, cada tribo será privada do conforto da vitimização e forçada a encarar a limitação humana como ela é: um remendo da vida. A história é aquela coisa enfurecida da qual todos nós, como Sophie Bentwood, gostaríamos de nos esconder. Mas não há bolha que não acabe estourando. Se isso é bom ou mau, os realistas trágicos não opinam. Apenas retratam. Uma geração atrás, prestando muita atenção,

Paula Fox podia discernir perdição e salvação num tinteiro estilhaçado. O mundo então estava acabando, ainda está acabando, e estou feliz de pertencer a ele outra vez.

[1996]

1 Na tradição americana, fitas amarelas são exibidas pela população em apoio a ações militares. Na Guerra do Golfo do início dos anos 1990, indicavam apoio às operações militares aprovadas pelo presidente George Bush. (N. T.)

2 Em *Desesperados*. Tradução de José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 181. (N. E.)

3 Em *Desesperados*, op. cit., p. 183. (N. E.)

4 O seriado de comédia americano começou a ser transmitido no início de 1969. (N. T.)

5 Percebo que essa é uma triste confissão, e que o fato de ter conseguido passar pela universidade sem fazer cursos de história americana ou literatura americana não é uma desculpa.

9. Mais distante

No oceano Pacífico Sul, a oitocentos quilômetros da costa central do Chile, há uma ilha vulcânica assustadoramente vertical, de onze quilômetros de comprimento e quatro quilômetros de largura, que é habitada por milhões de aves marinhas e milhares de focas, mas não por pessoas, a não ser nos meses mais quentes, quando um punhado de pescadores ali se instala para apanhar lagostas. Para alcançar a ilha, oficialmente chamada Alejandro Selkirk, viaja-se a partir de Santiago num avião de oito lugares que voa duas vezes por semana até uma outra ilha que fica 160 quilômetros a leste. De lá parte um barco aberto que vai da pista de pouso à única vila do arquipélago, onde se aguarda por uma das lanchas que de tempos em tempos fazem a viagem de doze horas mar afora e aí, frequentemente, se aguarda mais um pouco, às vezes por dias, até que as condições climáticas sejam adequadas para se atracar numa plataforma de rochas. Nos anos 1960, as autoridades chilenas do setor de turismo renomearam a ilha, chamando-a de Alexander Selkirk, o aventureiro escocês cuja história de solidão no arquipélago provavelmente serviu de base para o romance *Robinson Crusóé*, de Daniel Defoe, mas os pescadores locais ainda usam o nome original, Masafuera: Mais Distante.

No final do outono passado, eu tinha necessidade de estar mais distante. Vinha de uma maratona de quatro meses diretos por conta do lançamento de um romance, assumindo muitos compromissos mesmo sem querer, e me sentia mais como aquele losango que avança na barra horizontal inferior de um filmete na internet depois que clicamos o play. Partes substanciais da minha história pessoal perdiam a graça para mim, de tanto que eu falava

sobre elas. Toda manhã, as mesmas doses estimulantes de nicotina e cafeína; todo fim de tarde, o mesmo monte de e-mails aguardando resposta; toda noite, a mesma bebida para aguentar as mesmas conversas entediadas. Em certo momento, tendo lido sobre Masafuera, comecei a me imaginar fugindo e me isolando lá, como Selkirk, no interior da ilha, onde ninguém vive nem mesmo temporariamente.

Também achei que seria uma boa ideia, enquanto estivesse lá, reler o livro que costuma ser considerado o primeiro romance inglês. *Robinson Crusóe* era o primeiro documento importante do individualismo radical, a história da sobrevivência prática e psicológica de uma pessoa comum em profundo isolamento. A empreitada novelística associada com o individualismo — a busca por significado na narrativa realista — acabou se tornando o estilo literário dominante da cultura nos três séculos seguintes. A voz de Crusóe pode ser ouvida na voz de Jane Eyre, do Homem Subterrâneo, do Homem Invisível e do Roquetin de Sartre. Todas essas histórias um dia me estimularam e ali persistiram, na própria palavra “novela”,¹ com sua promessa de *novidade*, em minha memória de experiências juvenis tão absorventes que eu podia ficar sentado tranquilamente por horas e nem pensar em me aborrecer. Ian Watt, no seu clássico *A ascensão do romance*, associa a explosão da produção romanesca no século XVIII à crescente demanda por entretenimento das mulheres que haviam se libertado de afazeres domésticos e dispunham de muito tempo. De maneira direta, de acordo com Watt, o romance inglês nascera das cinzas do tédio. E tédio era o que eu estava sentindo. Quanto mais tentamos nos distrair, menos eficiente é a distração, e aí eu tinha que aumentar as doses, e antes de me dar conta estava conferindo meu e-mail a cada dez minutos, aumentando os nacos de fumo para mascar, dobrando para quatro meus drinques à noite, e acabei desenvolvendo tamanha maestria para jogar paciência no computador que minha meta não era vencer um jogo, mas dois ou mais na sequência — um tipo de metapaciência cuja fascinação consistia não em

jogar cartas, mas em passear pelas cartas e pelos jogos. Meu recorde foram oito vitórias seguidas.

Tomei providências para garantir uma carona para Masafuera num pequeno barco alugado por uns botânicos aventureiros. Aí me regalei numa pequena orgia de consumo na R.E.I., onde o romance de Crusoé continua nos corredores em que se encontram os ultraleves equipamentos de sobrevivência e, talvez especialmente, em certos emblemas da civilização-na-natureza, como uma taça de martíni em aço inoxidável com uma haste de atarraxar. Além de mochila, barraca e faca novas, também comprei umas novidades, como um prato de plástico com aro de silicone que pode ser dobrado para cima e se transformar em tigela, tabletes para neutralizar o gosto da água esterilizada com iodo, uma toalha de microfibra acondicionada num estojo incrivelmente pequeno, um *chili* vegetariano, orgânico, desidratado e congelado, e um talher indestrutível que pode ser usado como garfo ou faca. Também levei grande quantidade de frutas secas, atum e barras de proteínas, porque me disseram que se o tempo desse uma virada eu poderia ficar preso em Masafuera por um período indeterminado.

Na véspera da minha partida para Santiago, visitei minha amiga Karen, viúva do escritor David Foster Wallace. Quando estava quase de saída, ela de repente me perguntou se eu não levaria parte das cinzas de David para espalhá-las em Masafuera. Eu disse que faria isso, e ela foi buscar uma caixinha de madeira em formato de livro com uma gaveta, depositou nela um pouco das cinzas e disse que gostava de pensar que uma parte de David estaria numa ilha remota e desabitada. Foi só mais tarde, depois que já havia saído da sua casa, que percebi que ela tinha me dado as cinzas pensando em mim, tanto quanto nela própria e em David. Ela sabia, porque eu lhe dissera, que esse meu estado de espírito, distante de mim mesmo, remontava ao período que se seguiu à morte de David, dois anos atrás. Na época, tomei a decisão de não enfrentar o chocante suicídio de alguém que eu amava muito, e, em vez disso, me refugiei na raiva e no trabalho. Agora que o trabalho estava feito, porém, era mais difícil ignorar a circunstância de que,

numa possível interpretação do suicídio de David, ele talvez tivesse morrido de tédio e desesperança quanto a seus futuros romances. A situação crítica do meu próprio tédio, nos últimos tempos: estaria isso relacionado com o fato de eu ter quebrado a promessa que fizera a mim mesmo? A promessa de que, depois que terminasse o projeto do livro, eu me permitiria sentir mais que um luto fugidio e uma raiva resistente em relação à morte de David?

E assim, na última manhã de janeiro, cheguei sob uma neblina espessa a um ponto de Masafuera chamado La Cuchara (A Colher), quase mil metros acima do nível do mar. Levava um caderno de anotações, binóculos, um exemplar em brochura de *Robinson Crusóé*, o pequeno livro com as cinzas de David, uma mochila cheia de tralha de acampamento, um mapa grotescamente simplificado da ilha, e nada de bebidas alcoólicas, fumo ou computador. Sem contar que, em vez de caminhar por minha própria conta, eu seguira um jovem guarda-florestal e uma mula que carregava minha mochila, e que eu também tinha levado, por insistência de várias pessoas, um rádio emissor e receptor, um aparelho GPS com dez anos de idade, um telefone via satélite e várias baterias sobressalentes, estava totalmente isolado e só.

Meu primeiro contato com *Robinson Crusóé* foi por intermédio do meu pai, que o leu para mim. Junto com *Os miseráveis*, era o único romance que significava algo para ele. Pelo prazer que demonstrava na leitura, ficava claro que se identificava tão profundamente com Crusóé quanto com Jean Valjean (que, à sua maneira autodidata, ele pronunciava “Djiin Val Djiin”). Como Crusóé, meu pai se sentia isolado de outras pessoas, fazia questão de ser moderado em seus hábitos, acreditava na superioridade da civilização ocidental diante da “selvageria” de outras culturas, encarava o mundo natural como algo a ser dominado e explorado, e não abria mão de fazer as coisas por conta própria. Para ele, a sobrevivência pela autodisciplina numa ilha deserta cercada de canibais era o tema perfeito de um romance. Ele

nasceu numa cidade baldia construída por seu pai e tios pioneiros, e cresceu trabalhando em construção de estradas em áreas pantanosas do Norte. No nosso porão em St. Louis, ele mantinha em ordem um local de trabalho onde afiava ferramentas, consertava roupas (sabia cerzir muito bem) e improvisava, com pedaços de madeira, metal e couro, soluções satisfatórias para os problemas de manutenção da casa. Levava-me para acampar com meus amigos várias vezes por ano e, enquanto eu ficava correndo pelo bosque com as outras crianças, ele organizava a área do camping e fazia a própria cama com cobertores surrados ao lado dos nossos sleeping bags. Acho que, até certo ponto, eu era um pretexto para ele acampar.

Meu irmão, que não ficava atrás do meu pai no quesito fazer tudo por conta própria, virou um mochileiro convicto quando entrou na faculdade. Eu tentava copiar Tom em tudo, ouvia suas histórias sobre os dez dias em que fez uma caminhada sozinho pelo Colorado e Wyoming e desejava me tornar um mochileiro. A primeira oportunidade surgiu no verão em que completei dezesseis anos, quando convenci meus pais a me deixarem participar de um curso de férias chamado “Acampando no Oeste”. Meu amigo Weidman e eu pegamos um ônibus com estudantes e supervisores e fomos passar duas semanas de “estudos” nas Montanhas Rochosas. Eu tinha uma velha mochila Gerry que pertencera a Tom e (para fazer anotações sobre o tema que escolhi meio que por acaso, líquenes) um caderninho idêntico ao que ele usava.

No segundo dia de caminhada pela região florestal de Sawtooth, em Idaho, fomos convidados a passar 24 horas sozinhos. Meu supervisor me levou a um local onde havia uns pinheiros esparsos e me deixou lá sozinho, e logo, embora o dia estivesse bonito e nada ameaçador, eu corri amedrontado para minha barraca. Aparentemente, para me dar conta do vazio da vida e do horror da existência, bastava ficar sem companhia por algumas horas. Soube, no dia seguinte, que Weidman, embora oito meses mais velho que eu, sentiu-se tão sozinho que acabou voltando para a base do

campo. Quanto a mim, só não saí de onde estava — e poderia ter ficado sozinho por mais de um dia — porque fiquei escrevendo:

Quinta-feira, 3 de julho.

Neste fim de tarde começo minhas anotações. Se alguém vier a ler isto, espero que me perdoe pelo abuso do “eu”. Eu não posso parar. Eu estou escrevendo isso.

Quando voltei para perto da minha fogueira depois do jantar houve um momento em que minha xícara de alumínio se tornou minha amiga, sentada numa rocha, prezando minha companhia...

Durante a tarde, um mosquito (ou pelo menos achei que era sempre o mesmo) ficou zumbindo em volta da minha cabeça por horas. Depois de um tempo, parei de pensar nele como um inseto desagradável e irritante e inconscientemente passei a considerá-lo um inimigo a quem me afeiçoara, e com quem estava apenas brincando.

Também nesta tarde (essa foi minha principal atividade) sentei numa pedra e fiquei tentando escrever um soneto sobre os diferentes propósitos da minha vida que eu via em diferentes momentos (3 — como em pontos de vista). Claro que agora percebo que não posso fazer isso nem em prosa, portanto, foi algo realmente fútil. Porém, enquanto tentava escrever, me convenci de que a vida é um desperdício de tempo, ou algo assim. Eu estava tão triste e ferrado que não tinha ânimo para nada. Mas aí observei alguns líquenes e escrevi um pouco sobre eles e me acalmei e percebi que minha aflição não tinha nada a ver com uma falta de propósito, mas com o fato de que eu não sabia quem eu era, ou por que eu era assim, e não demonstrava meu amor por meus pais. Estava chegando ao terceiro ponto, mas minhas ideias seguintes ficaram um tanto confusas. Concluí que a razão para o que está acima é que o tempo (a vida) é muito curto. Isso, claro, é verdade, mas minha aflição não era causada por isso. De repente caí em mim: eu estava com saudades da minha família.

Uma vez diagnosticada a saudade de casa, lidei com isso escrevendo cartas. Pelo restante da viagem, escrevi em meu diário todos os dias, e aos poucos fui me afastando de Weidman e passei a gravitar em torno das meninas; nunca tinha feito tanto sucesso socialmente. O que estava me fazendo falta era uma certa sensação de segurança quanto a minha própria

identidade, um sentido que alcancei na solidão, ao escrever na primeira pessoa.

Nos anos seguintes, continuei gostando muito de viajar como mochileiro, mas nunca o suficiente para fazer isso acontecer. A individualidade que estava descobrindo através da escrita se revelou, afinal, não ser idêntica à de Tom. Não me desfiz da mochila Gerry, embora ela não servisse para outros tipos de viagem, e mantive vivos meus sonhos de acampar na natureza comprando equipamentos baratos e não essenciais de camping, como uma garrafa jumbo de sabonete de hortelã da Dr. Bronner, cujas virtudes Tom sempre elogiava. Quando peguei o ônibus de volta para o último ano na universidade, enfiar a garrafa da Dr. Bronner na mochila, mas ela estourou no caminho, melando minhas roupas e meus livros. Quando tentei limpar a mochila no chuveiro do dormitório, o tecido desintegrou em minhas mãos.

Masafuera, à medida que o barco se aproximava, não parecia acolhedora. Meu único mapa da ilha era um print de uma imagem do Google Earth do tamanho de uma página padrão, e percebi de cara que tinha sido otimista na interpretação do contorno das linhas. O que pensei que fossem montanhas íngremes eram penhascos, e o que pareciam elevações suaves eram montanhas íngremes. Havia cerca de uma dúzia de choupanas de pescadores de lagostas amontoadas ao pé de um tremendo desfiladeiro, em cujas laterais subia uma parede de cem metros de vegetação até chegar ao cume, onde havia grandes nuvens agitadas. O oceano, que parecia razoavelmente calmo na viagem, estava revoltado, e grandes ondas estouravam no vão abaixo das choupanas. Para desembarcar, os botânicos e eu saltamos para um barco a motor dos pescadores, que nos levou a quase cem metros da costa. Nesse ponto, os condutores desligaram os motores e nós seguramos numa corda amarrada a uma boia e puxamos o barco em direção à ilha. Quando nos aproximamos das rochas, o barco jogou caoticamente de um lado para o outro, e a água invadia a popa enquanto os condutores tentavam nos

prender a um cabo que nos levaria até a margem. Em terra firme, havia uma quantidade absurda de moscas — o apelido do lugar é Ilha da Mosca. Músicas da América do Norte e do Sul tocavam alto em várias choupanas com portas abertas, ecoando na imensidão opressiva do desfiladeiro e chegando às ondulações do mar gelado. Além das severas condições atmosféricas havia, atrás das choupanas, uma faixa de floresta com grandes árvores mortas, antigas, com cor de ossos.

Meus companheiros de caminhada para o interior da ilha eram o jovem guarda-florestal, Danilo, e uma mula de cara inescrutável. O terreno era tão íngreme que eu não podia nem fingir estar desapontado por não carregar minha bagagem. Danilo levava uma espingarda cruzada nas costas, na esperança de matar uma das cabras não nativas que tinham sobrevivido ao esforço recente de uma fundação ambientalista holandesa de erradicá-las. Sob as nuvens da manhã que logo se transformariam em neblina, subimos trilhas intermináveis em zigue-zague através de ravinas exuberantes com maquis, uma espécie de planta introduzida na ilha que é usada para consertar cangalhas para capturar lagostas. Havia uma quantidade enorme de cocô de mula pelo caminho, mas as únicas coisas que se moviam eram os pássaros: um pequeno *cinclodes* de flanco cinza e vários falcões Juan Fernández, duas das cinco espécies de pássaros terrestres de Masafuera. A ilha é também o único lugar conhecido de reprodução de dois interessantes petréis e de um dos pássaros cantores mais raros do mundo, o *rayadito* de Masafuera, que eu tinha esperança de poder observar. Na verdade, quando viajei para o Chile, observar novas espécies de pássaros era a única atividade que não me entediava. A população do *rayadito*, a maioria habitando uma pequena área de alta altitude numa ilha chamada Los Inocentes, é hoje estimada em apenas quinhentos indivíduos. Poucas pessoas chegaram a ver um deles.

Antes do que tinha imaginado, Danilo e eu chegamos a La Cuchara e vi, através da neblina, um pequeno refúgio, a cabana do guarda-florestal. Tínhamos subido mais de novecentos metros em pouco mais de duas horas.

Eu ouvira falar do refúgio em La Cuchara, mas imaginava uma choupana primitiva e não tinha antecipado algum problema que ela pudesse me causar. O teto era alto e preso ao chão por cabos, e dentro havia um fogão de gás propano, dois beliches com colchões de espuma, um sleeping bag que não era convidativo mas dava para o gasto e um armário estocado com macarrão desidratado e comida enlatada; aparentemente, eu não precisava ter trazido nada, a não ser os tabletes de iodo, para sobreviver aqui. A presença do refúgio tornava meu já artificial projeto de autossuficiência solitária algo ainda mais artificial, e resolvi fingir que ele não existia.

Danilo tirou minha bagagem do lombo da mula e me conduziu por uma vereda em meio à neblina em direção a um filete de água que gotejava, formando um laguinho. Perguntei-lhe se era possível caminhar daqui até Los Inocentes. Ele fez um gesto indicando o caminho montanha acima e disse: “Sim, são três horas, é só seguir pelos *cordones*”. Pensei em perguntar se podíamos ir direto até lá, para que eu pudesse acampar perto dos *rayaditos*, mas Danilo parecia querer voltar logo para a costa. Partiu com a mula e a espingarda, e eu me dediquei às minhas tarefas de Crusoé.

A primeira delas era arranjar um pouco de água e purificá-la. Peguei uma bomba de filtrar água e um saco impermeável de pele e segui o que achei que fosse o caminho até o laguinho, que sabia estar a cerca de cinquenta metros da cabana, e imediatamente me perdi na neblina. Quando finalmente localizei o lago, depois de tentar vários caminhos, o tubo da bomba trincou. Tinha comprado a bomba uns vinte anos atrás, pensando que seria útil se um dia eu estivesse sozinho em meio a uma floresta, e o plástico ficara quebradiço. Enchi o recipiente com uma água meio barrenta e, apesar da minha decisão, entrei no refúgio e despejei a água num vasilhame junto com alguns tabletes de iodo. De alguma forma, essa tarefa tão simples tinha demorado uma hora.

Uma vez que já estava na cabana, aproveitei para trocar a roupa, que estava encharcada por ter feito a subida em meio ao sereno e à neblina, e tentei secar a parte de dentro das botas com papel higiênico, que trouxera

em quantidade. Descobri que o GPS, o único aparelho para o qual eu não tinha bateria sobressalente, ficara ligado o dia inteiro consumindo energia, o que provocou em mim uma onda de ansiedade, que aplaquei limpando toda a lama no chão do refúgio com montes de papel higiênico. Finalmente, fui até o promontório rochoso e observei a paisagem além da penumbra da cabana e do cocô da mula. Um falcão deu um rasante sobre minha cabeça; um *cinclodes* gorjeou animado de um penedo. Depois de muito caminhar e pesar prós e contras, instalei-me numa cavidade que me protegia do vento e de onde eu não podia ver o refúgio, e lá fiz um piquenique à base de queijo e salame.

Estava sozinho havia quatro horas. Armei a barraca, sacudindo sua estrutura contra uma rocha e usando a pedra mais pesada que pude carregar para bater as estacas, e fiz café em meu fogareiro de gás butano. De volta à cabana, trabalhei em meu projeto de secagem de roupa, fazendo intervalos a toda hora para abrir as janelas e espantar os mosquitos, que sempre encontravam um jeito de entrar. Parecia tão difícil abrir mão das conveniências do refúgio quanto das distrações modernas das quais, supostamente, eu queria distância. Fui buscar mais água no saco de pele e usei uma panela e o fogão de gás propano para preparar meu banho, e foi simplesmente *muito mais agradável*, depois do banho, voltar para dentro e me secar com a toalha de microfibra e me vestir que continuar sujo em meio à neblina. Como já tinha cedido tanto, fui adiante e levei um dos colchões de espuma até o promontório e o enfiei na barraca. “Mas é só isso”, disse a mim mesmo. “É isso e chega.”

Exceto pelo zumbido das moscas e pelo gorjeio ocasional de um *cinclodes*, o silêncio na área em que estava acampado era absoluto. Às vezes a neblina se dissipava um pouco e eu podia ver as colinas rochosas e os vales úmidos cheios de samambaias antes que o tempo fechasse outra vez. Peguei meu caderno de notas e registrei o que havia feito nas últimas sete horas: busquei água, almocei, armei a barraca, tomei banho. Mas quando pensei em escrever num tom confessional, na primeira pessoa, me senti constrangido.

Aparentemente, nos últimos 35 anos, acostumei-me tanto a me narrar, a viver minha vida como uma história, que agora só podia usar diários para resolver problemas e como meio de autoinvestigação. Mesmo aos quinze anos, em Idaho, não tinha escrito no momento de aflição, mas só depois que fora superado, e agora, mais ainda, as histórias que me interessavam eram as contadas — selecionadas, explicadas — em retrospecto.

Meu plano para o dia seguinte era tentar observar um *rayadito*. Só de saber que o pássaro habitava a ilha tornava-a interessante para mim. Quando busco novas espécies de pássaros, estou atrás sobretudo da autenticidade perdida, dos vestígios de um mundo devastado por seres humanos mas ainda lindamente indiferente a nós; vislumbrar um pássaro raro que de alguma maneira persiste em sua vida de procriar e se alimentar é um prolongado deleite transcendental. Na manhã seguinte, decidi, levantaria de madrugada e, se necessário, dedicaria o dia inteiro para chegar a Los Inocentes e voltar. Animado com a perspectiva dessa expedição, preparei um prato de *chili* e aí, embora ainda estivesse claro, me retirei para a barraca. Num sleeping bag que me acompanhava desde os tempos do ensino médio, e com uma lamparina na cabeceira, acomodei-me sobre o confortável colchão para ler *Robinson Crusóé*. Pela primeira vez no dia me senti feliz.

* * *

Um dos primeiros grandes admiradores de *Robinson Crusóé* foi Jean-Jacques Rousseau, que, em *Émile*, propôs que ele fosse um texto básico para a educação das crianças. Rousseau, seguindo a admirável tradição francesa de expurgar livros, não tinha em mente o texto inteiro, mas apenas a parte central, na qual Robinson relata sua sobrevivência por um quarto de século numa ilha deserta. Poucos leitores discordariam que essa é a parte mais irresistível do romance, perto da qual as aventuras de Robinson antes e depois (sendo escravizado por um pirata turco, rechaçando os ataques de

lobos gigantes) parecem opacas e mecânicas. Parte do apelo da história de sobrevivência é a especificidade do relato de Robinson: os “três [...] chapéus, um gorro e dois sapatos desemparelhados”, que são o que restou dos seus companheiros mortos no naufrágio, o catálogo de equipamentos úteis que ele salva do navio, as dificuldades de capturar as cabras selvagens que habitavam a ilha, as minúcias de reinventar a produção de móveis, barcos, cerâmica e pão. Mas o que anima essas aventuras sem ação, e lhes empresta um surpreendente suspense, é o fato de serem acessíveis à imaginação do leitor comum. Não tenho ideia do que faria se fosse escravizado por um turco ou ameaçado por lobos; é bem provável que eu ficasse muito assustado para fazer o que Robinson faz. Mas ler sobre suas soluções práticas para os problemas de fome, exposição, saúde e solidão é um convite para entrar na narrativa, para imaginar o que *eu* faria se estivesse na mesma situação, e para usá-lo como parâmetro para avaliar minha perseverança, engenhosidade e esforço. (Tenho certeza de que meu pai fazia isso também.) Até um universo expandido violar o isolamento da ilha, na forma dos canibais saqueadores, há apenas duas pessoas, Robinson e o leitor, e a sensação é muito aconchegante. Com uma narrativa de ação mais compactada, as páginas detalhando as tarefas e as emoções cotidianas de Robinson são o que o crítico Franco Moretti chamaria de “enchimento”. Mas, como nota Moretti, a expansão dramática desse tipo de “enchimento” é precisamente a grande inovação de Defoe; tais histórias do cotidiano estariam sempre presentes na ficção realista, tanto em Austen e Flaubert como em Updike e Carver.

Elementos de outras formas importantes de prosa narrativa que precederam o “enchimento” de Defoe o moldaram e até certo ponto penetraram-no: as antigas novelas helenísticas, que incluem contos de naufrágios e escravização; autobiografias espirituais católicas e protestantes; novelas medievais e renascentistas; a literatura picaresca espanhola. O romance de Defoe também segue a tradição de narrativas difamatórias baseadas, ou supostamente baseadas, em vidas de personagens públicas

reais; no caso de Defoe, o modelo era Alexander Selkirk. Houve quem argumentasse que Defoe quis fazer uma peça de propaganda utópica, exaltando a liberdade religiosa e as oportunidades econômicas das colônias da Inglaterra no Novo Mundo. A natureza heterogênea de *Robinson Crusoe* ilumina a dificuldade, e talvez mesmo o absurdo, de se falar na “ascensão do romance” e de identificar a obra de Defoe como a primeira da espécie. *Dom Quixote*, afinal, foi publicado mais de um século antes e é claramente um romance. E por que também não chamar de romances as novelas medievais, uma vez que eram amplamente publicadas e lidas no século XVII e uma vez que, na realidade, a maioria das línguas europeias não faz distinção entre “novela” e “romance”?² Os primeiros romancistas ingleses frequentemente enfatizavam que suas obras não eram “meras novelas”; mas o mesmo diziam muitos autores de novelas. E, no entanto, no início do século XIX, quando os principais romancistas tiveram suas obras reunidas por Walter Scott e outros, os ingleses não apenas tinham uma ideia muito clara do que queriam dizer com “romances”, mas exportavam muitos deles, em traduções, para outros países. Um gênero novo havia definitivamente surgido. Então, o que é exatamente um romance, e por que o gênero apareceu nessa época?

O argumento mais persuasivo continua sendo o político-econômico, antecipado por Ian Watt há cinquenta anos. Ocorre que, em sua forma moderna, o romance nasceu na economicamente dominante e mais sofisticada nação da Europa, e a análise de Watt dessa coincidência, embora grosseira, é poderosa ao reunir vários elementos, como a glorificação do empreendimento individual, a expansão de uma burguesia literata ávida por ler sobre si própria, o aumento da mobilidade social (estimulando escritores a explorar suas ansiedades), a especialização do trabalho (criando uma sociedade de *diferenças* interessantes), a desintegração da velha ordem social numa coleção de indivíduos isolados e, claro, entre as pessoas da nova e confortável classe média, o espetacular aumento do tempo disponível para leitura. Simultaneamente, a Inglaterra se tornava cada vez mais secular. A teologia protestante criara os alicerces de uma nova economia ao reinventar

a ordem social como um conjunto de indivíduos autoconfiantes com uma relação direta com Deus, mas em 1700, à medida que a economia britânica prosperava, ficava cada vez menos óbvio que tais indivíduos precisassem de um Deus. É verdade que, como qualquer criança impaciente logo percebe, muitas páginas de *Robinson Crusóé* são dedicadas à viagem espiritual do seu herói. Robinson encontra Deus na ilha, e se volta a Ele repetidas vezes em momentos de crise, rezando para ser resgatado e Lhe agradecendo arrebatadamente por providenciar meios de escapar. E, no entanto, assim que cada crise é superada, ele se concentra em sua individualidade prática e esquece Deus; no fim do livro, a impressão que fica é que ele foi salvo mais por seu esforço e engenhosidade que por interferência divina. Ler a história das hesitações e dos esquecimentos de Robinson é testemunhar o momento em que o gênero da autobiografia espiritual se desfaz em ficção realista.

O aspecto mais interessante da origem do romance pode ser a evolução das respostas da cultura inglesa à questão da verossimilhança: uma história estranha deveria ser aceita como verdadeira *porque* é estranha, ou sua estranheza deveria ser considerada prova de que é falsa? As inquietudes derivadas dessa questão ainda preocupam (veja o escândalo das “memórias” de James Frey)³ e certamente não era diferente em 1719, quando Defoe publicou o primeiro e mais conhecido volume de *Robinson Crusóé*. O nome verdadeiro do autor não aparecia. O livro era identificado como *A vida e as estranhas aventuras surpreendentes de Robinson Crusóé... escritas por ele mesmo*, e muitos dos primeiros leitores tomaram a história como não ficção. Um bom número deles, no entanto, duvidou da sua autenticidade, e Defoe se sentiu obrigado a defender sua verdade ao publicar o terceiro e último volume, no ano seguinte. Comparando sua obra com as novelas medievais, nas quais “a história é inventada”, ele insistiu que sua história, “embora alegórica, é também histórica”, e afirmou que “há um homem vivo, e bem conhecido, cujas aventuras são tratadas nestes volumes”. Dado o que sabemos sobre a vida real de Defoe — como Crusóé, ele se meteu em dificuldades ao se envolver em negócios arriscados, tais como criar

almiscareiros para produzir perfume, e teve intimidade com a situação de isolamento na prisão dos devedores, onde foi parar duas vezes por inadimplência — e dada também sua afirmação, num trecho do livro, de que “a vida em geral é, ou deveria ser, apenas um ato universal de solidão”, parece razoável concluir que o homem “bem conhecido” fosse o próprio Defoe. (Chama a atenção o fato de que os dois nomes terminem em “oe”.) Hoje entendemos um romance como um mapeamento da experiência do escritor na forma de um sonho acordado, e uma guinada crucial em direção a esse entendimento pode ser vislumbrada na tentativa de Defoe de defender um tipo de verdade que não fosse estritamente histórica — a “verdade” do escritor.

A crítica Catherine Gallagher, em seu ensaio “The Rise of Fictionality” [A ascensão da ficcionalidade], aborda um curioso paradoxo relacionado a esse tipo de verdade: o século XVIII não foi apenas o momento em que escritores de ficção, começando (por assim dizer) com Defoe, abandonaram o simulacro de que suas narrativas não eram ficcionais; foi também quando passaram a se esforçar para que as narrativas parecessem *não* ficcionais — quando a verossimilhança tornou-se suprema. A resolução do paradoxo por Gallagher se articula com outro aspecto da modernidade, a necessidade de assumir riscos. Quando os negócios passaram a depender do investimento, foi preciso levar em conta vários resultados possíveis no futuro; quando os casamentos deixaram de ser arranjados, passou-se a especular sobre os méritos dos cônjuges em potencial. E o romance, da maneira como se desenvolveu no século XVIII, proporcionou ao leitor um campo que era ao mesmo tempo especulativo e sem risco. Ao anunciar sua ficcionalidade, o romance dava a você protagonistas típicos o suficiente para ser sentidos como versões possíveis de você mesmo e, no entanto, específicos o suficiente para continuarem a ser, simultaneamente, *diferentes de você*. A grande invenção literária do século XVIII, portanto, não foi simplesmente um gênero, mas uma atitude *em relação* a esse gênero. Nosso estado mental quando hoje pegamos um romance para ler — o fato de estarmos cientes de

que se trata de uma obra da imaginação; a suspensão voluntária da descrença na narrativa — é de fato metade da essência do romance.

Vários estudos acadêmicos recentes vêm abalando a antiga noção de que a epopeia é uma característica central de todas as culturas, incluindo as orais. A ficção, seja o conto de fadas ou a fábula, parece ter sido principalmente algo para crianças. Nas culturas pré-modernas, histórias eram lidas em busca de informação, aperfeiçoamento moral ou excitação, e as formas literárias mais sérias, como poesia e dramaturgia, exigiam certo grau de excelência técnica. O romance, no entanto, estava ao alcance de qualquer um munido de caneta e papel, e o tipo de prazer que proporcionava era incomparavelmente moderno. Viver a experiência de inventar uma história por puro prazer se tornou uma atividade que os adultos também podiam ter a liberdade de se permitir (ainda que às vezes com um pouco de culpa). A guinada histórica com respeito à leitura por prazer foi tão profunda que é até difícil imaginar como era antes. Na realidade, à medida que o romance proliferava em subgêneros como cinema, seriados de TV e últimos modelos de videogames — a maioria anunciando sua ficcionalidade, todos oferecendo personagens que são ao mesmo tempo típicos e específicos —, não é exagero dizer que o que distingue nossa cultura das culturas anteriores é a saturação de entretenimento. O romance, como uma dualidade de coisa e atitude-em-relação-à-coisa, transformou tão completamente nossa atitude que há o risco de a coisa em si não ser mais necessária.

Na ilha irmã de Masafuera — originalmente conhecida como Masatierra, ou Mais Próxima da Terra, e hoje chamada Robinson Crusóe — eu tinha visto o estrago feito por três espécies de planta do continente, maquis, murtila e amora-preta, que dominam e deixam monótonas as colinas e áreas de drenagem. Particularmente nefasta é a amora-preta, que pode suplantar árvores nativas altas e se espalha em parte com o crescimento de gravetos que mais parecem cabos espinhentos de fibra ótica. Duas plantas nativas já foram extintas, e, a menos que um maciço projeto de restauração seja

realizado, outras espécies deixarão de existir. Caminhando por Robinson, à procura de delicadas samambaias endêmicas nas margens das amoreiras, comecei a perceber o romance como um organismo que tinha se transformado, na ilha da Inglaterra, numa espécie invasora virulenta que se disseminou de país em país até dominar o planeta.

Henry Fielding, em *Joseph Andrews*, refere-se a seus personagens como “espécies” — como algo que tem uma dimensão maior que a individual e menor que a universal. Mas o romance transformou o ambiente cultural, espécies humanas deram lugar a multidões universais cuja característica mais saliente é o fato de ser entretidas de forma idêntica. Esse era o espectro monocultural que David tinha previsto e ao qual resistira em seu grandioso *Infinite Jest* [Piada infinita]. E a forma da sua resistência nesse romance — anotação, digressão, não linearidade, hyperlinks — antecipou o invasor ainda mais virulento e ainda mais radicalmente individualista que está agora substituindo o romance e seus descendentes. A amora-preta na ilha Robinson Crusóé era como o romance dominador, sim, mas me parecia não menos semelhante à internet, aquele invasor com BlackBerry que, em vez de mapear a individualidade numa narrativa, mapeia a individualidade no mundo. Em vez de notícias, *minhas* notícias. Em vez de um único jogo de futebol americano, quinze diferentes jogos em estatísticas personalizadas de uma liga fantasia. Em vez de *O poderoso chefão*, “My Cat’s Funny Trick” [As travessuras do meu gato]. O indivíduo vira amouco, todo mundo um Charlie Sheen. Com *Robinson Crusóé*, a individualidade se tornou uma ilha; e agora, parece, a ilha estava se tornando o mundo.

Passei a noite acordado com as abas laterais da barraca batendo no sleeping bag; soprava um vento forte. Pus o protetor de ouvido, mas continuava escutando o barulho e, mais tarde, ouvi um estrondo. Quando finalmente amanheceu, vi que a barraca estava meio desmantelada, uma parte da estrutura metálica se pendurava na aba que cobre a entrada. O

vento dispersara as nuvens abaixo de mim, descortinando a vista para o oceano, surpreendentemente próximo, com o sol avermelhado emergindo das águas plúmbeas. Com a perspectiva de ver um pássaro raro, tratei de me apressar, tomei um rápido café da manhã, arrumei o saco que levaria com rádio, telefone de satélite e comida suficiente para dois dias, e, no último minuto, uma vez que o vento continuava muito forte, desarme a barraca e dispus grandes pedras nas pontas; assim ela não seria levada embora enquanto eu estivesse fora. O tempo era curto — as manhãs em Masafuera tendem a ser mais claras que as tardes —, mas dei uma parada no refúgio e marquei suas coordenadas no GPS antes de começar a caminhada montanha acima.

O *rayadito* de Masafuera é maior e tem uma plumagem mais escura que a do seu primo *rayadito* rabo-de-espinho, um admirável passarinho que vi em várias florestas no Chile continental antes de vir para as ilhas. Como aves tão pequenas foram parar em ilhas a oitocentos quilômetros da costa em número suficiente para se reproduzir (e, depois, evoluir) é algo que nunca se saberá. As espécies de Masafuera precisam de tranquilidade em vegetações nativas de samambaias, e sua população, que nunca foi grande, parece estar diminuindo, talvez porque quando o ninho é feito no chão fica vulnerável à ação de felinos e roedores levados para a ilha. (Livrar Masafuera de roedores demandaria a captura e a guarda de toda a população de falcões da ilha e depois a utilização de helicópteros para espalhar veneno em seu terreno, a um custo total estimado de 5 milhões de dólares.) Eu ouvira dizer que não é difícil ver o *rayadito* em seu habitat; a dificuldade era chegar ao habitat.

As partes mais altas da ilha ainda estavam envoltas em nuvens, mas eu tinha esperança de que logo o vento as levaria embora. Pelo que o mapa mostrava, eu precisava chegar a uma altitude de cerca de mil metros para contornar dois desfiladeiros profundos que bloqueavam o caminho ao sul de Los Inocentes. Estava animado com o fato de que isso não significava que tivesse que caminhar a uma altitude maior, mas assim que deixei a cabana o tempo fechou de novo. A visibilidade caiu para algumas dezenas de metros e

comecei a parar a cada dez minutos para marcar eletronicamente minha posição, como João deixando migalhas de pão na floresta. No começo, segui as trilhas marcadas com cocô de mula, mas o terreno logo se tornou muito rochoso e acidentado, com rastros de cabras que me confundiam sobre o caminho a seguir.

Quando atingi mil metros, caminhei em direção ao sul através de uma densa vegetação de samambaias e não consegui ir adiante por causa de uma área de drenagem que deveria estar abaixo de mim. Estudei o mapa, mas a imagem do Google Earth não tinha ficado mais nítida desde a última vez que a consultei. Tentei avançar pelo lado do desfiladeiro, mas as samambaias encobriam pedras escorregadias e buracos profundos, e a inclinação do terreno, pelo pouco que a neblina permitia ver, estava cada vez mais vertical, e então dei meia-volta em direção ao topo, me orientando pelo GPS. Uma hora depois de iniciada a excursão, estava completamente encharcado e mal tinha me afastado trezentos metros do ponto inicial.

Ao verificar o mapa, que estava ficando bem molhado, lembrei-me de uma palavra dita por Danilo que não me era familiar. *Cordones*: só podia significar as trilhas de pedras! Eu deveria seguir por esses caminhos! Voltei a subir novamente, parando apenas para largar pelo trajeto minhas migalhas eletrônicas, até chegar a uma antena de rádio com energia solar, possivelmente um cume local. O vento, agora mais forte, levava as nuvens para a parte de trás da ilha, onde eu sabia existirem penhascos de mil metros, em cuja base havia colônias de focas. Não podia vê-los, mas só de pensar que estavam próximos me dava vertigem; tenho pavor de penhascos.

Felizmente, o *cordón* em direção ao sul a partir da antena era razoavelmente plano e não tive muita dificuldade em caminhar, apesar da violência dos ventos e da visibilidade quase nula. Avancei bem por meia hora, e me senti eufórico por ter deduzido, com base em informação tão rala, o caminho certo para Los Inocentes. O terreno, no entanto, começou a se bifurcar, e eu deveria escolher entre rotas que levassem mais para cima ou para baixo. O mapa indicava claramente que eu deveria estar a mil metros e

não a 1200 metros. Mas quando seguia pelos declives, tentando diminuir minha altitude, o caminho terminava em precipícios que me davam náusea. Voltei para a trilha mais elevada, que tinha a vantagem adicional de levar direto em direção a Los Inocentes, e fiquei aliviado quando veio uma descida.

O tempo agora estava horrível, a cerração se transformara em chuva horizontal e o vento soprava a sessenta quilômetros por hora. À medida que eu descia, o caminho ficava alarmantemente estreito, até ser bloqueado por um pequeno pináculo. Dava para imaginar que a trilha continuava do outro lado dessa rocha, embora mais íngreme. Mas como contorná-la? Por um lado, eu podia ser empurrado pelo vento. Por outro, até onde eu sabia, havia um penhasco de quase mil metros, mas ao menos desse lado o vento iria me pressionar contra a rocha, e não me arrastar.

Com as botas ensopadas, comecei a contornar a rocha, tomando muito cuidado a cada passo e sempre com a certeza de que segurava num ponto firme. Rastejando para poder enxergar um pouco mais à frente, vi que a trilha depois do pináculo parecia não ter saída, dos dois lados só havia um espaço sombrio. Embora estivesse determinado a observar o *rayadito*, houve um momento em que fiquei com medo de dar mais um passo, e de repente pude me ver: pernas e braços escancarados contra uma superfície escorregadia, castigado pela chuva e pelo vento, sem garantia de estar indo na direção certa. Foi como se ouvisse uma sentença cristalina estalando em minha cabeça: *O que você está fazendo é extremamente perigoso*. E pensei em meu amigo morto.

David escreveu como ninguém sobre o clima, e amava seus cães acima de qualquer coisa, mas a natureza não o interessava, e ele era totalmente indiferente a pássaros. Certa vez, quando passávamos de carro perto da praia de Stinson, na Califórnia, parei para lhe mostrar no telescópio um maçarico de bico longo, uma espécie cuja magnificência é para mim evidente e reveladora. Ele deu uma espiada por dois segundos e me devolveu o telescópio sem esconder o enfado. “Ah”, disse com seu jeito típico de quem

não tenta ser delicado, “é bonitinho”. No verão anterior à sua morte, sentado no quintal da sua casa enquanto ele fumava, não conseguia tirar os olhos dos beija-flores na redondeza e ficava triste porque ele mal os via, e enquanto David dormia à tarde sob efeito de fortes medicamentos eu estudava os pássaros do Equador tendo em vista uma viagem que faria para lá, e compreendi que a diferença entre sua angústia não administrável e minha insatisfação administrável era que eu podia fugir de mim mesmo admirando os pássaros, e ele não.

Ele estava doente, sim, e em certo sentido a história da nossa amizade era que eu simplesmente amava pessoas mentalmente perturbadas. Aí a pessoa deprimida se matou, de uma maneira calculada para infligir o máximo de sofrimento em quem ele mais gostava, e nós que o amávamos ficamos com raiva e nos sentimos traídos. Traídos não apenas pelo fracasso do nosso investimento afetivo, mas pela maneira que seu suicídio o tirou de nós, transformando-o em lenda pública. Pessoas que nunca haviam lido sua ficção, ou mesmo que nunca tinham ouvido falar dele, leram seu discurso de formatura no Kenyon College, publicado no *Wall Street Journal*, e lamentaram a perda de uma grande e delicada alma. O establishment literário, que nunca tinha ao menos selecionado um dos seus livros para um prêmio nacional, agora se unia para declarar a perda de um tesouro nacional. Claro, ele *era* um tesouro nacional, e, sendo um escritor, não “pertencia” mais a seus leitores que a mim. Mas se as pessoas soubessem que sua personalidade verdadeira era mais complexa e duvidosa do que os elogios davam a entender, e se soubessem que ele era mais adorável — mais engraçado, bobo, carente, mais acerbamente em guerra com seus demônios, mais perdido, mais transparente em suas mentiras infantis e inconsistências — do que o bondoso artista/santo de moral perspicaz que fizeram dele, ainda assim era difícil não se sentir magoado pela parte dele que havia escolhido a adulação de estranhos em detrimento do amor das pessoas que lhe eram próximas.

As pessoas que não conheciam David muito bem são as que provavelmente mais se referem a ele como se fosse um santo. O que torna isso especialmente esquisito é a ausência quase total, em sua ficção, do amor comum. Relações de amor próximas, que para a maioria de nós ajudam a dar sentido à vida, não têm lugar no universo ficcional de Wallace. O que temos, em vez disso, são personagens que escondem suas compulsões insensíveis daqueles que os amam; personagens que planejam *parecer* carinhosos ou demonstrar a si próprios que o amor não passa de interesse pessoal disfarçado; ou, na maioria das vezes, personagens que canalizam um amor abstrato ou platônico a pessoas profundamente repelentes — a mulher com fluidos gotejando do crânio em *Infinite Jest*, o psicopata na última das entrevistas com homens hediondos. A ficção de David é povoada por hipócritas e manipuladores e pessoas emocionalmente segregadas, e no entanto aqueles que apenas o conheciam de vista ou tinham com ele um contato formal tomaram seu trabalho tom hiper-refletido e sua sabedoria moral pelas aparências.

O mais curioso sobre a ficção de David, no entanto, é como seus mais devotos fãs se reconhecem em seus livros, e como se sentem reconfortados e *amados* ao lê-los. Na medida em que cada um de nós está preso em sua própria ilha existencial — e acho que é basicamente correto dizer que seus leitores mais suscetíveis sabem que o vício, a compulsão e a depressão têm o efeito de nos isolar social e espiritualmente —, agradecemos a oportunidade de receber novas mensagens da remota ilha que David habitava. No nível dos temas, ele nos deu o seu pior; expôs, com um autoescrutínio comparável ao de Kafka, Kierkegaard e Dostoiévski em intensidade, os extremos do seu próprio narcisismo, de sua misoginia, compulsão, autodecepção, seu moralismo e teologismo desumanizadores, suas dúvidas sobre a possibilidade do amor e seus constrangimentos escondidos em notas de rodapé dentro de notas de rodapé. No nível da forma e da intenção, no entanto, seu próprio catalogamento de desesperanças acerca de sua bondade

autêntica é percebido pelo leitor como um dom de bondade autêntica: sentimos o amor em sua arte, e o amamos por isso.

David e eu tivemos uma amizade marcada por comparação, contraste e (de uma maneira fraterna) competição. Poucos anos antes de morrer, ele autografou para mim dois dos seus livros mais recentes. Na folha de rosto de um deles, contornou uma mão sua; no outro, havia o desenho de uma ereção tão grande que não cabia na página, ao lado de uma flechinha com a observação: “escala natural”. Certa vez, ouvi-o descrever com entusiasmo, na presença de uma moça com quem estava saindo, a namorada de um cara como sendo seu “paradigma de feminilidade”. A garota se virou para ele boquiaberta e disse: “O quê?”. No que David, cujo vocabulário não perdia para o de ninguém no Ocidente, respirou fundo e, ao soltar o ar, emendou: “De repente eu percebi que nunca soube exatamente o que ‘paradigma’ quer dizer”.

Ele era adorável do jeito que uma criança é adorável, e tinha uma pureza infantil de corresponder ao amor. Se, apesar disso, o amor está excluído da sua obra, é porque nunca achou que merecia recebê-lo. Era um prisioneiro perpétuo em sua própria ilha. O que à distância pareciam delicados contornos eram de fato penhascos escarpados. Às vezes, apenas uma pequena parte dele era louca, às vezes era quase por inteiro, mas, como adulto, nunca foi totalmente louco. O que ele tinha visto do seu id enquanto tentava escapar da sua ilha através das drogas e do álcool, apenas para acabar ainda mais preso pelo vício, parece que nunca deixou de corroer sua crença em sua própria amabilidade. Mesmo depois de se curar do vício, mesmo décadas depois da tentativa de suicídio na adolescência, mesmo depois da longa e heroica construção da sua própria vida, ele achava que não merecia ser amado. E esse sentimento se entrelaçava, a ponto de ser indistinguível, com a ideia de suicídio, uma maneira segura de escapar da prisão; mais segura que as drogas e a ficção, e mais segura, finalmente, que o amor.

Nós, que não estávamos tão patologicamente longe no espectro do egocentrismo, nós habitantes do espectro visível que podíamos imaginar a sensação de ir além do violeta, mas sem irmos até lá, podíamos perceber que David estava errado em não acreditar que pudesse ser amado e podíamos imaginar a dor de não acreditar nisso. Como o amor é fácil e natural quando estamos bem! E como é tremendamente difícil — que mecanismo filosoficamente desanimador de interesse pessoal e de autoengano o amor parece ser — quando não estamos! E, no entanto, uma das lições da obra de David (e, para mim, de ser seu amigo) é que a diferença entre estar bem e não estar bem é mais uma diferença de grau que de natureza. Embora David zombasse dos meus vícios veniais e gostasse de me dizer que eu nem fazia ideia de como era moderado, ainda assim posso extrapolar esses vícios — e a dissimulação, o solipsismo, o isolamento radical e o desejo animal que os acompanham — e imaginar o extremo dos seus. Posso imaginar as doências veredas mentais pelas quais o suicídio surge como uma substância subjugadora da consciência que ninguém pode nos tirar. A necessidade de ter algo só para si, a necessidade de um segredo, a necessidade de uma derradeira validação narcísica da sua primazia, e então a volúpia da raiva de si mesmo provocada pela antecipação do último grande lance, e a interrupção final do contato com o mundo que lhe negaria a alegria do seu prazer egocêntrico: até aí eu podia compreender David.

Mais difícil é fazer a conexão com a fúria infantil e os deslocados impulsos homicidas visíveis em certos particulares da sua morte. Mas mesmo aqui posso discernir uma lógica Wallace de espelhos com efeitos distorcidos, um tipo perverso de aspiração por honestidade intelectual e consistência. Para merecer a sentença de morte aplicada a si próprio, a execução da sentença tinha que ferir alguém profundamente. Para provar de uma vez por todas que não merecia ser amado, foi necessário trair da pior maneira possível os que mais o amavam, matando-se em casa, o que fez com que eles fossem as primeiras testemunhas do seu ato. E o mesmo pode ser dito do suicídio como um impulso à carreira, que era aquele tipo de cálculo

de adulação-anseio que ele desprezava nele mesmo e negaria (se imaginasse que pudesse se safar impunemente) que estivesse fazendo conscientemente, e aí (se fosse cobrado por isso) admitiria rindo ou se encolhendo que, bem, o.k., seria capaz de fazer. Imagino a faceta de David que defendeu a rota Kurt Cobain, na sedutora e sensata voz do demônio em *Cartas de um diabo a seu aprendiz*, um dos livros favoritos de David, argumentando que a morte iria simultaneamente satisfazer sua fome repulsiva por uma vantagem na carreira e, uma vez que significaria a capitulação do seu lado que sua melhor faceta considerava o mal, confirmar ainda mais a justiça da sua sentença de morte.

Isso não quer dizer que tenha passado seus últimos meses e semanas em animado diálogo intelectual consigo, à moda do diabo Fitafuso ou do Grande Inquisidor. Estava tão doente, perto do fim, que cada vez que uma ideia lhe vinha à mente, qualquer que fosse o assunto, ela imediatamente ziguezagueava até chegar à mesma convicção da sua inutilidade, o que causava medo e dor. E, no entanto, um dos seus próprios tropos preferidos, articulado de maneira especialmente clara em seu conto “Good Old Neon” [O bom e velho neon] e em seu estudo sobre Georg Cantor, era a infinita divisibilidade de um único instante no tempo. Por mais que estivesse sofrendo ininterruptamente no verão passado, ainda havia espaço suficiente, nas frestas entre seus pensamentos igualmente dolorosos, para brincar com a ideia de suicídio, para seguir sua lógica e para pôr em prática planos (chegou a ter pelo menos quatro) de se matar. Quando decidimos fazer algo muito ruim, a intenção e o raciocínio brotam ao mesmo tempo e totalmente formados; qualquer viciado prestes a cair do trem pode confirmar isso. Embora o suicídio em si fosse algo difícil de contemplar, ele se tornou — para ecoar o título de outro conto de David — um tipo de presente para ele.

As narrativas públicas adulatórias de David, que tomam seu suicídio como prova de que (como Don McLean cantou sobre Van Gogh) “*this world was never meant for one as beautiful as you*” [este mundo não foi feito para alguém tão bonito como você], partem do pressuposto de que houve um

David uno, um lindo ser humano com dons supremos que, depois de abandonar o antidepressivo Nardil, ingerido por vinte anos, sucumbiu a uma forte depressão e, portanto, *não era ele* quando cometeu o suicídio. Vou relevar a questão do diagnóstico (é possível que ele não fosse apenas depressivo) e a questão de como um ser humano tão bonito havia conhecido tão intimamente os pensamentos de homens hediondos. Mas, levando em conta sua admiração pelo diabo Fitafuso e seu demonstrável pendor para enganar a si próprio e a outros — um pendor que em seus anos de recuperação foi controlado, mas não erradicado —, posso imaginar uma narrativa de ambiguidade e ambivalência mais verdadeira ao espírito da sua obra. Como ele mesmo me disse, nunca deixou de temer um regresso à clínica psiquiátrica em que fora parar depois da sua primeira tentativa de suicídio. A sedução do suicídio, o derradeiro grande lance, pode ficar adormecida, mas nunca desaparece totalmente. Certamente, David tinha “boas” razões para deixar de tomar Nardil — o medo de que os efeitos físicos de longo prazo pudessem limitar a boa vida que conseguira construir para si; a suspeita de que os efeitos psicológicos pudessem estar interferindo nas melhores coisas da sua vida (seu trabalho e suas relações) — e tinha também razões menos “boas” relacionadas ao seu ego: um desejo perfeccionista de ser menos dependente do remédio, uma aversão narcísica de se ver como alguém sempre mentalmente perturbado. O que acho mais difícil de acreditar é que ele não tivesse também más razões. Palpitando sob sua bela inteligência moral e sua adorável debilidade humana estava a consciência do viciado de muitos anos, a individualidade secreta, que, depois de décadas de supressão devido ao Nardil, finalmente vislumbrou a chance de se libertar, escolhendo o caminho suicida.

Essa dualidade veio à tona no ano seguinte ao ano em que ele largou o Nardil. Tomou decisões estranhas e aparentemente autodestrutivas nos cuidados consigo próprio, fez de tudo para iludir seus psiquiatras (de quem só se pode ter pena, pois fizeram um trabalho brilhante a partir de um caso complicado) e no fim criou uma vida totalmente secreta dedicada ao

suicídio. Durante aquele ano, o David que eu conhecia bem e que amava sem moderação lutava bravamente para construir alicerces mais seguros para sua obra e sua vida, e se entregava a tal briga elevando a níveis pungentes a ansiedade e a dor, enquanto o David que eu conhecia menos bem, mas ainda assim bem o suficiente para dele desgostar e desconfiar, estava metodicamente tramando a própria destruição e vingança contra os que o amavam.

Que estivesse bloqueado no trabalho quando decidiu largar o Nardil — entediado com seus conhecidos truques e incapaz de se entusiasmar com seu novo romance a fim de levá-lo adiante — não foi algo sem consequências. Ele adorava escrever ficção, *Infinite Jest* em particular, e foi bastante explícito, em nossas muitas discussões sobre o propósito dos romances, a respeito da sua crença de que a ficção é uma solução, a *melhor* solução, para o problema da solidão existencial. A ficção foi sua maneira de escapar da ilha, e enquanto isso funcionou — enquanto foi capaz de preparar suas mensagens com amor e paixão, e enquanto tais mensagens atingiram o continente como notícias urgentes, novas e honestas — ele manteve uma medida de felicidade e esperança para si. Quando sua esperança na ficção morreu, depois de anos enfrentando seu novo romance, não havia outra saída a não ser a morte. Se o tédio é solo fértil para as sementes do vício, e se a fenomenologia e a teleologia do suicídio são iguais às do vício, parece justo dizer que David morreu de tédio. Num dos seus primeiros contos, “Here and There” [Aqui e ali], o irmão de um jovem que busca a perfeição, Bruce, convida-o a refletir sobre “como seria *entediante* ser perfeito”, e Bruce nos diz:

Concordo com Leonard sobre o tédio, uma opinião fundada em conhecimento amplo e sólido, mas noto que, uma vez que estar entediado é uma imperfeição, seria impossível, por definição, que uma pessoa perfeita fosse entediada.

É uma boa piada; e no entanto a lógica é de alguma forma estranguladora. É a lógica do “tudo e mais um pouco”, para ecoar outro título de David, e

tudo e mais um pouco é o que ele queria de e para sua ficção. Isso tinha funcionado antes, em *Infinite Jest*. Mas tentar acrescentar mais um pouco ao que já é tudo é arriscar-se a ficar com nada: a se tornar entediado com você mesmo.

Uma coisa engraçada a respeito de Robinson Crusóé é o fato de nunca, nos 28 anos em sua Ilha do Desespero, ter ficado entediado. Ele fala, sim, das primeiras tarefas enfadonhas, mais tarde admite estar “sinceramente cansado” de vasculhar a ilha atrás de canibais, lamenta não ter um cachimbo para fumar o tabaco que encontra na ilha, e descreve o primeiro ano na companhia de Sexta-Feira como “o ano mais agradável que passei neste lugar”. Mas o anseio moderno por *estímulo* está totalmente ausente. (O detalhe mais surpreendente do romance talvez seja o de que Robinson faz “três barris de rum ou aguardente” durarem um quarto de século; eu beberia os três em um mês, só para me ver livre deles.) Embora nunca deixe de sonhar em escapar, ele logo passa a ter “um tipo secreto de prazer” na propriedade absoluta da ilha:

Via o mundo como uma coisa distante, a que eu estava vinculado, de que não esperava nada e que não me inspirava desejo algum. Numa palavra, nenhuma conexão tinha eu com ele, nem provavelmente jamais viria a ter, de maneira que eu o via como talvez nos possa revelar-se o Além [...].⁴

Robinson é capaz de sobreviver em sua solidão porque tem sorte; ele faz as pazes com sua condição porque é um homem comum e sua ilha é concreta. David, que era extraordinário, e cuja ilha era virtual, no fim nada tinha, a não ser seu próprio interesse em sobreviver, e o problema de fazer de si um mundo virtual é aparentado do problema de se projetar no mundo cibernético: os espaços virtuais nos quais se busca estímulo não têm fim, mas sua própria infinitude, o estímulo perpétuo sem satisfação, torna-se uma prisão. Ser tudo e mais um pouco é a ambição da internet, também.

O ponto vertiginoso de onde voltei na chuva ficava a um quilômetro e meio de La Cuchara, mas o caminho de volta demorou duas horas. A chuva

agora não estava apenas horizontal, mas forte, e eu mal conseguia parar em pé por causa do vento. O visor do GPS indicava “bateria fraca”, mas eu tinha que mantê-lo ligado porque a visibilidade estava tão ruim que não conseguia andar em linha reta. Mesmo quando o aparelho mostrou que o refúgio estava a quase cinquenta metros, ainda tive que andar mais um pouco antes de divisar a silhueta do teto.

Joguei o saco encharcado na cabana, corri até a barraca e vi que ela tinha se transformado numa poça de água de chuva. Consegui tirar o colchão de espuma e regresssei à cabana, e aí voltei à barraca, tirei as estacas, despejei a água e peguei a tralha, tentando manter o que estava lá dentro mais ou menos seco, e caminhei colina acima através da chuva horizontal. A cabana era uma zona de desastre, com roupas e equipamentos ensopados. Passei duas horas secando tudo e depois gastei uma hora no promontório tentando encontrar, num esforço inútil, uma peça fundamental da barraca que perdera em minha correria maluca. E aí, em questão de minutos, a chuva parou, as nuvens foram embora e eu percebi que estava no lugar mais incrivelmente bonito que já tinha visto.

Era fim de tarde, e o vento soprava sobre o oceano insanamente azul, e a hora havia chegado. La Cuchara parecia mais suspensa no ar que assentada na terra. Havia um sentimento de quase infinitude, o sol extraíndo das encostas mais tons de verde e amarelo do que eu suspeitava que houvesse no espectro visível, uma estonteante quase infinitude de cores, e o céu tão imenso que eu não ficaria surpreso se visse o continente no horizonte oriental. Filetes brancos de nuvens remanescentes desceram do cume, passaram por mim e se dissiparam. O vento soprava, e eu comecei a chorar, porque sabia que tinha chegado a hora e eu não havia me preparado; conseguira esquecer. Fui ao refúgio e peguei a caixinha com as cinzas de David, o “livrinho” — para utilizar um termo que ele usava para se referir ao seu livro não tão pequeno assim sobre o infinito matemático —, e caminhei de volta até o promontório levando-a nas mãos, com o vento batendo em minhas costas.

Fazia muitas coisas diferentes a cada momento. Apesar de estar chorando, também prestava atenção no chão para ver se encontrava a peça da barraca, e tirava a câmera do bolso, tentando registrar a beleza celestial da luz e da paisagem, e me censurava por estar fazendo tudo isso quando deveria estar concentrado apenas no luto, e dizia a mim mesmo que estava tudo bem por não ter conseguido ver o *rayadito* naquela que certamente era minha única visita à ilha — que era melhor assim, que já era tempo de aceitar a finitude e a incompletude e não se incomodar com o fato de que nunca veria alguns pássaros, que a capacidade de aceitar isso era um dom que eu tinha, e que meu amado amigo morto não tinha.

No fim do promontório havia duas rochas que juntas formavam um tipo de altar. David tinha escolhido deixar as pessoas que o amavam e se entregar ao mundo do romance e seus leitores, e eu estava pronto a lhe desejar boa sorte. Abri a caixa e joguei as cinzas ao vento. Alguns pedaços de ossos acinzentados caíram na encosta abaixo de mim, mas o pó foi levado pelo vento e desapareceu na câmara mortuária azul do céu, em direção ao oceano. Voltei-me e caminhei para o refúgio, onde teria que passar a noite, pois a barraca estava inutilizada. Não sentia mais raiva, estava desolado, e não queria mais saber de ilhas.

No barco de volta a Robinson Crusóé havia 1200 lagostas, duas carcaças de cabras e um velho pescador que, depois que a âncora foi levantada, gritou para mim que o mar estava muito agitado. É verdade, concordei, estava um pouco agitado. “*No poco!*”, ele gritou, sério. “*Mucho!*” A tripulação jogava as cabras ensanguentadas de um lado para o outro, e percebi que em vez de estarmos indo em direção a Robinson fazíamos um ângulo de 45 graus em direção ao sul para evitar que o barco virasse. Cambaleei até uma minúscula cabine fétida abaixo da proa e subi num beliche e lá — depois de uma ou duas horas agarrado nas laterais para evitar voar do beliche, e tentando pensar em alguma coisa, qualquer coisa, que não fosse enjojo, o emplastro

antienjoo despregando atrás da minha orelha (como descobri mais tarde) devido ao suor, e ouvindo a água bater e martelar no casco — eu vomitei num saco de plástico Ziploc. Dez horas mais tarde, quando me arrisquei a voltar ao convés, esperava ver o porto, mas o capitão tivera que dar tantas voltas que ainda tínhamos cinco horas pela frente. Não queria nem pensar em voltar ao cubículo, e estava enjoado demais para observar as aves marinhas, e então fiquei em pé por cinco horas sem fazer nada a não ser me imaginar mudando a data do voo, que estava reservado para a semana seguinte por conta de um eventual atraso, e antecipar minha volta para casa.

Nunca senti tanta saudade de casa desde, possivelmente, a última vez que tinha acampado. Em três dias, a californiana com quem vivo iria assistir a um jogo de futebol americano do Super Bowl com nossos amigos, e quando pensei que poderia estar sentado ao seu lado no sofá tomando um martíni, torcendo por Aaron Rodgers, zagueiro do Green Bay, que era uma estrela na Califórnia, me deu um *desespero* de escapar da ilha. Antes de partir para Masafuera, já tinha visto em Robinson duas espécies endêmicas de aves terrestres, e a perspectiva de ficar ali mais uma semana, sem a possibilidade de observar nenhum outro pássaro novo, pareceu-me de um tédio sufocante — um exercício de privação da vida agitada pela qual fizera questão de pagar, uma vida agitada cujos prazeres possíveis só agora eu podia apreciar.

De volta a Robinson, pedi ao dono da hospedagem, Ramón, que tentasse obter um lugar para mim num dos voos seguintes. Os dois voos estavam lotados, mas, enquanto eu almoçava, por acaso uma agente de viagem de uma das companhias passou pela hospedagem, e Ramón a pressionou para que me conseguisse um lugar num terceiro voo num avião de carga. Ela disse não. Mas e o assento do copiloto?, Ramón perguntou. Ele não poderia viajar no assento do copiloto? Não, disse a agente, o lugar estaria ocupado com caixas de lagostas.

E aí, apesar de não querer, ou porque não queria, tive a experiência de ficar realmente preso numa ilha. Comia o mesmo e ruim pão branco chileno em todas as refeições, o mesmo peixe indistinto servido sem molho ou

tempero em cada almoço e jantar. Deitei em meu quarto e acabei de ler *Robinson Crusóe*. Escrevi cartões-postais para responder à pilha de correspondência que havia trazido. Pratiquei mentalmente a inserção do “s” que as pessoas não pronunciam no espanhol chileno. Pude observar melhor o beija-flor de Juan Fernández, um esplêndido pássaro cor de canela que está em sério risco de extinção por causa das plantas e dos animais invasores. Subi pelas colinas até uma área gramada onde estava sendo celebrado o festival anual de marcação do gado, e assisti às manobras de cavaleiros que conduziam a manada para dentro de um curral. A paisagem era espetacular — colinas majestosas, picos vulcânicos, oceano com pontos de espuma branca —, mas as colinas estavam despojadas de vegetação e rasgadas pela erosão. Dos pouco mais de cem animais, pelo menos noventa estavam mal nutridos, a maioria deles tão esquelética que era admirável que conseguissem parar em pé. Historicamente, a manada era uma reserva de proteína, e os nativos ainda se divertiam com o ritual de laçar e marcar o gado, mas será que não percebiam que o festival se tornara uma imitação grotesca do que fora no passado?

Com mais três dias pela frente para me ocupar, e com meus joelhos doendo pelo esforço de descer montanhas, não tive escolha a não ser começar a ler *Pamela*, o primeiro romance de Samuel Richardson, que eu havia trazido sobretudo por ser mais curto que *Clarissa*. Tudo o que sabia sobre *Pamela* era que Henry Fielding o satirizara em *Shamela*, seu primeiro romance. Não sabia que *Shamela* tinha sido uma entre várias obras publicadas na mesma época em resposta a *Pamela*, e que *Pamela*, na realidade, tinha sido possivelmente a maior das novidades da Londres de 1741. Mas logo que comecei a ler percebi por quê: o romance é irresistível e tem eletricidade, com sexo e conflitos de classe, e detalha extremos psicológicos com um nível de especificidade como nenhuma obra anterior. Pamela Andrews não é tudo e um pouco mais. É única e simplesmente a garota Pamela, uma linda serviçal cuja virtude está sob as investidas hábeis e insistentes do filho da patroa que morrera. Sua história é contada através das

cartas a seus pais, e quando descobre que elas estão sendo interceptadas e lidas por aquele que a seduziria, Mr. B., ela continua a escrever, *mesmo sabendo que Mr. B. as lê*. Sua atitude pia e histérica é propensa a enfurecer certo tipo de leitor (um dos livros publicados em resposta a *Pamela* satirizara o subtítulo de Richardson, “Virtude recompensada”, como “Inocência fingida identificada”), mas sob sua estridente virtude e as maquinações lascivas de Mr. B. há uma fascinante história de amor. O poder realista da história foi o que transformou o livro em verdadeira sensação. Defoe desbravara o território do individualismo radical, que continua a ser fértil para ficcionistas tão contemporâneos quanto Beckett e Wallace, mas foi Richardson quem primeiro proporcionou o acesso da ficção aos corações e mentes de indivíduos cuja solidão foi rompida pelo amor.

Exatamente na metade de *Robinson Crusóé*, quando Robinson já está sozinho por quinze anos, ele descobre uma pegada humana na areia da praia e fica literalmente louco devido ao “*medo do homem*”. Depois de concluir que a pegada não é nem dele nem do Demônio, mas sim de um canibal, ele transforma seu jardim numa fortaleza e durante anos não pensa em mais nada, exceto em se esconder e se proteger dos imaginados invasores. Ele se admira com a ironia de que

[...] eu, cujo maior tormento era ter sido excluído da sociedade humana, estar sozinho, cercado pelo oceano infinito, separado da humanidade e condenado ao que eu chamava de uma vida de silêncio [...], que agora eu tremesse daquela forma diante da possibilidade de me deparar com um homem, e quisesse me enfiar na terra à mera vista de uma sombra, do indício silencioso de que um homem havia pisado naquela ilha. ⁵

Em nenhum outro ponto a psicologia de Defoe é mais precisa do que quando imagina a reação de Robinson à ruptura da solidão. Ele nos deu o primeiro retrato realista de um indivíduo radicalmente isolado, e então, impelido pela verdade do romance, nos mostrou como é louco e doentio o individualismo radical. Não importa quão cuidadosamente nos defendamos, é necessária apenas uma pegada de outra pessoa real para nos lembrarmos

dos riscos infinitos e interessantes das relações de vida. Mesmo o Facebook, cujos usuários gastam coletivamente bilhões de horas renovando projeções sobre si mesmos, dispõe de uma porta de saída não ontológica, o menu Status de Relacionamento, que tem entre as opções a frase “em um relacionamento enrolado”. Pode ser um eufemismo para “estou me mandando”, mas também uma descrição de todas as outras opções. Enquanto tivermos tais complicações, como ousaremos ficar entediados?

[2011]

1 Em inglês, *novel*, que significa tanto “romance” como “novo”. A tradução por “novela”, uma ficção mais curta que o romance, é apenas aproximativa, mas capta um pouco dos dois sentidos. (N. T.)

2 Em inglês, “*romance*” é o conto ou a novela medieval; e “*novel*”, o romance moderno. (N. T.)

3 Referência ao autor de *Um milhão de pedacinhos*, livro que, depois de se tornar best-seller como obra autobiográfica, foi desmascarado como fraude. (N. T.)

4 Em *Robinson Crusóé*. Tradução de Sergio Flaksman. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 193. (N. E.)

5 Em *Robison Crusué*, op. cit., p. 227. (N. E.)

10. Sobre ficção autobiográfica¹

Vou começar apresentando quatro questões desagradáveis que costumam ser feitas com frequência a romancistas em eventos como este. Essas questões são aparentemente o preço que temos de pagar pelo prazer de aparecer em público. Elas nos deixam exasperados, não apenas porque são frequentes, mas também porque, com uma exceção, são difíceis de responder e, portanto, vale a pena que sejam feitas.

A primeira dessas questões recorrentes é: *Quais são suas influências?*

Às vezes, a pessoa que pergunta está apenas querendo recomendações de livros, mas em geral a questão parece ser feita seriamente. O que em parte me chateia é que a pergunta é sempre feita no presente: *quais são* minhas influências? O fato é que, nessa altura da vida, sou influenciado sobretudo pelo que escrevi no passado. Se ainda estivesse trabalhando à sombra de, por exemplo, E. M. Forster, eu certamente ficaria numa saia justa para fingir que não. De acordo com Harold Bloom, cuja inteligente teoria sobre a influência literária o ajudou a fazer carreira como diferenciador de escritores “fracos” e “fortes”, eu não teria consciência do grau da influência de E. M. Forster. Só Harold Bloom teria plena consciência disso.

Só faz sentido falar em influência direta a propósito de escritores muito jovens, que, enquanto descobrem como escrever, primeiro copiam estilos, atitudes e métodos dos seus autores favoritos. Pessoalmente, fui muito influenciado, aos 24 anos, por C. S. Lewis, Isaac Asimov, Louise Fitzhugh, Herbert Marcuse, P. G. Wodehouse, Karl Kraus, minha noiva na época e *A dialética do esclarecimento*, de Max Horkheimer e Theodor Adorno. Por um tempo, quando tinha vinte e poucos anos, eu me empenhei em copiar o

ritmo das sentenças e os diálogos cômicos de Don DeLillo; também fui impactado pela prosa vívida, vigorosa e onisciente de Robert Coover e Thomas Pynchon. E os enredos dos meus primeiros dois romances foram substancialmente emprestados de dois filmes, *O amigo americano* (de Wim Wenders) e *Cutter's way* (de Ivan Passer). Mas para mim tais “influências” não parecem mais significativas que o fato de que, quando tinha quinze anos, minha banda favorita eram os Moody Blues. Um escritor tem que começar de algum lugar, mas exatamente de onde começa é quase aleatório.

Seria mais significativo afirmar que fui influenciado por Franz Kafka. Com isso quero dizer que *O processo*, romance de Kafka sobre o qual me falou o melhor professor de literatura que já tive, abriu-me os olhos para as imensas possibilidades da literatura e me fez querer tentar escrever ficção. O perfil brilhante que Kafka traça de Josef K., um homem comum, solidário, que é injustamente processado e nega a culpa, foi minha porta de entrada para as possibilidades da literatura como veículo de autoinvestigação: como um método de envolvimento com as dificuldades e os paradoxos da minha própria vida. Kafka nos ensina a nos amarmos, mesmo que sejamos impiedosos com nós mesmos; como continuarmos humanos diante das mais terríveis verdades sobre nós. Não basta você amar os seus personagens e não basta você ser duro com os seus personagens: você sempre precisa se esforçar para fazer as duas coisas ao mesmo tempo. As histórias que tentam reconhecer as pessoas como elas realmente são — os livros nos quais os personagens são ao mesmo tempo sujeitos solidários e objetos ambíguos — são aquelas capazes de atravessar culturas e gerações. É por isso que ainda leio Kafka.

O maior problema com essas questões sobre influências, no entanto, é que parecem partir do pressuposto de que jovens escritores são um monte de argila moldável na qual alguns grandes escritores, mortos ou vivos, imprimem suas marcas indelévels. E o que tira do sério o escritor que tenta responder a essa questão honestamente é que quase tudo o que um escritor lê deixa nele alguma marca. Listar todos os escritores com quem aprendi

alguma coisa levaria horas, e ainda assim não explicaria por que alguns livros são muito mais importantes para mim que outros: por que, mesmo agora, quando estou trabalhando, penso com frequência em *Os irmãos Karamazov* e *O homem que amava crianças* e nunca em *Ulysses* ou *Rumo ao farol*. O que explica eu não ter aprendido *nada* de Joyce ou Woolf, apesar de os dois serem obviamente escritores “fortes”?

A compreensão comum da influência, seja ela de Harold Bloom, seja ela mais convencional, é muito linear e unidirecional. A história da arte, com sua narrativa progressiva de influências transmitidas de geração em geração, é um instrumento pedagógico útil para organizar a informação, mas pouco tem a ver com a experiência de ser um escritor de ficção. Quando escrevo, não me sinto um artesão influenciado por artesãos do passado que eram, eles mesmos, influenciados por artesãos ainda mais remotos. Sinto-me membro de uma única e grande comunidade virtual na qual mantenho relações dinâmicas com outros membros da comunidade, sendo que a maioria deles não está mais viva. Como em qualquer outra comunidade, tenho meus amigos e tenho meus inimigos. Descubro meus próprios caminhos até chegar àqueles recantos do mundo da ficção onde fico mais à vontade, onde, entre amigos, me sinto seguro, mas também estimulado. Uma vez que já li livros suficientes para saber quem são esses amigos — e aí é que entra o processo de *seleção* ativa do jovem escritor, o processo de *escolher* por quem será “influenciado” —, trabalho para antecipar nossos interesses em comum. Ao escrever o quê e como escrevo, luto a favor dos meus amigos e contra meus inimigos. Quero que mais leitores apreciem a glória dos russos do século XIX; sou indiferente ao fato de leitores gostarem ou não de James Joyce; e meu trabalho representa uma campanha ativa contra os valores de que não gosto: sentimentalidade, narrativa débil, prosa abertamente lírica, solipsismo, autocomplacência, misoginia e outros provincianismos, jogos de palavra estéreis, didatismo patente, simplicidade moral, dificuldade desnecessária, fetiches de informação, e por aí vai. Na

realidade, muito do que pode ser chamado de “influência” é negativo: não quero ser como este ou aquele escritor.

A situação nunca é estática, claro. Ler e escrever ficção é uma forma de engajamento social, de conversar e competir. É uma maneira de ser e de se tornar. De alguma maneira, no momento certo, quando estou me sentindo particularmente perdido e desamparado, há sempre um novo amigo a ser feito, um velho amigo de quem me distancio, um antigo inimigo a ser perdoado, um novo inimigo a ser identificado. Na realidade — e voltarei a falar sobre isso — é impossível para mim escrever um novo romance sem primeiro identificar amigos e inimigos. Para começar a escrever *As correções*, travei amizade com Kenzaburo Oe, Paula Fox, Halldór Laxness e Jane Smiley. Com *Liberdade*, encontrei novos aliados em Stendhal, Tolstói e Alice Munro. Durante um tempo, Philip Roth foi meu inimigo figadal, mas recentemente, de maneira inesperada, ele também se tornou um amigo. Ainda faço campanha contra *Pastoral americana*, mas quando finalmente comecei a ler *O teatro de Sabbath*, seu destemor e ferocidade se tornaram uma inspiração. Fazia tempo que não ficava tão grato a um escritor como quando li a cena, em *O teatro de Sabbath*, em que o melhor amigo de Mickey Sabbath o flagra no banheiro segurando uma fotografia da filha adolescente do amigo e uma das suas calcinhas, ou a cena em que Sabbath encontra um copo de papel de café no bolso da sua jaqueta do exército e decide se humilhar pedindo dinheiro no metrô. Roth pode não querer ser meu amigo, mas fiquei feliz, naqueles momentos, por considerá-lo um dos meus. Estou feliz que a cruel hilaridade de *O teatro de Sabbath* tenha funcionado como correção e censura à sentimentalidade de certos jovens escritores americanos e críticos não tão jovens que parecem crer, em desafio a Kafka, que fazer literatura é ser bonzinho.

A segunda questão recorrente é: *Quando você trabalha e o que você usa para escrever?*

Essa deve parecer, para quem a formula, a mais garantida e civilizada das questões. Imagino que essa seja a pergunta que as pessoas fazem a um

escritor quando não conseguem pensar em nada mais para perguntar. E, no entanto, para mim, trata-se da mais perturbadora e invasiva das questões. Ela me força a me imaginar sentado em frente ao meu computador toda manhã às oito horas: a ver objetivamente a pessoa que, ao sentar à frente do seu computador todas as manhãs, quer apenas ser uma subjetividade pura e invisível. Quando estou trabalhando, não quero ninguém mais na sala, inclusive eu mesmo.

A questão nº 3 é: *Li uma entrevista de um autor que diz que, a certa altura do romance, os personagens “assumem o controle” e lhe dizem o que fazer. Isso também acontece com você?*

Essa questão sempre eleva minha pressão sanguínea. Ninguém a respondeu melhor que Nabokov em sua entrevista para a *Paris Review*, em que apontou E. M. Forster como a fonte do mito segundo o qual os personagens de romancistas “assumem o controle”, e afirmou que, ao contrário de Forster, que deixa seus personagens soltos em sua passagem para a Índia, ele trata os seus como “escravos nas galés”. A pergunta obviamente fazia subir a pressão de Nabokov também.

Quando um escritor faz uma afirmação como a de Forster, a melhor das hipóteses é que está errado. Com mais frequência, infelizmente, percebo uma ponta de vaidade, como se o escritor estivesse tentando distanciar seu trabalho do mecanismo de enredo que é próprio do gênero romance. O escritor gostaria que acreditássemos que, ao contrário daqueles escrevinhadores que podem dizer com antecedência como o livro deles vai acabar, *sua* imaginação é tão poderosa, e *seus* personagens tão reais e vívidos, que ele não tem como controlá-los. A melhor das hipóteses aqui, mais uma vez, é que não se trata da verdade, pois tal noção pressupõe a perda do desejo autoral, a abdicação da intenção. A responsabilidade fundamental do romancista é criar significado, e, se de alguma maneira esse trabalho é deixado para os personagens, ele está necessariamente evitando a responsabilidade.

Mas vamos dar a esse escritor o benefício da dúvida e supor que ele não está afirmando que é servo dos seus personagens apenas por afetação. O que ele poderia estar querendo dizer? Provavelmente que, uma vez que o personagem está delineado o bastante para começar a formar um todo coerente, entra em ação um tipo de inevitabilidade. Ele quer dizer, especificamente, que a história imaginada a princípio para um determinado personagem com frequência acaba não seguindo as características do personagem que ele foi capaz de criar. Posso, em termos abstratos, imaginar um personagem que eu queira que assassine sua namorada, apenas para descobrir, ao escrever, que o personagem que sou capaz de fazer funcionar no papel tem muita compaixão ou autoconsciência para ser um assassino. A expressão-chave aqui é “funcionar no papel”. Tudo sob o sol é imaginável e pode ser proposto em abstrato. Mas o escritor é sempre limitado pelo que é capaz de fazer funcionar: fazer com que seja plausível, compassivo, legível, que sirva de entretenimento e seja irresistível e, acima de tudo, distintivo e original. Como disse Flannery O’Connor, numa frase que ficou famosa, o escritor de ficção faz o possível para conseguir isso — “e ninguém nunca conseguiu ir muito longe”. Uma vez que começamos a escrever um livro, ao invés de apenas planejá-lo, o universo de comportamentos e tipos humanos concebíveis encolhe drasticamente para o microcosmo de possibilidades humanas que há dentro de nós. Um personagem morre no papel se o autor não consegue ouvir sua voz. Num sentido muito limitado, suponho, isso é o equivalente a “assumir o controle” e “dizer” o que os personagens irão fazer ou não. Mas a razão pela qual o personagem não consegue fazer alguma coisa determinada é que o *autor* não consegue fazer essa coisa. A tarefa do autor então é descobrir o que o personagem *pode* fazer — tentar esticar a narrativa tanto quanto possível, ter certeza de que não deixará passar possibilidades estimulantes, enquanto continua a levar a narrativa em direção ao sentido buscado.

O que me leva à questão recorrente nº 4: *Sua ficção é autobiográfica?*

Suspeito de qualquer romancista que respondesse honestamente a essa pergunta com um não, e no entanto é forte a tentação, quando a fazem para mim, de responder que não. Das quatro questões recorrentes, essa é a que acho mais hostil. Talvez esteja apenas projetando essa hostilidade, mas me sinto como se meu poder de imaginação estivesse sendo desafiado. Como se alguém dissesse: “Isso é uma verdadeira obra de ficção, ou apenas um relato mal disfarçado da sua própria vida? E uma vez que tantas coisas acontecem em sua vida, é claro que você vai logo usar todo o material autobiográfico — se, na realidade, já não usou! — e provavelmente não irá mais escrever nenhum livro bom, não é? Na verdade, se seus livros são apenas autobiografia mal disfarçada, talvez não sejam tão interessantes quanto pensávamos. Porque, afinal, o que faz sua vida tão mais interessante que a de qualquer outra pessoa? Não é tão interessante quanto a de Barack Obama, é? E também, por falar nisso, se sua obra é autobiográfica, por que você não foi honesto e escreveu um relato de não ficção? Por que enfeitá-lo com mentiras? Que tipo de cara nocivo você é, contando-nos mentiras e tentando fazer sua vida parecer mais interessante e dramática?”. Ouço todas essas outras perguntas dentro da pergunta, e já faz tempo que acho indecente a palavra “autobiográfico”.

Entendo um romance autobiográfico, em termos estritos, como aquele em que o principal personagem lembra muito o autor e vive episódios que o autor viveu na vida real. Minha impressão é que *Adeus às armas*, *Nada de novo no front*, *Villette*, *As aventuras de Augie March*, *O homem que amava crianças* — todos obras-primas — são substancialmente autobiográficos nesse aspecto. Mas é interessante notar que a maioria dos romances não é. Meus próprios romances não são. Em trinta anos, não acho que tenha publicado mais de vinte ou trinta páginas com cenas extraídas diretamente de eventos da vida real dos quais eu tivesse participado. Na realidade, tentei escrever mais que isso, mas essas cenas raramente parecem funcionar num romance. Elas me embaraçam, ou não parecem interessantes o suficiente, ou, mais frequentemente, não parecem relevantes para a história que estou

tentando contar. Mais para o fim de *As correções*, há uma cena em que Denise Lambert — que é parecida comigo na medida em que é a caçula — tenta ensinar seu pai, que sofre de demência senil, como fazer simples exercícios físicos, e tem que lidar com o fato de que ele urina na cama. Isso na verdade aconteceu comigo, e descrevi vários detalhes a partir da minha vida. Algumas experiências de Chip Lambert quando seu pai está no hospital também aconteceram comigo. E escrevi uma história pessoal, *A zona do desconforto*, que consiste quase totalmente de experiências que tive. Mas isso era não ficção, e portanto devo ser capaz de responder à recorrente questão autobiográfica com um sonoro e incondicional NÃO. Ou pelo menos responder como faz um bom amigo meu: “Sim, 17%. Próxima pergunta, por favor”.

O problema é que, em outro sentido, minha ficção é extremamente autobiográfica e, mais que isso, considero que meu trabalho como escritor seja torná-la ainda mais autobiográfica. Segundo minha concepção de romance, ele é um embate pessoal, um engajamento total e direto com a história da própria vida do autor. Essa concepção, de novo, eu tomo de Kafka, que, embora nunca tenha se transformado num inseto, e embora nunca tivesse uma comida (uma maçã da mesa da família!) incrustada em seu corpo e apodrecendo lá, devotou toda a sua vida como escritor a narrar sua luta pessoal com a família, com mulheres, com a lei moral, com seu inconsciente, com o sentimento de culpa e com o mundo moderno. A obra de Kafka, que salta do mundo onírico sombrio do seu cérebro, é *mais* autobiográfica que qualquer descrição realista do seu cotidiano no escritório ou com a família ou com uma prostituta com que ficasse. O que é a ficção, afinal, se não um tipo de sonho com um propósito? O escritor trabalha para criar um sonho que seja vívido e tenha significado, de maneira que o leitor possa sonhá-lo vividamente e experiencie seu significado. E uma obra como a de Kafka, que parece se originar direto do sonho, é portanto uma forma excepcionalmente pura de autobiografia. Há um importante paradoxo aqui que gostaria de enfatizar: quanto maior o teor autobiográfico da obra de um

escritor de ficção, *menor* a semelhança com a vida do escritor. Quanto mais fundo for o escritor em busca de sentido, mais os particulares aleatórios da vida do escritor se tornam *empecilhos* para decidir sonhar.

E é por isso que escrever boa ficção quase nunca é fácil. O ponto em que a ficção parece se tornar fácil para um escritor — e vou deixar os exemplos a cargo de vocês — é em geral o ponto em que não é mais necessário ler aquele escritor. Há um truísmo, pelo menos nos Estados Unidos, de que existe um romance dentro de cada um de nós. Em outras palavras, um romance autobiográfico. Para pessoas que escrevem mais que um, o truísmo pode provavelmente ser adaptado: dentro de cada um de nós há um romance-fácil-de-escrever — uma narrativa significativa pronta para ser usada. Não estou obviamente me referindo a escritores de entretenimento, não a P. G. Wodehouse ou Elmore Leonard, cujos livros nos proporcionam um prazer que não é diminuído pela similaridade entre eles; na realidade, nós os lemos pelo conforto confiável proporcionado por seus mundos familiares. Refiro-me a obras mais complexas, e tenho para mim que a literatura não pode ser reduzida a uma questão de desempenho: que, a menos que o escritor esteja pessoalmente em situação de risco — a menos que o livro tenha sido, de alguma maneira, para o escritor, uma aventura rumo ao desconhecido; a menos que o escritor tenha se colocado um problema pessoal não revolvido com facilidade; a menos que o livro pronto represente a superação de alguma grande resistência —, o livro não vale a pena ser lido. Ou, para o escritor, em minha opinião, não vale a pena ser escrito.

Isso me parece ainda mais verdadeiro numa época em que há tanta oferta de diversão e outras coisas baratas que um leitor pode fazer além de pegar um romance. Atualmente, um escritor tem a obrigação de se propor, perante seus leitores, o mais difícil desafio que tenha esperança de poder enfrentar. A cada livro, deve tentar ir o mais fundo possível. E, se fizer assim, e tiver êxito em produzir um livro razoavelmente bom, isso significa que da próxima vez que tentar escrever um livro terá que ir ainda mais fundo, ou,

de novo, não valerá a pena escrever. E o que isso significa, na prática, é que terá de se transformar numa pessoa diferente para escrever o livro seguinte. A pessoa que ele é já escreveu o melhor livro possível. Não há como avançar sem mudar. Sem, em outras palavras, trabalhar na história da sua própria vida. O que quer dizer: sua autobiografia.

Gostaria de me dedicar a partir de agora à ideia de alguém se tornar a pessoa capaz de escrever o livro que precisa escrever. Reconheço que, ao falar do meu próprio trabalho, ao contar a história de como passei do fracasso ao sucesso, corro o risco de parecer vaidoso ou imoderadamente fascinado comigo mesmo. Não que isso seja tão estranho ou condenável se um escritor sente orgulho da sua melhor obra e gasta um bom tempo examinando sua própria vida. Mas ele também tem que *falar* sobre isso? Por muito tempo, eu teria respondido que não, e o fato de eu agora estar respondendo que sim pode dizer algo sobre meu caráter. Mas de qualquer maneira vou falar sobre *As correções*, e descrever alguns dos embates que tive para me tornar seu autor. Começo com a observação de que muito desse embate consistiu — como imagino que sempre acontecerá com escritores totalmente envolvidos com o problema do romance — na superação da vergonha, culpa e depressão. E saibam que, mais uma vez, sentirei vergonha ao falar sobre isso agora.

A primeira coisa que eu tinha de fazer no início dos anos 1990 era sair do meu casamento. Desfazer o juramento e os laços emocionais de lealdade não é fácil para ninguém, e no meu caso foi particularmente complicado por eu ser casado com uma escritora. Não tinha muita consciência de que éramos jovens e inexperientes demais para fazer um juramento de monogamia para a vida inteira, mas minha ambição literária e meu idealismo romântico prevaleceram. Nos casamos no outono de 1982, quando eu tinha acabado de completar 23 anos, e passamos a trabalhar como uma equipe para produzir obras-primas literárias. Nosso plano era trabalhar lado a lado por toda a

vida. Não parecia necessário um plano B, pois minha mulher era uma nova-iorquina talentosa e sofisticada que parecia destinada ao sucesso, provavelmente antes de mim, e eu sabia que podia me virar. E aí começamos a escrever romances, e ficamos surpresos e desapontados quando minha mulher não conseguiu emplacar os seus. Quando vendi meu primeiro romance, no outono de 1987, me senti ao mesmo tempo animado e muito, muito culpado.

Não havia nada a fazer a não ser começar a correr de uma cidade para outra em dois continentes. Em meio a essa correria, de alguma maneira, consegui escrever e publicar meu segundo romance. Atribuo o fato de que eu desfrutava de algum sucesso enquanto minha mulher lutava com seu segundo romance à injustiça e à iniquidade geral do mundo. Afinal, éramos uma equipe — nós contra o mundo — e meu papel como marido era acreditar em minha mulher. E aí, em vez de saborear minhas próprias realizações, senti amargura e rancor em relação ao mundo. Meu segundo romance, *Tremor*, foi uma tentativa de mostrar como nós dois nos sentíamos vivendo nesse mundo implacável. Em retrospecto, embora ainda tenha orgulho daquele romance, hoje percebo como seu desfecho foi deformado por uma ilusão em relação ao meu casamento: por minha lealdade. E o fato de minha mulher não entender o livro assim só me fez sentir ainda mais culpado. Certa vez ela disse, numa frase memorável, que eu roubara sua alma para escrevê-lo. Também me perguntou, e com razão, por que minhas principais personagens mulheres estavam sempre morrendo ou se ferindo gravemente com armas de fogo.

O ano de 1993 foi o pior da minha vida. Meu pai estava morrendo, minha mulher e eu não tínhamos mais dinheiro, e estávamos os dois cada vez mais deprimidos. Na esperança de enriquecer rapidamente, escrevi um roteiro sobre um casal jovem, parecido com a gente, que começou a roubar, *quase* teve casos com outras pessoas, mas acabou unido em êxtase, um triunfo do amor eterno. Nessa altura, até eu podia perceber que meu trabalho estava sendo deformado pela minha lealdade ao casamento. Mas isso não me

impediu de arquitetar um novo romance, *As correções*, no qual um jovem de uma cidade do Meio-Oeste como eu é condenado a vinte anos de prisão por um assassinato cometido por sua mulher.

Felizmente, antes que minha mulher e eu acabássemos nos matando ou matando outra pessoa, a realidade interveio. Essa realidade assumiu várias formas. Uma delas foi nossa inegável incapacidade de tolerar a vida a dois. Outra foi um punhado de amizades literárias próximas que acabei fazendo fora do casamento. Uma terceira forma de realidade, a mais importante de todas, foi nossa premente necessidade de ganhar dinheiro. Uma vez que Hollywood não parecia interessada num roteiro que cheirasse a Assuntos Pessoais (e que tinha fortes semelhanças com *As loucuras de Dick e Jane*), tive de começar a fazer jornalismo, e logo o *New York Times* me encomendou um artigo sobre o lamentável estado da ficção americana. Enquanto pesquisava para escrever, conheci alguns dos meus antigos heróis, inclusive Don DeLillo, e me conscientizei de que pertencia não apenas à equipe de duas pessoas que formara com minha mulher, mas a uma comunidade muito maior e ainda vital de leitores e escritores. Perante os quais, como descobri, de maneira crucial, eu também tinha responsabilidades e devia lealdade. Depois que o lacre hermético do meu casamento se rompeu, tudo desmoronou rapidamente. No final de 1994, cada um de nós tinha seu próprio apartamento em Nova York e finalmente estávamos vivendo a vida de solteiros como provavelmente deveríamos ter feito quando tínhamos vinte e poucos anos. Tinha que ser um período de diversão e uma liberação, mas o sentimento de culpa ainda era um pesadelo. Lealdade, sobretudo em relação à família, é um valor básico para mim. Lealdade até a morte sempre deu sentido à minha vida. Imagino que pessoas menos sobrecarregadas pela lealdade tenham mais facilidade para escrever ficção, mas todos os escritores sérios se deparam, em algum grau, em algum momento da vida, com as demandas conflitantes de ser um bom artista e uma boa pessoa. Enquanto estive casado, tentei evitar esse conflito sendo tecnicamente *antiautobiográfico* — não há uma única cena baseada em

minha vida nos meus dois primeiros romances — e construindo enredos com preocupações intelectuais e sociais.

Quando retomei a escrita de *As correções*, em meados dos anos 1990, ainda seguia um enredo absurdamente complexo que tinha engendrado enquanto tentava trabalhar com segurança dentro dos limites da minha lealdade. Tinha muitas razões para querer escrever um Grande Romance Social, mas provavelmente o mais importante era meu desejo de ser só intelecto, só domínio de texto, de modo a evitar a bagunça da minha vida particular. Tentei por um ano ou dois continuar escrevendo o Grande Romance Social, mas no fim ficou patente, por ser cada vez mais difícil negar a falsidade das páginas, que eu teria de me tornar um tipo diferente de escritor para escrever outro romance. Em outras palavras, um tipo diferente de pessoa.

A primeira coisa que tinha que cair fora do romance era o personagem principal, um homem de trinta e poucos anos chamado Andy Aberant. Ele estava na história desde o começo, quando eu o imaginei preso devido a um assassinato cometido por sua mulher, e desde então tinha passado por várias metamorfoses, até chegar a advogado do governo dos Estados Unidos com a incumbência de investigar casos de fraude no mercado acionário. Eu tinha escrito sobre ele na terceira pessoa e depois, durante um bom tempo e sem nenhum êxito, na primeira pessoa. No meio do caminho, tirei longas e agradáveis férias de Andy Aberant para escrever sobre outros personagens, Enid e Alfred Lambert, que surgiram do nada e não eram muito diferentes dos meus pais. Os capítulos sobre eles fluíram rapidamente e — comparado com a tortura de tentar escrever sobre Andy Aberant — sem esforço. Uma vez que Andy não era filho dos Lambert e, por razões complexas do enredo, *não poderia* ser filho deles, eu tentava inventar caminhos ainda mais complicados para unir suas histórias.

Embora hoje seja óbvio para mim que Andy não pertencia ao livro, na época isso não era nada óbvio. Passei vários anos realmente ruins do meu casamento desenvolvendo um conhecimento íntimo e enciclopédico sobre

depressão e culpa, e uma vez que Andy Aberant era *definido* por sua depressão e culpa (sobretudo com relação a mulheres e com o relógio biológico das mulheres), parecia impensável não fazer uso desse meu conhecimento adquirido a duras penas e mantê-lo no livro. O único problema era que — como escrevi em muitas notas sobre o romance — eu não podia ver humor nele. Andy era desagradável e acanhado e distante e deprimido. Quase todos os dias, durante sete meses, esforcei-me para escrever algumas páginas com Andy que me agradassem. Aí, em minhas notas, por mais dois meses, hesitei sem saber se o dispensava. O que exatamente eu estava pensando e sentindo durante todos esses meses é algo que não me é mais acessível do que a lembrança da prostração da febre depois que nos recuperamos. Só sei que o que finalmente me fez decidir abandoná-lo foi: 1. pura exaustão; 2. uma melhora geral da minha depressão; e 3. um repentino abrandamento da culpa em relação à minha mulher. Ainda me sentia muito culpado, mas havia me distanciado dela o bastante para perceber que não era o culpado por *tudo*. E tinha me apaixonado por uma mulher um pouco mais velha, o que, por mais que isso pareça ridículo, me fez sentir menos ignóbil por ter deixado minha mulher aos quase quarenta anos sem filhos. Minha nova companheira veio da Califórnia e passou uma semana comigo em Nova York, e no fim daquela semana extremamente feliz soube que Andy Aberant não tinha lugar no livro. Esbocei uma pequena lápide para ele em minhas notas e lhe dei um epitáfio tirado do *Fausto II*: “*Den können wir erlösen*”. Honestamente, não acho que entendi o que quis dizer com “Ele podemos redimir”. Mas faz sentido para mim agora.

Sem Andy, fiquei com os Lambert e seus três filhos adultos, que desde o início frequentavam as margens do romance. Vou pular várias outras contrações e subtrações que fiz para a história poder ser escrita, e mencionar apenas dois outros obstáculos que tive de superar, ao menos parcialmente, para me tornar a pessoa capaz de escrever esse romance.

O primeiro desses obstáculos foi a vergonha. Aos trinta e poucos anos, eu me envergonhava de quase tudo que tinha feito em minha vida pessoal nos quinze anos anteriores. Tinha vergonha de ter casado tão cedo, vergonha da minha culpa, vergonha dos anos de contorcionismo moral a que me submeti antes do divórcio, vergonha da minha inexperiência sexual, vergonha de ter me isolado socialmente por tanto tempo, vergonha da mãe escandalosa e crítica que eu tinha, vergonha de ser uma pessoa sofrida e indefesa em vez de uma torre de isolamento e domínio e intelecto como DeLillo ou Pynchon, vergonha de estar escrevendo um livro que parecia querer voltar à questão de se a escandalosa mãe do Meio-Oeste terá um último Natal em casa com a família. Queria escrever um romance sobre os grandes temas contemporâneos e, em vez disso, como Josef K., desanimado e furioso por ter que lidar com seu julgamento enquanto todos os seus colegas procuram crescer profissionalmente, eu me atolava na vergonha sobre minha inocência.

Grande parte dessa vergonha se concentrou no personagem Chip Lambert. Trabalhei um ano inteiro para tentar pôr de pé sua história, e no fim do ano eu tinha umas trinta páginas que podiam ser aproveitadas. Nos últimos dias do meu casamento, havia me envolvido brevemente com uma jovem que conheci quando dava aulas. Ela não era estudante e nunca tinha sido minha aluna, e era mais cativante e mais paciente que a garota com quem Chip se envolve. Mas era uma relação muito estranha e insatisfatória, uma relação que hoje eu me *contorço de vergonha* só de lembrar, e que por alguma razão eu achava que tinha de incorporar à história de Chip. O problema era que, sempre que tentava pôr Chip numa situação como a minha, ele se tornava terrivelmente repulsivo para mim. Para tornar sua situação plausível e compreensível, eu continuava tentando inventar uma história para ele que tivesse alguma semelhança com a minha, mas não podia deixar de sentir ódio por minha própria inocência. Quando tentei fazer Chip menos inocente, mais mundano e sexualmente experiente, a história parecia simplesmente desonesta e desinteressante. Eu estava

assombrado pelo fantasma de Andy Aberant e também por dois dos primeiros romances de Ian McEwan, *O inocente* e *Ao deus-dará*, ambos tão intensamente *grudentos* que eu queria tomar um banho quente depois de lê-los. Eles foram o melhor exemplo do que eu não queria escrever, mas não conseguia evitar. Cada vez que tomava fôlego por uns dias e produzia mais um tanto de páginas com Chip, terminava com um material que me dava vontade de tomar banho. As páginas começavam com algum humor, mas rapidamente degeneravam numa confissão de vergonha. Parecia simplesmente não haver uma maneira de traduzir minha experiência estranha e singular numa narrativa mais genérica, magnânima e interessante.

Muitas coisas me aconteceram naquele ano de embates com Chip Lambert, mas duas coisas que me disseram foram particularmente importantes. Uma delas foi dita por minha mãe, na última tarde que passei com ela, quando nós dois sabíamos que ela morreria em breve. Um trecho de *As correções* tinha sido publicado na *New Yorker*, e embora minha mãe, para seu imenso crédito, tenha escolhido não ler o trecho enquanto estava morrendo, decidi confessar algumas coisas que nunca lhe dissera. Não eram segredos terrivelmente atroz — essa era simplesmente minha tentativa de explicar por que não tive o tipo de vida que ela esperava para mim. Queria tranquilizá-la quanto ao fato de que, por mais que minha vida parecesse estranha para ela, eu ficaria bem depois que ela partisse. E, como na história publicada na *New Yorker*, ela em geral não queria saber sobre todas as vezes em que eu saía pela janela do meu quarto à noite, e sobre minha certeza de querer ser um escritor, mesmo quando eu fingia que não era bem assim. Mas naquela tarde ela deixou claro que queria me ouvir. Ela meneou a cabeça e comentou num tom meio vago: “Bem, você é excêntrico”. Esse foi, em parte, seu melhor esforço para reconhecer e perdoar quem eu era. Mas essa afirmação foi, sobretudo, em seu timbre vago e resumido — o tom de quem pouco se interessa —, sua maneira de dizer que finalmente não lhe *importava* que tipo de pessoa eu era. Que minha vida era mais importante

para mim do que para ela. Que o que lhe importava era sua própria vida, que estava próxima do fim. E este foi o último presente que ela me deu: a instrução implícita de não me preocupar muito com o que ela, ou qualquer outra pessoa, pudesse pensar de mim. De ser eu mesmo, como ela, ao morrer, estava sendo ela mesma.

O outro comentário que realmente me ajudou veio do meu amigo David Means alguns meses mais tarde, quando me queixei com ele sobre o problema da história sexual de Chip Lambert, que estava me deixando louco. David é um artista verdadeiro, e seus comentários mais pertinentes tendem também a ser opacos e misteriosos. Ele me disse sobre a questão da vergonha: “Você não escreve *através* da vergonha, você escreve em torno dela”. Ainda eu hoje não saberia dizer exatamente o que ele quis dizer com esse contraste, mas ficou imediatamente claro para mim que aqueles dois antigos romances de McEwan eram exemplos de alguém escrevendo *através* da vergonha, e que minha tarefa, com Chip Lambert, era achar uma maneira de incluir vergonha na narrativa sem ser dominado por ela: uma maneira de isolar e segregar a vergonha como um objeto, idealmente como um objeto de comédia, e não lhe permitir permear e envenenar cada sentença. A partir daí foi um pequeno passo para imaginar que Chip Lambert, enquanto mantém o namorico com sua aluna, toma uma droga ilegal cujo efeito principal é eliminar a vergonha. Uma vez que tive essa ideia, e pude finalmente começar a *rir* da vergonha, escrevi o restante da seção de Chip em poucas semanas e terminei o romance em um ano.

O maior problema remanescente durante aquele ano foi a lealdade. A questão veio à tona particularmente enquanto escrevia o capítulo sobre Gary Lambert, que tinha certa semelhança superficial com meu irmão mais velho. Havia, por exemplo, o projeto de Gary de reunir num álbum suas fotografias favoritas da família: meu irmão estava envolvido num projeto parecido. E, uma vez que meu irmão é a pessoa mais sensível e sentimental da família, eu não via como poderia usar detalhes da sua vida sem magoá-lo e sem pôr em risco nossa boa relação. Sentia medo de que ele ficasse furioso, culpa por rir

de detalhes da vida real que não eram engraçados para ele, sentia-me desleal por abordar assuntos privados da família numa narrativa pública, e achava moralmente ambígua a apropriação, para meus propósitos profissionais, da vida privada de um não escritor. Era por todas essas razões que no passado eu resistia à ficção “autobiográfica”. E no entanto os detalhes eram significativos demais para não serem usados, e não era como se eu tivesse escondido da minha família o fato de eu ser um escritor ouvindo com atenção tudo o que diziam. Aí dei voltas e voltas e acabei discutindo o assunto com uma amiga sábia e mais velha. Para minha surpresa, ela ficou furiosa comigo e me repreendeu por meu narcisismo. Ela disse algo na mesma linha que minha mãe me dissera naquela tarde: “Você acha que a vida do seu irmão gira em torno de *você*? Você acha que ele não é um adulto com vida própria, cheio de coisas mais importantes fazer? Você se acha tão poderoso que qualquer coisa que escreva em um romance irá *magóá-lo*?”. Todas as lealdades, seja na escrita ou em qualquer outro lugar, só têm sentido quando são testadas. Ser leal a si mesmo como escritor é mais difícil quando se está começando — quando o fato de ser um escritor ainda não lhe rendeu reconhecimento público para justificar tal lealdade. Os benefícios de estar bem com amigos e família são óbvios e concretos; os benefícios de escrever sobre eles ainda são em boa medida especulativos. Chega um ponto, no entanto, em que os benefícios se equiparam. E a questão então passa a ser a seguinte: estou disposto a arriscar me afastar de alguém que amo para continuar me transformando no escritor que preciso ser? Durante muito tempo, em meu casamento, minha resposta foi não. Mesmo hoje há relações tão importantes para mim que me esforço para escrever em torno delas, e não através delas. Mas o que aprendi é que há um valor potencial, não apenas para a escrita mas também para as relações, em assumir riscos autobiográficos: você pode, de fato, estar fazendo um favor ao ser irmão ou à sua mãe ou ao seu melhor amigo ao lhes dar a oportunidade de estar à altura do objeto de um texto — ao confiar que eles possam te amar por inteiro, inclusive seu lado escritor. O que mais importa é escrever da maneira mais

verdadeira possível. Se realmente amamos a pessoa sobre quem escrevemos, a escrita deve refletir esse amor. Há sempre o risco de que ela não seja capaz de perceber esse amor e que a relação seja prejudicada, mas o que importa é finalmente fazer o que todos os escritores têm de fazer, que é ser leal consigo mesmo.

Estou feliz em poder dizer, para concluir, que meu irmão e eu estamos nos dando melhor agora do que nunca. Pouco antes de lhe enviar as provas de *As correções*, eu lhe disse, num telefonema, que ele poderia odiar o livro e até mesmo *me* odiar. Sua resposta, pela qual continuo profundamente grato, foi: “Odiar você não é uma opção”. Na vez seguinte em que conversamos, depois que havia lido o livro, ele começou dizendo: “Oi, Jon. É seu irmão — Gary”. Desde então, quando conversa com amigos sobre o livro, ele não esconde as semelhanças. Ele tem sua própria vida, com seus sofrimentos e satisfações, e ter um irmão escritor é apenas uma parte da sua história. Nós nos amamos muito.

[2009]

¹ Palestra encomendada pela Tübinger Poetile-Dozertur, Universidade de Tübingen, 2009.

11. Encontre-me em St. Louis

Numa fria manhã de fins de setembro, no acostamento de uma estrada esburacada pelo tráfego de caminhões, que liga zonas industriais a lojas atacadistas de aparência insalubre, um produtor de TV e sua câmera estão me dizendo como cruzar o rio Mississippi em direção a St. Louis e o que, mais ou menos, devo sentir ao fazer isso.

“Você está voltando para uma visita”, dizem. “Está observando a silhueta da cidade e o Arco.”

O câmera, Chris, o peito em forma de barril, tem o rosto avermelhado local e o sotaque local. O produtor, Gregg, é alto, bem-apessoado, e tem um jeito cosmopolita, o cabelo com um corte moderno. Pela janela do meu carro alugado, Gregg me dá um rádio para eu poder me comunicar com ele e a equipe, que me seguirão numa minivan.

“Vá devagar”, diz Chris, “na segunda pista a partir da direita.”

“Devagar quanto?”

“Não passe de sessenta.”

À distância, posso ver o trânsito local, ainda pesado, nas vias elevadas que desembocam na ponte da Poplar Street. Há um toque de ilegalidade em nossa parada no acostamento bem aqui, nessa terra de ninguém do leste de St. Louis, própria para a desova de cadáveres, mas não estamos fazendo nada mais moralmente ambíguo que televisão. As pessoas no trânsito que talvez estejamos atrapalhando nunca saberão disso, claro, mas suspeito que, se soubessem — se escutassem a palavra “Oprah” —, a maioria não se importaria tanto com os inconvenientes.

Depois que testei o rádio, pegamos uma das vias elevadas. Eu tinha passado a noite em St. Louis e vim até a ponte por nenhuma outra razão a não ser gravar esta cena. Nasci no Meio-Oeste, mas vivo na Costa Leste há 24 anos. Sou um nova-iorquino rabugento que, com aquele desejo interiorano de cooperar, concordou em fingir chegar à cidade do Meio-Oeste da sua infância e reexaminar suas raízes.

O trânsito em direção ao centro estava mais pesado que no sentido contrário. O carro que vem colado atrás de mim dá sinal de luz quando reduz a velocidade para que a van com a câmera emparelhe na pista à minha esquerda. A porta lateral de correr está aberta, e Chris está debruçado para fora com a câmera no ombro. Na faixa à direita, um carro puxando um trailer se aproxima para me ultrapassar.

“Dá para você abaixar o vidro?”, diz Gregg no rádio.

Desço o vidro, e meu cabelo começa a esvoaçar.

“Devagar, devagar”, Chris grita da van.

Desacelero e vejo a estrada vazia diante de mim. Eu estou lento e o mundo está veloz. O carro com o trailer está à minha direita, obstruindo a vista do Arco e da silhueta da cidade que eu deveria fingir que contemplava.

Chris, inclinando-se para a frente com sua câmera, grita bravo, ou desesperado, tentando se fazer ouvir no meio do barulho dos carros. “Devagar! Devagar!”

Tenho uma aversão mórbida em atrapalhar quem vem atrás — herdada, talvez, do meu pai, para quem assistir a uma peça no teatro era um tormento se algum baixinho se sentasse atrás dele —, mas obedeco à ordem gritada, e o trailer à minha direita me ultrapassa, o que nos permite avistar o Arco bem na hora que estamos saindo da ponte na direção oeste.

No rádio, enquanto nos preparamos para gravar uma segunda cena, Gregg explica que Chris não gritava comigo, mas com seu assistente que dirige a van. Cada vez que eu reduzia a velocidade, eles também tinham que reduzir. Eu me senti meio bobo, mas estou feliz que todos tenham sobrevivido.

Para a segunda cena, fico na pista da direita e mantenho uma velocidade que é a metade da máxima permitida, tentando parecer — o quê? intelectual? curioso? nostálgico? — enquanto o caminhão atrás de mim não para de buzinar.

Em frente ao histórico Antigo Palácio de Justiça de St. Louis, palco do julgamento de Dred Scott,¹ Chris, seu ajudante e eu esperamos em suspense enquanto Gregg verifica as imagens gravadas num monitor da Sony. As charmosas mechas de Gregg estão sempre lhe caindo no rosto e ele as joga para trás com um movimento de cabeça. A leste do Palácio de Justiça, o Arco desponta sobre fileiras de freixos plantados. Certa vez escrevi um romance centrado nesse ícone monitorial imaculado da minha infância, certa vez investi o Arco e seus arredores de mistério e alma, mas nesta manhã eu não tenho subjetividade. Não sinto nada, a não ser uma ansiedade apalermada de agradar. Sou um objeto imbecil, mas necessário, um fornecedor passivo de imagem, e tenho a sensação de que nem nisso estou me saindo bem.

Meu terceiro livro, *As correções* — um romance sobre três irmãos sofisticados da Costa Leste que alternadamente se sentem atraídos e rejeitam o subúrbio do Meio-Oeste onde vivem seus pais idosos —, será anunciado em breve como uma das obras selecionadas para o Clube do Livro, apresentado no programa de tv de Oprah Winfrey. Na semana anterior, uma das assistentes de Oprah, uma produtora despachada chamada Alice, ligou-me em Nova York para me deixar a par das responsabilidades de ser um autor indicado por Oprah. “Esse é um livro difícil para nós”, disse Alice. “Acho que só vamos saber como abordá-lo depois de começarmos a conversar com nossos leitores.” Mas, para produzir uma curta biografia visual minha e apresentar um resumo impressionista de *As correções*, os produtores precisavam captar imagens para intercalar com minha entrevista. Uma vez que os eventos do lançamento me deixavam um dia livre em St. Louis na segunda-feira seguinte (eu estava pensando em visitar velhos

amigos dos meus pais), seria possível fazer umas imagens da vizinhança onde eu cresci?

“Claro”, eu disse. “E que tal me filmar aqui em Nova York?”

“Vamos fazer isso também, talvez”, disse Alice.

Sugeri que entre meu apartamento e meu estúdio, no Harlem, que divido com um escultor amigo meu, havia bons ângulos de Nova York!

“Vamos ver se eles querem”, disse Alice. “Mas você nos dá um dia inteiro em St. Louis?”

“Sem problema”, disse, “embora St. Louis não tenha mais nada a ver com minha vida.”

“Pode ser que mais tarde a gente precise de mais um dia de filmagem em Nova York”, disse Alice, “se der tempo depois da sua maratona de lançamentos.”

Uma das razões pelas quais sou escritor é que tenho uma relação complicada com autoridades. A única vez na vida que usei uniforme foi no segundo ano do ensino médio, quando toquei bombardino na banda que se apresentava antes dos jogos de futebol americano da escola Webster Groves. Tinha quinze anos e estava crescendo depressa; entre setembro e novembro o uniforme tinha ficado pequeno. Depois do último jogo daquele campeonato eu saí do campo e passei no meio de uma turma de meninas, mais novas e mais velhas, que usavam jeans justos e longos cachecóis. Sentindo-me um verdadeiro idiota, puxei a calça para baixo para tentar encobrir as ridículas polainas. Desabotoei os botões de bronze da minha túnica laranja e preta e, numa atitude rebelde, deixei-a aberta. Eu parecia ainda mais idiota desse jeito, e quase imediatamente fui flagrado pelo diretor da banda, o sr. Carson. Ele veio para meu lado, deu um volta em torno de mim e gritou na minha cara. “Franzen, você está na banda da escola! Ou você usa esse uniforme com orgulho ou é melhor tirá-lo. Você está me entendendo?”

Quando aceitei o endosso de Oprah ao meu livro, lembrei-me da bronca do sr. Carson. Compreendia que em televisão o fundamental eram as

imagens, quanto mais simples e vívidas, melhor. Se os produtores queriam que eu fosse um cara do Meio-Oeste, então eu iria tentar ser um cara do Meio-Oeste.

Na sexta-feira à tarde, Gregg me ligou para perguntar se eu conhecia os proprietários da antiga casa da minha família e se eles permitiriam que a equipe me filmasse lá dentro. Eu disse que não os conhecia. Gregg sugeriu que ele mesmo poderia fazer o contato e obter a permissão. Eu disse que não queria saber daquela casa. Dava para perceber, no entanto, que ele estava chateado com minha resistência, e então propôs algumas alternativas na esperança de que ele se animasse: poderia filmar na igreja que eu frequentava, poderia filmar minha escola de ensino médio, poderia até filmar a rua em que eu morava, desde que não mostrasse a casa que tinha sido da minha família. Gregg deu um suspiro e anotou o nome da igreja e da escola. Depois que desliguei, percebi que estava coçando meus braços e pernas e o tronco. Na verdade, parecia que meu corpo inteiro estava coberto de brotoejas.

Agora, na segunda-feira de manhã, em pé sob a sombra de um Arco que não significava nada para mim, as brotoejas do lado direito inferior do tronco tinham se fundido num vergão parecido com herpes, que ardia, doía e coçava. Eu nunca tinha tido nada dessa natureza. A coceira deu uma aliviada durante a agitação das filmagens na ponte, mas, enquanto esperávamos Gregg conferir o material gravado, eu queria enfiar as unhas com força na pele.

Gregg enfim levanta a vista do pequeno monitor. Embora visivelmente insatisfeito com o segundo take, diz que não será necessário filmar a cena uma terceira vez. Chris, o câmara, ri arreganhando os dentes como um cão de caça cujos instintos se provaram acertados. Ele usa jeans e uma camisa de veludo cotelê; parece alguém que na juventude gostava do Allman Brothers e Lynyrd Skynyrd. Gregg, por sua vez, parece uma pessoa que tinha apreço pelos Smiths e New Order. Enquanto ele e eu vamos de carro rumo à região oeste da cidade, imagino que ele me fará perguntas sobre St. Louis ou

comentará em tom de piada o tédio e a artificialidade do que estamos fazendo, mas ele precisa responder às mensagens do celular. Ele tem uma equipe cara, um ator que coopera marginalmente e sete horas de luz natural.

Para poder fazer as gravações na segunda-feira, antecipei para o domingo a visita a Glenn e Irene Patton, vizinhos de porta dos meus pais. Eles tinham previsto melhor que eu as dificuldades de visitar muitas pessoas na sequência, e me ligaram em Nova York para propor uma pequena recepção.

Cheguei à minha antiga rua, a Webster Woods, às três horas, e me aproximei da casa deles pelo lado que não passava em frente à casa da minha família. Caía uma chuvinha fora de estação, nem de verão nem de outono; um bando de gralhas grassava numa árvore. Embora Glenn tivesse recentemente operado os joelhos e Irene tivesse acabado de se recuperar de um caso genuíno de herpes, eles pareciam felizes e saudáveis quando me receberam na porta.

Através da janela da cozinha, onde não me deixavam ajudar a servir os refrescos, podia ver a parte de trás da minha antiga casa. Irene falou de maneira animada sobre o jovem casal que agora vivia lá. Contou-me o que sabia sobre as reformas que haviam feito nos últimos dois anos, desde que meus irmãos e eu a vendemos. Nosso pequeno quintal tinha se transformado num estacionamento para um barco de tamanho médio e um extraordinário automóvel esportivo. Aparentemente a grama havia sido cimentada, mas não podia dizer com certeza, porque não suportei olhar por mais de um segundo.

“Eu falei que você ia passar por aqui”, Irene disse, “e eles disseram que você seria muito bem-vindo, se quisesse aparecer para dar uma olhada na casa.”

“Eu não quero.”

“Ah, eu sei”, disse Irene, “Ellie Smith, quando liguei para ela e a convidei para vir aqui hoje, disse que não tinha mais passado por este lado da rua

desde que vocês venderam a casa. Ela diz que é muito doloroso para ela.”

A campainha dos Patton começou a tocar. Tínhamos convidado quatro outros casais que haviam sido próximos dos meus pais e a quem eu não via desde a morte da minha mãe. Havia algo de inacreditável em vê-los chegar de dois em dois e se acomodarem na sala acarpetada dos Patton, em vê-los cheios de vida e com o mesmo jeito de sempre. Tinham mais ou menos a mesma idade que meus pais teriam — estavam na casa dos setenta, oitenta anos — e minhas memórias de alguns deles eram tão antigas quanto as memórias mais antigas que tenho dos meus pais. Quando nos *conscientizamos* da morte de alguém que amamos, como eu por fim e relutantemente me *conscientizei* da morte dos meus pais, sabemos que o primeiro e mais fundamental fato dessa conscientização é que nunca mais veremos essa pessoa como um corpo que vive, sorri e fala. Essa é a substância misteriosa e básica da perda. Abraçar mulheres com quem minha mãe jogou bridge durante boa parte da vida, apertar as mãos grandes de homens com quem meu pai limpou pincéis ou fez críticas ao governo de Ronald Reagan, era sentir a perda e seu contrário simultaneamente. Quaisquer desses casais poderiam ter sido meus pais, ainda estavam 100% vivos, ainda falando sobre suas enfermidades, ainda aceitando de Glenn Patton seus drinques servidos generosamente, ainda enchendo pequenos pratos com legumes crus e variadas porções de sobremesa e queijo brie assado com *tapenade* doce. E no entanto eles não eram meus pais. Havia ao lado uma casa reformada que provava isso. Havia um barco e uma bojudia perua utilitária no quintal de trás.

Quando os convidados foram embora e eu me sentei na sala de TV para dar uma olhada em algum jogo de futebol do Rams, começou a bater uma forte ventania de outono, que secou a rua e limpou o céu. Veio-me à mente a última página de *No caminho de Swann*: o vento que “enrugava a superfície do Grande Lago em pequeninas vagas, como um lago de verdade”. Os grandes carvalhos que ajudavam Marcel a “compreender como é paradoxal procurar na realidade imagens que estão guardadas em nossa memória, que

inevitavelmente perderiam o encanto que lhes vem da própria memória e por não serem percebidas pelos sentidos”. E sua conclusão: “A realidade que eu conhecera não mais existia”.

Essa foi uma lição que aprendi bem antes de minha mãe morrer. Visitando-a em casa, sempre me desapontava com os quartos melancólicos e sem vida que em minha memória transbordavam de um significado quase mágico. E agora, pensei, tinha menos razão ainda para procurar o passado naquela casa. Se minha mãe não estava subindo pela passagem lateral em seu avental com um maço de capim-das-hortas recém-colhido ou vergôntes do quintal, se ela não ia sair do porão com uma cesta de lençóis úmidos para pendurar no varal assim que a chuva passasse (ela sempre gostou do cheiro dos lençóis que secavam no quintal), a cena na janela da casa dos Patton não me interessava. Assistindo ao jogo de futebol e ouvindo o vento enfadonho, fiquei pensando que a razão pela qual eu não queria nem olhar a antiga casa era que não a suportava: não queria sentir o inevitável nada quando entrasse nela, não queria culpar uma casa inocente por ainda existir depois que seu sentido havia sido esvaziado.

Mas o show não pode parar! Gravamos quatro takes meus fazendo uma curva para entrar na Webster Woods e depois de cada um Gregg parava para examinar as imagens em seu monitor. Fizemos vários takes em que eu dirigia bem devagar em direção à minha antiga casa. Pelo rádio, um dos integrantes da equipe sugeriu que eu olhasse em volta com curiosidade, como se fizesse tempo que não passasse por aqui. Gravamos a mesma cena com Chris no banco do passageiro, registrando meu ponto de vista através da janela, e depois ele se espremeu na porta para poder me filmar olhando em volta com curiosidade, como se fizesse tempo que eu não passasse por ali.

À uma hora, estacionamos ao pé da pequena colina onde fica a antiga casa. Os novos proprietários tinham construído um muro de contenção na

elevação onde eu com muito esforço empurrava o cortador de grama. A parede era cor-de-rosa — parecia uma fortaleza do Lego —, mas talvez houvesse um plano de longo prazo de cobri-la com trepadeiras.

Depois de um tempo, tenho que desviar o olhar. O céu e o sol estão brilhantes, as árvores continuam verdes. Três meninos estão brincando do lado de fora da única casa nova da rua, uma casa horrível de estuque que foi construída depois que saí daqui. Gregg está pedindo permissão à mãe das crianças para filmá-las. Não conheço a mãe. Eu conhecia todo mundo na Webster Woods, mas hoje só conheço os Patton.

Durante meia hora, enquanto a equipe filmava crianças americanas comuns correndo sobre um gramado comum, sentei-me ao sol num canteiro triangular de tráfego em frente à casa dos Patton. Tentei não enfiar as unhas onde estava coçando. Atrás de mim havia um jovem carvalho que minha família plantou depois que meu pai morreu. Meu pai não tinha deixado instruções sobre se queria ser enterrado ou cremado — sempre se recusou a vida toda a falar sobre isso — e então decidimos plantar a árvore e pôr no local uma pequena placa de mármore com a inscrição EM MEMÓRIA DE EARL FRANZEN. Tinha a impressão de que Gregg se interessaria por essa árvore, e não entendo por que resolvi não lhe dizer nada. Bem, se estou protegendo minha privacidade, seria perverso da minha parte me incomodar com toda a atenção que a equipe dispensa aos filhos de outras pessoas.

Depois que Gregg corre até meu carro para pegar os formulários de autorização que a mãe vai assinar, recebo orientação para caminhar pela rua enquanto Chris, sem parar de filmar, vai se afastando de mim. Gregg pede que eu diga algumas palavras sobre Webster Woods, e faço um curto louvor ao lugar, falo sobre minha alegria em crescer aqui, minha afeição pelas escolas públicas e pela igreja congregacional.

Gregg franze as sobrancelhas. “Alguma coisa mais específica sobre a vizinhança.”

“Bem, obviamente, é uma vizinhança suburbana.”

“Algo sobre o tipo de pessoas que moram aqui.”

Meu sentimento sobre as pessoas que moram aqui é que elas não são as pessoas que costumavam morar aqui, e eu as odeio por isso. Meu sentimento é que eu morreria de raiva se tivesse que morar nesta rua onde uma vez vivi e fui tão feliz. Meu sentimento é que esta rua, a memória que guardo dela, é *minha*; e no entanto está patente que não sou dono de nada, nem mesmo das imagens que estão sendo feitas em meu nome.

Aí, falando para a câmera, dei uma pequena aula de sociologia sobre como a vizinhança mudou, como as casas foram aumentadas, como as famílias hoje têm mais dinheiro. O conteúdo verdadeiro desse meu discurso é provavelmente próximo de zero. Irene Patton saiu de casa e me acena do portão. Eu aceno também, como se a alguém que não conhecesse.

“Tem certeza de que não podemos filmar você em frente à sua casa?”, diz Gregg. “Seria só em frente, não dentro dela.”

“Desculpe”, digo, “mas realmente eu não quero.” E aí, uma vez que não compreendo o que é isso que estou protegendo, tenho um espasmo de arrependimento por estar sendo tão difícil. Digo a Gregg que lhe darei uma fotografia da casa no inverno, coberta de neve. “Você pode mostrar a foto”, digo.

Gregg joga o cabelo para trás. “E é certeza que você vai me conseguir essa foto?”

“Certeza.”

Mas Gregg ainda parece chateado comigo, e então me pego sugerindo a árvore para ele. Explico sobre a árvore, conto a história, mas o efeito não é o que eu esperava. Ele parece apenas mais ou menos interessado enquanto eu conduzo a equipe até o canteiro triangular e mostro a placa de mármore. Irene Patton ainda está no portão, mas nem olho para ela agora.

Por mais meia hora a árvore e eu fomos filmados de vários ângulos e distâncias. Eu caminho lentamente em direção à árvore, fico de pé contemplativamente ao lado da árvore, finjo contemplar a inscrição na base da árvore. A coceira em meu tronco me faz lembrar daquela cena de *Alien*,

em que o filhote de um ser alienígena irrompe através do peito do viajante do espaço.

Aparentemente, não estou conseguindo dramaticidade.

“Você está elevando o olhar em direção à árvore”, Gregg me orienta. “Você está pensando em seu pai.”

Meu pai está morto, e eu também estou me sentindo morto. Lembro-me, e então tento me esquecer, que parte das cinzas da minha mãe também foi espalhada aqui. Enquanto Chris fecha e abre o foco, estou basicamente registrando a configuração dos gravetos do carvalho em minha retina, tentando me recordar do tamanho da árvore quando nós a plantamos, tentando calcular sua taxa anual de crescimento; mas parte de mim está também me observando. Parte de mim está imaginando como isso será mostrado na tv: como sentimentalismo. Provocar emoção é o que faço como escritor, e esta árvore é meu material, e agora estou contribuindo para destruí-lo. Sei que o estou destruindo porque Gregg está com a cara fechada, da mesma maneira que eu estaria com a cara fechada para uma caneta esferográfica que estivesse falhando. Que minha barriga e costas estejam coçando de maneira tão insana é quase um alívio, porque isso desvia minha atenção da vergonha por não conseguir fazer justiça ao meu pai e à sua árvore. Como eu gostaria de nunca ter falado a Gregg sobre esta árvore! Mas como seria possível não oferecer *alguma coisa* a ele?

Estou sendo um fracasso como autor da Oprah, e a equipe e eu finalizamos as últimas tomadas, depois de mais de três horas na Webster Woods, quando eu completo o desastre. Cinco palavras saem explodindo do meu peito como um monstinho alienígena: “Isto é tão fundamentalmente falso!”

Chris, para minha surpresa, levanta o rosto da câmera, ri e balança a cabeça vigorosamente, concordando. “Você tem razão!” Ele fala alto, com alegria e algo próximo da raiva. “Você tem razão, é totalmente falso!”

Gregg, o rosto inescrutável, apenas consulta o relógio. O tempo é curto e o autor está sendo difícil.

A partir da Webster Woods pegamos o sentido oeste e fomos ao Museu dos Transportes, uma elogiada linha férrea secundária onde se encontram equipamentos ferroviários doados por companhias do setor, que talvez tenham obtido algum incentivo fiscal pelo trabalho. Não sou fascinado por trens e nunca estive no museu, mas um museu dos transportes é citado em *As correções*, e um dos principais personagens do romance é um ferroviário. Então minha tarefa é ficar em pé ou caminhar ao lado dos trens e parecer contemplativo. Faço isso durante uma hora.

Quando chega a hora de ir para a livraria onde lerei trechos do livro e darei autógrafos, estico a mão para Gregg e digo que espero que o material gravado seja útil. No desânimo da sua resposta, reconheço um companheiro perfeccionista e um batalhador que grava e regrava tanto quanto eu escrevo e reescrevo.

“Acredito que vou achar uma maneira de fazer isso funcionar”, ele diz.

A Borders Bookstore, em Brentwood, está apinhada quando eu chego. Um dos divulgadores da minha editora, Pete Miller, nascido em St. Louis, tinha viajado para lá e trouxera para a sessão de leitura a irmã, a namorada e uma garrafa de uísque escocês puro malte para eu beber durante a temporada dos lançamentos. Vê-lo agora, depois de passar o dia com estranhos, me fez sentir em casa. Não é apenas que eu tenha trabalhado com uma pequena editora durante catorze anos, ou que Pete e seus colegas sejam mais amigos que colegas de trabalho. É que Pete e sua namorada acabaram de chegar de Nova York, e Nova York é a cidade, entre todas as cidades do mundo, onde eu me sinto como se tivesse crescido lá. Quando eu nasci meus pais já tinham certa idade, e minha experiência típica de criança era ser deixado com meus próprios brinquedos enquanto os adultos iam trabalhar ou davam festas. É isso que é minha Nova York.

Com saudade de casa, quase jogo meus braços em torno de Pete. Só depois da sessão de leitura é que me dou conta do escopo da minha conexão

com este outro lar, esta St. Louis. Na fila para os autógrafos há muitos conhecidos — ex-colegas de classe, pais de amigos, amigos dos meus pais, professores da escola dominical, atores com que trabalhei no teatro da escola, professores do ensino médio, homens que trabalharam com meu pai, mulheres que jogaram bridge com minha mãe, pessoas da igreja, vizinhos próximos e distantes da Webster Woods. O novo proprietário da casa da minha família, o homem que passei o dia inteiro odiando, deu um pulo lá para me cumprimentar e para me dar uma relíquia da casa: uma maçaneta de latão com o nome da minha família gravado. Pego a maçaneta e nos damos as mãos. Cumprimento todo mundo com um aperto de mãos e tomo o uísque que Pete me serve. Absorvo a boa vontade de pessoas que não querem nada de mim, que simplesmente passaram aqui para dar um alô, e talvez pegar um livro assinado em nome dos velhos tempos.

Da livraria vou direto para o aeroporto. Tenho que pegar o último voo da noite para Chicago, onde, de manhã, Alice e eu gravaremos noventa minutos de entrevista para o *Oprah Winfrey Show*. Hoje, enquanto me esforçava para parecer contemplativo para a câmera, Oprah anunciou publicamente que havia selecionado meu livro e o elogiou com termos que me fariam corar se eu tivesse tido a sorte de ouvir sua declaração. Um dos meus amigos comentará que Oprah disse que o autor enfiou tanta coisa no livro que “não deve ter sobrado um único pensamento em sua cabeça”. Essa se revelará uma descrição estranhamente apropriada. A partir da noite seguinte, em Chicago, encontrarei dois tipos de leitor nas filas de autógrafo e nas entrevistas. Um tipo me dirá: “Gosto do seu livro, e acho maravilhoso que Oprah o tenha selecionado”; o outro tipo dirá: “Gosto do seu livro, e lamento que Oprah o tenha selecionado”. E uma vez que sou uma pessoa que instantaneamente adquire sotaque texano no Texas, corresponderei à expectativa de cada tipo de leitor. Quando falar com admiradores de Oprah, manifestarei uma gratidão arrebatada e boa vontade e concordarei que é maravilhoso ver a televisão expandindo a demanda por livros. Quando falar com detratores de Oprah, mencionarei o desconforto físico que senti

quando estávamos transformando o carvalho do meu pai em sentimentalismo, e reclamarei do logotipo do Clube do Livro. Isso me trará problemas. Obtereí solidariedade inesperada para Dan Quayle² quando, num momento de exaustão no Oregon, fizer um cruzamento de “alto modernismo” e “arte da ficção” e usar o termo “alta arte” para descrever a importância de Proust, Kafka e Faulkner em minha escrita. Isso me trará problemas também. Oprah irá me desconvidar para seu programa por eu parecer “conflitado”. Serei insultado de costa a costa por populistas ultrajados. Serei chamado de “filho da puta” por um anônimo na revista *New York*, um “boçal pomposo” na *Newsweek*, um “esnobe que só tem olhos para o próprio umbigo” no *Boston Globe*, e um “fedelho chorão e mimado” no *Chicago Tribune*. Vou considerar a possibilidade, e até certo ponto acreditar, que sou realmente todas essas coisas. Vou me arrepender e me explicar e moderar minhas críticas, mas nada disso adiantará muito. Minhas erupções irão melhorar misteriosamente da mesma maneira que surgiram; a sensação de estar dividido só irá se aprofundar.

Mas isso tudo ainda é futuro enquanto dirijo rumo ao norte pela via interestadual 170, cruzando entre as pistas, o estômago vazio, a cabeça um pouco tonta por causa do uísque. A maçaneta de latão me deixou chateado. Deixei-a aos cuidados de Pete Miller porque não queria que ela ficasse comigo. (Ela reapareceu meses mais tarde na mesa do meu editor.) Não quero segurar a maçaneta, não quero nem olhar para ela, pela mesma razão que evitei olhar para minha antiga casa. Não porque ela me lembre que a casa hoje está esvaziada de sentido, mas porque a casa talvez não esteja, afinal, tão vazia assim de sentido. O passado remoto pode viver apenas em minha mente, e minhas memórias podem ser ridicularizadas pelo presente estéril, mas há memórias muito mais recentes e muito mais dolorosas que eu ainda nem toquei: memórias que tentei deixar para trás em minha antiga casa.

Por exemplo, há um prato com ervilhas enlatadas que encontrei na geladeira na última vez que minha mãe esteve no hospital. Havia muito

tempo minha mãe se resignara a ficar na casa enquanto seus filhos moravam nas costas Leste e Oeste. Nós a convidamos para morar com um de nós, mas a casa era sua vida, era o que ela ainda tinha, não era tanto o lugar da sua solidão, mas seu antídoto. Com frequência, no entanto, ela ficava muito só, e eu estava sempre me esforçando, em Nova York, para não me lembrar dessa solidão. Em geral, conseguia esquecer muito bem, mas quando viajei a St. Louis, no dia da sua última cirurgia, encontrei lembretes incontornáveis na casa: uma toalha suja e molhada num balde no porão, palavras cruzadas largadas pela metade ao lado da sua cama. Uma semana antes de ser hospitalizada, minha mãe não conseguia reter alimentos, e, quando cheguei, a geladeira estava vazia, a não ser por alguns condimentos e guloseimas. Na prateleira de cima havia apenas uma caixa de leite desnatado, uma latinha de ervilhas coberta com papel laminado e, ao lado, um prato com uma pequena porção de ervilhas. Fui atacado de surpresa e quase destruído por esse prato de ervilhas. Fui forçado a imaginar minha mãe sozinha na casa, obrigando-se a comer alguma coisa, qualquer coisa, um punhado de ervilhas, sem conseguir. Com a frugalidade e o otimismo de sempre, ela pusera na geladeira a lata e o prato, caso seu apetite voltasse.

No último dia que estive na casa, três meses mais tarde, trabalhei com um dos meus irmãos para fazer reparos de última hora e empacotar meus antigos pertences. Naquela semana trabalhamos de doze a catorze horas por dia, e empacotei as coisas furiosamente até o momento de ir buscar o caminhão alugado. Não tive tempo para sentir muita coisa, a não ser o prazer de etiquetar as caixas e encher o caminhão; e então, de repente, estava na hora de eu partir. Procurei meu irmão para me despedir. Por acaso, passei em frente ao meu antigo quarto, e quando me dei conta estava parado no corredor olhando lá dentro, e me ocorreu que *nunca mais veria esse quarto de novo*; uma onda de angústia percorreu minha espinha. Corri pelas escadas, respirando pesado, ofegante, sem enxergar direito. Abracei meu irmão e corri, apenas corri, para fora da casa e pulei no caminhão e acelerei rápido demais, arrancando um galho de uma árvore na pressa de alcançar a

rua. Acho que não podia mais aguentar. Acho que a promessa implícita que fiz a mim mesmo naquela tarde, a promessa que eu teria quebrado se tivesse entrado na casa hoje, era que eu tinha saído pela última vez e nunca teria de sair de novo.

Promessas, promessas. Acelero rumo ao aeroporto.

[2001]

¹ Em meados do século XIX, após um processo judicial que se arrastou por anos, o escravo Dred Scott (1799-1858) não conseguiu obter a liberdade depois que seus donos se mudaram para uma região dos Estados Unidos onde a escravidão era ilegal. (N. T.)

² Vice-presidente dos Estados Unidos no governo de George Bush. (N. T.)

12. De onde vem essa certeza de que você mesmo não é o Mal?

Alice Munro é séria candidata ao posto de melhor ficcionista em atividade na América do Norte, mas fora do Canadá, onde seus livros encabeçam as listas dos mais vendidos, ela nunca teve muitos leitores. Correndo o risco de parecer um arauto falando em nome de mais um escritor subestimado — e talvez tenhamos aprendido a reconhecer e a evitar tais rogos? Da mesma maneira que aprendemos a não abrir os envelopes de certas instituições de caridade? Por favor, doe generosamente a Dawn Powell? Sua contribuição de apenas quinze minutos por semana pode ajudar a pôr Joseph Roth no lugar do cânone que lhe é devido? —, eu quero chamar atenção para o mais recente e prodigioso livro de Munro, *Fugitiva*, tentando adivinhar por que sua excelência é, desoladamente, maior que sua fama.

1. A obra de Munro está baseada no prazer de narrar uma história.

O problema aqui é que muitos leitores de ficção séria parecem preferir ardentemente textos líricos, vibrantemente intensos, bem escritos, mas com enredos comerciais.

2. Ao ler Munro, não realizamos a multitarefa de absorver lições cívicas e informações históricas.

Seu tema são as pessoas. Pessoas pessoas pessoas. Se lemos ficção sobre assuntos valorizados, como a arte renascentista ou algum importante capítulo da nossa história, sentimos que a leitura foi produtiva. Mas se a história é ambientada no mundo moderno, e se as preocupações dos personagens nos são familiares, e se nos tornamos tão envolvidos com o

livro que atravessamos a madrugada sem desgrudar os olhos das páginas, então há o risco de estarmos apenas sendo entretidos.

3. *Ela não dá aos seus livros títulos grandiosos, como Pastoral Canadense, O Psicopata Canadense, Canadá Púrpuro, Canadá, Terra de Sonhos ou Complô Contra o Canadá.*

Ela também se recusa a oferecer momentos dramáticos vitais em convenientes resumos discursivos. Também sua contenção retórica, seu excelente ouvido para os diálogos e sua empatia quase patológica por seus personagens têm o elevado custo de obscurecer seu ego autoral por várias páginas seguidas. Também sua foto na orelha do livro a mostra sorridente e agradável, como se o leitor fosse um amigo, em vez de mostrá-la com aspecto severo, significando intenção literária realmente séria.

4. *A Academia Real Sueca está sendo dura.*

Evidentemente, o sentimento em Estocolmo é que canadenses demais e contistas demais já ganharam o Nobel de Literatura. Agora chega!

5. *Munro escreve ficção, e ficção é mais difícil de resenhar que não ficção.*

Aí está Bill Clinton, ele escreveu um livro autobiográfico, e que *interessante*. Que *interessante*. O autor é ele próprio interessante — há uma qualificação melhor para escrever um livro sobre Bill Clinton que ser Bill Clinton? — e, além disso, todos têm uma opinião sobre Bill Clinton e se perguntam o que Bill Clinton diz e não diz em seu novo livro sobre si mesmo e como Bill Clinton vai contar isso ou refutar aquilo, e antes que se perceba a resenha praticamente se escreveu.

Mas quem é Alice Munro? Ela é a provedora remota de experiências privadas intensamente agradáveis. E uma vez que não estou interessado em escrever sobre a campanha de marketing do seu livro mais recente ou em ser sarcástico à sua custa, e uma vez que estou relutante em falar sobre o significado concreto da sua nova obra, porque é difícil fazer isso sem revelar

muito do enredo, eu provavelmente me darei melhor se produzir uma citação para a editora Alfred A. Knopf estampar na contracapa:

“Alice Munro é séria candidata ao posto de **melhor ficcionista** em atividade na América do Norte. *Fugitiva* é **um prodígio**.”

e sugerir aos editores do *New York Times Book Review* que publiquem a maior fotografia possível de Munro no lugar de maior destaque, além de fotos menores dos seus interesses levemente lascivos (sua cozinha? seus filhos?) e talvez alguns trechos de uma das suas raras entrevistas:

Porque há uma espécie de exaustão e de perplexidade quando olhamos para nossa obra. [...] Tudo o que realmente temos é a coisa em que trabalhamos agora. E aí nos sentimos cada vez mais nus. Como se saíssemos de casa com uma camisa curta demais ou algo do gênero, que é apenas a obra que estamos fazendo agora e a estranha identificação com tudo o que fizemos antes. E é provavelmente por isso que não desempenho nenhum papel público como escritora. Porque não posso me ver fazendo isso, a não ser como uma gigantesca fraude.

e deixar a coisa por aí.

6. Porque, o que é pior ainda, Munro só escreve contos.

E com contos o desafio dos resenhistas é ainda mais extremo. Há uma história em toda a literatura mundial cujo apelo sobreviva a uma sinopse típica? (Um encontro por obra do acaso numa calçada em Yalta aproxima um marido entediado e uma jovem com um cãozinho... Um sorteio lotérico anual de uma cidadezinha se presta a um propósito surpreendente... Um dublinense se afasta de um grupo e reflete sobre a vida e o amor...) Oprah Winfrey não quer nem saber de livros de contos. Discuti-los é tão desafiador que, na realidade, podemos quase desculpar Charles McGrath, ex-editor do *Book Review*, por ter recentemente comparado jovens contistas a “pessoas

que aprendem golfe mas nunca se arriscam num campo de golfe, preferindo praticar só as tacadas”. O jogo real, nessa analogia, é o romance.

O preconceito de McGrath é compartilhado por quase todas as editoras comerciais, para as quais livros de contos são frequentemente o desagradável ponto de partida para um acordo de dois livros que prevê, contratualmente, a proibição de que o segundo livro seja de contos. E, no entanto, apesar da condição de Cinderela dos contos, ou talvez por isso, boa parte da ficção mais estimulante escrita nos últimos 25 anos — o que menciono quando me perguntam o que é formidável — tem sido de contos. Há A Maioral, naturalmente. Há também Lydia Davis, David Means, George Saunders, Amy Hempel e o já falecido Raymond Carver — todos dedicados totalmente ou quase totalmente ao conto — e um grupo maior de escritores que produziram obras em múltiplos gêneros (John Updike, Joy Williams, David Foster Wallace, Lorrie Moore, Joyce Carol Oates, Denis Johnson, Ann Beattie, William T. Vollmann, Tobias Wolff, Annie Proulx, Michael Chabon, Tom Drury, o já falecido Andre Dubus), mas que a mim parecem mais à vontade, mais eles mesmos, nos contos. Há também, com certeza, aqueles que são apenas excelentes romancistas. Mas quando fecho os olhos e penso na literatura das últimas décadas, vejo uma paisagem na penumbra na qual as luzes mais convidativas, os lugares de onde partem acenos para que eu volte para uma visita, são emitidas por determinados contos que li.

Gosto de contos porque eles não permitem que o autor se esconda. Não adianta ele ficar enrolando e fugindo dos problemas; eu vou chegar à última página em questão de minutos, e se ele não tiver nada para dizer eu logo vou descobrir. Gosto de contos porque em geral são ambientados no presente ou no passado recente; o gênero resiste ao impulso de abordar a história que faz tantos romances contemporâneos parecerem pálidos e fugazes. Gosto de contos porque exigem o melhor dos escritores, aquele talento de inventar novos personagens e situações para contar sempre a mesma história. Todos os ficcionistas sofrem do mal de não ter nada de novo para dizer, mas os contistas são os mais miseravelmente propensos a enfrentar tal condição.

Mais uma vez, não têm como se esconder. Os artesãos mais tarimbados, como Munro e William Trevor, nem sequer tentam.

Aqui está a história que Munro sempre conta: uma garota inteligente e sexualmente voraz cresce na área rural de Ontário sem muito dinheiro, a mãe está doente ou morreu, o pai é professor primário cuja segunda mulher é problemática, e a garota, assim que pode, deixa o lugarejo com uma bolsa de estudos ou atrás de algum interesse decisivo. Ela se casa jovem, vai morar na Colúmbia Britânica, cria os filhos, e não sente culpa quando o casamento termina. Ela pode ter sucesso como atriz, como escritora ou como personalidade de tv; ela mantém relacionamentos românticos. Quando, inevitavelmente, volta a Ontário, sente-se desestabilizada pelas mudanças no cenário da sua juventude. Embora tenha sido ela que abandonou o lugar, é um forte revés para seu narcisismo que não tenha sido acolhida calorosamente — que o mundo da sua juventude, com sua moralidade e seus costumes antigos, agora a julgue pelas escolhas modernas que ela fez. Simplesmente por ter tentado sobreviver como uma pessoa íntegra e independente, ela ficou sujeita a perdas e transtornos dolorosos; ela causou danos.

E basicamente é isso. Esse é o pequeno regato que tem alimentado a obra de Munro por cinquenta anos. Os mesmos elementos se repetem e se repetem como Clare Quilty. O que faz o crescimento de Munro como artista tão visivelmente enérgico e empolgante — em *Selected Stories* [Contos escolhidos] e mais ainda em seus três livros mais recentes — é precisamente a familiaridade do seu material. Veja o que ela pode fazer com sua própria história; quanto mais retorna à sua história, mais descobertas faz. Não se trata de um golfista num campo de treinamento. Trata-se de uma ginasta numa malha preta, sozinha no tablado despojado, superando todos os romancistas com suas fantasias espalhafatosas e chicotes, elefantes e tigres.

“A complexidade das coisas — as coisas dentro das coisas — só parece ser infinita”, Munro disse na entrevista. “Quero dizer que nada é fácil, nada é simples.”

Ela estava enunciando o axioma fundamental da literatura, a essência do seu encanto. E, por qualquer que seja a razão — a fragmentação do meu tempo de leitura, as distrações e atomizações da vida contemporânea ou, talvez, uma genuína escassez de romances irresistíveis —, descubro que quando tenho necessidade de injeção de uma escrita de verdade, uma dose forte de paradoxo e complexidade, é mais provável que a encontre nos contos. Além de *Fugitiva*, a ficção contemporânea mais convincente que li nos últimos meses foram os contos de Wallace em *Oblivion* [Perdão] e uma estonteante coletânea da escritora britânica Helen Simpson. O livro de Simpson, uma série hilariante sobre o tema da maternidade moderna, foi publicado originalmente como *Hey Yeah Right Get a Life* [Ei, é isso aí, tome jeito na vida] — um título que imaginaríamos que não precisa ser melhorado. Mas a editora nos Estados Unidos achou por bem melhorá-lo, e se saiu com o quê? *Getting a Life* [Tomando jeito na vida]. Leve em conta esse melancólico gerúndio da próxima vez que você ouvir que livros de contos nunca vendem.

7. Os contos de Munro são ainda mais difíceis de resenhar que os de outras pessoas.

Mais que qualquer outro autor desde Tchekhov, Munro tenta e obtém, em cada conto, uma totalidade gestáltica na representação da vida. Ela sempre teve a genialidade para desenvolver e revelar momentos de epifania. Mas é nas três coletâneas desde *Selected Stories* (1996) que ela deu um salto enorme, extraordinário, para se tornar um dos mestres do suspense. Os momentos que ela persegue agora não são momentos de realização: são momentos de ação decisiva, irrevogável, dramática. E o que isso significa para o leitor é que ele não tem a menor pista do significado do conto enquanto não acompanhar todas as guinadas; é sempre na última página ou nas duas últimas que todas as luzes se acendem.

Enquanto isso, à medida que cresceram suas ambições narrativas, ela se tornou ainda menos interessada em se exhibir. Suas primeiras obras eram

cheias de efeitos retóricos, detalhes excêntricos, frases impressionantes. (Dê uma olhada no conto “Royal Beatings” [Derrotas reais], de 1977.) Mas à medida que seus contos passaram a lembrar tragédias clássicas em forma de prosa, não é apenas como se ela não se preocupasse mais com o que não fosse essencial, é como se fosse desagradável, desestabilizador — uma traição estética e moral — que seu ego de escritora se intrometesse na história pura.

A leitura de Munro me deixa num estado reflexivo no qual penso sobre minha vida: sobre as decisões que tomei, as coisas que fiz e que não fiz, o tipo de pessoa que sou, a perspectiva da morte. Ela faz parte daquele punhado de escritores, alguns vivos, a maioria morta, que tenho em mente quando digo que a ficção é minha religião. Porque enquanto estou imerso num conto de Munro, estou atribuindo a um personagem totalmente fictício o tipo de respeito solene e de interesse enraizado que me atribuo em meus melhores momentos como ser humano.

Mas suspense e pureza, que são uma dádiva para o leitor, representam problemas para o resenhista. Basicamente, “Fugitiva” é tão bom que não quero falar aqui sobre esse conto. Publicar trechos não faz justiça ao livro, da mesma maneira que uma sinopse também não. A maneira de lhe fazer justiça é lendo-o.

Para cumprir meu dever de resenhista, gostaria, em vez disso, de oferecer como aperitivo esta sentença sobre o último conto da coletânea prévia de Munro, *Hateship, Friendship, Courtship, Loveship, Marriage* [Ódio, amizade, flerte, amor, casamento] (2001): uma mulher com Alzheimer em fase inicial entra numa clínica, e quando seu marido é autorizado a visitá-la, depois de um período de adaptação de trinta dias, ela já está com um “namorado”, que conheceu entre os pacientes, e não demonstra nenhum interesse pelo marido.

Essa não é uma má premissa para um conto. Mas o que começa a torná-lo distintamente munroviano é que, anos atrás, nos anos 1960 e 1970, o marido, Grant, teve um caso atrás do outro com várias mulheres. É só agora,

pela primeira vez, que o antigo traidor está sendo traído. E Grant finalmente se arrepende daqueles casos? Bem, não, a resposta é não. Na realidade, o que ele se lembra daquela fase da sua vida é “sobretudo um aumento gigantesco no bem-estar”. Ele nunca se sentiu mais vivo do que quando traía a mulher, Fiona. Ele está dilacerado, claro, por visitar a clínica agora e ver Fiona e seu “namorado” tão abertamente carinhosos um com o outro e tão indiferentes a ele. Mas fica ainda mais dilacerado quando a mulher do namorado o tira da clínica e o leva para casa. Fiona fica devastada, e Grant fica devastado por ela.

E aqui está o problema de se fazer uma sinopse de um conto de Munro. O problema é que fico querendo dizer ao leitor o que acontece em seguida. E o que acontece é que Grant se encontra com a mulher do namorado para pedir se ela poderia levar o namorado para visitar Fiona na clínica. E é aqui que o leitor percebe que aquilo que imaginava ser o tema do conto — todo aquele material significativo sobre Alzheimer, infidelidade e amor tardio — era apenas a armação: que a grande cena de amor do conto é entre Grant e a mulher do namorado. E que a mulher, nessa cena, se recusa a permitir que seu marido veja Fiona. Que suas razões são ostensivamente práticas, mas secretamente moralistas e desprezíveis.

E aqui minha tentativa de resumir o enredo fracassa totalmente, porque não posso nem começar a sugerir a grandeza da cena se o leitor não tiver uma ideia vívida e particular dos dois personagens e não souber como eles falam e pensam. A mulher, Marian, tem uma mentalidade mais estreita que Grant. Ela tem uma casa perfeita e impecável no subúrbio e não poderá mantê-la se o marido voltar para a clínica. Essa casa, e não o romance, é o que lhe interessa. Ela não teve as mesmas vantagens, econômicas e emocionais, que Grant, e a óbvia falta do privilégio propicia uma passagem de clássica introspecção munroviana, quando Grant volta de carro para sua própria casa.

[A conversa deles] lhe trouxera à memória as conversas que havia tido com pessoas da sua própria família. Seus tios, parentes, provavelmente até mesmo sua mãe, tinham pensado como Marian. Tinham acreditado que quando outras pessoas não pensavam dessa maneira era porque estavam se enganando — estavam distantes demais da realidade, ou sendo estúpidas, por conta das suas vidas fáceis e protegidas ou por conta da sua educação. Elas tinham perdido o contato com a realidade. Pessoas que haviam estudado, pessoas lidas, pessoas ricas, como os socialistas da família da mulher de Grant, haviam perdido o contato com a realidade. Devido a uma sorte imerecida ou tolice inata.

Que idiota, ela estaria pensando agora.

Confrontar uma pessoa como essa fez com que ele se sentisse inútil, exasperado, finalmente quase destruído. Por quê? Porque não podia ter certeza de se manter firme contra aquela pessoa? Porque temia que no fim eles estivessem certos?

Encerro a citação a contragosto. Quero continuar citando, e não apenas uns trechinhos, mas passagens inteiras, porque no fim o que minha sinopse requer, no mínimo, para fazer justiça ao conto — as “coisas dentro das coisas”, a inter-relação de classe e moralidade, de desejo e fidelidade, de caráter e destino —, é exatamente o que Munro já pôs na página. A única sinopse adequada do texto é o texto em si.

O que me deixa com a instrução simples com a qual comecei: Leia Munro! Leia Munro!

Mas tenho que lhe dizer — não posso não dizer, agora que comecei — que, quando Grant chega em casa, depois da tentativa de se aproximar de Marian não ter dado em nada, há uma mensagem de Marian na secretária eletrônica, convidando-o para dançar no salão de baile Legion.

Também: que Grant prestou atenção nos seios de Marian e em sua pele e a comparou, em sua imaginação, a uma lichia: “A carne com seu esquisito fascínio artificial, o gosto e o perfume químico, uma camada fina sobre um vasto caroço”.

Também: que, algumas horas mais tarde, enquanto Grant ainda estava reavaliando os atrativos de Marian, seu telefone toca de novo e cai na secretária eletrônica: “Grant. É Marian. Eu estava lá embaixo no porão

pondo a roupa molhada na secadora e ouvi o telefone, e quando subi quem ligou tinha desistido. Aí eu pensei que deveria ligar para dizer que estou aqui. Se é que era você e se você estiver em casa”.

E isso ainda não é o fim. O conto tem 49 páginas — o tamanho de uma vida inteira, nas mãos de Munro — e mais uma guinada está prestes a acontecer. Mas veja quantas “coisas dentro das coisas” a autora já revelou: Grant o marido adorável, Grant o enganador, Grant o marido tão leal que está querendo, na realidade, servir de cafetão para sua mulher, Grant o que desdenha respeitáveis donas de casa, Grant o que duvida de si próprio e que admite que respeitáveis donas de casa estejam certas ao desprezá-lo. É o segundo telefonema de Marian, no entanto, que dá a verdadeira dimensão da marca literária de Munro. Para imaginar esse telefonema, não podemos nos enfurecer demais com as críticas morais de Marian. Também não podemos nos envergonhar demais com a complacência de Grant. É preciso perdoar a todos e não condenar ninguém. Caso contrário, deixamos de notar as pequenas possibilidades e as raras oportunidades que dão uma nova perspectiva à vida: a possibilidade, por exemplo, de que Marian em sua solidão possa se sentir atraída por um liberal idiota.

E isso é apenas um conto. Há contos em *Fugitiva* que são ainda melhores que esse — mais ousados, sangrentos, profundos, mais abrangentes — e que eu gostaria de resumir assim que o próximo livro de Munro for publicado.

Ou, mas, espere, só uma coisa sobre *Fugitiva*: e se a pessoa ofendida pela liberalidade de Grant — por seu ateísmo, egoísmo, vaidade, por sua idiotice — não fosse um estranho infeliz, mas a própria filha de Grant? Uma filha cujo julgamento é como se fosse o julgamento de uma cultura inteira, de um país inteiro, que ultimamente tem adotado valores absolutos?

E se o grande presente que você deu à sua filha é a liberdade pessoal, e se a filha, ao completar 21 anos, usa esse presente para lhe dizer: sua liberdade me dá enjoo, e você também?

8. *Ódio é diversão.*

O grande insight dos extremistas da era da mídia. De que outra maneira explicar a eleição de tantos fanáticos repulsivos, a desintegração da civilidade política, a ascendência da Fox News? Primeiro o fundamentalista Bin Laden presenteia Bush com a dádiva do ódio, aí Bush capitaliza esse ódio através do seu próprio fanatismo, e agora metade do país acredita que Bush está fazendo uma cruzada contra O Mal enquanto a outra metade (e a maioria do mundo) acredita que Bush *seja* O Mal. Praticamente não há ninguém que não odeie alguém hoje, e absolutamente ninguém que não seja odiado. Sempre que penso sobre política minha pulsação acelera, como se eu estivesse lendo o último capítulo de um livro de ação vendido em aeroportos, como se estivesse assistindo à última partida de beisebol de uma série melhor de sete entre o Sox e o Yankees. É diversão-como-pesadelo-como-cotidiano.

Uma ficção melhor pode salvar o mundo? Sempre há um fiapo de esperança (coisas estranhas realmente acontecem), mas a resposta é quase certamente não. Há uma chance razoável, no entanto, de que a ficção possa salvar nossa alma. Se estamos infelizes por causa do ódio em nosso coração, podemos tentar imaginar como é ser a pessoa que nos odeia; podemos considerar a possibilidade de que somos, de fato, O Mal; e, se é difícil imaginar isso, então podemos tentar passar algumas noites com a mais ambígua dos canadenses. Aquela que, no fim de um conto clássico — “The Beggar Maid” [A empregada do mendigo], no qual a heroína, Rose, vê de relance o ex-marido no saguão do aeroporto e ele lhe dirige um olhar horrível, infantil, e Rose se pergunta:

Como alguém poderia odiar tanto Rose, justamente no momento em que ela estava disposta a se aproximar com sua boa vontade, seu sorriso que era uma confissão de exaustão, sua fé hesitante nas propostas civilizadas?

—, está falando para você e para mim, aqui, agora.

[2004]

Copyright © Farther Away: Essays, 2012 by Jonathan Franzen

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

Título original

Este volume é composto de uma seleção de ensaios publicados originalmente nas coleções *How to Be Alone* (2003) e *Farther Away* (2012). Os ensaios “Examinando as cinzas”, “O cérebro do meu pai”, “Unidades de controle”, “Suíte imperial”, “Qual é a importância?” e “Encontre-me em St. Louis” fazem parte do livro *How to Be Alone*; os ensaios “A dor não nos matará”, “Só liguei para dizer que te amo”, “O fradinho chinês”, “Mais distante”, “Sobre ficção autobiográfica” e “De onde vem essa certeza de que você mesmo não é o Mal?” pertencem ao livro *Farther Away*.

Capa

Elisa v. Randow

Foto de capa

© 2005 by Christian Patterson. Todos os direitos reservados.

Preparação

Silvia Massimini Felix

Revisão

Jane Pessoa

Valquíria Della Pozza

ISBN 978-85-8086-348-2

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ S.A.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone (11) 3707-3500

Fax (11) 3707-3501

www.companhiadasletras.com.br

www.blogdacompanhia.com.br